

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Gabriel Lima Monteiro

**“Tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha uma pedra”.
O bairro Dom Bosco: uma longa vida comunitária e seus desafios frente ao
avanço do capital imobiliário**

**Juiz de Fora
2014**

Gabriel Lima Monteiro

**“Tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha uma pedra”.
O bairro Dom Bosco: uma longa vida comunitária e seus desafios frente ao
avanço do capital imobiliário**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Espaço e Ambiente
Linha de pesquisa: Dinâmicas Socioespaciais

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Pires Menezes

Juiz de Fora

2014

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Monteiro, Gabriel Lima.

Tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha uma pedra. O bairro Dom Bosco : uma longa vida comunitária e seus desafios frente ao avanço do capital imobiliário / Gabriel Lima Monteiro. -- 2014.
219 f. : il.

Orientadora: Maria Lúcia Pires Menezes
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

1. Produção do espaço. 2. Renda Fundiária. 3. Luta de Classes. 4. Segregação socioespacial. 5. Dom Bosco. I. Menezes, Maria Lúcia Pires , orient. II. Título.

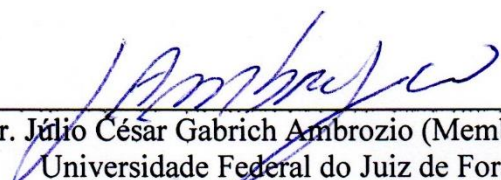
“TINHA UMA PEDRA NO MEIO DO CAMINHO, NO MEIO DO CAMINHO TINHA
UMA PEDRA”. O BAIRRO DOM BOSCO: UMA LONGA VIDA COMUNITÁRIA E
SEUS DESAFIOS FRENTE AO AVANÇO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO

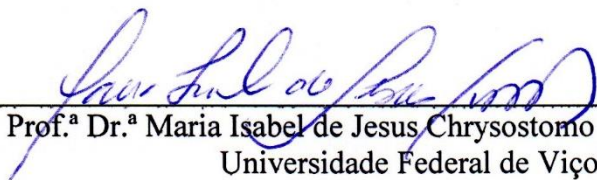
GABRIEL LIMA MONTEIRO


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Área de
Concentração Espaço e Ambiente, da
Universidade Federal de Juiz de Fora, como
requisito parcial para a obtenção do título de
mestre.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 02/10/2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Júlio César Gabrich Ambrozio (Membro interno)
Universidade Federal do Juiz de Fora


Prof.ª Dr.ª Maria Isabel de Jesus Chrysostomo (Membro externo)
Universidade Federal de Viçosa


Prof.ª Dr.ª Maria Lucia Pires Menezes (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

*Aos meus pais Anelise e Rafael,
por serem os responsáveis pela minha formação cultural, política e ideológica,
herança que possuí incalculável valor de uso.*

*À Maria Lucia Menezes,
pela minha formação enquanto geógrafo crítico e apaixonado.*

*À Larissa Shikasho,
pelo companheirismo, paciência,
mas, acima de tudo, por ser quem mais acredita em mim,
mais do que eu mesmo.*

*Aos moradores do Bairro Dom Bosco,
por terem me acolhido em várias esferas de suas vidas:
política, lazer e geográfica.*

*Ao viajado homem,
que talvez não tenha tido a oportunidade de conhecer o mundo todo,
como era de sua vontade,
mas que me deu, em meu pequenino mundo,
a inestimável honra de tê-lo conhecido.*

*Nos raros momentos em que pensei me especializar em outras áreas do conhecimento,
aconselhou-me:*

“Você não pode trair a Geografia. Ela precisa de você.”

*Ao grande geógrafo **Nelson da Nóbrega Fernandes** (em memória)*

A todos os acima citados por me formarem enquanto ser humano e sujeito histórico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Marina Lima Monteiro, minha irmã, por sempre estar presente nos momentos mais difíceis, mas também nos mais alegres.

Agradeço ao Davi Lima Monteiro, meu irmão, pela compreensão de não poder ver seus jogos enquanto dedicava meu tempo a esta pesquisa.

À toda minha família, avós, tios e tias, primos e primas, que souberam compreender minha corrida dinâmica de vida e relevaram minha ausência.

Agradeço aos professores de graduação e pós-graduação do Departamento de Geociências da UFJF: de certa forma todos contribuíram para superarmos mais esta etapa.

Agradeço aos inúmeros companheiros de Diretório Acadêmico e, posteriormente de AGB, pela força e por compartilharem o sonho de vermos uma geografia libertadora e um mundo sem a contradição de classes.

Agradeço à Júlio Gabrich Ambrozio, pelos inúmeros debates em sala de aula, por suas precisas contribuições para o melhor entendimento da temática que envolve este estudo e por seus escritos possuidores de admirável força teórica.

Agradeço à professora Elizet Maria Menegat, pelas contribuições realizadas durante a qualificação deste trabalho.

Agradeço à professora Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, por aceitar o convite de participar da minha banca examinadora, compreendendo o curto espaço de tempo de que dispunha.

Agradeço aos meus colegas de graduação e pós-graduação, pelos momentos incríveis que me proporcionaram e pelas constantes trocas de ideias nos mais diferentes espaços.

Agradeço aos companheiros que passaram pelo Latur, em especial ao Régis Francisco, Watuse Geraldo, Sanderson, Elisangela Damasceno (Lili), Dayana Francisco e Carina Prata, por tornarem este laboratório um espaço de ideias libertárias e comprometidas com uma geografia transformadora.

Agradeço, em especial, a Ricardo Antônio, pelo seu companheirismo nos últimos nove anos, por sua permanente criticidade e por ter me concedido o prazer de me tornar seu irmão.

*“Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez,
mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça?
Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor,
é optar por ele.”*
(Paulo Freire)

*“Os geógrafos devem ser formados com capacidade técnica
e com preocupação política;
eles devem saber o que é a geografia,
como se faz a geografia,
para que se faz a geografia
e a quem vai servir a geografia por eles produzida.”*
(Manuel Corrêa de Andrade)

RESUMO

O Bairro Dom Bosco está localizado em um dos principais eixos de crescimento da cidade. A valorização da terra urbana, a partir da extração da renda fundiária, faz com que o bairro enfrente atos que enfraquecem os direitos básicos à vida, o que especialmente afeta a população mais tradicional e pobre. A reestruturação do espaço, ao mesmo tempo em que contribui, é resultante da intensificação da produção capitalista do espaço alicerçada a uma lógica global, que se orienta sob os preceitos do atual estágio de acumulação flexível de capital. O espaço se fragmenta ao mesmo tempo em que vê elevar seu valor de troca. Este fato induz ao processo de segregação socioespacial, visto que, a maximização dos valores de troca produz benefícios desproporcionais para alguns grupos e diminui as oportunidades para outros. O Estado por sua vez utiliza de seus instrumentos para garantir a acumulação de capital em detrimento às condições de vida dos moradores do Dom Bosco. É neste contexto que a comunidade do bairro se organiza e luta pelo direito à cidade, equilibrando a correlação de forças com o Estado capitalista e alcançando conquistas que fortalecem sua permanência em seu local de origem.

Palavras-chave: Produção do espaço. Renda Fundiária. Luta de Classes. Segregação socioespacial. Dom Bosco.

ABSTRACT

The Dom Bosco neighborhood is located in one of the main growth centers of the city. The value of urban land, from the extraction of land rent, confronts the neighborhood with acts that undermine the basic rights of life, a situation especially affecting the more traditional and poorer population. The restructuring of space, while conveying benefits, is the result of intensified capitalist production of space, grounded in a global logic guided by the precepts of the current stage of flexible capital accumulation. The space is being fragmented at the same time that it is seeing an increase in its market value. This fact leads to the process of socio-spatial segregation, since the maximization of market values produces disproportionate benefits for some groups and decreases opportunities for others. The state in turn uses its instruments to ensure capital accumulation to the detriment of living conditions for the residents of Dom Bosco. It is in this context that the neighborhood community is organizing and struggling for the right to the city, balancing the correlation of forces with the capitalist state, and achieving successful results that strengthen its permanence in its place of origin.

Keywords: Production of space. Land Rent. Class Struggle. Socio-spatial segregation.
Dom Bosco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Avenida Getúlio Vargas, início do século XX, Juiz de Fora, MG.....	85
Figura 2 –	Fotografia do começo do processo de verticalização do centro de Juiz de Fora, MG.....	87
Figura 3 –	Esquema simplificado de dinâmica interbairros nas cidades	102
Figura 4 –	Localidades do Bairro Dom Bosco	110
Figura 5 –	Padrão de construção dos bairros, São Mateus, Cascatinha e Dom Bosco, Juiz de Fora, MG	116
Figura 6 –	Fotografia representativa de autoconstrução, Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora, MG.....	117
Figura 7 –	Fotografia representativa da verticalização na autoconstrução, Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora, MG	118
Figura 8 –	Fotografia da Escola Municipal Álvaro Braga de Araújo, Dom Bosco, Juiz de Fora, MG	122
Figura 9 –	Fotografia da sede provisória da Unidade de Pronto Atendimento à Saúde, Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora, MG	123
Figura 10 –	Imagens comparativas da área antes e depois de construída a Curva do Lacet.....	134
Figura 11 –	Fotografia do Cascatinha Country Club e do Chapadão (Dom Bosco).....	135
Figura 12 –	Os equipamentos fixos no entorno do Bairro Dom Bosco	144
Figura 13 –	Fotografia de alguns dos novos empreendimentos próximo ao Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora, MG	148

Figura 14 – Campo de futebol da Curva do Lacet, antes e depois da construção do Independência Shopping.....	152
Figura 15 – Atual campo de futebol do Bairro Dom Bosco: o Engenhão	153
Figura 16 – Obra de contenção do terreno para construção do empreendimento Linx Hotel	157
Figura 17 – Equipamentos alocados a partir da Operação Urbana Ladeira Alexandre Leonel	159
Figura 18 – Nova alocação da bica d’água, retirada da Av. Itamar Franco, Dom Bosco, Juiz de Fora.....	162
Figura 19 – Deslocamentos realizados na busca por vagas em escolas públicas de bairros vizinhos ao Dom Bosco	175
Figura 20 – Comunidade do Dom Bosco se manifestando em audiência pública que discutiu soluções para as demandas do bairro	180
Figura 21 – Novas sedes da UAPS e da Creche, Dom Bosco, Juiz de Fora	181

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de migrações para Juiz de Fora, relacionadas às metrópoles, Cidades mineiras e outras cidades de outros estados	81
Gráfico 2 – Evolução da população de Juiz de Fora, MG	82
Gráfico 3 – Produto interno bruto (R\$ mil), Juiz de Fora, MG, 1999-2009	92
Gráfico 4 – PIB valor adicionado (R\$ mil) por setores, Juiz de Fora, MG, 1999-2010	93
Gráfico 5 – Maiores municípios segundo o valor adicionado da indústria e valor adicionado dos serviços (%), Minas Gerais, 2009	94
Gráfico 6 – Comparação entre o valor do rendimento nominal médio mensal, por grupos de idade, Bairro Dom Bosco e bairros adjacentes - 2010*	115
Gráfico 7 – Evolução dos domicílios por número de moradores, Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora - MG, 2000 e 2010*	119
Gráfico 8 – População residente, por cor ou raça, Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora - MG, 2010	121

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da cidade de Juiz de Fora na Região Sudeste do Brasil	77
Mapa 2 – Mesorregiões e microrregiões de Minas Gerais.....	78
Mapa 3 – Municípios e população da microrregião de Juiz de Fora, MG	79
Mapa 4 – Distritos e área urbana do município de Juiz de Fora, MG	80
Mapa 5 – Principais vias que margeiam o Bairro Dom Bosco, como via de acesso à BR-040.....	99
Mapa 6 – Delimitação do Bairro Dom Bosco	109
Mapa 7 – Localização do Bairro Dom Bosco em relação às regiões de planejamento de Juiz de Fora	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Domicílios por condição de ocupação, Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora - MG, 2010.....	120
Tabela 2 – Situação dos domicílios por estrutura básica de saneamento e energia, Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora - MG, 2010	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aban	Associação Beneficente Amigo dos Noivos
Acispes	Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra
AEIS	Áreas de Especial Interesse Social
Ajadi	Associação Juiz-forana das Administradoras de Imóveis
APM	Associação Pró-Melhoramento
Av.	Avenida
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
Caem	Comissões Administrativas dos Espaços Municipais
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNPU	Conselho Nacional de Política Urbana
CPM	Cidade de Porte Médio
CPM	Companhia Paraibuna de Metais
CPS/UFJF	Centro de Pesquisa Social da Universidade Federal de Juiz de Fora
DEMLURB	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
EICLA	Empresa de Investimentos Comerciais
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
hab./km ²	Habitante por quilômetro quadrado
HMTJ	Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus
HU-CAS/UFJF	Hospital Universitário - Centro de Atenção à Saúde/Universidade Federal de Juiz de Fora
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPTU	Imposto Territorial Urbano
km	quilômetro
MG	Minas Gerais
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PGVT	Planta Genérica de Valores de Terreno
PIB	Produto Interno Bruto

PJF	Prefeitura de Juiz de Fora
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
RD	Renda diferencial
RJ	Rio de Janeiro
RP	Região de Planejamento
RU	Região Urbana
Sinduscon/JF	Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Juiz de Fora
SMJ	Siderúrgica Mendes Júnior
UAPS	Unidade de Atenção Primária à Saúde
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UPAS	Unidade de Pronto Atendimento à Saúde
UT	Unidade Territorial
VA	Valor Adicionado
VBP	Valor Bruto da Produção
ZC	Zona Comercial
ZR	Zona Residencial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	TEORIA E MÉTODO: DELIMITANDO O CAMINHO DA PESQUISA	22
2.1	ACERCA DO MÉTODO.....	22
2.2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO ESTRATÉGIA DO CAPITAL	25
2.2.1	Introdução à produção do espaço e suas relações com a categoria trabalho: o início do entendimento do espaço como mercadoria	26
2.2.2	A produção do Espaço como reprodução das relações sociais (capitalistas) de produção	32
2.3	A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO ENQUANTO VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA: O PAPEL DA RENDA FUNDIÁRIA.....	40
2.3.1	A propriedade da terra: primeiro passo para compreensão da renda fundiária urbana	40
2.3.2	O Espaço enquanto mercadoria: segundo passo para compreensão da renda fundiária urbana.....	44
2.3.3	A teoria do valor em Marx: terceiro passo para compreensão da renda fundiária urbana.....	48
2.3.4	A mais-valia: quarto passo para compreensão da renda fundiária urbana	51
2.3.5	A renda fundiária (urbana) e a valorização da terra urbana	56
2.4	O PAPEL DO ESTADO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO ENQUANTO REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO.....	61
2.4.1	A origem das classes sociais como gênese do Estado	62
2.4.2	O Estado: de um produto do antagonismo inconciliável das classes a instrumento de exploração das classes oprimidas	65
2.4.3	O papel do Estado na sociedade capitalista: a garantia da reprodução do capitalismo	67
2.4.4	Os múltiplos papéis do Estado na produção do espaço: uma estratégia do capital	71
3	O DOM BOSCO DENTRO DO CONTEXTO ESPAÇO-TEMPORAL.....	76

3.1	JUIZ DE FORA: O PRESENTE E O PASSADO DE UM CENTRO REGIONAL.....	76
3.1.1	Juiz de Fora enquanto centro regional: uma produção histórico-geográfica	83
3.1.2	O setor de serviços e a atual estrutura urbana de Juiz de Fora	91
3.1.3	A valorização da terra urbana em Juiz de Fora	95
3.2	DELIMITANDO CONCEITUALMENTE O BAIRRO: BREVES APONTAMENTOS	100
3.3	O BAIRRO DOM BOSCO: PRESENTE E PASSADO DE UM BAIRRO.....	107
3.3.1	Delimitando o bairro empiricamente.....	107
3.3.2	Dom Bosco: o presente visível.....	113
3.3.3	O Bairro Dom Bosco: um mergulho no passado	127
4	QUANDO LUTAR SE TORNA INEVITÁVEL: O BAIRRO DOM BOSCO E A LUTA POR SEU LUGAR	137
4.1	A QUESTÃO VISTA SOB O ÂNGULO DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E O PAPEL DO ESTADO.....	142
4.1.1	Os impactos dos novos empreendimentos sobre o lugar (bairro)	145
4.1.2	O papel do Estado na produção do espaço visto sob o ângulo da acumulação: o caso do Bairro Dom Bosco	154
4.1.3	O caso específico da Taxação da propriedade fundiária	166
4.2	A QUESTÃO VISTA SOB O ÂNGULO DA REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	169
4.2.1	O Caso da Escola Estadual Dom Orione	172
4.3	QUANDO O DIREITO DE SE REPRODUZIR PASSA PELA NECESSIDADE DE LUTAR	176
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS OU, NEM TUDO ESTÁ PERDIDO	183
	REFERÊNCIAS.....	186
	APÊNDICES	196
	ANEXOS	202

1 INTRODUÇÃO

“O ponto de vista da vida, da prática,
deve ser o ponto de vista primeiro,
fundamental da teoria do conhecimento. [...]”
(Lênin)

Este trabalho é uma pesquisa qualitativa, pautada em um estudo de caso sobre a produção capitalista do espaço e a consequente segregação socioespacial do Bairro Dom Bosco.

Os trabalhos iniciais desta pesquisa se remetem a uma necessidade pessoal, mas também coletiva, de um caminhar constante em busca de uma *práxis* transformadora. Pessoal, uma vez que surge de práticas individuais, por mim exercidas, há mais de 15 anos, como usuário de espaços coletivos públicos e privados (extinto campo da *Curva do Lacet*, Instituto Profissional Dom Orione¹, entre outros) localizados no Bairro Dom Bosco ou seus arredores. Junta-se a esse caráter individual o fato de meus familiares também estabelecerem um contato direto com este bairro, quer seja através de atividades profissionais (trabalhando no Instituto Profissional Dom Orione), esportivas (através da prática futebolística), educacionais ou, até mesmo, tendo como fim o lazer através de uma *simples parada* em um dos botequins do bairro.

Já a necessidade coletiva por este estudo nasce no ano de 2009, a partir de minha prática enquanto militante da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-JF)² e minha participação em pesquisas e projetos de extensão dentro do Laboratório de Territorialidades Urbano-Regionais do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora (Latur/UFJF)³. No mesmo ano, o governo do Estado de Minas

¹ Segundo informações do próprio instituto, o Instituto Profissional Dom Orione é uma sociedade de caráter beneficente, educativo e cultural que tem como objetivo prestar assistência a crianças e adolescentes carentes da cidade (Disponível em: <<http://www.orionitas.com.br/instituto-profissional-dom-orione.php>>). Este Instituto trabalha principalmente com moradores do Bairro Dom Bosco, devido, entre outros, à sua proximidade.

² A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) é uma entidade civil, de caráter técnico-científico e cultural, associação sem fins lucrativos, que tem nas últimas décadas trabalhado como grande parceira de diversos movimentos sociais.

³ Laboratório de Territorialidades Urbano-regionais é um laboratório de produção e coordenação de pesquisa e assessoria do âmbito da Geografia Urbana e Regional, coordenado pela professora Dra. Maria Lucia Pires Menezes. Seu objetivo principal é o estudo de Geografia Urbana das cidades da Zona da Mata, bem como a caracterização da rede urbana comandada pelo centro regional de Juiz

Gerais encerrou as atividades da Escola Estadual Dom Orione, em pleno ano letivo, o que gerou grande revolta por parte dos moradores do Bairro Dom Bosco (principais usuários da escola). A organização da comunidade do bairro para lutar contra o fechamento da escola gerou as condições para se adentrar na comunidade, participando e contribuindo para sua mobilização e luta. No final do ano de 2009 surge, desta ação mais prática, a ideia de produzir um artigo que buscasse entender melhor os processos de transformação pelos quais o bairro estava passando. Surge assim o artigo intitulado: “*O espaço fora do lugar: uma análise do processo de gentrificação do Bairro Dom Bosco e seus impactos para a comunidade local*”, apresentado no XI Colóquio Internacional de Geocrítica, realizado em Buenos Aires, no ano de 2010 e publicado pela revista eletrônica *Scripta Nova*, no mesmo ano.

Por isso, mais do que um projeto acadêmico, este estudo é fruto das lutas empreendidas pelos moradores do bairro, mas também pretende ser um legado para a atual e as futuras gerações de moradores da comunidade. O atual momento histórico pelo qual o bairro vem passando fortalece sua relevância, uma vez que os novos empreendimentos fixados no bairro e em seu entorno vêm promovendo profundas transformações na organização espacial do bairro.

Essas transformações estão alicerçadas por uma lógica global de produção capitalista do espaço que extrapola os limites do nosso recorte espacial. Uma lógica construída para reproduzir o atual estágio da economia capitalista pós-fordista. Sendo assim, é sobre o atual modelo baseado na acumulação flexível, que se dará a organização e produção do espaço, principalmente do espaço urbano. E isso ocorre porque a reprodução do capital encontra-se diretamente ligada à sua expansão espacial.

Sendo o sistema capitalista marcado por inúmeras contradições, a contradição fundamental encontra-se na relação capital *versus* trabalho, o espaço capitalista reproduzirá essas contradições. É neste contexto de produção do espaço que será analisada a cidade de Juiz de Fora e o Bairro Dom Bosco.

No caso do bairro aqui estudado, as transformações nele ocorridas, bem como em seu entorno, ganham relevância principalmente na década de 1970, mas é a partir dos os anos de 1980 que tomam maior dimensão.

de Fora, análise da organização interna da cidade, identificação e investigação dos vetores de expansão da cidade. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/latur/>>.

Atualmente, o bairro se encontra em um dos principais eixos de crescimento da cidade, em uma das regiões mais valorizadas da mesma, cercado por instrumentos públicos e privados que vêm contribuindo para o substancial aumento do valor da terra urbana. A nova dinâmica socioespacial acirra as contradições entre o Dom Bosco, enquanto bairro proletário, e seu entorno agora destinado ao consumo de uma classe mais abastada, até então estranha ao local. Torna-se inevitável o surgimento de conflitos.

O Estado, como já se espera, surge como um suposto apaziguador desses conflitos, dotado de uma aparente neutralidade. Neutralidade que, em essência, não existe e isto será demonstrado neste trabalho.

É neste contexto que o presente estudo tem como principal objetivo: analisar o processo de segregação socioespacial, a partir da produção capitalista do espaço, compreendendo, para tanto, o processo de valorização da terra urbana e o papel do Estado capitalista. Contudo, não se pode deixar desprezar a reação dos moradores e de suas lideranças frente a atual conjuntura que lhes é imposta.

Sendo assim, partindo desses pressupostos, questiona-se: até que ponto a racionalidade técnica, administrativa e intelectual poderá transformar para melhor as condições de vida dos moradores do Bairro Dom Bosco? Quais os impactos dos novos empreendimentos imobiliários, engendrados a partir da lógica do capital, no Bairro Dom Bosco? Qual o papel do Estado no que se refere à acumulação de capital e à reprodução da força de trabalho? Até aonde a resistência da comunidade do bairro é capaz de colocá-la como sujeitos produtores de um espaço menos desigual? Estaria o Bairro Dom Bosco sujeito a uma possível remoção de seus moradores? Quais as relações entre a produção do espaço e o modo de produção capitalista?

Todas estas questões são fundamentais para compreender a realidade geográfica de segregação socioespacial em curso na área que envolve o Bairro Dom Bosco e seu entorno e, assim municiar a comunidade para os enfrentamentos e lutas que virão pela frente. Contudo, sabe-se da inviabilidade em se responder por inteiro a todas estas questões, mas pretende-se, pelo menos, problematizá-las a ponto de melhor compreender o que se encontra por trás das aparências fenomênicas dos fatos, ainda que este exercício nos leve, ao invés de respostas, a mais questões.

Para tanto, este trabalho encontra-se dividido em mais quatro seções. A segunda seção se trata de um exercício intelectual, em que foram trabalhados o método utilizado para a realização deste estudo e a melhor compreensão de conceitos

fundamentais para o estudo de caso pretendido. É a parte que introduz a discussão sob a ótica marxista do pensar e produzir a sociedade e o espaço, compreendendo, para tanto, a tendência capitalista de tudo ser transformado em mercadoria, inclusive o espaço. Nessa seção também será abordada a valorização da terra urbana, a partir de sua relação com a extração da renda fundiária, além do importante papel do Estado para garantir a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho. Esta análise teórica, será confrontada com a realidade empírica na quarta seção deste trabalho, permitindo um desenvolvimento de uma *práxis* concebida na dimensão do campo prático teórico.

Na terceira seção, será feita a contextualização espacial e temporal da área de estudo, uma vez que a atual dinâmica na qual se encontra o Dom Bosco, está interligada a uma escala que extrapola os limites do próprio bairro e a um processo de construção histórica que envolve não só o bairro, como toda Juiz de Fora. Para tanto se realiza a apresentação do bairro e da cidade no que se refere a seu presente visível, além de mergulhar no passado tanto de um como do outro.

A quarta seção, trata do estudo de caso em si. É o momento em que a teoria será confrontada à empiria. Nessa seção dá-se a decomposição da realidade e dos processos que são empreendidos pela dinâmica do capital, alicerçado pela ação do Estado. Serão analisados os impactos dos novos empreendimentos e a atuação do Estado capitalista frente às demandas, tanto do capital como dos moradores do bairro. Compreende a análise das contradições do capital a partir de uma segregação imposta e da luta dos movimentos sociais urbanos presente no bairro estudado. Convém esclarecer que, *a priori*, não era objetivo deste trabalho analisar os movimentos de reivindicação do Bairro Dom Bosco. Contudo, no evoluir da pesquisa, observou-se que estes movimentos e as recentes lutas por eles travadas, não poderiam ser desprezados, posto que suas ações têm tido papel preponderante na reorganização espacial do bairro e seu entorno.

Para a realização desta pesquisa foi percorrido os seguintes procedimentos metodológicos: a) realização de pesquisa de campo com diversas visitas à área estudada; b) revisões bibliográficas acerca do tema; c) levantamento de dados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA); d) levantamento de dados junto à Secretária de Atividades Urbanas da Prefeitura de Juiz de Fora; e) análise de dados compreendidos na Planta Genérica de Valores de Terreno, entre os anos de 2005 e 2014 (dados adquiridos junto à Secretaria de Fazenda da Prefeitura Municipal de Juiz

de Fora); f) análise das leis que estabelecem os marcos jurídicos de produção e uso do espaço; g) levantamento de documentos nas entidades representativas dos moradores do Bairro Dom Bosco (Conselho de Saúde e Associação Pró-melhoramentos); h) pesquisa em jornais da cidade; g) entrevistas semiestruturadas com três lideranças do bairro que, para garantir seu anonimato, foram identificadas como L1, L2 e L3 (Apêndice A).

2 TEORIA E MÉTODO: DELIMITANDO O CAMINHO DA PESQUISA

Esta seção introduz a discussão, sob a ótica marxista, de conceitos que auxiliem em um melhor entendimento sobre a terra urbana enquanto mercadoria; mercadoria não acessível a muitos e que possui uma peculiaridade: ter um preço que não é definido diretamente pelo seu valor⁴ (RODRIGUES, 1997).

Para tanto, se faz necessário compreender o processo histórico de formação do Bairro Dom Bosco, aliado à estratégia do capital de transformar tudo em mercadoria, entendendo, conseqüentemente, o processo de criação de valor de uso, valor e valor de troca, passando pela formação e distribuição da mais-valia, até chegar à análise da renda fundiária e suas diversas expressões (renda diferencial, renda absoluta, renda de monopólio e renda fundiária urbana). Dessa forma acredita-se ser possível dar um passo no entendimento de conceitos que serão úteis na percepção da terra urbana como uma mercadoria, em que esta adquire seu preço a partir da renda fundiária urbana que, por sua vez, consiste em ser uma fração da mais-valia. Estas relações que só são possíveis devido ao caráter de propriedade privada da terra. Tal contribuição teórica, aliada ao entendimento do papel do Estado burguês no processo de produção capitalista do espaço, facilitará o juízo do que vem ocorrendo no Bairro Dom Bosco.

2.1 ACERCA DO MÉTODO

Para alcançar os objetivos desejados, é necessário que se parta de um método que permita um caminhar da aparência à essência, ressaltando a indispensável utilização de uma *práxis* geográfica, pois como bem lembra Moreira “A questão da *práxis* coloca-se, pois, por primeiro. O tema central de ciência, pensa-se, é o do caráter de sua *práxis*.” (MOREIRA, 2012, p. 17). O autor ainda esclarece que a *práxis* pode ser concebida a partir de dois pontos de vista: o prático-teórico e o político ideológico. “O primeiro é o terreno combinado da prática espacial e do saber

⁴ Os conceitos de mercadoria, valor, valor de uso e valor de troca, serão mais bem analisados nesta pesquisa, nas subseções 1.3.2 e 1.3.3, quando se apresentará a teoria do valor em Marx como um dos passos para se compreender a renda fundiária urbana.

espacial no plano discursivo; o segundo, o da linha de vinculação da ciência com as mobilizações sociais do tempo.” (MOREIRA, 2012, p. 17).

Ainda no que concerne ao caráter da *práxis*, Moreira (1980) alerta para a necessidade desta ter por finalidade a transformação social.

Se a produção científica não visar uma “práxis” social transformadora, visará o fim oposto. Em uma sociedade de classes não há oportunidade para equívocos: ou a ciência serve às classes dominantes, para acumular ainda mais em suas mãos capital e poder, ou serve às classes dominadas, para avançarem em suas lutas por uma sociedade nova, sem classes e opressão. (MOREIRA, 1980, p. 20).

No intuito de que não se cometa o equívoco salientado por Moreira (1980) torna-se necessário atentar para o método a ser utilizado. Ao defender a geografia social como teoria e método, Santos (2005) afirma que durante muito tempo a geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua formação. Para o autor a geografia não se preocupava com o “domínio das dinâmicas sociais que criam e transformam as *formas*, [mas sim] [...] com o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede a apreensão da realidade se não se faz intervir a história.” (SANTOS, 2005, p. 22).

Sendo assim, esse geógrafo brasileiro nos adverte para o risco de ser utilizada somente a categoria *forma* na compreensão do espaço geográfico, em que a *forma* “tomada isoladamente, [constitui-se como] uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo.” (SANTOS, 1997, p. 50). Tal equívoco torna-se cada vez mais habitual não só entre os geógrafos, mas também entre os demais cientistas das chamadas *humanidades* (NETTO, 2011).

Lefebvre esclarece que a mera observação do visível e sua respectiva descrição levariam o *pesquisador* a uma simples exposição do que já é de conhecimento de qualquer indivíduo. Ou seja, o levaria ao senso comum (LEFEBVRE, 1999).

Suponhamos alguém cheio de senso comum, um “empirista” que, conseqüentemente, tenta compreender o que se passa a seu redor. Ele contará objetos, coisas: [...] estas casas, estas ruas, estes edifícios [...] Prosseguindo seu estudo, perguntará o preço desses objetos [...] Perseguindo seu levantamento, buscará as necessidades que são satisfeitas pelas propriedades daquelas coisas. Depois disto, segundo Marx, poderá escrever um tratado de economia política, na acepção vulgar e não crítica; será uma apologia da sociedade existente. [...] Ele terá visto somente fatos

econômicos, em nenhum lugar, uma relação social. (LEFEBVRE, 1999, p. 134).

Para os marxistas, o método *materialismo-histórico e dialético* consiste em ir da aparência à essência, do visível à abstração, a partir de observações e análises críticas no intuito de transformar a sociedade. Aqui, quando se diz em *transformação da sociedade*, entende-se como a supressão do presente modo de produção capitalista e das relações de produção, dominantes na sociedade. Isto só se faz possível se compreendermos que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, mas sim uma relação em que o sujeito encontra-se implicado no objeto. Daí a impossibilidade da neutralidade e a importância fundamental da *práxis* (NETTO, 2011).

Sendo assim, “a simples descrição do caos ou do mal-estar urbanos, à maneira de uma fenomenologia, não poderia [...] convir a esse método e a essa orientação.” (LEFEBVRE, 1999, p. 171). Estudando o método marxista, Netto afirma que, para Marx, “a teoria não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto [...]” (NETTO, 2011, p. 20). A teoria seria:

[...] o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, [...] A teoria é para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. (NETTO, 2011, p. 20).

Entretanto, não se trata de suprimir ou, até mesmo, minimizar a importância da aparência, nem de dizer que as formas são meras aparências. Pelo contrário, pretende-se reforçar que, por detrás da aparência fenomênica das formas, existem suas essências, que é onde se deve chegar. Além do mais, o primeiro contato do pesquisador com o objeto se dá, quase sempre, por sua aparência, ainda que esse contato não seja nem um pouco dotado de neutralidade. Esta assertiva parte da compreensão do sujeito pesquisador como um ser social que sempre carrega consigo intencionalidades múltiplas, inerentes à sua classe social. O que se pode afirmar é que

[...] o objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não

descartável -, é aprender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. (NETTO, 2011, p. 22).

É assim, caminhando da aparência à essência, que se pretende, nesta pesquisa, evitar o empirismo descritivo. É importante apreender a essência da produção capitalista do espaço, compreendendo suas estruturas e suas dinâmicas, frutos de processos históricos e de relações dialéticas, centradas nas contradições geradas e geradoras do modo capitalista de produção, uma vez que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX apud NETTO, 2011).

Não se trata, pois, de nos atermos à mera descrição das características sociais e culturais visíveis do Bairro Dom Bosco e de seu arranjo espacial, mas sim de procurar contribuir para desvendar o porquê destas características se fazerem presentes no bairro. Quais relações estão por trás deste visível? Acredita-se assim, que este estudo só se faz possível a partir de uma *práxis* que leve em conta uma totalidade espaço-temporal, uma vez que o presente não se forja sem o passado e que “em cada lugar o tempo atual se defronta com o tempo passado cristalizado em formas.” (SEABRA apud AMBROZIO, 2013).

Afinal, como bem nos elucida Marx (1974):

Los Hombres hacen su propia historia, pero no la hacen a su libre arbitrio, bajo circunstancias elegidas por ellos mismos, sino bajo aquellas circunstancias con que se encuentran directamente, que existen y les han sido legadas por el pasado. (MARX, 1974, p. 408).

2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO ESTRATÉGIA DO CAPITAL

“A essência da aparência estará ditada pelo caráter histórico que o trabalho adquire em cada sociedade.”
(Ruy Moreira)

Neste tópico, o caminhar se dará no sentido de se entender a produção do espaço como uma estratégia para a reprodução do modo capitalista de produção. Para tanto, há que se mergulhar na discussão da produção do espaço como uma categoria social fruto das relações do homem com a natureza, que se dá como um

processo histórico, ou seja a relação do homem com a natureza implica, dentre outras derivações a questão do *trabalho*.

Após visto o processo de produção do espaço, que ocorre a partir das relações históricas entre homem e natureza e homens entre si, caberá compreender como se dá a formação do espaço sob a lógica capitalista e a forma pela qual o espaço passa a ser entendido como um reprodutor das relações sociais de produção.

2.2.1 Introdução à produção do espaço e suas relações com a categoria trabalho: o início do entendimento do espaço como mercadoria

Na expressão composta por três palavras “*Produção do Espaço*”, (dois substantivos e um conectivo) duas são chaves para este estudo: *Produção*, entendida como o ato de criar algo, realizar algo e *Espaço* por se tratar de uma categoria de estudo da Geografia. No entanto, esses dois substantivos ganham maior complexidade se situados no tempo, mais especificamente no tempo de regência do modo capitalista de produção. Neste tempo, a *Produção* passa a ser entendida como um processo produtivo embrenhado de contradições onde a contradição fundante se encontra na relação *Capital x Trabalho*. Já o *Espaço* consiste em ser um grande reprodutor das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 2008, p. 48). Isso é assim entendido na medida em que se vê o espaço não como um mero palco onde se apresenta o teatro da vida, mas como sujeito numa relação dialética constante entre homem e natureza.

No entanto, não se pretende aqui aprofundar sobre as diferentes concepções geográficas, de se entender a categoria espaço elaboradas ao longo dos anos, nem tão pouco de esgotar-se no processo histórico de conceituação desta categoria. Todavia, faz-se necessário uma introdução acerca da produção do espaço, para que se possa chegar à compreensão de alguns conceitos que interferem diretamente em sua construção, sob a lógica capitalista. Tal fato torna-se importante a partir do entendimento de que o espaço é produzido por processos anteriores ao modo capitalista de produção, sendo assim uma produção histórica.

É fato que durante certo tempo o espaço foi entendido como palco, onde se apresentava o teatro da vida humana. Neste caso o espaço nada mais seria que o

palco da ação do homem, onde o importante se remeteria, basicamente, a localizar a ação do homem. Para Carlos (2011) “Dessa situação decorrem as derivações analíticas que associam o espaço a um quadro físico, e imediatamente, materialidade.” (CARLOS, 2011, p. 63). De certa forma, até hoje tal concepção de Geografia, que se restringe à localização dos fenômenos no mapa, se faz presente em alguns estudos geográficos. Na verdade Carlos (2011) adverte que a Geografia nunca conseguiu desvencilhar-se desta concepção. Mas a mesma autora admite que, no caso da construção do pensamento geográfico brasileiro,

[...] é possível perceber uma nítida inflexão, senão ruptura, que se estabelece nos anos 1970 a partir do questionamento sobre a elaboração do pensamento constituído até então, problematizando sua potência explicativa sobre o mundo e, nessa direção permitindo construir os fundamentos da noção de produção do espaço sob a orientação do materialismo histórico. (CARLOS, 2011, p. 63).

Daí pode-se tirar algumas conclusões: a) O espaço começa a ser pensado como produção social; b) O espaço passa a ser entendido como uma produção histórica; c) A produção do espaço passa a ter lugar no entendimento da produção social capitalista.

A concepção do espaço a partir do materialismo histórico é, na visão de Carlos (2011), um salto qualitativo expressivo em direção à compreensão do mundo moderno, pois fortalece a noção de que a Geografia deva ser entendida como uma ciência que, da mesma forma que as demais ciências sociais, têm como objeto de estudo a sociedade. Mas assim como as outras ciências sociais ela – a Geografia – utilizará de suas próprias categorias analíticas como espaço, território, região, lugar e paisagem para a compreensão deste objeto em comum que é a sociedade. Aqui, o pensamento de Carlos (2011) converge com o de Moreira (2010), quando este último relaciona o homem e a natureza para apresentar a geografia como uma ciência social, se contrapondo à perspectiva de uma geografia que compreende o espaço como algo profundamente atrelado ao meio físico.

Tendo por objeto uma categoria de caráter social, o caráter científico da geografia fica determinado pelo caráter de seu objeto. Ora, o espaço é essencialmente um ente social. [...] o espaço não é suporte, substrato ou receptáculo das ações humanas. E não se confunde com a base física. O espaço geográfico é um espaço produzido. Nele a natureza não é mera base integrante. É uma condição concreta de sua produção social. E isso porque a natureza é a condição concreta da existência social dos homens.

“Conquanto a “primeira natureza” não seja o espaço geográfico, não há espaço geográfico sem ela.” (MOREIRA, 2010, p. 65).

Para Moreira (2010) os objetos contidos no espaço geográfico, oriundos da *primeira natureza* (a natureza *intocada*), seriam os únicos que não derivam do trabalho. “São valores de uso que podem servir à construção de uma sociedade dos homens ou para a produção de valores de troca numa sociedade mercantil.” (MOREIRA, 2010, p. 65). É a partir do trabalho que o homem transformaria a *primeira natureza* em *segunda natureza* e, então, transformaria a si próprio. Moreira (2010) acrescenta que o caráter social do espaço geográfico decorre de um simples fato: “de que os homens têm fome, sede e frio, necessidades de ordem física decorrentes de pertencer ao reino animal [...]” (MOREIRA, 2010, p. 65). É a existência desses fatos e a necessidade de saná-los, que leva o homem a incidir sobre a natureza transformando-a a partir do trabalho.

Com a premissa do pensamento materialista histórico e dialético, ganha força a compreensão do espaço como uma totalidade dinâmica e contraditória, construído a partir de um processo histórico fruto da relação sociedade e natureza, sendo esta, mediada pelo trabalho, este é entendido como:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula, e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 255).

Sendo assim a produção do espaço ao longo da história estaria diretamente ligada à formação do homem enquanto ser social e, logo, ao trabalho.

Ainda sob as premissas do pensamento materialista histórico e dialético, o surgimento do homem e do espaço são coincidentes. Ambos estão diretamente ligados à realização do trabalho humano. Carlos (2011) apontará que o espaço precede, e muito, ao modo de produção capitalista.

No plano da realidade, a produção do espaço é anterior ao capitalismo e se perde numa história de longa duração iniciada no momento em que o homem deixou de ser coletor e caçador e criou condições de, através de seu trabalho,

transformar efetivamente a natureza (dominando-a). O espaço como produção emerge da história da relação do homem com a natureza, processo no qual o homem se produz enquanto ser genérico numa natureza apropriada e condição de nova produção. (CARLOS, 2011, p. 64).

Para os marxistas, a gênese da produção humana, bem como do próprio homem encontra-se no *trabalho*, ou seja na relação do homem com a natureza. É a partir desta relação que o homem, ao modificar a natureza através do trabalho, acaba por modificar sua própria natureza, ou seja, ao transformar a natureza este homem já não será mais o mesmo. Engels (1979) ao defender a humanização do macaco pelo trabalho vai atribuir a esta categoria (trabalho) o fato de o homem não só fixar suas relações com a natureza, mas também suas relações com seus semelhantes. Para Engels, é a partir do trabalho que se desenvolveu a própria linguagem.

[...] o aperfeiçoamento do trabalho, contribuía para aproximar, cada vez mais, os membros da sociedade; para multiplicar os casos de ajuda mútua, de ação em comum, criando, em cada um, a consciência da utilidade dessa colaboração. Em resumo: os homens em formação atingiram um ponto em que tinham alguma coisa a dizer uns para os outros. A necessidade criou para isso, um órgão apropriado: a tosca laringe do macaco transformou-se lentamente mas num sentido definido, adquirindo modulações cada vez mais diferenciadas; e os órgãos da boca foram aprendendo gradualmente a pronunciar uma palavra após a outra. (ENGELS, 1979, p. 217).

Sendo assim, não haveriam relações sociais se não houvesse a necessidade de os homens transformarem a natureza. “[...] é o processo de produção dos bens necessários à existência humana, no bojo do qual se dão tais interações, que confere unidade entre eles e o meio.” (MOREIRA, 2010, p. 65).

Para Moraes (1984), ao definir trabalho como sendo um processo do qual participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio material com a natureza, Marx atribui ao *trabalho* a base da ontologia do ser social. Seria o *trabalho*, assim, responsável por diferenciar o homem dos demais seres do reino animal. Isto ocorre porque, diferente dos demais animais, o homem antes de produzir materialmente um determinado objeto, o constrói mentalmente, ou seja, somente o homem reflete sobre a realização de seu trabalho. Enquanto os outros animais se limitam a uma mera repetição, os homens, em sua relação com a natureza possuem uma relação de invenção.

Engels (1979) e Braverman (1981) ao discorrerem sobre esta matéria resumem a diferença do homem para os demais animais da seguinte maneira:

O primeiro, assim apresenta a questão:

O animal apenas utiliza a Natureza, nela produzindo modificações somente por sua presença; o homem a submete, pondo-a a serviço de seus fins determinados, imprimindo-lhe as modificações que julga necessárias, isto é, domina a Natureza. E esta é a diferença essencial e decisiva entre o homem e os demais animais; e, por outro lado, é o trabalho que determina essa diferença. (ENGELS, 1979, p. 223).

Enquanto que Braverman (1981) apontará para a ideia de que todo trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos.

O trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo. As atividades instintivas são inatas antes que aprendidas, e representam um padrão relativamente fixo para a liberação de energia ao receber estímulos específicos. Observou-se, por exemplo, que uma lagarta tendo completado a primeira metade de seu casulo prosseguirá construindo a segunda sem se importar mesmo que a primeira seja retirada. (BRAVERMAN, 1981, p. 50).

No entanto, Engels (1979) chama a atenção para a dominação da natureza, muitas vezes entendida como uma vitória da espécie humana. Para ele a natureza exerce sua vingança a cada uma das supostas vitórias da espécie humana.

Toda esta relação com a natureza, a partir do *trabalho* é mediada pela técnica (SANTOS, 2009). Como foi visto acima – no exemplo sobre o macaco dado por Engels – no começo, as técnicas eram bem rudimentares e se baseavam na utilização dos próprios membros do corpo humano. Esta técnica à medida que se especializava, ia gerando novas necessidades e novas técnicas surgiam. Neste desenrolar, surgem as primeiras ferramentas que não passavam de extensões do corpo humano. Assim, sucessivamente se viu surgirem as máquinas, e se vê a revolução cibernética.

A vida das técnicas é sistêmica e sua evolução também o é. Conjuntos de técnicas aparecem em um determinado momento, mantêm-se como hegemônico durante um certo período, constituindo a base material da vida e da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome seu lugar. (SANTOS, 2009, p. 176).

Cabe salientar que, cada técnica existe como fruto de um modo de produção em que ao mesmo tempo que exerce suas funções, reproduz esse mesmo modo de produção, ou seja, técnicas produzidas pelo capitalismo servirão para atender às demandas dele próprio, logo, ao acúmulo de capital.

Para Foladori (2001), as relações do ser humano estão cada vez mais mediadas por técnicas e a condição técnica na qual se encontra a humanidade, varia ao longo da história e do espaço. Para o autor é a forma social que condicionará o conteúdo material e técnico de uma sociedade e, logo, a forma desta se relacionar com a natureza. Foladori (2001) exemplifica tal afirmativa ao diferenciar três formas social de produção: Sociedade de Coletores e Caçadores, A Antiguidade Clássica e a Economia Mercantil. Para o autor, as necessidades de cada uma dessas sociedades influenciaram diretamente no desenvolvimento de suas técnicas bem como em suas relações e compreensões para com a natureza, ou seja, as relações de trabalho se mostram diferentes em cada sociedade, e até mesmo em cada fase de uma mesma sociedade e de um mesmo modo de produção.

Sendo assim, em um primeiro momento – quando as técnicas eram bem rudimentares – o homem realiza *trabalho* para satisfazer suas necessidades e as necessidades de seu grupo, mas com o desenvolvimento da produção de excedentes e o conseqüente surgimento da propriedade privada dos meios de produção, esta relação é rompida. Os homens que não são detentores dos meios de produção se veem obrigados a venderem a única coisa que lhes resta: sua força de trabalho. Aqui, o homem passa a não se reconhecer no produto de seu trabalho e, como será visto mais à frente, os objetos por ele produzidos têm seus valores de uso *desvalorizados* por seus valores de troca. Tudo que o homem passa a produzir se configura em produção de mercadoria. Dá-se o surgimento do que a literatura marxista chama de *trabalho alienado*⁵.

Dentro desta perspectiva, entendendo que na lógica capitalista tudo que se produz é ou tende a ser uma mercadoria, Carlos (2011) coloca a terra⁶ urbana, a

⁵ Trabalho alienado ou estranhado é exatamente quando o homem não se reconhece no produto de seu trabalho, por não ser possuidor do meio de produção. O que ele produz não possui para si qualquer utilidade, logo não possui valor de uso, mas somente valor de troca.

⁶ Cabe aqui um esclarecimento preliminar, mas que será retomado em momento posterior neste mesmo trabalho: Assim como Carlos (1994), entendemos pela palavra terra como sendo uma “parcela contida e inter-relacionada num espaço mais amplo; no caso específico da pesquisa, da cidade [...]. Por outro lado são relações materiais de produção específicas, num determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas, em circunstâncias históricas determinadas, que fazem da apropriação privada da terra uma condição e um produto do desenvolvimento capitalista.” (CARLOS, 1994, p. 168).

cidade e o espaço como um grande conjunto de mercadorias. Afinal, como nos aponta Santos (1988):

Toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico. Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. (SANTOS, 1988, p. 88).

Sendo assim, a produção do espaço e a compreensão do mesmo encontra-se diretamente ligada às diferentes formas com as quais o homem se relacionou com a natureza e consigo. Ou seja, cada modo de produção possui características específicas no processo de construção, relação e organização com/do espaço.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, considera-se que: “No plano mais geral a geografia é o que Karl Marx (1818-1883) disse sobre o processo do trabalho: historização da natureza e naturalização da história.” (MOREIRA, 2010, p. 63) O mesmo autor ainda complementa afirmando que “desde o aparecimento do homem sobre a Terra, história dos homens e história da natureza fundem-se e confundem-se num só e no mesmo plano.” (MOREIRA, 2010, p. 63).

Desta forma, o capital e sua geografia produzida, têm como condição necessária a superação – ou subversão como diria Moreira – da geografia pré-capitalista, isto porque “o capitalismo nasce e se expande subvertendo a relação homem-meio que não é outra coisa que o processo do trabalho dito de forma empírica.” (MOREIRA, 1987, p. 74).

2.2.2 A produção do Espaço como reprodução das relações sociais (capitalistas) de produção

Viu-se que o surgimento do espaço coincide com a realização do trabalho humano e que estes – trabalho e espaço – são anteriores ao modo de produção capitalista. O fato é que cada sociedade, cada modo de produção, terão formas particulares de produzir e de conceber seus respectivos espaços. Mesmo porque as formas de realizar *trabalho* se diferenciam de sociedade para sociedade.

No entanto, as diferentes formas de se relacionarem com o espaço, possuem uma característica em comum: em qualquer sociedade ocorreu de forma dialética. Ao

mesmo tempo em que o espaço é uma produção social, concebida a partir da transformação da natureza por meio do *trabalho*, o espaço incide e também constrói cada sociedade e cada modo de produção. Logo, se ao longo de sua história o homem se relacionou de diferentes formas com a natureza, ele produziu diferentes formas de espaço, ao mesmo tempo em que diferentes formas de homens foram produzidos. O que se quer afirmar é que “cada tempo se distingue do outro pela forma de seu espaço. Na verdade cada tempo é a sua forma de espaço.” (MOREIRA, 2010, p. 41).

Ora, se o espaço – como visto anteriormente – é produzido pelo trabalho humano, não se pode deixar de considerar que, no capitalismo, o *trabalho* encontra-se diretamente subordinado ao capital. Logo, se é a burguesia quem ordena o trabalho, é ela quem irá, pelo menos em última instância, determinar como e para quem o espaço deve ser produzido. Pode-se então afirmar que a reprodução ampliada do espaço é uma expressão especializada do processo de reprodução ampliada do capital.

Sendo a sociedade brasileira marcada por enormes e profundos contrastes sociais, o espaço geográfico produzido por esta sociedade se mostrará um reflexo desta, apresentando-se de forma fragmentada, ainda que estes fragmentos se articulem. Ou seja, assim como nas relações sociais burgueses se relacionam com proletários – ainda que seja para extração da mais-valia – no espaço, principalmente no espaço urbano, cada uma de suas partes em fragmentos também mantém relações espaciais com as demais (CORRÊA, 1995). Embora exista o espaço da burguesia e o espaço do operário, um encontra-se umbilicalmente ligado ao outro (LEFEBVRE, 2008). Na produção eles se juntam, na moradia e convivência, ou seja, na propriedade privada da reprodução social, eles se separam. No entanto, Botelho (2007) chama a atenção para que a relação entre o espaço e o modo capitalista de produção seja vista como uma via de mão dupla, que se dá a partir de uma relação dialética entre o capitalismo e o espaço. Assim, o espaço não se mostraria como um *locus* passivo das relações sociais. Ele possuiria um papel ativo na produção da sociedade capitalista, sendo utilizado operacionalmente e instrumentalmente pela classe dominante, com o objetivo de reproduzir o modo capitalista produção. Logo, uma possível subversão das estruturas capitalista passaria necessariamente pelo, com e no espaço. Isso porque:

O fato porém, é que cada estrutura do todo reproduz o todo. Assim, [...] as estruturas vindas do passado ainda que parcialmente renovadas, tenderão a continuar a reproduzir o todo tal como era na fase precedente, ainda que

parcialmente renovada. Todavia se cada estrutura conhece seu próprio ritmo de mudança, a estrutura do espaço é a instância social de mais lenta metamorfose e adaptação. Por isso, ela poderá continuar, por muito tempo, a reproduzir o todo anterior, a situação que se deseja eliminar. (SANTOS, 1980, p. 42).

O que Santos afirmou, é que em determinado momento de transição de modos de produção (logo de superação do modo capitalista de produção) o espaço pode ser um entrave a este processo, atuando assim como condicionante.

Sendo assim, pode-se afirmar que o espaço ao reproduzir as relações sociais de produção (logo, o modo de produção capitalista), ele também é forjado por essas relações dentro de um movimento dialético, em que no modo de produção capitalista, o espaço inexoravelmente irá, cada vez mais, se tornar uma mercadoria.

É nesse sentido que Carlos (2011) trabalha com o conceito de reprodução do espaço no qual, esta encontra-se intimamente ligada à reprodução do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, da divisão da sociedade em classes sociais. O que se quer afirmar é que um trabalhador que mora em um bairro de periferia social tenderá a se reproduzir perpetuamente enquanto um trabalhador, conseqüentemente explorado. Ao passo que um morador de um bairro nobre, onde são forjadas parte das relações de poder da classe dominante, tenderá a se reproduzir perpetuamente enquanto dominador e explorador. Não se trata aqui de um determinismo, mas sim de um condicionante. Não é determinismo, pois este *progredir natural* da lógica do capital pode e deve ser quebrado por processos que visam subverter a lógica dominante. No entanto, somente quem possui tal poder de subversão é a classe dominada, no caso do capitalismo, a classe trabalhadora. Qualquer outra forma de transformação do espaço, advinda da classe burguesa, não terá como objetivo a subversão, mas sim a reprodução da ordem vigente, a reprodução do capital e da sociedade de classes.

Sendo assim, a estratégia óbvia para que o capital encontre meios para se reproduzir no espaço é, sem sombra de dúvidas, a transformação do espaço em mercadoria.

Por conseguinte, Carlos (2011) elucidará para o fato de que é exatamente no capitalismo que a produção do espaço adquire uma característica jamais vista nos modos de produção anteriores. É sob a égide do capitalismo que a produção do espaço expande-se territorial e socialmente, penetrando em todos os lugares do mundo e em todas as cidades, incorporando as atividades do homem, redefinindo-se

sob a lógica de valorização do capital. Como bem afirma a autora, é neste momento que o espaço se torna uma mercadoria e seu valor de uso sucumbe-se a seu valor de troca.

Nesse contexto, o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade. A produção do espaço se insere, assim, na lógica da produção capitalista que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria. A lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca e, com isso, passasse a determinar os contornos e sentidos da apropriação do espaço, pelos membros desta sociedade. (CARLOS, 2011, p. 64).

A autora enfatiza o fato de ser neste momento que a propriedade privada irá, de forma definitiva, invadir a vida. A morada que antes representava o lugar onde os homens realizavam-se enquanto ser social, e que por isso era dotada de valor de uso, se reduz a uma mera mercadoria em que há a supremacia do valor de troca. O espaço passa a ser produzido como uma mercadoria gerida pelo império da troca. É nesse instante que o ato de habitar do homem, enquanto ser social, se transforma num mero ato de morar, ou seja, de se abrigar. O indivíduo se reduz a uma condição de simples usuário. Algumas exceções a este processo podem ser percebidas quando o grau de identidade de um determinado grupo a um determinado lugar se mostra com tal força que essa dinâmica natural do capitalismo em transformar tudo em mercadoria – inclusive a casa – sofre uma certa resistência. É o caso dos moradores de um bairro de periferia social que se encontram encurralados pelo avanço de novos empreendimentos imobiliários: a identidade deles com a sua comunidade fortalece a fixação dos mesmos a este bairro. Pode, então, haver certa resistência ao avanço desses empreendimentos e, logo, do capital. Nestes lugares o valor de uso das moradias ainda possui seu lugar ao sol. Nota-se, no entanto, que essa resistência pode atrasar o avanço da lógica do capital, mas não se pode afirmar até quando. A tendência natural é que este bairro seja incorporado à dinâmica voraz do capital.

A situação retratada acima se faz passível de ocorrência na realidade, uma vez que o espaço é uma condição geral da existência e da reprodução da sociedade: quer seja como morada, quer seja como meio de produção ou ainda como mercadoria.

No modo de produção capitalista, o espaço é entendido, em especial, como mercadoria e como meio de produção para a extração da mais-valia, além, é claro, de possibilitar a aquisição de uma renda por parte dos proprietários fundiários

(BOTELHO, 2007). O valor de troca passa a se sobrepor ao valor de uso do espaço. Para Carlos (2011) é no modo de produção capitalista e somente nele que

O espaço-mercadoria se propõe para a sociedade enquanto valor de troca destituindo-o de seu valor de uso e, nessa condição, subjugando o uso, que é condição e meio da realização da vida social, às necessidades da reprodução da acumulação como imposição para a reprodução social. É exatamente nesse momento que a extensão da propriedade se realiza plenamente, ganhando novos contornos, através da produção do espaço enquanto mercadoria e produzindo novas contradições. Neste período da história, realiza-se socialmente, por meio da apropriação privada, a lógica do valor de troca sobre o valor de uso que está no fundamento dos conflitos tanto no campo quanto na cidade. (CARLOS, 2011, p. 67).

Todavia, Botelho (2007) chama a atenção para o fato de que até no modo de produção capitalista, a relação entre capital e espaço sofre alterações, ainda que se preservem as regras gerais do jogo. Para ele o capitalismo fordista com suas bases assentadas na esfera da produção, se relacionaria de forma diferente com o espaço, se comparado à sociedade pós-fordista e o advento da ascensão da esfera financeira do capital.

Com base em Harvey (2010), acredita-se que a partir da década de 1970, mais especificamente com a crise econômica ocorrida na referida década, o capitalismo mergulhou em um caminho que o levaria à supremacia da esfera das finanças sobre a da produção. Não se trata da supressão da segunda, mas sim de uma supremacia, ainda que ambas coexistam. Aliás, é impossível referir-se às finanças sem levar em conta a esfera produtiva, uma vez que não existe uma separação absoluta entre ambas. Contudo, Ambrozio (2009) fortalece a ideia da transferência da supremacia do capital produtivo para o financeiro argumentando que foi, inclusive, a partir desta transferência que ocorreu uma mudança relativa do regime produtivo fordista para o regime flexível. E o autor ainda é categórico em reafirmar: “Regime, gostaria de repetir, conduzido pela financeirização da economia [...]”. (AMBROZIO, 2009).

Essa financeirização teria como uma de suas estratégias, encurtar o processo de valorização do capital, transformando a clássica fórmula D-M-D' em D-D'. Seria o momento em que o capital produtivo, provido de capital monetário (ou capital sobre a forma de dinheiro), temporariamente sem uso produtivo, aplicaria este capital na esfera financeira visando, adiante, adquirir os juros desta aplicação. É uma forma de fetichismo, uma vez que se trata de uma falsa valorização, já que a verdadeira

valorização passaria pela esfera da produção, possível somente a partir da realização do trabalho alienado. Todavia cabe ressaltar que esta valorização aparece como verdadeira (uma vez fetichizada) porque os homens acabam por figurar valor na forma dinheiro.

A relação entre a esfera produtiva e a das finanças se torna mais clara quando Lefebvre, nos idos de 1970 e ainda sobre a hegemonia do capital produtivo, apontava que a sobrevivência do capitalismo estava completamente ancorada na produção do espaço.

O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial. Esse é o caminho (imprevisto) da socialização das forças produtivas, da própria produção do espaço. É preciso acrescentar que o capitalismo, visando a sua própria sobrevivência, tomou a iniciativa nesse domínio? (LEFEBVRE, 2002, p.143).

Analisada 40 anos mais tarde, já reconhecendo que a sobrevivência do modo de produção capitalista se deu com o auxílio das finanças, o que acarretou numa supremacia da esfera financeira sobre a produtiva, esta afirmativa se mostra assertiva, uma vez que a realização da esfera financeira encontra-se ancorada, em muitas das vezes, aos rendimentos extraídos da produção do espaço, mais especificamente do espaço urbano. A chave da questão encontra-se no fato de que, por sua vez, a renda fundiária urbana se concretiza na compra e na venda do solo urbano além é lógico do aluguel do mesmo. O capital busca assim, num setor secundário, baseado na mercantilização do espaço, a condição para continuar sua reprodução.

O espaço – e em particular o espaço urbano – se torna fundamental para a reprodução do capitalismo, em que a predominância do financeiro para uma maior acumulação de capital encontra na produção do espaço urbano uma das condições de sua realização. Como exemplo desse espaço produzido em concordância com o capital financeiro pode-se citar: a construção de *shoppings centers*, centros empresariais, grandes condomínios horizontais e verticais, hotéis, etc. (BOTELHO, 2007). “Por outro lado, grandes operações de arranjo espacial são levadas a cabo pelo Estado, em parceria com o capital, com a finalidade de criar novos espaços que sirvam à lógica da circulação do capital [...]” (BOTELHO, 2007, p. 24), como é o caso das três operações urbanas de Juiz de Fora empreendidas no entorno do Bairro Dom

Bosco e que será objeto de estudo desta pesquisa, apresentado em seções posteriores.

Uma vez sendo na produção do espaço uma das formas de o capital se reproduzir, Harvey (2004) atenta para a necessidade de expansão contínua do capital no/com o espaço. Só assim o modo capitalista de produção seria capaz de se reproduzir ao longo do tempo. “A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, [...] o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico e político.” (HARVEY, 2004, p. 40). Trata-se do chamado ajuste espacial. Para o autor, enquanto houver margem para expansão espacial do capitalismo, haverá capitalismo. O espaço – como já pontuado acima – torna-se o subterfúgio onde o capital encontrará saída para suas crises e condições para sua reprodução. Todavia, tal estratégia não impedirá as crises corriqueiras do sistema capitalista, uma vez que estas são intrínsecas ao processo de acumulação, se apresentando como mais uma das contradições do capitalismo. “O crescimento econômico é um processo contraditório, no qual a criação das condições de sua realização cria barreiras estruturais, gerando crises que são endêmicas ao processo de acumulação capitalista.” (CARLOS, 2011, p. 103). A necessidade de expansão geográfica do capital se mostra cada vez mais necessária quanto à existência de capitais superacumulados.

O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais acumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis. (HARVEY, 2006, p. 118).

Contudo, Harvey (2006) se encerra na escala global. Por conseguinte, Carlos (2011) adverte para o fato desta expansão geográfica se mostrar visível também em uma escala mais reduzida. Seria a própria expansão do meio urbano rumo a uma sociedade completamente urbana. Esta expansão pode se dar tanto em direção a novas áreas ainda não incorporadas por inteiro à lógica capitalista, a partir dos espaços construídos e cada vez mais adensados (o processo de verticalização é um exemplo), ou ainda para áreas já extremamente sugadas pela dinâmica do capital e que tenha passado por um processo de deterioração. A segunda possibilidade se apresenta nos atuais processos de gentrificação espalhados pelo mundo. Neste caso, a gentrificação é entendida como um “processo de mudança social urbana, no sentido

de que determinadas áreas da cidade são transformadas tanto morfológica quanto socialmente.” (RIGOL, 2005, p. 99), ou seja:

Alguns espaços construídos da cidade, geralmente os centrais ocupados pela classe trabalhadora, vêm mudando radicalmente sua fisionomia e significado. Os velhos imóveis degradados e os antigos tecidos urbanos são reabilitados e renovados, o novo espaço torna-se lugar de assentamento de uma certa classe média que substitui aqueles que até então haviam ocupado o bairro degradado e um conjunto de novas atividades econômicas coloniza os espaços obsoletos ou fora de uso. Tudo isso acontece no contexto de algumas transformações sociais, econômicas e culturais de caráter global [...] (RIGOL, 2005, p. 99).

Mendes (2008), ao discutir o conceito de *gentrificação*, entende que as relações socioespaciais estruturadas por este fenômeno, são reguladas pelas estruturas capitalistas, intensificando as injustiças e desigualdades sociais e reforçando o poder da classe dominante a partir da exploração da classe dominada.

Ainda segundo Mendes (2008),

A gentrificação é, por definição, um processo de “filtragem social” da cidade, como vimos no primeiro ponto. Vem despoletar um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, iniciando um processo que opera no mercado de habitação, de forma mais vincada e concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares. Correspondendo à recomposição (e substituição) social desses espaços – tradicionalmente da classe operária/ popular – e à sua transformação em bairros de classes média, média-alta – não se pode deixar de referir, por conhecimento deste processo de “substituição social”, o reforço da segregação socioespacial, que na sua sequência parece aprofundar a divisão social do espaço urbano. (MENDES, 2008, p. 840).

Porém, cabe ressaltar que todas essas transformações não acontecem sem suas contradições apresentadas na forma de entraves. A modificação permanente do espaço, a partir da incorporação de novos fixos, ameaça os valores já fixados e que ainda não foram realizados por inteiro. Isso ocorre uma vez que, ao imobilizar o capital na construção de novos fixos, o retorno se dá a longo prazo, o que denota que o espaço, justamente por ser fruto do modo de produção capitalista, se mostra circunvalado de contradições. Mas engana-se quem pensa que estas contradições são determinadas pelo espaço em si: são contradições da sociedade que se materializam no espaço, tornando-se contradições do espaço (LEFEBVRE, 1999). São essas contradições que auferem dinamismo ao espaço sobre a lógica do capital,

mas que também geram as condições para a superação do modo capitalista de produção.

2.3 A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO ENQUANTO VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA: O PAPEL DA RENDA FUNDIÁRIA.

O ajuste espacial (HARVEY, 2004) no espaço urbano possui uma relação dialética com o processo de extração da renda fundiária urbana, já que um leva ao outro. Significa dizer que a expansão espacial do capital não se faz sem que haja a acumulação de mais capital a partir da extração de renda fundiária urbana. Caso contrário, não se faz interessante ao capital tal expansão e, como já relatado, a referida expansão espacial do capital não só é interessante como se faz necessária à sobrevivência do mesmo, ao mesmo tempo em que a própria possibilidade de extração da renda fundiária se torna uma indutora da expansão espacial do capital.

Por isso trata-se, de esclarecer o que vem a ser a renda fundiária urbana e como ela se realiza, aprofundando-se em quatro questões já citadas, porém de forma superficial: a propriedade privada (principalmente no que concerne à terra urbana enquanto partes de um todo que é o espaço); a tendência do capital em tudo transformar em mercadoria (inclusive a terra urbana e o espaço); a teoria do valor em Marx; e, por fim, a extração da mais-valia como um dos pilares para a cumulação capitalista. Assim, acredita-se ser possível, ao final da subseção 2.3, ter um melhor esclarecimento sobre como a dinâmica do capital modela o espaço de acordo com seus interesses. Este entendimento permitirá compreender melhor a atual realidade na qual está inserido o Bairro Dom Bosco.

2.3.1 A propriedade da terra: primeiro passo para compreensão da renda fundiária urbana

A primeira condição à possibilidade de se extrair a renda da terra é a condição desta terra ter um dono que poderá lucrar com tal extração. Carlos (2011, p. 95) afirma que “a propriedade da terra é tratada por Marx como categoria histórica e sua

existência é o pressuposto da existência da renda da terra que é forma econômica específica autônoma da propriedade da terra sobre a base do modo de produção capitalista”. Botelho (2007) complementa ao assegurar que:

Para que possa haver um valor de troca do espaço, é necessário que haja também “intercambiabilidade” de frações desse espaço, e essa intercambiabilidade é conseguida através do fracionamento e homogeneização de parcelas crescentes do espaço [...] Nesse sentido, a propriedade fundiária (e suas metamorfoses em direção à transformação do título de propriedade em uma ação negociável no mercado financeiro) assume importante papel na circulação capitalista, sendo a garantia contratual de intercambiabilidade entre compradores e vendedores, bem como a garantia legal de extração da renda fundiária. (BOTELHO, 2007, p. 24).

Observa-se que ambos os autores colocam a propriedade privada da terra como condição *sine qua nom* para a extração da renda fundiária. Conseqüentemente, a valorização do solo urbano, uma vez condicionada à possibilidade de se adquirir tal extração, também se encontrará entrelaçada aos limites da propriedade privada. Para tanto, deve-se compreender melhor a importância da propriedade privada para o modo de produção capitalista.

A questão da propriedade privada talvez seja a grande questão da história do homem. Élisée Reclus, nos idos de 1908, já atentava para este fato. “Um fato capital domina toda a civilização moderna: o fato de que a propriedade de um único indivíduo pode aumentar indefinidamente, e até mesmo, em virtude do consentimento quase universal, abarcar o mundo inteiro.” (RECLUS, 1985, p. 75). No entanto, cada período histórico apresenta um determinado grau de desenvolvimento da propriedade privada, mas o estágio mais avançado deste desenvolvimento ocorre no capitalismo.

Por conseguinte, cabe ressaltar que, contraditoriamente, o monopólio da propriedade privada é uma herança do feudalismo.

O monopólio do feudalismo, além de ser uma “premissa histórica”, é também uma “base continua” para o modo de produção capitalista. O significado disso é que a apropriação da renda e a existência à propriedade privada da terra são condições socialmente necessárias para a perpetuação do capitalismo. (HARVEY, 2013, p. 461).

Esta herança se fez necessária pois, se a terra estivesse à livre disposição de todos, então estaria faltando um elemento principal para a formação do capitalismo: a propriedade da terra enquanto meio de produção. Se todos tivessem acesso à terra,

não haveria mão de obra disponível para executar o trabalho alienado e, logo, não haveria a produção de mais-valia e a reprodução do capital. Harvey ainda complementa ao afirmar que:

1- Para a total dominação do capital sobre o trabalho ser conseguida, antes de tudo deve ser criada uma força de trabalho assalariada, um proletário *sem-terra*. 2- Quando o capital encontra situações em que a propriedade privada da terra não existe, ele deve dar passos ativos para criá-la e desse modo garantir a produção do trabalho assalariado. (HARVEY, 2013, p. 462).

E é neste sentido que Marx mais se atém à discussão da propriedade privada no capitalismo. Para ele, é na relação entre o meio de produção e o trabalho alienado que se encontraria uma das questões centrais do modo de produção capitalista. Uma vez definido que o trabalho se faz desagregadamente por causa dos entraves que a posse privativa dos meios de produção e, conseqüentemente, de seus frutos, impõe à sua universalização, pode-se afirmar que trabalho alienado e propriedade privada constituem respectivamente o aspecto subjetivo e objetivo do mesmo processo.

No entanto, como já mencionado neste trabalho, atualmente não se compreende a terra somente como meio de produção. A terra sob o desenvolvimento do capitalismo, tornou-se, além de meio de produção, um meio de consumo, uma mercadoria, principalmente no que diz respeito à terra urbana. Sendo assim, a propriedade privada da terra passa a cumprir não só um papel importante no que se refere à objetividade da acumulação de capital mas também cumpre um papel ideológico.

Para Harvey (2013), o capitalismo poderia, tranquilamente, separar o trabalho da terra – e assim garantir o trabalho assalariado - simplesmente assegurando que a terra não deveria ser uma propriedade comum. A terra - deveria afrontar a classe trabalhadora como um condicionante de produção não pertencente a ela – classe trabalhadora. Harvey (2013) afirma que, para tanto, bastaria que a terra se tornasse propriedade do Estado e, logo, da classe burguesa, a classe dominante. No entanto, Harvey chama a atenção para que a tal posse da terra pelo Estado não deveria ser confundida com a posse particular das pessoas, o que aniquilaria toda estrutura da produção capitalista. Contudo, o autor lembra da existência de um entrave para a posse da terra pelo Estado: essa barreira seria a abolição da renda.

Tendo em vista o fato prático de que muitos membros da burguesia [...] são proprietários de terra, um ataque a uma forma de propriedade [...] poderia lançar uma dúvida considerável sobre a outra forma. E a outra forma é a posse dos meios de produção, dos quais o capital deriva sua própria posição e legitimação legal. (HARVEY, 2013, p. 463).

Desta forma, a propriedade da terra assumiria também um papel ideológico e legitimador de todas as outras formas de propriedade, contribuindo para a preservação da reprodução das relações de produção e a consequente divisão da sociedade em classes antagônicas. É neste sentido que “argumentariam alguns, a importância de conferir privilégios de posse da moradia (posseção de um meio de consumo) à classe trabalhadora” (HARVEY, 2013, p. 463). Sob esta perspectiva, a renda poderia ser compreendida como um pagamento suplementar permitido aos proprietários de terras no intuito de assegurar a benevolência da propriedade privada em geral.

Dá-se, por fim, a relação fundamental que garante a valorização da terra urbana. É a relação direta entre a terra urbana – agora não mais na condição de meio de produção como acontece no meio rural – na condição de mercadoria e a propriedade privada desta que permitirá sua valorização a partir da capacidade de extração da renda urbana por parte de seu proprietário.

No que se refere à terra, especificamente, como um bem natural e não como produto do trabalho, ela vem sendo descartada como mercadoria. Todavia, o direito de propriedade sobre determinadas parcelas do planeta confere a seu proprietário o direito de dispor da terra apropriando-se de um lucro excedente, sob a forma de renda. (CARLOS, 1994, p. 167).

A grande questão é que: somente o proprietário da terra urbana poderá extrair a renda da terra. Daí ser a propriedade privada o primeiro passo para compreendermos a renda fundiária e o processo de valorização da terra urbana. Esse processo de valorização por sinal só se faz possível a partir da compreensão de ser a terra, como já mencionado neste trabalho, uma parcela contida e inter-relacionada em um espaço mais amplo. No caso em questão, a cidade.

“Assim, a propriedade privada de parcelas do espaço aparece como título jurídico que sacramenta o processo da apropriação que está na base do sistema capitalista de produção – tanto material quanto da vida.” (CARLOS, 1994, p. 171). Ou seja, o modo pelo qual a sociedade estiver hierarquizada em classes é que irá condicionar o modo pelo qual o indivíduo terá acesso à terra como condição de

moradia. Assim também o tamanho, o local, o tipo e a forma de moradia desse indivíduo, dependerá diretamente do modo como este se insere no processo de construção material geral da sociedade. A resultante de tal fato é a reprodução da sociedade de classes e o aumento das contradições entre estas, mais do que nunca gravadas no espaço.

Isso posta, ao que se refere à condição objetiva da propriedade da terra, – ou seja, à acumulação de capital – é exatamente o poder de ser proprietário fundiário, que permite obter a renda fundiária. Logo, a propriedade privada da terra é também uma condição para a produção do espaço como reprodução das relações sociais de produção. Logo, reprodução do capitalismo.

2.3.2 O Espaço enquanto mercadoria: segundo passo para compreensão da renda fundiária urbana

Como já dito, Carlos (2011) apresenta a terra urbana e toda a cidade como sendo uma grande mercadoria. Mercadoria que traz em sua constituição um caráter bem peculiar, uma vez que num primeiro momento, possui valor de uso, mas não valor de troca e que, por não ser fruto do trabalho humano, sequer teria um valor. No entanto, ao compreendermos que a terra urbana é parte integrante do espaço e que este, como já citado, é uma produção social fruto do trabalho humano, o mesmo acaba por obter seu valor de troca. No modo capitalista de produção a tendência é que ocorra uma maximização do valor de troca em detrimento ao valor de uso que é concebido ao espaço.

Para entender melhor esta relação da terra urbana enquanto mercadoria com “*ausência de valor*” e o espaço que constantemente se valoriza, torna-se necessário recorrer a Marx.

No primeiro capítulo de “*O Capital*”, Karl Marx (1983) entende a mercadoria como sendo parte da estratégia para se alcançar o fim último no capitalismo: a acumulação de capital. Entender o que vem a ser a mercadoria é de fundamental importância para compreender a lógica de funcionamento do capitalismo. No entanto, a compreensão de outros conceitos também é indispensável para compreender o que vem a ser mercadoria. Isso mostra o caráter dialético existente entre os conceitos

trabalhados por Marx em “*O Capital*”. Dessa forma pode-se dizer que a *mercadoria* está presente em diversos momentos do processo de acumulação de capital. Ela seria início e fim do mesmo processo, pois nela está contido desde o trabalho, passando pela circulação, adquirindo valor e preço até chegar ao seu objetivo maior: a acumulação de capital. Entende-se por acumulação de capital como “o processo pelo qual uma parte do excedente econômico é convertido em novo capital. [...] Isto quer dizer que o efeito direto da acumulação de capital é sempre aumentar a capacidade de produzir.” (SINGER, 1975, p. 57).

Retornando ao “*O Capital*”, o próprio Marx (1983) afirma que, “a riqueza na sociedade capitalista apresenta-se numa imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1983, p. 45), ou seja, é a mercadoria a forma elementar da sociedade dominada pela burguesia.

Para Marx (1983), a produção da mercadoria é característica ímpar da sociedade capitalista, sendo por meio da troca que um produto se transforma em mercadoria. Diferente de outras sociedades, no caso do capitalismo o burguês sempre produz visando a troca, por isso um produto já seria concebido como mercadoria a partir do momento que ele é imaginado, pensado pelo dono do meio de produção (MARX, 1983). Isso significa que não interessa para o burguês produzir algo que tenha somente valor de uso, mas é necessário que tenha valor de uso e valor troca, onde este último seria concebido no instante da troca e assim no instante em que se realiza efetivamente a mercadoria.

O mesmo não acontecia em outras sociedades como, por exemplo, na sociedade feudal. Tal fato Marx (1983) exemplifica em seu texto da seguinte forma:

O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso, mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca. (MARX, 1983, p. 63).

Ou seja, o máximo que se tinha na Idade Média seriam os processos de trocas simples, pautados na qualidade do produto e não na quantidade do mesmo. Mas uma coisa todas as sociedades têm em comum: tudo que se produz é fruto do trabalho humano.

Entretanto, como já mencionado, o trabalho humano no capitalismo, torna-se trabalho alienado, onde o homem não se reconhece no produto de seu trabalho, onde o produto de seu trabalho não lhe traz significado algum. Isso ocorre porque, no modo de produção capitalista, tudo o que se produz já é concebido em sua origem como mercadoria.

No caso do espaço não é diferente: sendo o espaço um produto social gerado a partir dos marcos do modo de produção capitalista, automaticamente se torna uma mercadoria. Como bem afirma Lefebvre:

O desenvolvimento do mundo da mercadoria alcança o continente dos objetos. Esse mundo não se limita mais aos conteúdos, aos objetos no espaço. Ultimamente, o próprio espaço é comprado e vendido. Não se trata mais da terra, do solo, mas do *espaço social* como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade (como se dizia). (LEFEBVRE, 2002, p.142).

Carlos (1994) ajuda a esclarecer a complicada fórmula para se compreender o espaço enquanto mercadoria. Ela faz isso ao responder a seguinte questão: partindo do pressuposto de que a terra não é um produto do trabalho humano, como poderia a terra (principalmente a terra urbana) ser entendida como uma mercadoria, se no capitalismo uma mercadoria é delineada como produto do trabalho considerado como unidade entre valor de uso e valor de troca a realizar-se no mercado?

Para Carlos (1994), ao se olhar para a terra urbana, do ponto de vista do processo de produção da cidade, o pesquisador coloca-se diante de mais uma contradição no processo de produção do espaço.

- a) De um lado, parece evidente [...] que a terra não é produto do trabalho. Nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização do trabalho humano, nem pode ter sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista.
- b) Por outro lado, o espaço geográfico, como produto do trabalho geral da sociedade, aparece, através da cidade como trabalho materializado. (CARLOS, 1994, p. 168).

Ou seja, quando alguém trabalha na terra não é para produzir terra, mas sim o fruto que é oriundo da terra, por conseguinte, o fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não. Carlos (1994) ainda esclarece que Marx, ao desenvolver a *teoria do valor*, identificou que o mesmo é fruto do trabalho, mas ele não excluiu o fato de a terra ser uma mercadoria. Entretanto, sendo o espaço um

produto social, fruto do trabalho humano, como já visto nesta pesquisa, o mesmo poderia ser entendido como uma mercadoria. Para tanto se faz necessário o partilhamento do espaço em pequenas parcelas para que estas sejam comercializadas. Carlos (1994) ainda esclarece ao afirmar que:

O espaço geográfico, produzido pelo processo de trabalho, não é exterior à sociedade, mas um produto, feito à sua imagem e semelhança. O espaço geográfico nasce do processo de construção material da sociedade, no processo de trabalho, ao contrário da terra que não é produto do trabalho. (CARLOS, 1994, p. 169).

O que se pretende dizer, é que o papel da terra, enquanto mercadoria, está diretamente ligado às articulações que esta possui com a totalidade espaço. Compreendendo que o espaço é um produto do trabalho geral da sociedade, então, sua apropriação será entendida como a apropriação do trabalho geral da sociedade. Entende-se então que o processo de valorização da terra urbana, – Carlos, aqui chega chamá-la de “*terra-espaço*” – é determinado em função do conjunto ao qual pertence, acontecendo na inter-relação entre a parte e o todo o processo de valorização real ou potencial de cada parcela do espaço. Esta valorização encontrará aporte no monopólio da propriedade privada, uma vez que é este monopólio que aufere condições de se extrair renda. Assim, a renda fundiária entra no circuito econômico como realização (econômica) do processo de valorização que a propriedade privada confere ao proprietário (CARLOS, 1994).

Logo, vê-se confirmar a afirmativa de Carlos (2011), citada inicialmente, e reforçada presentemente, quando coloca-se a terra urbana, a cidade e o espaço como um grande conjunto de mercadorias. Portanto, o processo de transformação da terra urbana, bem como do espaço, em mercadoria se mostra como condição essencial para a extração da renda fundiária urbana e também para a expansão espacial do capital. Todo esse processo é auxiliado pelo Estado, como se verá posteriormente.

Caminhando para a compreensão da peculiaridade da terra urbana que, ao contrário das demais mercadorias capitalistas, não é fruto direto do trabalho humano e por isso seu valor estaria atrelado ao fenômeno da renda fundiária urbana, se faz necessário a compreensão de como é percebida a teoria do valor em Marx e como que se dá a extração da mais-valia da classe trabalhadora.

2.3.3 A teoria do valor em Marx: terceiro passo para compreensão da renda fundiária urbana

Cabe situar o que vem a ser *valor de uso*, *valor* e *valor de troca*. Para Marx (1983), o primeiro tipo de valor estaria diretamente ligado à importância e ao uso de um determinado produto, por exemplo, à utilidade que um determinado produto tem para seu usuário. O *valor de uso*, segundo Sweezy (1967) esteve presente em tudo que a humanidade consumiu em qualquer época e em qualquer forma de sociedade. É exatamente a existência de valor de uso que permite que um produto seja trocado e se torne uma mercadoria, pois, como o próprio Marx (1983) afirma, ninguém trocaria um produto útil por um sem utilidade a ninguém. Para se produzir uma coisa com valor de uso, Marx (1983) afirma ser necessário a existência do trabalho social, sendo este requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho.

Apesar de na lógica do capitalismo todo produto já ser concebido como mercadoria no ato de sua produção, uma vez que este será destinado à troca e, assim, já nascer não só com seu valor de uso, mas também com seu valor de troca, Marx (1983) enfatiza o fato de existirem casos onde uma coisa tenha valor de uso sem ter valor de troca. É o caso de quando a utilidade desta coisa para o homem não é medida pelo tempo de trabalho. São exemplos de coisas que só possuem valores de uso: o ar, as matas virgens, os gramados naturais, etc. Outra forma de se ter uma coisa com somente valor de uso seria quando uma pessoa produzisse uma coisa para sua própria satisfação, dessa forma o produto de tal trabalho não seria concebido como uma mercadoria, pois para produzir mercadoria o produtor não precisa apenas produzir valor de uso, mas sim valor de uso para os outros. Logo, toda mercadoria possui valor de uso, mas nem todo produto que possui valor de uso é uma mercadoria. Foladori (2001) ainda chama a atenção para o fato de a não identidade entre o sujeito e o objeto por ele produzido (isso no capitalismo), ser a causa para uma atitude de desprezo com o conteúdo material do valor de uso, uma vez que este perde sua utilidade.

Sobre a segunda forma de valor citada, que seria simplesmente o *Valor*, Marx (1983) entende-o como sendo o acúmulo de trabalho destinado na produção de um

produto, sendo este trabalho contabilizado pelo tempo. Portanto, quanto mais tempo gasto para produzir uma coisa, maior seria o valor desta coisa. Mas esse valor é fruto do trabalho, não é de qualquer trabalho, mas sim do trabalho abstrato. Esse por sua vez, consiste na eliminação das diferenças entre as diversas formas de trabalho, ou seja, o trabalho específico para produzir X é diferente do trabalho específico para produzir Y. Torna-se, então, necessário abstrair essas diferenças para que se consiga quantificar o tempo de trabalho gasto na produção de uma coisa e chegar ao seu valor. Assim sendo, pode-se afirmar que toda mercadoria vai, necessariamente, absorver força de trabalho social.

Aqui cabe uma breve consideração: as crises de superacumulação estão diretamente ligadas à velocidade de produção. Quanto mais rápido se dá a produção de algo, menor é seu valor, pois menor é o tempo de trabalho gasto. Se o preço dessa mercadoria não acompanha a queda do valor, ocorre a estocagem dessa mercadoria e, por consequência, a crise de superacumulação.

A terceira e última forma de valor trabalhado por Marx (1983) é o *Valor de Troca*, que nada mais é senão a expressão concreta do valor, concebida no ato da troca e, portanto, no ato da realização da mercadoria. Para Lênin essa forma de valor seria, “primeiramente, a relação, a proporção na troca de um certo número de valores de uso de uma espécie, por um certo número de valores de uso de outra espécie.” (LÊNIN, 1980, p. 28). Diferente do *valor de uso*, o *valor de troca* é característica peculiar do modo de produção capitalista. Sweezy (1967) esclarece esta questão ao afirmar que:

Possuindo valor de troca relativo entre si, as mercadorias evidenciam sua característica ímpar. É somente como mercadoria, numa sociedade onde a troca seja método regular de realizar a finalidade da produção social, que os produtos têm valor de troca. (SWEEZY, 1967, p. 55).

Sweezy ainda completa, afirmando que “como valor, a mercadoria é característica de uma forma histórica específica de sociedade que tem duas feições identificadoras principais: 1) a divisão do trabalho e 2) a produção particular.” (SWEEZY, 1967, p. 56). Características presentes no modo capitalista de produção.

Olhando por este prisma, o valor de troca parece ser uma relação quantitativa entre mercadorias, não sendo concebido como uma relação social. Mas é aí que se encontra a chave da teoria do valor de Marx.

A relação quantitativa entre as coisas, a que damos o nome de valor de troca, é na realidade apenas uma forma externa de relação social entre os donos da mercadoria ou, o que vem a ser a mesma coisa numa produção de mercadorias simples, entre os produtores. A relação de troca como tal, [...] é uma expressão do fato de que os produtores individuais, cada qual trabalhando isoladamente, estão na realidade trabalhando um para o outro. (SWEEZY, 1967, p. 55).

Sendo assim pode-se afirmar que “o que encontra expressão na forma de valor de troca é, portanto o fato de que as mercadorias são produtos do trabalho humano numa sociedade baseada na divisão do trabalho.” (SWEEZY, 1967, p. 55).

Com o objetivo de elucidar a discussão da mercadoria e seu valor de troca como uma relação social, Marx (1983), ao final do primeiro capítulo de “*O Capital*” apresenta sua teoria do fetichismo da mercadoria. Marx entende que a confusão (bastante comum) em que o valor de troca seria apenas uma relação quantitativa entre coisas, e não uma relação social, só é possível por conta do caráter enigmático da mercadoria. Para Marx (1983) esse caráter misterioso da mercadoria consiste:

[...] simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação existente fora deles, entre objetos. (MARX, 1983, p. 71).

Assim, uma determinada relação social entre os homens, assume a *forma fantasmagórica* de uma relação entre coisas (MARX, 1983). É exatamente essa *forma fantasmagórica*, esse poder autônomo que as mercadorias exercem em seus produtores, que chamamos de fetichismo da mercadoria.

Segundo Netto (2007) é no modo de produção capitalista que o fetichismo alcança sua máxima graduação, uma vez que é nesse modo de produção que se tem a universalização da lógica mercantil. Para Netto (2007), assim como para Marx (1983), é na sociedade na qual o capitalismo impera que as relações sociais tomam a aparência de relações entre coisas.

Compreende-se assim o que vem a ser a mercadoria no modo de produção capitalista, como esta adquire valor, além de saber que um aspecto fundamental da terra urbana é “ter um preço que não é definido pelo valor de produção. Onde a terra urbana é uma mercadoria sem valor, cujo preço é definido pelas regras de valorização do capital em geral, pela produção social” (RODRIGUES, 1997, p.19), e pela relação da parte (terra urbana) com o todo (espaço). Contudo, uma questão fica no ar: como

é possível dois imóveis de mesma área, distribuição das dependências e qualidade possuírem preços diferentes, uma vez localizados em pontos distintos da cidade? Para Botelho (2007), Lefebvre (1999), A. U. Oliveira (1987), Paul Singer (1975) e Topalov (1979), entre diversos outros autores, essa diferença no preço da terra e também da terra urbana tem por base a teoria da renda fundiária onde, no urbano, a renda fundiária seria elevada pelo:

[...] rápido e intenso crescimento da população, [...] e pela conseqüente necessidade crescente de habitação daí resultante, e também pela implementação do capital fixo que se incorporaria à terra (como edifícios, ferrovias, rodovias, armazéns, estabelecimentos fabris, e comerciais, docas, etc.). (BOTELHO, 2007, p. 74).

Entretanto, conforme já informado, antes de se adentrar definitivamente na discussão sobre renda fundiária urbana, se faz necessário um breve discorrer sobre o que vem a ser a mais-valia, uma vez que no entendimento da teoria marxista todos os tipos de renda são formas transformadas da mais-valia extorquida dos trabalhadores.

2.3.4 A mais-valia: quarto passo para compreensão da renda fundiária urbana

Moreira (2011), chama a atenção para a importância da mais-valia na produção do espaço, ainda mais se tratando de Brasil: um país que possui sua industrialização ainda recente. Dessa forma, o autor se contrapõe ao entendimento de que numa sociedade pós-fordista, as discussões acerca da produção, do trabalho, da mais-valia e conseqüentemente da renda da terra, encontram-se superadas ou até fora de moda. Para Moreira (2011) a *produção* das cidades brasileiras se encontra intimamente ligada às relações de produção a partir da contradição capital trabalho, sendo desta contradição que emana a mais-valia. Entende-se que se torna trivial o estudo sobre mais-valia quando leva-se em conta que “o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção.” (LEFEBVRE, 2008, p. 48). Ou ainda quando entendemos que:

O espaço não é mais simplesmente o meio diferente, a soma dos lugares onde a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção, e, por conseguinte, da formação da mais-valia. (LEFEBVRE, 2002, p. 143).

Para Moreira (2012):

Visto na sua aparência, o modo capitalista de produção é um modo de produção de mercadorias. A produção de mercadoria, contudo, mascara a produção da mais-valia. Visto na sua aparência, apresenta-se como um modo de produção movido pelo interesse do lucro. Mas o lucro é a mera forma que assume a mais-valia após sua realização no lucro na forma de dinheiro. A mercadoria, o lucro e o dinheiro são as aparências que assume a mais-valia. (MOREIRA, 2012, p. 77).

No entanto, precede ao entendimento sobre mais-valia, a clareza de que vivemos em uma sociedade marcada pela contradição de classes. Mas o que são classes?

Chamam-se classes, grandes grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social; por sua relação, na maioria das vezes fixada e consagrada pela lei com os meios de produção; por seu papel na organização social do trabalho; e, conseqüentemente, pelos meios que têm para obter parte da riqueza social de que dispõe e o tamanho desta. As classes são grupos de homens dos quais um pode apropriar-se do trabalho de outro em virtude da posição diferente que ocupa num regime determinado da economia social. (LÊNIN, 1979, p. 30).

As classes sociais não são oriundas do modo capitalista de produção. “A história da sociedade se confunde até hoje com a história das lutas de classe.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 1982). Porém, na sociedade capitalista as classes encontram sua forma mais acabada. A diferença crucial entre as duas principais classes presentes no modo de produção capitalista está diretamente ligada aos meios de produção: burgueses (donos dos meios de produção) e proletários (donos apenas de sua força de trabalho).

Marx (1983) em “*O Capital*” (mais precisamente no capítulo 5, intitulado “*Processo de Trabalho ou Processo de Produzir mais-valia*”) elucida como se constitui o processo de geração de mais-valia e como esta se encontra intimamente ligada à lei do valor e à realização da mercadoria. No referido capítulo, Marx se centrará em duas questões: a primeira, denominada por Marx de “*O Processo de Trabalho ou Processo de Produzir Valores de uso*”, e a segunda “*Processo de Produzir Mais-*

Valia". Na primeira, o autor retoma a discussão de *valor de uso* para discutir sobre o processo de trabalho. Para Marx, na sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que o processo de produção é um processo de trabalho, é também um processo de valorização e, nesse sentido, a utilização da força de trabalho seria o próprio trabalho. Marx vai retomar a discussão do *valor de uso* (presente no capítulo 1 – “*A Mercadoria*”) e como este é forjado, porém com ênfase no trabalho e no trabalhador. Esta primeira parte constitui-se como base para o entendimento da segunda (“*Processo de Produzir Mais-Valia*”). Aqui, o autor vai apontar que só o homem é capaz de realizar trabalho e é exatamente o fato de realizar trabalho que o diferencia dos demais animais. O produto deste trabalho nada mais é senão a realização de algo previamente pensado, imaginado pela mente humana. O homem, assim, imagina um objeto e sua utilidade para só então partir para a transformação da natureza e concretização do objeto imaginado. Esse momento de imaginação seria, na verdade, um momento de alienação, de mentalização de algo – no caso o objeto desejado. Essa alienação, segundo Ricardo Antunes (2005) – sociólogo que discute o mundo do trabalho – é a alienação positiva. Nesse caso o homem estaria transformando a natureza para satisfazer sua própria necessidade, logo, o objeto por ele produzido teria somente valor de uso.

Na mesma obra, Marx (1983) aponta três elementos componentes do processo de trabalho: *Força de trabalho, matéria prima e meio de produção*. Um valor de uso poderia ser considerado tanto matéria-prima quanto meio de trabalho ou produto: tudo dependeria de sua função no processo de trabalho. Por exemplo, uma pedra utilizada para quebrar algo, seria considerada um meio de trabalho, se esta mesma pedra fosse utilizada como fonte primária para a construção de um objeto, o que a caracteriza como matéria-prima. Neste primeiro momento do capítulo 5 de “*O Capital*”, ao relacionar trabalho com valor de uso, Marx considera o trabalhador como detentor do meio de produção, logo este só produziria valor de uso para si próprio.

No entanto, a separação do trabalhador do meio de produção gera uma nova situação. A alienação antes positiva segundo Antunes (2005) passa a ser negativa. O trabalhador não vê mais utilidade naquilo que ele produz, ele não se realiza no produto por ele produzido. O valor de uso da mercadoria só existe para terceiros e não para quem a produz (o trabalhador). A separação do trabalhador do meio de produção faz com que o primeiro seja obrigado a vender ao burguês capitalista (dono dos meios de produção) a única coisa que lhe resta: sua força de trabalho.

Marx (1983) chama a atenção para dois fenômenos que ocorrem quando o processo de trabalho passa a ser o processo de consumo da força de trabalho.

1 - O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho.

2 - Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da Força de Trabalho apenas cede realmente o valor de uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. (MARX, 1983, p. 219).

No segundo momento do mesmo capítulo (capítulo 5), Marx irá estudar a produção já com o trabalhador desvinculado do meio de produção e, prontamente alerta: “Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por amor aos valores de uso. Produz valores de uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor de troca” (MARX, 1983, p. 220).

Neste momento, o possuidor da força de trabalho, ao vendê-la, como em qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena o seu valor de uso. A força de trabalho assim passaria a ter utilidade para o capitalista e não para o trabalhador. É neste momento, sob estas condições que se realiza a mais-valia. O possuidor do dinheiro e do meio de produção (o capitalista) ao pagar o trabalhador por sua força de trabalho apossa-se desta última por uma jornada inteira, mesmo que, para se manter e manter sua força de trabalho, o trabalhador necessite de apenas meia jornada. Isso significa que o valor criado pela utilização da força de trabalho de um trabalhador, em um dia, é o dobro do próprio valor de troca. Marx ainda conclui acerca da relação do valor e da mais-valia:

O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente). (MARX, 1983, p. 228).

De maneira bastante reduzida, Mandel (1975) esclarece conceitualmente a respeito da mais-valia:

A MAIS-VALIA é apenas a forma monetária do sobreproduto social. Quando é exclusivamente sobre a forma de dinheiro que a classe dominante se apropria de parte da produção de uma sociedade a que acima chamamos “sobreproduto”, já não falamos do sobreproduto mas sim de “mais-valia”. (MANDEL, 1975, p. 7).

Até aqui buscou-se compreender o que é uma mercadoria, como a mercadoria adquire valor e como a mais-valia encontra-se diretamente ligada ao processo de valorização das mercadorias. Resta-nos entender como que tudo isso se envolve no processo de valorização da terra urbana, a partir da renda urbana. Para tanto recorre-se ao filósofo francês Henri Lefebvre.

Lefebvre (1999) observa o fato de a teoria marxista da propriedade da terra, no capitalismo, não ser completa. Para o filósofo, algumas questões ficam em aberto, como: de onde vem a renda da terra? o que ela implica? Além, continua, de a teoria da distribuição da mais-valia deixar o leitor com *gosto de quero mais*. Essa teoria, como se verá à frente, é fundamental para se entender a produção do espaço urbano capitalista.

Para procurar as respostas a estas questões, o autor recorre a três estudos sucessivos de “*O Capital*”:

- a) A formação da mais-valia pelo trabalho e pelo sobretrabalho (o que permite a acumulação de capital).
[...]
- b) A realização da mais-valia: de fato é necessário que o circuito D – M – D (dinheiro, mercadoria, dinheiro) seja completado e fechado, o mais rápido possível.
[...]
- c) A distribuição da mais-valia. Cada capitalista dispõe de seu capital investido como de uma bomba aspirando mais – valia na massa. (LEFEBVRE, 1999, p. 137-138).

A partir desses três estudos sobre a formação, realização e distribuição da mais-valia, Lefebvre (1999) examina as funções e estruturas da forma urbana, legada pela história à sociedade burguesa. Assim, o autor entende que do ponto de vista da formação da mais-valia: “A cidade não tem uma função essencial. Com efeito, o lugar da exploração, onde se forma a mais-valia, é a unidade de produção [...]” (LEFEBVRE, 1999, p. 142).

No entanto, o anseio da burguesia em acumular riquezas a partir da extração de mais-valia, provoca profundas mudanças na sociedade. “A urbanização completa da sociedade, anunciada e mesmo começada antes do capitalismo, [...] prossegue

portanto e até se acelera sob o domínio da grande indústria, da burguesia e do capital.” (LEFEBVRE, 1999, p. 146). A cidade encontra-se assim ligada às forças produtivas e, conseqüentemente, à produção de mais-valia.

Do ponto de vista da realização da mais valia:

Esta realização exige primeiro um mercado, e em seguida um sistema particular de crédito, de desconto, de transferência de fundos, que permite ao dinheiro (moeda) completar plenamente sua função: parâmetro dos valores de troca, circulação das mercadorias, meio de pagamento. (LEFEBVRE, 1999, p. 142).

Não há dúvidas que a extensão do mercado também suscitou uma expansão do fenômeno urbano.

Mas, é a partir do estudo do ponto de vista da distribuição da mais-valia que a cidade mais se aproxima de seu aspecto fundiário dos dias de hoje, uma vez que “esta distribuição da mais valia passa pelo nível mais elevado da sociedade capitalista: global [...]” (LEFEBVRE, 1999, p. 155). É exatamente a distribuição da mais-valia que permite a concentração de capital nas mãos de uma determinada classe (no capitalismo – a classe burguesa) e é esta classe que tendencialmente e contraditoriamente destinará parte de seu capital para a aquisição de terras (rurais e/ou urbanas).

2.3.5 A renda fundiária (urbana) e a valorização da terra urbana

Trate-se, pois, de compreender o papel da renda fundiária na produção do espaço urbano e na acumulação de capital a partir da valorização da terra urbana, o que nos remete a uma reprodução do capital materializada no espaço – principalmente no espaço urbano. Antes de mais nada, deve-se pontuar algumas questões que permeiam a discussão sobre renda fundiária:

- (1) A renda fundiária tem origens em sistemas anteriores ao capitalismo. Porém, é no capitalismo que ela encontra campos fecundos *trabalhando*, inclusive, para a reprodução das relações de produção (BOTELHO, 2007).

- (2) A partir da segunda metade da década de 1980, diversos teóricos (quase sua totalidade) que até então se debruçavam sobre os estudos da renda fundiária abandonaram esta temática (BOTELHO, 2007).

- (3) A teoria marxiana sobre a renda fundiária encontra-se ancorada nos estudos agrários, onde a renda fundiária urbana pouco espaço encontra na obra de Marx, a não ser em algumas passagens em que Marx (1991) aponta o crescimento populacional como um dos grandes responsáveis pela elevada renda fundiária presente nas cidades.

Marx (1991) trabalhou a renda fundiária sobre dois prismas: no primeiro estão as *Rendas Diferenciais* (I e II) – provenientes das características naturais da terra ou sua localização privilegiada, ou ainda dos sucessíveis investimentos empregados à esta terra. Nestes casos, terras localizadas em solos de melhor qualidade para produção agrícola, seriam mais *valorizadas*, assim como terras que tenham sofrido alto investimento para melhorar sua produtividade (a renda da terra sempre esteve ligada à sua capacidade produtiva). Segundo Topalov (1979) essa renda tem por base

[...] a desigualdade da produtividade do trabalho segundo as unidades de produção deste que esta desigualdade tenha por origem condições não reprodutíveis pelo capital. Ela é determinada pelo excedente do preço de produção social sobre o preço de produção individual de uma certa mercadoria por uma unidade de produção determinada. (TOPALOV, 1979, p. 66).

As causas da renda diferencial são três, sendo que as duas primeiras são geradoras da Renda Diferencial I (RD-1) e a terceira da Renda Diferencial II (RD-2): a) diferença de fertilidade; b) localização das terras; c) investimentos de capital no solo para melhorar a produtividade do mesmo (OLIVEIRA, A. U., 1987).

No segundo prisma está a *Renda Absoluta* que é a que resulta do monopólio da terra por uma classe específica. É o simples fato de possuir a terra. “Diferente da renda diferencial, ela é determinada pelo excedente do valor social (ou do valor individual) sobre o preço de produção social (ou sobre o preço de produção individual) de uma certa mercadoria num certo setor de produção.” (TOPALOV, 1979, p. 66).

Sinteticamente, a renda absoluta seria um tributo pago à classe dominante, detentora de terras que a monopolizam.

Entretanto cabe, aqui, fazer uma ressalva:

Independente das diversas formas de renda da terra, correspondentes às diversas fases do desenvolvimento da produção social, todos os seus tipos têm em comum o fato de que a apropriação da renda é a forma econômica na qual se realiza a propriedade da terra. Por conseguinte, a renda é a forma econômica – na qual se realiza a propriedade da terra, quer dizer, a propriedade de determinados indivíduos sobre determinadas porções do planeta como realização econômica da propriedade da terra -, e a ficção jurídica em virtude da qual diversos indivíduos possuem com exclusividade determinadas partes do planeta. Desse modo, toda renda da terra é mais-valia, produto do sobretrabalho. (CARLOS, 2011, p. 93).

Destarte, pode-se concluir que o monopólio é a questão central para explicar a renda da terra, sendo a renda absoluta a condição de existência da renda diferencial.

Uma terceira forma de renda fundiária é posteriormente apresentada, no aprofundamento dos estudos marxistas. É a *Renda de Monopólio*: “esta é também um lucro suplementar derivado de um preço de monopólio de uma certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotada de qualidades especiais.” (OLIVEIRA, A. U., 1987, p. 76). O mesmo autor ainda torna esta questão mais fácil de ser entendida quando utiliza o exemplo de uma vitivinicultura onde se consegue um vinho de qualidade inigualável (vinho do Porto, por exemplo) o qual acaba por proporcionar um preço de monopólio (OLIVEIRA, A. U., 1987).

Neste caso,

[...] o excedente provocado pela diferença entre o preço de monopólio (aquele que é determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, sem depender do preço geral de produção ou do valor dos produtos) e o valor do produto (quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção desse produto) é um lucro suplementar; portanto, renda de monopólio. (OLIVEIRA, A. U., 1987, p. 76).

Harvey (2013) no entanto, argumenta o fato de que “Marx não achava que esse tipo de renda monopolista iria ser muito disseminado na agricultura, mas sugere que em áreas densamente povoadas as rendas advindas de casas e terras só podem ser explicáveis nesses termos.” (HARVEY, 2013, 451).

Essas formas de renda da terra podem ser auferidas de uma só vez quando a terra é vendida, ou gradativamente pelo proprietário da terra, uma vez que esteja sendo utilizada.

Independente da forma de renda fundiária, é consensual entre os autores até aqui estudados, que:

[...] todos os tipos de renda são formas transformadas de mais-valia extorquida dos trabalhadores, onde a renda diferencial e a renda absoluta são constituídas pela mais-valia produzida no setor. [...] A renda monopolista, ao contrário, é constituída de mais-valia produzida nos outros setores e transferida por intermédio do lucro. (TOPALOV, 1979, p. 67).

Finalmente, se discorrerá sobre a renda da terra urbana. Não é de estranhar que a renda da terra possua correspondente na cidade, afinal sendo a terra considerada uma mercadoria que não possui lastro na quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la, como que poderia ter um *valor*? Carlos (1994) afirma que a terra urbana, assim como no meio agrário, pode ter sua renda auferida lentamente (com os aluguéis) ou de uma só vez com a venda da mesma. Ainda que a renda da terra possua seu correspondente na cidade, Botelho (2007) salienta uma diferença crucial:

Na cidade a renda da terra perde sua forma concreta que tinha sobre a agricultura (renda em trabalho, em espécie ou em dinheiro); ela assume uma forma abstrata: a renda não se apresenta mais como um produto do solo, ela aparece como nada mais do que o juro de um capital investido. (BOTELHO, 2007, p. 74).

Lefebvre (1999) considera a existência de três tipos de renda urbana, equivalentes às rendas obtidas no meio rural: a) Renda de situação (RD-1) – está mais ligada à localização dos terrenos; b) Renda de equipamento (RD-2) – é proveniente do investimento de capital no solo urbano; e c) Renda Absoluta – essa é inerente a qualquer proprietário de terras sejam elas urbanas ou rurais.

Cabe ressaltar que, no empírico, a análise dessas rendas fundiárias no meio urbano torna-se um grande desafio ao pesquisador. Para Botelho (2007) as rendas diferenciais (I e II) não seriam facilmente dissociadas entre si, assim como as rendas de monopólio e absoluta. Além do mais, transformações nas técnicas e desenvolvimento de novas tecnologias na construção civil, costumam também alterar as relações entre as formas de renda (por exemplo, parcelas do solo antes impossíveis de ali se construir, com o desenvolvimento da técnica passam a ser receptíveis de edificações). Este fato altera completamente as relações entre as formas de renda urbana, surge, no caso do exemplo, a renda diferencial (II).

Outra problemática que envolve a questão da renda da terra é: quem de fato lucra com neste processo? A resposta tendencial seria óbvia demais: a alta burguesia,

que são os grandes exploradores da mais-valia. E, logo, os monopolistas do solo urbano. No entanto, alguns autores advertem, como Lojkine (1997):

De fato, para alguns marxistas, a apropriação da renda fundiária urbana é feita cada vez mais pela pequena e média burguesia que se aproveita da fragmentação que a grande propriedade fundiária apresenta de 200 anos para cá. (LOJKINE, 1997, p. 186).

Uma terceira questão, também, se coloca: seria a renda urbana um obstáculo para o desenvolvimento econômico bem como para a livre circulação de capitais (este fato permitiria o surgimento dos pequenos proprietários fundiários)? Para Lojkine (1997), sim. Uma vez que esses pequenos proprietários, cujos interesses de classes são diferentes, ofereçam uma resistência ao desenvolvimento monopolista. Nessa mesma lógica, quando o capitalista paga pela utilização da terra, ele está, na verdade, aplicando uma parte de seu capital em renda, imobilizando produtivamente essa parte do capital (BOTELHO, 2007).

O mesmo autor mostra outro possível caminho:

[...] a propriedade fundiária e a renda que seu proprietário tem o direito de extrair da mais-valia global tornam-se elementos constituintes da acumulação capitalista, seja através da especulação e incorporação imobiliária, seja através da circulação da renda capitalizada no mercado financeiro (hipotecas e títulos imobiliários). (BOTELHO, 2007, p. 85).

Sendo assim, a renda fundiária urbana é mais um elemento, fruto de processos contraditórios inerentes ao capitalismo. Ou seja: ao mesmo tempo em que é um obstáculo à livre circulação de capital, é estratégia utilizada para acumulação do mesmo. Mas, em um ponto as divergências se amenizam: sendo a renda fundiária urbana uma parcela da mais-valia extorquida dos trabalhadores e também componente no processo de valorização da terra urbana, ela (renda fundiária urbana) continuará a alimentar a profunda divisão econômica e social do espaço, geradora do processo de segregação socioespacial. Dá-se assim continuidade ao processo de reprodução das relações sociais de produção capitalista à luz de um desenvolvimento desigual, onde o espaço encontra-se em fragmentos.

De certo que convém, no entanto, observar que o valor da propriedade da terra na economia capitalista não passa da renda que ela proporciona, acrescida de juros. Carlos (1994) acrescenta à discussão o fato de o preço da terra ser uma

manifestação do valor das parcelas do espaço e que este preço levará em conta desde os processos cíclicos da conjuntura econômica nacional, até aspectos sociopolíticos locais. Todos esses fatores encontram-se associados ao processo de desenvolvimento urbano, onde, ao se realizarem, tem-se uma reorientação da divisão espacial. Logo, altera-se o valor das parcelas. Sendo assim, o valor da terra, e consequentemente seu preço, estaria vinculado a um conjunto de inter-relações entre as partes e o todo.

Carlos (1994) ainda acentua para o fato de ser a localização (RD-1 ou renda de situação) o cerne da questão da valorização da terra urbana. A autora, entretanto, percebe que esta localização varia de acordo com o tempo, na medida em que se desenvolvem as forças produtivas e as transformações no espaço, provenientes de investimento de capital (RD-2 ou Renda de equipamento).

A dinâmica de produção do espaço sob a lógica capitalista e do processo de valorização produzido pela capacidade de se extrair a renda fundiária urbana vista até aqui, encontra no Estado um forte aliado. Dá-se assim a necessidade de se compreender qual o papel do Estado dentro do modo de produção capitalista, e como ele interfere na produção do espaço sob as regras do modo capitalista de produção.

2.4 O PAPEL DO ESTADO⁷ NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO ENQUANTO REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Até aqui, viu-se, como o processo de produção do espaço ocorre sob a lógica capitalista, pautada na reprodução das relações sociais de produção, o que concebe a acumulação de capital por parte de uma classe dominante. Essa lógica de produção tem como consequência a intensificação das contradições entre as diferentes classes sociais. No espaço, estas contradições se materializam na fragmentação do espaço e, por conseguinte, em um forte processo de segregação socioespacial⁸. O aumento das contradições, por sua vez, remete a uma necessidade maior da contenção dos ânimos que se encontram exaltados entre as classes, sem que a reprodução do capital

⁷ O Estado, como veremos ao decorrer deste capítulo, é entendido como um fenômeno social que consiste em ser um conjunto de diversas instituições (burocráticas, militares, jurídicas) que tem como objetivo contribuir na exploração de uma classe sobre a outra.

⁸ O conceito de segregação socioespacial será melhor trabalhado em capítulo posterior deste trabalho.

se veja ameaçada, o que seria a falência do capitalismo. Surge assim, com tamanha importância, a necessidade de um agente que tome para si tal responsabilidade – conter as animosidades. Ressalta-se aqui que este agente não pode se tratar de um agente neutro, mas sim de um agente que atue para a reprodução do capital enquanto condição fundamental para a reprodução do capitalismo. Esse agente é o Estado burguês.

Estudar o papel do Estado trata-se de tarefa árdua, que constantemente acarreta em contradições por parte de quem se pretende a tanto. Diversos autores se prestaram ao estudo do Estado e um consenso estaria longe de acontecer, se é que seja possível que algum dia aconteça.

Sendo assim, não se pretende, neste trabalho, esgotarmos as questões que permeiam a compreensão do que vem a ser e qual o papel do Estado – até porque entende-se ser impossível. Trata-se de, a partir de uma abordagem ancorada no pensamento marxista, compreender melhor alguns aspectos gerais acerca do papel do Estado, para posteriormente relacioná-los à perspectiva de ação do Estado no plano da produção do espaço capitalista – mesmo reconhecendo que dentro do pensamento marxista diferentes abordagens são realizadas sobre esta matéria.

Desta forma, espera-se conseguir esclarecer algumas questões que afetam atualmente o Bairro Dom Bosco e que são consequência das constantes investidas do capital, asseguradas pela presença – ou até mesmo ausência – do Estado.

2.4.1 A origem das classes sociais como gênese do Estado

Invertam-se os papéis: ao invés de uma pergunta que suscite uma afirmativa, inicie-se pela afirmativa que levará à pergunta. Daí a afirmativa: *Nem sempre existiu Estado!* E agora segue-se a pergunta: *Por que surgirá o Estado?*

Para além da compreensão de quando surge o Estado, se faz extremamente necessário entender o porquê de sua existência.

Soares (2008) argumenta que uma das principais contribuições do marxismo à teoria do Estado “foi defini-lo como um fenômeno histórico, resultado da divisão social do trabalho e, posteriormente da divisão da sociedade em classes.” (SOARES, 2008 p. 27). Logo, se a sociedade humana nem sempre esteve dividida em classes,

o Estado não tinha a necessidade de existir. E mesmo após o surgimento das classes, o Estado passou por várias transformações, ou seja, cada sociedade forja sua própria concepção de Estado – ainda que algumas leis gerais permeiem todas as formas de Estado, como garantir a perpetuação da classe dominante.

Entretanto, recorre-se um pouco ao passado para melhor entendimento da relação entre o surgimento do Estado e das classes sociais. Mandel (1977) afirma que 90% dos anos referentes à presença humana sobre a Terra, se fez sem a presença de uma sociedade fracionada em classes. “Se avaliarmos a existência do homem sobre a Terra em 1 milhão de anos, poderemos dizer que em mais de 90% dos anos não houve classes sociais. As classes sociais só datam de 10.000 ou, no máximo 12.000 anos.” (MANDEL, 1977, p. 49). Seguindo o pensamento mandelista, o que se tinha antes era o que os marxistas chamam de comunismo primitivo. Segundo o autor, a razão para a inexistência de classes encontrava-se no fato de essas sociedades primitivas estarem acondicionadas a uma pobreza extrema. Sendo assim, a produção permitia apenas preservar a existência dos indivíduos da tribo, salvando-os da fome. Fato este que, ainda segundo Mandel (1977), levou ao desaparecimento de inúmeras tribos. Nessa fase, todo e qualquer apoderamento de parte da produção, por qualquer parcela da tribo, configuraria na insuficiência de produtos necessários a serem consumidos pelo produtor. Sem comer, o produtor se via fragilizado para voltar a produzir. O que Mandel (1977) quer apontar é que a acumulação por uma parte da tribo levaria ao fim de toda a tribo.

Noutros termos, a razão da existência do comunismo primitivo é que a produção não ultrapassava aquilo que em termos marxistas se chama produto necessário. Produto necessário é aquilo que é preciso para manter os produtores vivos e para reproduzir os instrumentos de trabalho ao mesmo nível em que eles se encontravam quando se iniciou ciclo de produção. (MANDEL, 1977, p. 50).

Este ciclo que permeou a humanidade durante a maior parte de sua estada na superfície da Terra, começa a ruir com o aparecimento de um sobreproduto social. É aqui que a sociedade começa a poder se dividir em classes. Esta nova conjuntura permitiu que uma parte da produção fosse apropriada sem que ocorresse, necessariamente, a falta de produto necessário para a reprodução do produtor.

Contudo, Mandel (1977) faz um alerta: o sobreproduto social é a pré-condição necessária, mas não suficiente, para o aparecimento das classes. Isso porque a

sociedade comunista primitiva estava sustentada por diversas relações que reproduziam o caráter coletivista dessa sociedade, sendo que para que surgisse uma classe dominante essas relações deveriam ser destruídas. Ainda segundo Mandel o processo que culminou com a destruição das relações coletivistas das sociedades primitivas se deu de forma lenta. Faltava, ainda, que este sobreproduto não fosse fruto do acaso dependendo excessivamente da natureza. Era necessário que a produção do sobreproduto se desse de forma estável e assegurada, o que só aconteceria com a revolução neolítica, ou seja, com o desenvolvimento da agricultura e da domesticação dos animais (MANDEL, 1977).

Porém, o que importa aqui, neste momento, é compreender que foi somente a partir da produção estável de um sobreproduto que as classes sociais começaram a existir sobre a face da Terra. É a partir daí que a sociedade irá se dividir entre os produtores que vivem do produto necessário e a classe dominante que se apropria do sobreproduto social (MANDEL, 1977).

Para Moreno (2008), enquanto as sociedades não auferiam o sobreproduto, a divisão social do trabalho dentro da tribo não levaria a existência de privilégios. Não haveria aqui a exploração de uma parte majoritária da tribo (que trabalhava) por uma outra parte minoritária (que apesar de não trabalhar, ficava com o que de melhor era produzido). No entanto, o autor destaca a existência de relações opressoras (adultos que oprimiam jovens, homens que oprimiam mulheres, etc.). Só com a produção constante do sobreproduto e sua apropriação por uma parcela da sociedade é que se tem uma divisão social do trabalho que levou a humanidade a se dividir em classes. Surge assim a necessidade de um agente que passe a regulamentar a vida em sociedade: o Estado.

Como já dito, o importante aqui não se limita apenas em entender o surgimento do Estado, mas, principalmente, reconhecer que este Estado surge para garantir privilégios a uma classe que nasce a partir da exploração da maior parte da sociedade.

O Estado surge então, acima de tudo como a organização com que se dota uma casta, [...] especializada na administração, controle e condução da vida social: a burocracia. Surgem grupos de homens privilegiados, que monopolizam as tarefas que anteriormente eram feitas pela tribo, democraticamente. Na tribo se administrava justiça, se ensinava, e se lutava com a participação de todos, as armas eram de todos. A partir do surgimento do Estado as castas cumprem essas tarefas. Essas castas organizadas serão as burocracias com suas organizações, as instituições. [...] Em linhas gerais,

essas instituições e burocracias continuaram sendo quase as mesmas ao longo da história. (MORENO, 2008, p. 32).

Sendo assim, o Estado não se configura como um agente externo à sociedade, pois desde a sua origem, é ele, Estado, produto de relações sociais (LOJKINE, 1997). Ou seja, à medida em que se modificam as relações sociais de produção, o Estado altera seu comportamento, pois seu caráter se define pela exploração de uma classe que o utiliza para continuar explorando as outras classes presentes em um determinado sistema.

2.4.2 O Estado: de um produto do antagonismo inconciliável das classes a instrumento de exploração das classes oprimidas

O Estado surge, então, concomitante ao surgimento das classes sociais e ao aprofundamento da divisão social do trabalho. Seu papel, de início, é o de evitar que possíveis conflitos entre as classes divergentes venham a atrapalhar o *desenvolvimento natural* das sociedades. No entanto, Mandel (1977) afirma que se engana quem pensa que este mediador de conflitos atua de forma imparcial. Daí o fato de o Estado, além de ser um produto social fruto do antagonismo de classe, se configurar enquanto um instrumento – utilizado por uma determinada classe: a classe dominante – de exploração da classe oprimida.

Engels (1982), a partir de uma análise histórica, tratará a questão do Estado da seguinte forma:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da ideia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1982, p. 191).

O Estado surge, assim, como um suposto mediador de conflitos entre as classes, no entanto, como se pode observar na fala de Engels, estes interesses são inconciliáveis. Lênin (1980), por sua vez, acusará os ideólogos burgueses e pequeno-burgueses de tentarem corrigir a teoria Marxista, de tal maneira a fazer parecer que o Estado é um órgão de conciliação entre as classes. Porém, o autor é categórico ao afirmar que tal conciliação seria impossível, uma vez que, para Marx, o Estado não poderia nem ter surgido, quanto menos se manter, caso a conciliação das classes fosse possível. “Segundo Marx, o Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito das classes.” (LÊNIN, 1980, p. 226). Perceba-se aqui que conciliação se faz diferente do ato de mediar.

No entanto, apesar de se concordar com a afirmativa de Lenine, converge-se, também, para as ideias de Harvey (2006), as quais atestam que: para que consiga cumprir com sua função de moderar os conflitos entre as classes, *garantindo* o interesse comum das mesmas, o “Estado tem de assumir uma existência ‘independente’, tornando-se assim o lugar de um ‘poder alienígena’, por meio do qual pode dominar indivíduos e grupos.” (HARVEY, 2006, p. 80). Entre os diversos instrumentos de dominação auferidos pelo Estado encontram-se alguns nitidamente presentes nos dias de hoje: a lei, o poder de tributação e o poder de coação. Estes instrumentos atuam de forma articulada. Por exemplo: parte dos tributos arrecadados é o que garante a manutenção da coação que se faz perante o que rege a lei.

Para Engels (1982) o Estado é um instrumento de exploração da classe oprimida que perdura na história desde suas origens. Para tanto o autor assegura que:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 1982, p. 193).

Contudo, o uso do Estado como instrumento de exploração de uma classe sobre a outra, gera uma contradição importante. Enquanto a classe dominante

executa seu poder em benefício próprio, esta ver-se obrigada a proferir um discurso afirmando que suas ações são para o bem de todos. (HARVEY, 2006) Para o autor, esta contradição é parcialmente resolvida a partir da adoção de duas estratégias:

A primeira estratégia, encarregada de expressar a vontade de domínio e as instituições pelas quais essa vontade se manifesta, deve parecer independente e autônoma em seu funcionamento. Os funcionários do Estado, portanto, precisam se apresentar como órgãos da sociedade, situados acima da sociedade [...]. A segunda [...] se baseia na conexão entre ideologia e Estado. Especificamente, os interesses de classes são capazes de ser transformados num “interesse geral ilusório”, pois a classe dirigente pode [...] universalizar suas ideias como ideias dominantes. (HARVEY, 2006, p. 81).

Harvey (2006) esclarece, ainda, para o fato de que pode o Estado, ser representado como idealização abstrata do interesse comum, onde o mesmo torna-se encarnação abstrata de um princípio *moral* (nacionalismo, patriotismo, fascismo, todos apelam para isso em algum grau).

No entanto, são exatamente as contradições as responsáveis pelo caminhar da sociedade. E nenhuma contradição histórica se faz eterna. Daí o fato de que ocorram “períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes.” (ENGELS, 1982, p. 193).

Assim, independentemente de qualquer formulação jurídica, é o caráter sócio-histórico do Estado, responsável por definir a forma com a qual o mesmo atua sobre a sociedade, logo sobre o espaço.

2.4.3 O papel do Estado na sociedade capitalista: a garantia da reprodução do capitalismo

No capitalismo não é diferente. Nele, também, existe uma sociedade dividida em classes e, assim como se viu até aqui, é papel fundamental do Estado, garantir, minimamente, a relação *pacífica* entre as classes antagônicas (burguesia⁹ e proletariado) presentes neste sistema. Para tanto, os burgueses, enquanto classe

⁹ Por burguesia compreende-se: a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. No capitalismo, é a burguesia, enquanto classe dominante, quem controla o Estado.

dominante, tentarão a todo custo garantir a aparente *neutralidade* do Estado. O que a teoria marxista de fato faz é desmistificar esta suposta neutralidade do Estado, caminhando, assim, da aparência para a essência.

Apesar de Marx não ter nenhuma obra destinada à temática do Estado, pode-se perceber este tema circunscrito por toda sua obra. Em *O Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1848, Marx garantia ser o Estado, no capitalismo, o comitê executivo da burguesia. “Neste regime, o governo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os interesses comuns de toda a burguesia.” (MARX; ENGELS, 1982, p. 21). Ora, se o Estado é dirigido pela burguesia, ele automaticamente irá governar para atender aos interesses desta classe.

Bukharine e Preobrazhensky (1922) é categórico ao afirmar que:

O esteio mais firme da burguesia é a organização do Estado. Em todos os países capitalistas, o Estado não passa de uma coligação de patrões. Escolhamos, ao acaso, qualquer país: a Inglaterra ou os Estados Unidos, a França ou o Japão... Ministros, altos funcionários, deputados, são sempre os mesmos capitalistas, proprietários, usineiros, banqueiros ou seus servidores fiéis, e bem pagos, que os servem, não por medo, mas cheios de zelo [...] (BUKHARINE; PREOBRAZHENSKY, 1920)¹⁰.

Para o autor, até mesmo quando o Estado garante certos benefícios ao proletariado, este o faz em interesse da classe dominante. Esta *falsa benevolência mascarada* pode se dar de diferentes formas. Aliás, a burguesia, através do Estado, é mestra em inventar novas fórmulas para aplicá-la. Mas, as principais facetas desta prática se encontram nos atos de: (1) oferecer condições para a reprodução da classe trabalhadora, uma vez ser ela a força motriz do capitalismo e, desta forma, o Estado muitas das vezes é o responsável por garantir hospitais, escolas, saneamento básico, leis que beneficiam os trabalhadores, etc.; (2) oferecer ao trabalhador o uso parcial de certas benfeitorias, como por exemplo, a construção de estradas, ferrovias, etc. Neste caso, os trabalhadores também as utilizam, mas há de se ressaltar que a circulação de pessoas e principalmente de mercadorias é antes de mais nada, uma necessidade à acumulação de capital. Neste sentido cabe ponderar que “quanto mais longo o tempo de giro¹¹ de determinado capital, menor é o rendimento anual da mais-valia” (HARVEY, 2006, p. 50).

¹⁰ Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/bukharin/1920/abc/cap1.htm#s11>>.

¹¹ Entende-se o tempo de giro de um determinado capital, como sendo a soma do tempo de produção mais o tempo de circulação (MARX apud HARVEY, 2006).

Contudo, o Estado capitalista ao longo do tempo pode sofrer alterações, desde que não comprometa sua característica central: a de contribuir para a dominação de uma classe sobre a outra – no caso do capitalismo, a dominação da burguesia sobre o proletariado. Neste sentido, Moreno (2008), contribui ao expor que o Estado burguês se alterou por inúmeras vezes, dando origens a diferentes regimes¹² (monarquias absolutistas, monarquia parlamentar, repúblicas diversas, ditaduras), mas que em nenhuma delas ele deixou de ser um Estado burguês. Em alguns casos, são regimes com ampla democracia burguesa, que até permitem a organização da classe trabalhadora. Em outros casos dá-se o contrário e se extingue qualquer tipo de liberdade até mesmo para as organizações burguesas. (MORENO, 2008).

Essas mudanças são fruto das próprias contradições que pairam sobre a sociedade capitalista. Na maioria das vezes, fruto das crises que se abatem sobre o capital; por outras da variação na correlação de forças entre as classes. A segunda pode gerar condições para que, em determinados momentos históricos, a classe trabalhadora consiga inúmeras conquistas, ainda que parciais. São exemplos de algumas conquistas parciais dos trabalhadores: a social democracia europeia, ou ainda em escala mais reduzida, as conquistas trabalhistas brasileiras. O que não se pode perder de vista é que todas estas conquistas são parciais, impregnadas de contradições e sujeitas a retrocessos ao longo do tempo (exemplificando, como em momentos de crises).

Um ótimo espelho para a compreensão da ideia de que o Estado de fato serve à classe burguesa, é falar das crises, pois costuma ser nelas que a classe trabalhadora mais perde direitos (a flexibilização das leis trabalhistas, muito presente nestes momentos é só, um modelo). Por outro lado, o Estado tenta garantir, a todo custo, a manutenção dos rendimentos das grandes empresas. Mesmo que estas cheguem a condição de falência, o Estado as socorre comprando-as, saneando-as e depois as devolvendo para a iniciativa privada. Estes são só alguns exemplos que ficaram ainda mais claros na crise que se aprofundou na segunda metade da última década.

¹² Não se deve confundir os diferentes regimes com os diferentes tipos de Estado. O Estado se define [...] pelas classes ou setores de classe que o dominam. O regime, pelas instituições. [...] (MORENO, 2008). Para se definir o Estado utiliza-se a pergunta: Qual classe ou quais setores de classe tem o poder político? Para definir o regime a pergunta é: Através de que instituições essa classe governa em determinado período ou etapa. Há ainda os governos, estes são os homens de carne e osso que, em determinado momento, estão à cabeça do Estado e de um regime político. Essa categoria responde à pergunta: Quem governa? (MORENO, 2008).

Nota-se, assim, algumas diferenças referentes ao papel do Estado na sociedade capitalista se comparado às demais sociedades onde o Estado também se fez presente. Isso porque a classe que o comanda agora é outra. Os interesses destas são outros. A forma com a qual se materializa a exploração de uma classe sobre a outra é diferente. Logo, para garantir o funcionamento da engrenagem da máquina capitalista, o Estado terá que ter maleabilidade para *mediar* o atual conflito de classes. Ou seja, cabe ao Estado garantir as condições necessárias para a acumulação de capital por parte da burguesia, ao mesmo tempo em que garante a passividade da classe explorada, o proletariado. Como que ele consegue realizar tal tarefa? É o próximo passo.

Para responder a tal questão, Harvey (2006) retoma algumas condições para que as relações de troca e de valor de troca, que se situam no centro do funcionamento do modo capitalista de produção, se concretizem.

1 O conceito de “pessoa jurídica” ou “pessoa física” ambas “pessoas” despidas de todos os laços de dependência pessoal, [...] e, aparentemente, “livres” para “entrar em conflito entre si e se envolverem em trocas dentro dessa liberdade”. 2 Um sistema de direito de propriedade, que assegure que os indivíduos obtêm o domínio sobre os valores de uso apenas mediante a propriedade ou troca. 3 Um padrão comum de valor de troca [...], o dinheiro. 4 A condição, na troca, de dependência recíproca, resultante do fato de que toda produção do indivíduo depende da produção e do consumo de todos os outros indivíduos. A condição de “livre individualidade e igualdade” é, portanto socialmente determinada; alcança-se nas condições aceitas na sociedade e com os recursos fornecidos pela sociedade; daí [ela] se dedicar à reprodução dessas condições e desses recursos. A partir disso surge a separação entre os interesses privados e as necessidades sociais; esta última se afigurando como um “poder alienígena” (o Estado) sobre o indivíduo (HARVEY, 2006, p. 82).

Sendo assim, o autor constata que no modo de produção capitalista, as relações de troca originam noções específicas de liberdade e igualdade dos direitos e da justiça. Ainda segundo Harvey (2006), Marx observou que tais conceitos cumprem um papel ideológico dentro do sistema capitalista. Entretanto, na mesma obra, Harvey complementa este entendimento afirmando que dentro do modo capitalista de produção, estes conceitos são mais do que simples ferramentas ideológicas.

Eles se ligam ao Estado, incrustando-se formalmente no sistema legal burguês. O Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade direito, correspondente às relações de troca sob o capitalismo. (HARVEY, 2006, p. 83).

São então, as tarefas imprescindíveis do Estado burguês: a garantia do direito da propriedade privada, o cumprimento dos contratos (com destaque para os contratos de trabalho), a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via banco central, por exemplo) (HARVEY, 2006). Outras tarefas também são designadas ao Estado, como o provimento de bens públicos e infraestruturas sociais e físicas, mas estas são tarefas secundárias, voltadas para garantir as primeiras.

Neste contexto, o Estado de direito do qual tanto se orgulham os liberais, não passa do *direito à propriedade*. Veja-se um exemplo: apesar de a Constituição Brasileira garantir o direito ao emprego, à terra e à moradia, estes *direitos* não podem ser exercidos plenamente pela maioria do povo, acima do direito da propriedade privada. Estes direitos são exercidos, plenamente, por uma minoria ainda que isso custe o desemprego de muitos e a morada precária – e até mesmo na rua – de outros. É em nome da garantia desse sistema, dessa lógica que, em última instância, sempre vai agir o Estado “*democrático*” burguês.

Para garantir esta estrutura sistêmica, o Estado vai utilizar de todo seu arcabouço ideológico, legal e repressivo, pois independentemente da forma com que o Estado burguês apareça, ele sempre será um instrumento de dominação de classe e, por conseguinte, de reprodução do modo capitalista de produção.

2.4.4 Os múltiplos papéis do Estado na produção do espaço: uma estratégia do capital

Sendo o *espaço* um produto social, portanto incrustado de contradições, o Estado também possui papel fundamental na produção do mesmo. Além disso, cabe ressaltar que o espaço, aqui concebido, não cumpre um papel passivo na formação social. Destaca-se que, como já visto, o espaço é aqui compreendido como um produto social que simultaneamente contribui para a reprodução da sociedade.

Neste sentido, o Estado como um produto social, no caso capitalista dominado pela burguesia, acaba por agir sobre o espaço de forma a garantir a reprodução ampliada do capital. O que se pode dizer é que, tanto o Estado como o espaço

produzido pelo modo capitalista de produção possuem algumas características comuns: ambos são produtos sociais e são reprodutores de um determinado modo de produção, no caso atual, no modo de produção capitalista. Outro resguardo que se deve fazer é quanto ao caráter mercadológico que o espaço adota no capitalismo: uma mercadoria que possui algumas peculiaridades no que se refere à sua forma de adquirir valor, como já visto. No entanto, as peculiaridades do espaço não param por aí.

Ao tratar a relação do Estado com a produção do espaço, Carlos (1994) lembra que o Estado atua diretamente no processo produtivo para garantir os interesses da classe dominante. No entanto, a autora chama a atenção para a forma com a qual se dá a intensidade do papel do Estado na produção do espaço.

No caso específico do espaço diferenciado da produção de outras mercadorias, há o investimento maciço do Estado na reprodução de condições necessárias ao desenvolvimento do sistema, que implica a continuidade dos processos de produção – distribuição – troca – circulação – consumo. (CARLOS, 1994, p. 192).

Sendo assim, Carlos (1994) afirma que o papel do Estado é o de coibir a queda tendencial da taxa de lucro. Para tanto, o Estado garante sua ação com práticas que tendem a diminuir o tempo de giro das mercadorias, o que implica na construção de infraestruturas – no espaço. Ao construir estas infraestruturas o Estado está a produzir espaço.

Contudo, ao garantir investimentos em infraestruturas espaciais visando a reprodução da acumulação capitalista o Estado aprofunda as contradições entre as classes, manifestadas no espaço a partir da fragmentação do mesmo. Um espaço fragmentado é característica marcante de numa sociedade dividida em classes.

Para Botelho (2007), mais do que garantir a diminuição do tempo de giro das mercadorias, compete ao Estado, outra tarefa contributiva para o aumento das contradições entre as classes: a tarefa de garantir a valorização dos capitais aplicados no setor imobiliário¹³.

¹³ Por setor imobiliário entende-se como sendo o conjunto de atividades que envolvem os subsetores de materiais de construção, de construção de edifícios e obras de engenharia civil, bem como aqueles ligados ao terciário, tais como as atividades imobiliárias e as atividades de manutenção predial (BOTELHO, 2007, p. 25).

O Estado tem, como uma de suas funções, a de criar mecanismos que minimizem os obstáculos aos investimentos do setor imobiliário no urbano sem colocar em questão a existência da propriedade privada do solo. A legislação de regulamentação de usos do solo e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infraestrutura, e os planos de revalorização de áreas urbanas degradadas são alguns exemplos de atuação do Estado que tem por fim a valorização dos capitais aplicados no setor imobiliário, em particular, e do próprio capital, em geral. (BOTELHO, 2007, p. 27).

Piquet e Ribeiro (2001) são categóricas ao afirmar que esta relação de compadrio entre capital e Estado é necessária tendo em vista quatro fatores principais que inviabilizam os investimentos por parte do setor privado:

- O elevado volume de capital exigido pelos empreendimentos em infraestrutura e o longo período de rotação desse capital;
- A exploração privada dos empreendimentos, pressupõe a existência de atividade econômica que os utilizem, uma vez que os investidores privados só aplicam onde exista possibilidade de rentabilidade;
- A construção de equipamentos de infraestruturas exige a disponibilidade de grande quantidade de solo e esse solo não pode ser parcelado, ele tem que ser contínuo, o que está fora de alcance do setor privado sem a ingerência do Estado;
- O caráter não fracionável desses empreendimentos em infraestruturas, também se constitui em uma barreira para à sua circulação mercantilizada (PIQUET; RIBEIRO, 2001).

A questão é que todo este investimento, por parte do Estado, na produção do urbano para satisfazer as necessidades do capital, acaba por gerar a valorização da terra urbana, quer seja com o investimento em infraestrutura e ou equipamentos (Renda de equipamento – RD-2), ou, inclusive, enquanto proprietário fundiário (renda absoluta), demonstrando, por fim, a relação dialética do Estado com o capital, onde um reproduz o outro.

No entanto, o papel do Estado na produção do espaço não se dá somente sob o ângulo da acumulação de capital. O Estado também possui papel fundamental no que se refere a reprodução da força de trabalho (da classe trabalhadora). Isso porque o capitalismo constitui-se como um modo de produção que vive da exploração de uma classe sobre a outra. Ora, se a classe trabalhadora não se reproduz, de onde a burguesia tiraria seu sustento? Ou seja, sendo a reprodução da classe trabalhadora

uma questão fundamental para a reprodução do capitalismo, caberá ao Estado garantir condições mínimas¹⁴ para a reprodução desta classe.

Neste sentido, o papel do Estado se torna vital, tendo em vista que grande parte da população não pode satisfazer determinadas necessidades (tais como saúde, transporte, educação, moradia, saneamento) exclusivamente por meio de seus salários e de modos de consumo privados. Além do mais, parte da força de trabalho, sempre haverá de se encontrar desempregada e, portanto, sem salários, dependentes direto do amparo do Estado. Cabe ressaltar que a condição do desemprego no capitalismo é de fundamental importância para regular o preço da força de trabalho, logo, o lucro do capitalista. Daí a necessidade, até mesmo, da reprodução do exército de reserva.

Para Piquet e Ribeiro (2001) os limites dos salários são responsáveis pelo surgimento de um sistema público de manutenção da força de trabalho. Tal manutenção é feita sob duas formas principais: (1) *Transferências, em forma monetária, que dão acesso a consumos mercantilizados* (auxílio doença, maternidade, salário desemprego, bolsa família, etc); (2) *Fornecimento direto de equipamentos coletivos*: escolas e hospitais públicos, transporte (sistema viário), calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, entre outros.

O que já se viu – e aqui fica mais claro – é o fato de os investimentos públicos em equipamentos coletivos, ainda que beneficiem os trabalhadores, são, acima de tudo, condições necessárias para o acúmulo de capital. Sendo assim, a ação do Estado sobre o espaço (no caso em questão, espaço urbano) não se dará de forma igualitária, sendo sempre beneficiados, em última instância, os interesses do capital. É exatamente em decorrência desse desempenho espacialmente desigual, enquanto provedor de serviços públicos, que o Estado será alvo de reivindicações de segmentos da população, mais comumente de segmentos da classe trabalhadora.

Assim, no empírico prático, o Estado capitalista além de prover equipamentos de uso coletivo, dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar na produção do espaço urbano. São eles:

¹⁴ As condições de vida oferecidas pelo Estado burguês tendem a ser sempre mínimas. Mandel (1982) ao grafar sobre o capitalismo tardio aponta para o fato de ser nos países onde as condições se apresentam mais precárias, os lugares onde as condições de reprodução da força de trabalho se apresentam mais próximo do mínimo. No entanto estas condições podem ter melhoras através de conquistas provenientes das organizações e lutas dos trabalhadores.

- Estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço;
- Taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas: diferenciais espaciais dessa taxaço refletem e condicionam a diferenciação socioespacial no espaço urbano;
- Produzir as condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfegos, sistemas de energia, água esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento [...]
- Controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais;
- Tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intra-urbano para determinados grupos sociais – esta ação tende, via de regra, a reforçar a diferenciação interna da cidade no que diz respeito à segregação residencial.
- Tornar-se produtor industrial, interferindo assim na produção do espaço, por meio da implantação de unidades fabris [...] (CORRÊA, 2012, p. 45).

Como se pode perceber, o Estado capitalista exerce múltiplos papéis no que tange a produção do espaço. Para Corrêa (2012) esta multiplicidade decorre do fato do Estado se constituir enquanto uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam. Contudo, não se pode perder de vista os seguintes elementos destes conflitos: (a) a ação do Estado a partir da produção e reprodução dos equipamentos coletivos seguem duas lógicas – a da acumulação de capital e a da reprodução da força de trabalho (onde a segunda se faz necessária para a existência da primeira (PIQUET; RIBEIRO, 2001); (b) em todas as instâncias de ação do Estado, este sempre tenderá a agir em prol da classe dominante (exceções ocorrem quando, por exemplo, segmentos da população se mobilizam e equilibram as correlações de força) (BOTELHO, 2007; CARLOS, 1994); (c) a atuação do Estado varia de acordo com o contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa (CORRÊA, 2012).

Este assunto encontra-se longe de se esgotar. No entanto, o objetivo desta seção era, simplesmente, o de esclarecer algumas formas de atuação do Estado na produção e organização do espaço urbano. Estes esclarecimentos servirão de suporte teórico para compreender a atual dinâmica na qual encontra-se mergulhado o Bairro Dom Bosco, matéria a ser estudada a partir da seção que se segue.

3 O DOM BOSCO DENTRO DO CONTEXTO ESPAÇO-TEMPORAL

Realizada a apresentação dos marcos teóricos que norteiam esta pesquisa, trata-se agora de adentrar nas especificidades do recorte espacial, que se refere ao Bairro Dom Bosco, localizado na cidade mineira de Juiz de Fora.

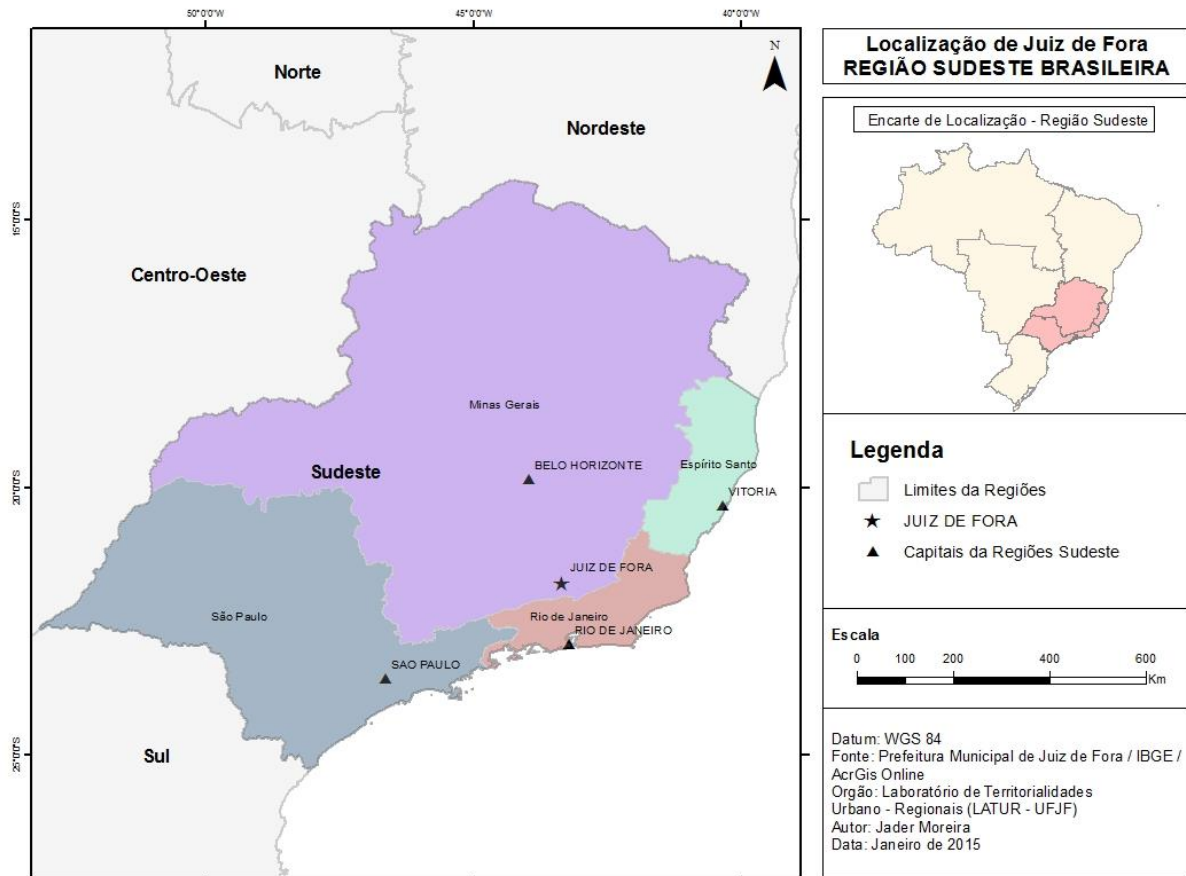
Contudo, pretende-se, nesta seção, contextualizar espacialmente e temporalmente a área de estudo, visto que os processos que se encontram em evidência no presente do Dom Bosco, estão interligados a uma escala que extrapola os limites do bairro e a um processo de construção histórica que envolve não só o bairro, como toda cidade juiz-forana.

Para tanto, esta seção se subdivide em subseções que permitem conhecer a realidade do Dom Bosco frente a nova estrutura urbana de Juiz de Fora, moldada aos interesses do capital, recorrendo à formação histórica da cidade e do bairro. Acredita-se que, assim, na quarta seção, se possa, aprofundar nos processos atuais geradores de profundas contradições que vêm ocorrendo no Dom Bosco e nas consequentes lutas que emergem no seio de um bairro segregado, mas que tem como horizonte o direito à cidade.

3.1 JUIZ DE FORA: O PRESENTE E O PASSADO DE UM CENTRO REGIONAL

Localizada na região sudeste do Estado de Minas Gerais, mais especificamente na Zona da Mata Mineira, a cidade de Juiz de Fora encontra-se situada a aproximadamente 185 km da cidade do Rio de Janeiro, 274 km de Belo Horizonte e 495 km de São Paulo (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização da cidade de Juiz de Fora na Região Sudeste do Brasil

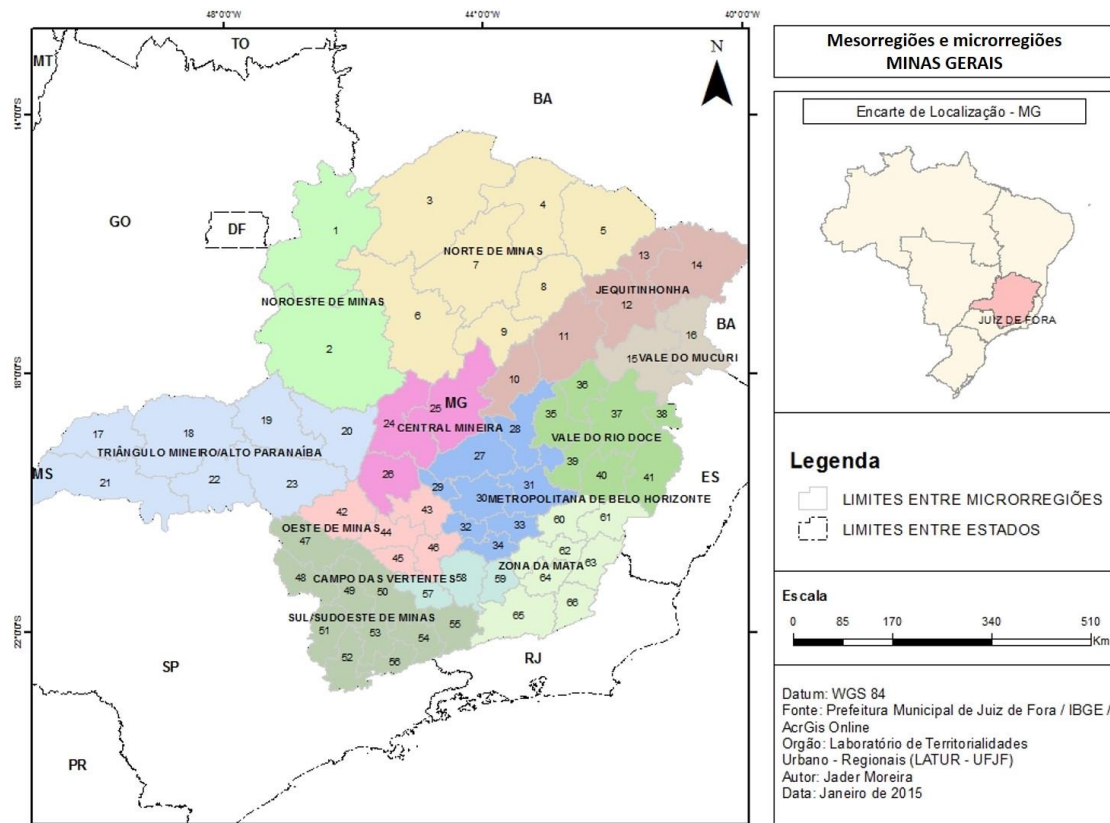


Fonte: O autor. Elaborado por Latur.

A Zona da Mata Mineira é uma das 12 mesorregiões nas quais encontra-se dividido o Estado de Minas Gerais¹⁵. Cada mesorregião, por sua vez, é fragmentada em microrregiões, somando um total de 66 microrregiões. Juiz de Fora encontra-se na microrregião de número 65 e, junto com as microrregiões 60 (Ponte Nova), 61 (Manhuaçu), 62 (Viçosa), 63 (Muriaé), 64 (Ubá) e 66 (Cataguases), compõe a mesorregião da Zona da Mata Mineira conforme Mapa 2.

¹⁵ As demais mesorregiões que compõem o Estado de Minas Gerais são: Campo das Vertentes, Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Oeste de Minas, Metropolitana de Belo Horizonte, Central Mineira, Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri, Jequitinhonha, Nordeste de Minas e Norte de Minas.

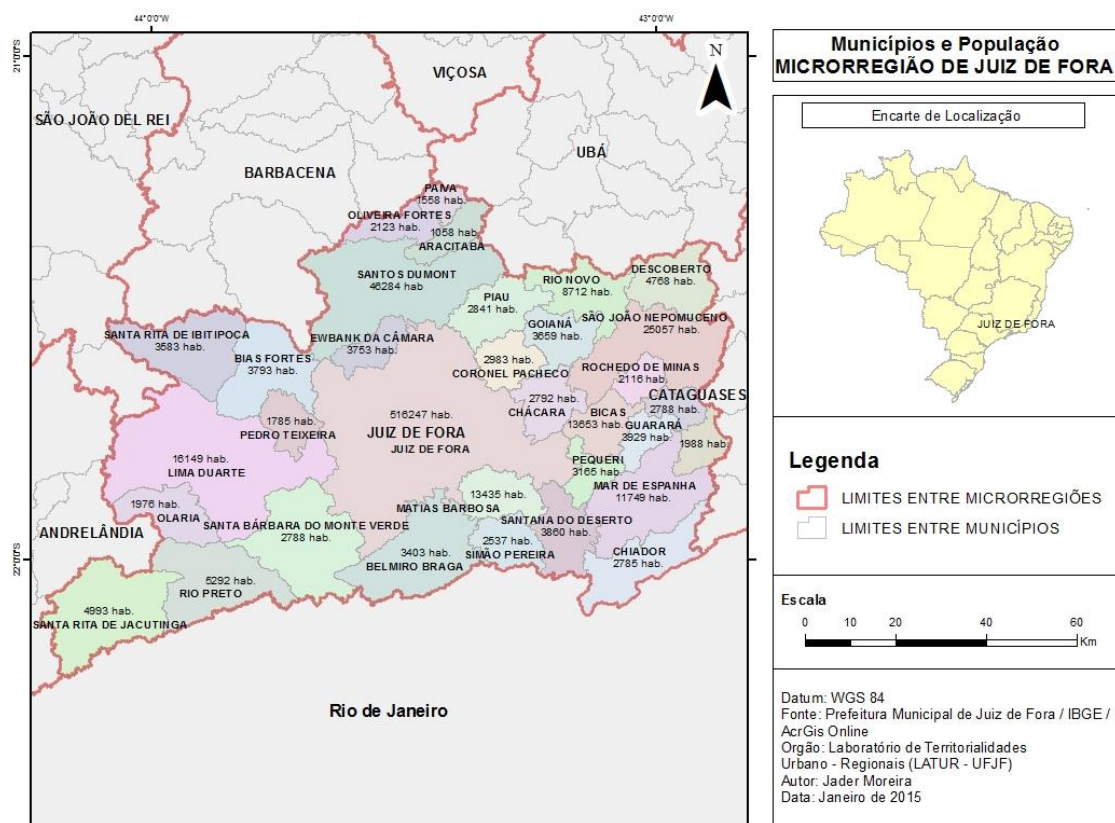
Mapa 2 – Mesorregiões e microrregiões de Minas Gerais



Fonte: O autor. Elaborado por Latur.

A Zona da Mata Mineira atualmente possui uma população de 2.173.374 habitantes. A microrregião de Juiz de Fora é composta por 33 municípios (Mapa 3) somando uma população estimada em 728.602 habitantes o que corresponde a aproximadamente 33,5% da população da Zona da Mata Mineira. Esta microrregião abrange uma área de 8.923,426 km², quase um terço da área total da Zona da Mata que é de 35.710,5 km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Mapa 3 – Municípios e população da microrregião de Juiz de Fora, MG

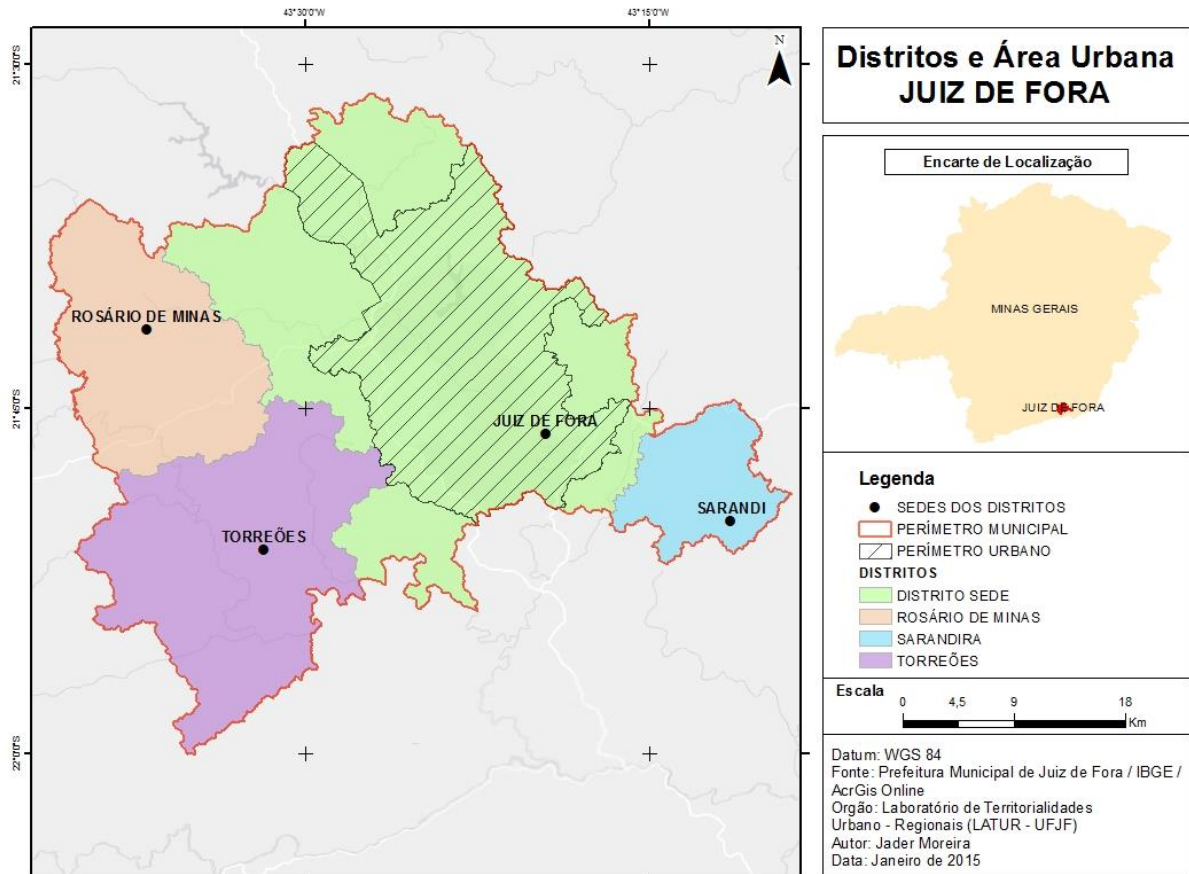


Fonte: O autor. Elaborado por Latur.

Neste cenário, possui destaque o município de Juiz de Fora, com uma população de 516.247 habitantes, o que se refere a cerca de 23,7% da população da Zona da Mata - MG, e 70,8 % da microrregião 65. Já sua área é de 1.435,7 km², o que equivale a 4% da área da mesorregião Zona da Mata e 16% da área da microrregião 65.

O município de Juiz de Fora encontra-se dividido em 4 distritos (Mapa 4): O Distrito sede, com área de 726 km²; o Distrito de Torreões, com 374,6 km²; o Distrito de Rosário de Minas, com 225,6 km² e o Distrito de Sarandira com 103,8 km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Mapa 4 – Distritos e área urbana do município de Juiz de Fora, MG



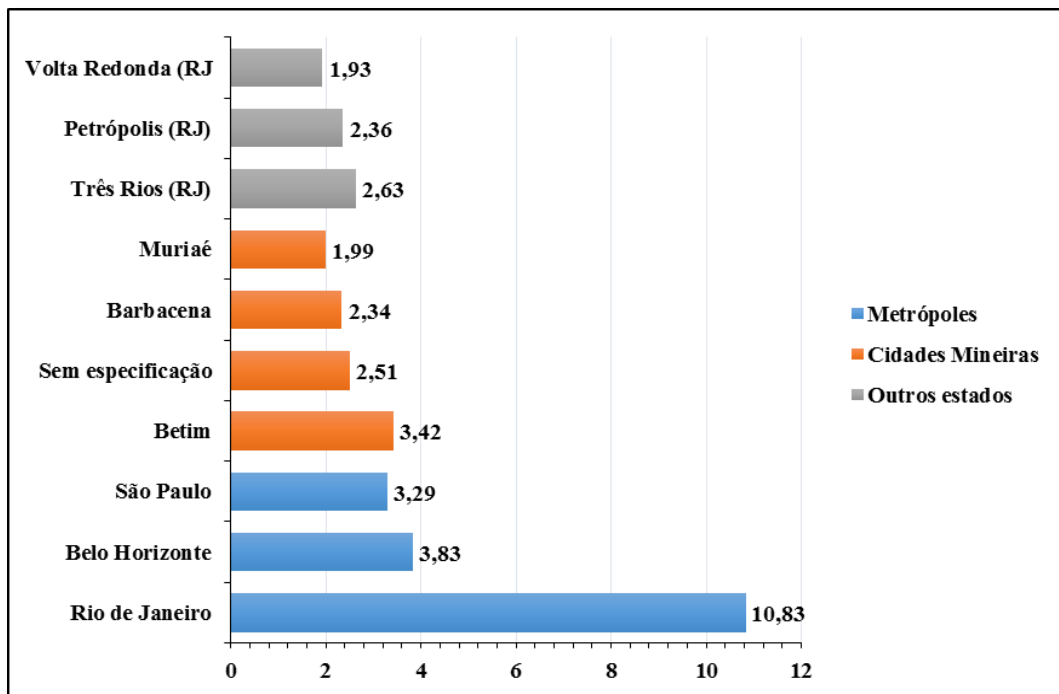
Fonte: O autor. Elaborado por Latur.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a densidade demográfica do município gira em torno de 359,59 hab./km², no entanto, tomando a densidade demográfica do distrito sede, esta se mostra bem maior, uma vez que, dos 516.247 moradores do município, 509.203 residem neste distrito. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Os números acima são indicadores da centralidade de Juiz de Fora tendo como referencial a macrorregião a qual pertence. Contudo, a proximidade com o Estado do Rio de Janeiro, faz com que a influência de Juiz de Fora não se restrinja às cidades mineiras, mas também a alguns municípios fluminenses. As cidades do Estado do Rio de Janeiro que mais sofrem a influência da centralidade de Juiz de Fora compõem a mesorregião do Centro Fluminense (Ex. Três Rios, Paraíba do Sul, Levy Gasparian). Secundariamente encontram-se municípios do Sul Fluminense (Volta Redonda e Barra do Piraí); além, inclusive, de cidades da região metropolitana com destaque

para Petrópolis. O Gráfico 1 mostra um pouco das relações entre algumas destas cidades a partir do processo de migração que ocorre entre elas e Juiz de Fora.

Gráfico 1 – Percentual de migrações para Juiz de Fora, relacionado às metrópoles, cidades mineiras e outras cidades de outros estados

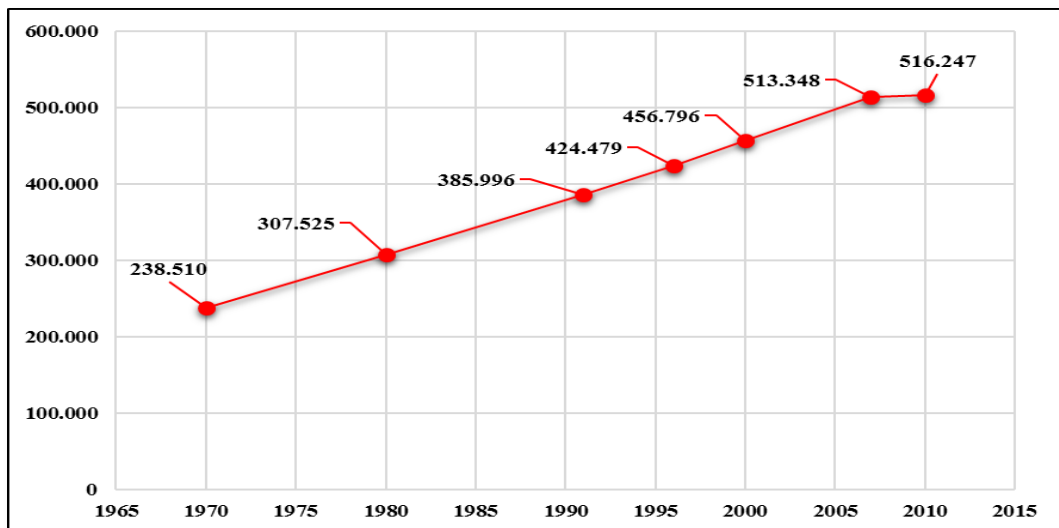


Fonte: Chaves (2013). Elaboração do autor.

Os movimentos migratórios com as cidades mais próximas, como Três Rios, Paraíba do Sul e Levy Gasparian, ocorrem periodicamente. São movimentos pendulares impulsionados principalmente para fins de trabalho e estudo.

O quadro demográfico juiz-forano se apresenta mais curioso ao se observar o crescimento de sua população nos últimos 40 anos, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução da população de Juiz de Fora, MG, de 1965 a 2015



Fonte: Chaves (2013). Elaboração do autor.

O crescimento populacional de Juiz de Fora está, sobretudo, ancorado em um processo migratório que possui duas vias principais: uma corresponde a moradores oriundos de grandes centros urbanos que, fugindo do ritmo alucinante da cidade grande, procuram nas cidades de porte médio aspectos que propiciem melhor qualidade de vida. Por outro lado, a estagnação econômica da Zona da Mata Mineira, leva à debandada de populações de cidades menores e com menos oportunidades (NETTO; DINIZ, 2005). Essas populações tendem a recorrer ou a um grande centro (uma região metropolitana) ou a um centro regional, como é o caso de Juiz de Fora. São processos contraditórios, mas que convergem a um mesmo ponto geográfico. Estes processos, ao mesmo tempo em que são influenciados pelo caráter polarizador que possui Juiz de Fora, contribuem para o fortalecimento de tal polarização.

Entretanto, como aponta Menezes (2003), a centralidade que Juiz de Fora possui não é obra do acaso, e nem começou hoje.

Ao longo de sua existência Juiz de Fora nunca perdeu a função de polarizar a prestação de serviço e de ofertar o maior mercado de trabalho na e da região. A partir dos anos 30 a nova política rodoviária nacional reafirma a posição de Juiz de Fora nas rotas para o interior da Zona da Mata, ao nordeste do país e em direção a Belo Horizonte e posteriormente daí a Brasília. (MENEZES, 2003)¹⁶.

¹⁶ Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(133\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(133).htm)>.

Sendo assim, percebe-se que, ao mesmo tempo em que se encontra sujeita à força gravitacional dos três principais centros urbanos do Brasil (Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo), Juiz de Fora exerce sobre sua circunvizinhança atração parecida, o que lhe confere a condição de centro regional.

A característica de polarização de Juiz de Fora, sempre teve papel fundamental nos diferentes desenhos e redesenhos do arranjo espacial urbano da cidade. A atração de investimentos, os movimentos migratórios e os momentos de crise provocam profundas transformações no espaço, alterando o modo de vida dos cidadãos que coabitam a cidade. E este dinamismo econômico e social que envolve Juiz de Fora não pode ser entendido sem que sejam consideradas diferentes escalas, entre elas a que abrange a Zona da Mata Mineira. Por outro lado, o referido dinamismo, para além de sua dimensão escalar, também se encontra inserido em uma dimensão histórico/temporal. Portanto, é necessário compreender o fato de não ser de hoje que a cidade de Juiz de Fora se destaca em sua região.

3.1.1 Juiz de Fora enquanto centro regional: uma produção histórico-geográfica

A história de destaque de Juiz de Fora sempre esteve presente no imaginário coletivo da população juiz-forana. A raiz dessa história remete a um momento onde a economia do país encontrava-se sobre forte influência da mineração, ainda no século XVIII.

Tem destaque para o surgimento de Juiz de Fora o *Caminho Novo*, cuja construção teve início no ano de 1702 e tinha como objetivo, em um primeiro momento, ligar a região mineradora de Minas Gerais aos povoados agrícolas que surgiam às margens do Rio Paraibuna, com evidência para o povoado de Santo Antônio do Paraibuna (CHAVES, 2013).

Segundo o Plano Diretor de Diretrizes Urbanas (PDDU) (JUIZ DE FORA, 2000), no ano de 1836 foi delegada a construção da Estrada do Paraibuna ao engenheiro alemão Heinrich Wilhelm Halfeld. Esta estrada teria como finalidade melhorar a ligação entre Vila Rica e o Rio de Janeiro, então capital do império. Halfeld aproveitou alguns trechos do *Caminho Novo*, mas deslocou os que passavam na

margem esquerda do Rio Paraibuna para a margem direita, em direção à Graminha e Alto dos Passos, onde se desenvolveu um arraial que, em dez anos, foi elevado à categoria de Vila, recebendo o nome de Santo Antônio do Paraibuna. Em 2 de maio de 1856, a Vila recebeu a atual denominação de Juiz de Fora. Nesse contexto, Juiz de Fora e seu entorno já se destacavam na produção cafeeira. Contudo, ainda haviam relações entre as áreas de plantação de café e as destinadas à mineração. Uma das relações é proveniente do comércio da força de trabalho, ainda escrava, uma vez que, ao contrário das lavouras cafeeiras paulistas que já utilizavam mão de obra imigrante remunerada, em Minas Gerais e no Vale do Rio Paraíba a mão de obra ainda era predominantemente composta por escravos.

A expansão cafeeira proveniente do Vale do Paraíba se deu contemporaneamente à penetração do café sobre terras paulistas. Organizada em moldes diferenciados e ainda sobre o trabalho escravo, encontra no comércio da força de trabalho um fluxo de ligação com a região mineradora e que será mais uma vez estreitado em função da exploração mineral do ferro e das primeiras iniciativas de industrialização impulsionadas pela corte portuguesa no Rio de Janeiro que deram mais um sentido estratégico-econômico na ligação com o interior da Província de Minas Gerais. (MENEZES, 2003)¹⁷.

Neste período, Juiz de Fora era basicamente uma cidade de passagem, onde tropeiros pernoitavam nas fazendas existentes.

A expansão cafeeira, na Zona da Mata Mineira, principalmente em Juiz de Fora e arredores, somada à exploração mineral do ferro e ao surgimento das primeiras iniciativas de industrialização, trouxe a necessidade de melhorar as condições de transporte entre o Vale do Paraibuna e o Rio de Janeiro. Destaca-se assim a construção da Estrada de Rodagem União e Indústria, ligando a cidade de Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG). A estrada foi a primeira rodovia pavimentada da América Latina, inaugurada em 23 de junho de 1861 ainda sob a regência de Dom Pedro II.

O elevado investimento da malha viária colaborou para a ampliação da centralidade de Juiz de Fora. Neste momento, a geografia mais uma vez contribui para lógica das vantagens locais, ao trazer o interesse da família Mascarenhas do interior de Minas para investimentos têxteis-energéticos em Juiz de Fora (MENEZES, 2003). Bernardo Mascarenhas que viria a ser o mais importante industrial de Juiz de Fora, inaugura, em 1889, nas águas do Rio Paraibuna, a primeira grande usina

¹⁷ Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(133\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(133).htm)>.

hidrelétrica da América do Sul. Este empreendimento foi idealizado com a finalidade de gerar energia capaz de atender às demandas industriais e à iluminação pública de partes da cidade de Juiz de Fora.

Segundo Chaves (2013), antes da construção da hidrelétrica, Juiz de Fora contava com 11 indústrias; logo após, esse número já chegava a 29, mas o *boom* industrial data do período de 1890 à 1914, quando a cidade contava com 214 indústrias, quase todas no ramo têxtil ou alimentício.

O acelerado processo de industrialização da cidade passa a ser acompanhado de sua urbanização. Com o aumento da população, a cidade vê a necessidade de ampliar a prestação de serviços e de fazer progredir o comércio local. Rapidamente, a Juiz de Fora toma contorno de cidade capitalista industrial. O arranjo espacial começa a se tornar complexo, as contradições aumentam e o espaço se fragmenta (Figura 1). No entanto, o pioneirismo industrial de Juiz de Fora acentua ainda mais sua condição de centro regional.

Figura 1 – Avenida Getúlio Vargas, início do século XX, Juiz de Fora, MG¹⁸



Fonte: Acervo Ramon Brandão¹⁹.

Entre o final do século XIX e o primeiro terço do século XX, foi esta dinâmica de desenvolvimento industrial que moldou o espaço de Juiz de Fora, espaço, por sinal,

¹⁸ Canto inferior direito: prédio da Cadeia Pública; Centro: Fábrica de Tecidos Bernardo Mascarenhas

¹⁹ Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1185013&page=2>>.

cada vez mais urbano. É nesse momento que a cidade passa a ser conhecida como a *Manchester Mineira*, em alusão à cidade inglesa, devido a seu forte desempenho industrial. É também nesse período, que surge o Dom Bosco, bairro estudado nesta pesquisa. Mas esta história fica para uma seção posterior deste trabalho.

A década de 1930 é marcada pelo declínio da cultura do café. Em contrapartida, o crescimento das atividades urbano-industriais foi capaz de manter certa estabilidade da economia.

Os anos 30 marcam o início da inflexão da cultura cafeeira, mas a atividade urbana-industrial foi capaz de manter a poupança interna pelo crescimento dos setores secundários e terceiros da economia urbano industrial e, principalmente, pelo crescimento da infraestrutura da cidade física. (MENEZES, 2004)²⁰.

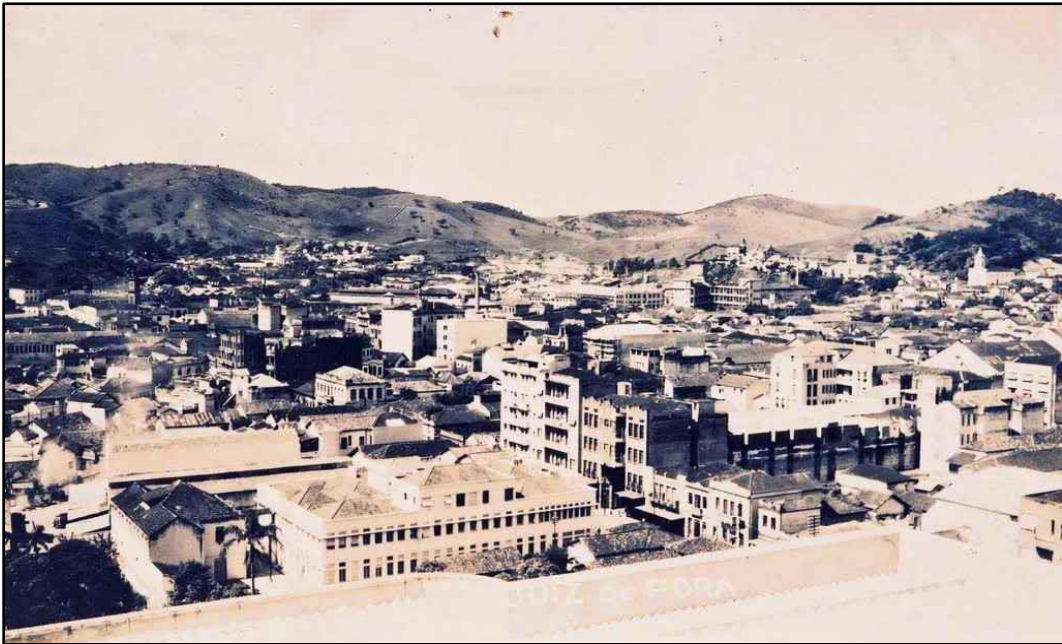
Cada vez mais moldada pela indústria, a cidade foi se adaptando às novas exigências do setor secundário. Em 1940, após uma das maiores enchentes da cidade, o governo local conseguiu verbas do governo federal para retificação do rio Paraibuna. Segundo Menezes (2004), com a retificação do rio, mais terras foram liberadas às suas margens, principalmente à margem direita. Estas terras acabaram ocupadas por novas fábricas e grandes armazéns. Entretanto, desde meados dos anos 30, o setor industrial de Juiz de Fora demonstrava certo declínio. Alguns fatores são levantados para entender este momento do setor secundário juiz-forano.

Primeiramente, a indústria local passou a ter forte concorrência com o desenvolvimento do setor industrial de São Paulo e de Belo Horizonte (CHAVES, 2013). Belo Horizonte, por sinal, viu-se na necessidade de construir uma área destinada abrigar suas indústrias, uma vez que a área central da mesma já se encontrava saturada. Surge, assim, a Cidade Industrial de Belo Horizonte, nos idos de 1940.

Concomitante ao processo de decadência econômica de Juiz de Fora, a década de 1940 é marcada pelo início do processo de verticalização de seu centro urbano, como pode ser observado na Figura 2. O setor imobiliário da cidade começa a ganhar destaque com o advento de novas técnicas de construção.

²⁰ Disponível em: Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170-23.htm>>.

Figura 2 – Fotografia do começo do processo de verticalização do centro de Juiz de Fora, MG



Fonte: Acervo Ramom Brandão²¹.

Outro fator também determinante para o declínio industrial de Juiz de Fora foi a mudança da base industrial brasileira ocorrida nos anos 1950.

Do ponto de vista das mudanças estruturais Juiz de Fora subsistiu e ampliou o setor industrial, enquanto a base industrial era a de substituição de importação, sendo a indústria têxtil e alimentar as de maiores expressões na cidade. No entanto quando a base industrial nacional muda para nos anos 50 privilegiar o setor de bens de capital e bens de consumo durável, uma outra geografia regional tinha se delineado na Zona da Mata Mineira e a cidade de Juiz de Fora, estabelece novas relações de centro com sua região. (MENEZES, 2004)²².

Os anos da década de 1960 traziam maus prelúdios para economia juiz-forana. Com a mudança da capital nacional para Brasília, inicia-se um processo de desmobilização geopolítica da Zona da Mata Mineira, devido a sua proximidade com a ex-capital Rio de Janeiro. Para Juiz de Fora (principal cidade da Zona da Mata Mineira) e, obviamente, para o Rio de Janeiro os impactos foram profundos, uma vez que:

²¹ Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1185013&page=2>>.

²² Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170-23.htm>>.

[...] a economia regional sem fôlego de competição e cuja base agrária sobrevivia com problemas de renovação, ausência de inovações, inexistente processo de beneficiamento, frágil organização de circulação e distribuição de bens e produção. Paulatinamente se consolidam no país as multinacionais do setor de laticínios. Localizadas no sul mineiro e em São Paulo foram uma concorrência agravante para com a economia da Zona da Mata e em especial para Juiz de Fora. Enquanto isto a maior parte da distribuição da produção agropastoril passa a ser dominada pelo Central de Abastecimento da Grande São Paulo (CEAGESP), capturando, inclusive a região metropolitana do Rio de Janeiro, antes mercado consumidor preferencial da produção agropecuária da Zona da Mata. (MENEZES, 2004)²³.

Ademais, o Brasil e conseqüentemente Juiz de Fora, foram marcados por outras características e mudanças importantes: acirramento das questões sociais e intenso debate político, crescimento populacional e intensificação da urbanização. Em Juiz de Fora, a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) nessa década, trouxe uma contribuição fundamental: além de centro econômico regional, a cidade reafirmava-se como maior polo cultural da região a congregar pessoas de municípios vizinhos e a fomentar projetos e iniciativas de desenvolvimento regional.

Apesar da crise que assolou Juiz de Fora, a cidade continuou a ser referência econômica para a Zona da Mata Mineira, tendo em vista que a economia das demais cidades desta região encontrava-se em estágio bem inferior ao de Juiz de Fora. Porém, a cidade já não era mais a *Manchester Mineira*.

Os anos de 1970 são marcados por profundas incertezas e por inúmeras iniciativas que objetivavam o retorno do desenvolvimento econômico de Juiz de Fora, principalmente de seu setor industrial. Juiz de Fora nunca esqueceu sua glória industrial do fim do século XIX e primeiro terço do século XX. Esse *status* de pioneirismo surge como um fantasma que assombra constantemente a elite e a classe média juiz-forana. Parece ser uma necessidade de que a cidade volte a viver seus tempos de *Manchester*.

Esse sentimento contribuiu para as novas empreitadas rumo à (re)industrialização de Juiz de Fora. Dentre as empreitadas, duas ganham destaque:

²³ Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170-23.htm>>.

o projeto Centro de Porte Médio (CPM)²⁴ e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)²⁵.

O Projeto CPM teve maior importância para o espaço intra-urbano, uma vez que foi através dele que se realizaram intervenções pontuais na cidade. Foram construídas: a pista seletiva de ônibus da Avenida Rio Branco, o Distrito Industrial e a expansão da então chamada Avenida Independência²⁶ que permitiu o novo acesso ao campus universitário, até então só acessível pela Alameda Gentil Forn, no Bairro São Pedro.

A abertura do novo acesso ao Campus Universitário, a partir do prolongamento da Avenida Independência, propiciou a valorização de bairros para moradias de classe média além do que seria o futuro acesso à rodovia BR 040 – construída nos anos 80. O prolongamento desta avenida teve impacto direto no Bairro Dom Bosco, uma vez que contorna grande parte do bairro. Sendo assim, aumentou o fluxo de veículos e pessoas, além de ter induzido a chegada de novos moradores e o surgimento de novos bairros vizinhos ao Dom Bosco. Concomitante a esta expansão em direção ao eixo da Avenida Independência houve a paulatina valorização das terras que flanqueiam o referido bairro.

Em meados dos anos 1970, o projeto CPM foi incorporado ao II PND que durou de 1974 a 1979. Foi com o suporte do II PND que Juiz de Fora recebeu a Siderúrgica Mendes Júnior (SMJ), do subsetor siderurgia e a Companhia Paraibuna de Metais (CPM), do subsetor de metalurgia dos metais não ferrosos, que entraram em operação em 1984 e 1980, respectivamente (BASTOS, 2005). No entanto, este

²⁴ O projeto CPM (Centro de Porte Médio) financiado pelo Banco Interamericano (BIRD) e gerenciado pelo governo brasileiro através inicialmente do Conselho Nacional de Política Urbana (CNPUR), depois Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), órgãos ligados ao Ministério do Planejamento e pela Secretaria Especial da Região Sudeste ligada ao Ministério do Interior. A ação do projeto pressupunha atuar sobre os centros urbanos classificados de porte médio pela sua posição geográfica, população, importância socioeconômica, função regional significativa, de modo a incrementar seu desenvolvimento com vistas a estruturação de uma rede urbana “mais equilibrada” (MENEZES, 2003).

²⁵ Este plano foi uma estratégia adotada pelo Estado militar brasileiro – mais especificamente no governo do general Ernesto Geisel – na tentativa de dinamizar a economia nacional após a crise do petróleo que atingiu o mundo inteiro. O plano consistia basicamente em estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. O sucesso do II PND dependia de grande volume de recursos na forma de financiamento de longo prazo. Grande parte destes financiamentos foram conseguidos com os petrodólares. Outra parte veio das linhas públicas de crédito, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), que na época se chamava BNDE. O alto custo deste projeto levou ao aumento estrondoso da dívida externa brasileira (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002).

²⁶ Em 2011, a Avenida Independência foi renomeada para Avenida Presidente Itamar Franco. Por isso algumas citações anteriores ao renomeamento ainda se remeterão a esta avenida como *Independência*. Até mesmo em alguns momentos, poderão ser percebidas citações recentes que se referem à *Avenida Itamar Franco* como sendo *Avenida Independência*.

projeto não retomou para Juiz de Fora o dinamismo esperado pelos empresários e políticos da cidade. Segundo Bastos (2005) a ineficiência da (re)estruturação econômica pretendida para Juiz de Fora, deve-se à existência de uma disritmia espaço-temporal. A década de 70 foi marcada por uma reestruturação econômica, social e política ocorrida mundialmente, que acarretou na transição do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível. Sendo assim, haveria incompatibilidade entre uma estratégia empresarial, que se moldava ao novo regime, e um Estado que ainda agia sobre forte influência do modelo fordista. Bastos (2005) aponta para fato de a implementação dessas indústrias ter ocorrido fora de seu tempo.

Fora de tempo, porque apesar dos projetos metalúrgicos serem indústrias típicas fordistas inseridas na política nacional de implantação do fordismo periférico no Brasil (II PND), as mesmas foram implantadas num período de crise do fordismo a nível mundial. A crise do fordismo se abateu com intensidade diferente sobre os diversos setores industriais, sendo que o setor metalúrgico, principalmente o subsetor siderúrgico, foi um dos que mais sofreu, tendo em vista que, como consequência da crise, as grandes cidades industriais siderúrgicas mundiais foram abandonadas pelo capital. (BASTOS, 2005)²⁷.

Era esperado que a chegada das duas indústrias (SMJ e CPM) articulasse novas atividades em seu redor, no entanto este fato não se concretizou.

Nos anos de 1980, substituindo a antiga União Indústria, é inaugurado o trecho da BR-040 que liga a cidade de Juiz de Fora a Petrópolis, o que contribui para o fortalecimento da importância geográfica da cidade mineira. Este fato também teve relevância significativa para a maior influência de Juiz de Fora entre os municípios mais próximos do Estado vizinho: o Rio de Janeiro. No entanto, como bem constata Chaves (2013), frente à crise econômica brasileira dos anos de 1980, Juiz de Fora se mostrou economicamente frágil, não conseguindo atrair novas empresas de grande porte. A cidade foi perdendo, assim, paulatinamente, sua veia industrial. É neste contexto que começa a guinada da economia juiz-forana para o setor terciário.

Porém, nos anos de 1990, a cidade mineira ainda ensaiou mais uma tentativa de reestruturação econômica guiada pelo setor secundário. Após forte disputa fiscal, Juiz de Fora anuncia, em 1996, a chegada da montadora de automóveis alemã Mercedes Benz. Oliveira, Chaves e Simoncini relatam este momento como de grande expectativa, principalmente por parte do empresariado local.

²⁷ Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa4_texto1.pdf>.

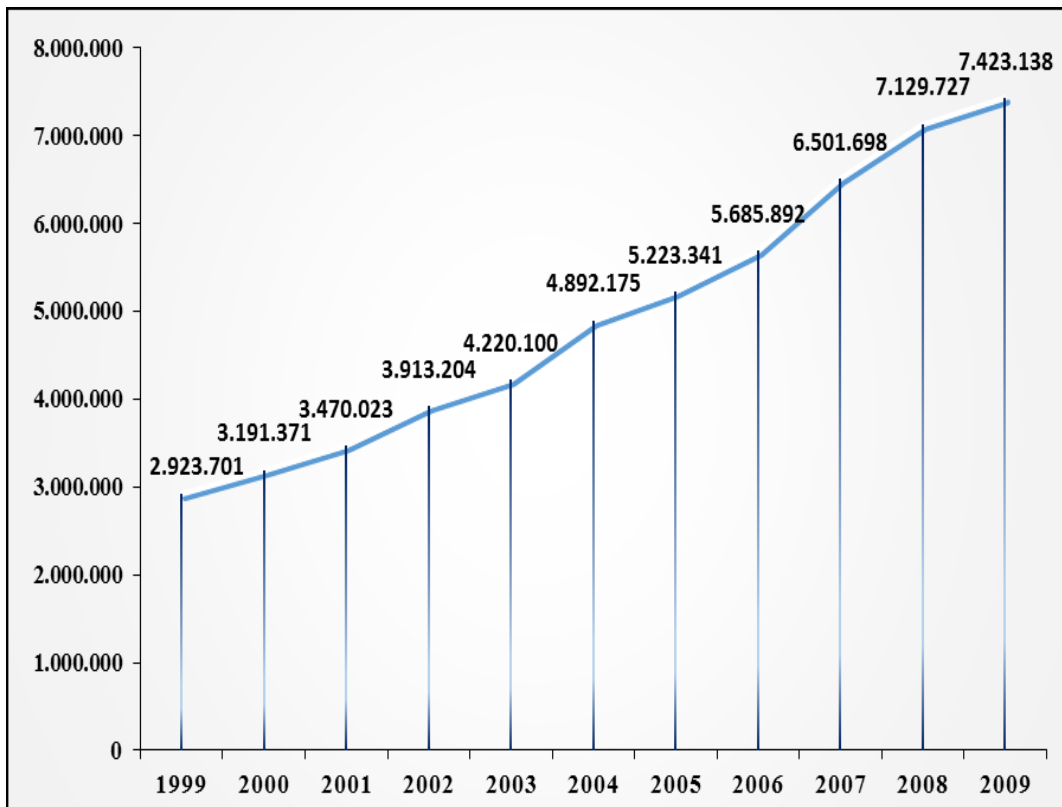
A cidade apresentou na década de 1990, uma grande expectativa em torno de seu (re)desenvolvimento industrial, após um período considerável de estagnação, com as implantações da rede de fibra ótica e a passagem do gasoduto nos limites urbanos. Outro fato marcante foi a oficialização, em 1996, da instalação da montadora de automóveis da Mercedes-Benz, após uma acirrada disputa com outras cidades brasileiras. A escolha da Mercedes-Benz – que mais tarde se fundiria com a Chrysler, formando a Daymle-Chrysler – se deu mediante a indicadores positivos de infraestruturas urbanas, qualidade de vida e posição territorial estratégica, além dos incentivos fiscais – total isenção de impostos estaduais e municipais durante 10 anos, a garantia de lucros, com o pagamento, por parte do governo mineiro, da montagem de automóveis no período de baixa produtividade, entrega do terreno destinado às instalações da montadora já terraplenado e sem qualquer ônus à empresa. (OLIVEIRA; CHAVES; SIMONCINI, 2005, p. 10773).

Mais uma vez a expectativa era de que a chegada da Mercedes induzisse a chegada de outras empresas. No entanto, esta expectativa novamente não se concretizou. Diversos fatores são ditos como responsáveis por mais este insucesso na retomada do dinamismo econômico juiz-forano. Chaves (2013) aponta os seguintes fatores: a maior concorrência de outras regiões (os anos 90 foram marcados por forte descentralização das indústrias que migraram para outras regiões brasileiras), o crescente grau de abertura econômica brasileira e as várias recessões econômicas ocorridas desde 1989.

3.1.2 O setor de serviços e a atual estrutura urbana de Juiz de Fora

Mesmo após os insucessos em dinamizar a economia de Juiz de Fora por intermédio do setor secundário, a cidade continuou a demonstrar seu poder polarizador. Ainda que o seu destaque a nível nacional e estadual tenha diminuído bastante desde os áureos anos da *Manchester Mineira*, em momento algum Juiz de Fora deixou de ser um centro regional dentro da Zona da Mata.

Como demonstra o Gráfico 3, no início do século XXI pode-se observar que o Produto Interno Bruto (PIB) do município praticamente triplicou em dez anos.

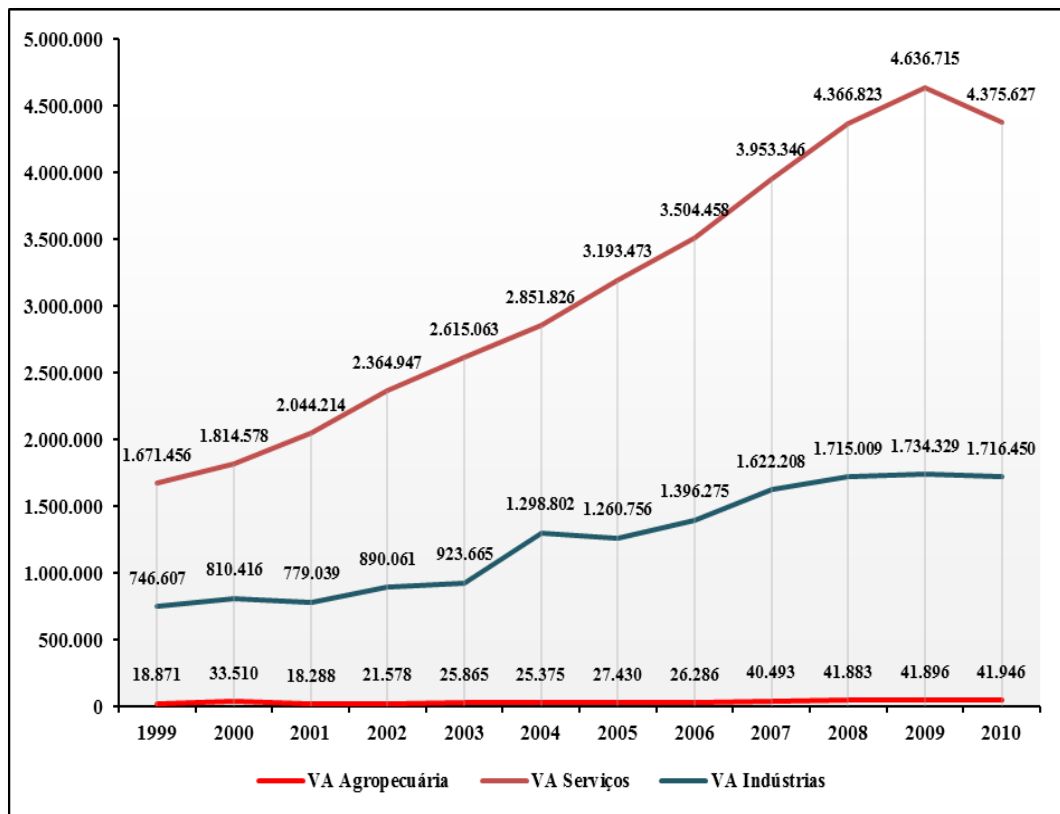
Gráfico 3 – Produto interno bruto (R\$ mil), Juiz de Fora, MG, 1999-2009

Fonte: Chaves (2013). Elaboração do autor.

Não obstante, a economia juiz-forana encontra-se atualmente estruturada, principalmente, pelo setor de serviços, com destaque para as áreas da Saúde, da Educação e do comércio. Pode-se dizer, inclusive, que essa evolução do PIB demonstrada no Gráfico 3, acima, encontra-se diretamente ligada ao desenvolvimento do setor de serviços. A tendência de desenvolvimento do setor de serviços tem seu fortalecimento no primeiro decênio deste século, o que pode ser visto no Gráfico 4. Enquanto o setor industrial teve uma pequena evolução entre os anos de 1999 e 2007, se estabilizando entre 2007 e 2010, o setor de serviços assumiu uma curva ascendente de 1999 a 2009, tendo uma pequena queda em 2010. Por sua vez, o setor agropecuário praticamente dobrou sua participação no PIB da cidade entre 1999 e 2010²⁸, apesar de esse número pouco representar para a economia urbana de Juiz de Fora.

²⁸ O aumento do PIB no setor agropecuário possui uma relação direta e curiosa com o cenário demográfico de Juiz de Fora: entre os anos de 2000 e 2010 houve uma pequena inflexão da população residente na zona urbana da cidade e consequente aumento da população rural. A taxa de urbanização caiu de 99,17 no ano de 2000 para 98,86 no ano de 2010 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA

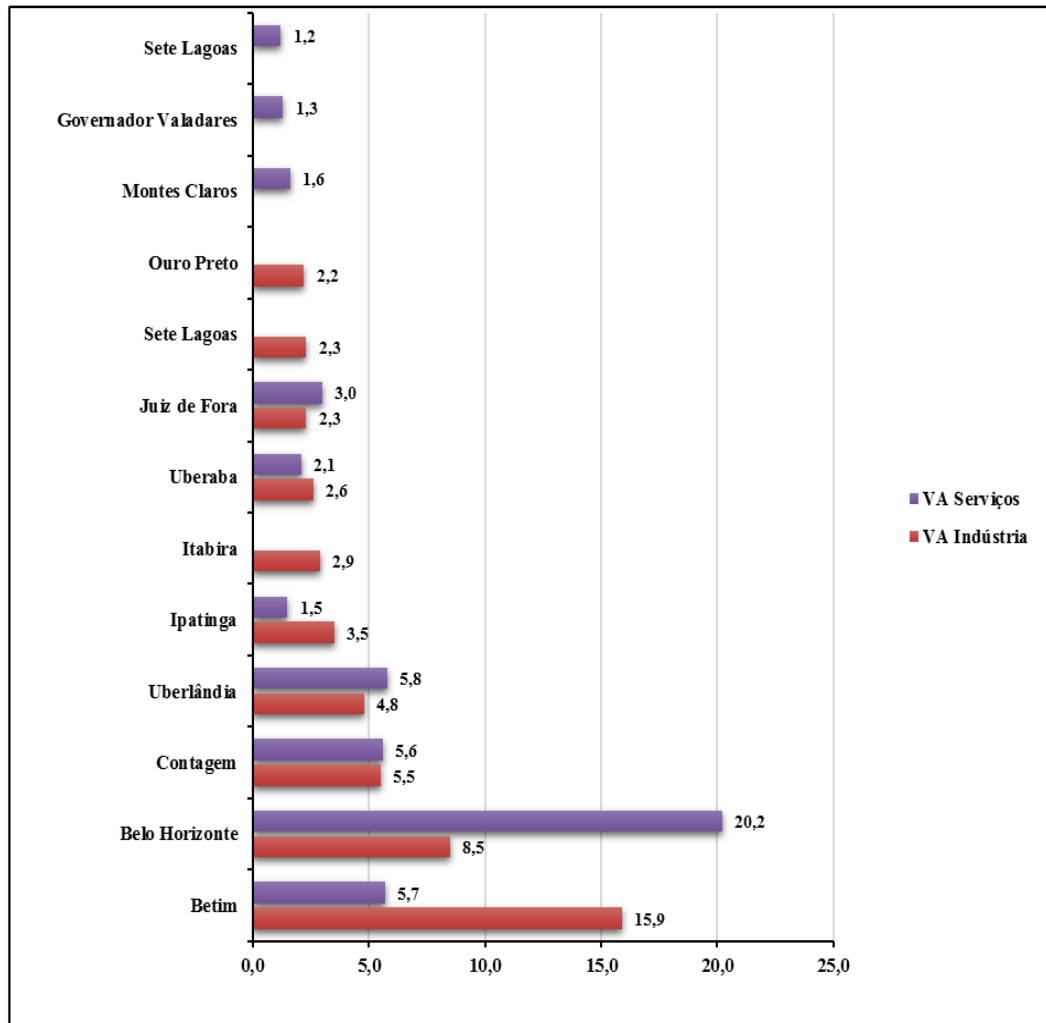
Gráfico 4 – PIB valor adicionado (R\$ mil) por setores, Juiz de Fora, MG, 1999-2010



Fonte: Chaves (2013). Elaboração do autor.

Pode-se afirmar que: se enquanto *Manchester Mineira*, Juiz de Fora se afirmava no cenário Estadual por seu dinamismo industrial, hoje esta cidade se projeta neste cenário através do setor de serviços. O que seria uma tendência global iniciada a partir da década de 1970. (HARVEY, 1992). O Gráfico 5 comprova este fato. Nele pode-se observar que: entre os maiores municípios, segundo a produção da indústria e dos serviços de Minas Gerais no ano de 2009, Juiz de Fora contribui como sendo a quinta maior em serviços e somente a oitava em produção industrial. Fica claro assim o forte peso do setor de serviços para a influência polarizadora que a cidade exerce na Zona da Mata Mineira.

Gráfico 5 – Maiores municípios segundo o valor adicionado²⁹ da indústria e valor adicionado dos serviços (%), Minas Gerais, 2009



Fonte: Chaves (2013). Elaboração do autor.

Sendo assim, percebe-se que ao longo dos anos o crescimento urbano implicou em transformações no arranjo urbano de Juiz de Fora, seja no aumento das edificações verticalizadas na região central da cidade, seja no crescimento espalhado da habitação precária, ou nos inúmeros processos de segregação. Os aspectos urbanos e econômicos estão sempre relacionados e mudanças econômicas sempre produzem transformações na estrutura urbana do município.

A cidade, voltada para a dinâmica dos serviços, se mostra diferente da voltada para a indústria. Nesta perspectiva, o espaço urbano de Juiz de Fora sofre profundas

²⁹ Valor Adicionado (VA) - corresponde à expressão: $VA = VBP - (\text{custos e despesas operacionais menos o somatório das depreciações e amortizações dos ativos, impostos e taxas, e terrenos})$. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, c2014).

alterações a partir dos anos 80. São alterações que estão relacionadas não só ao crescimento populacional, mas à função que a cidade passa a exercer ao se transformar em centro regional de comércio e de serviços.

O crescimento desses dois elementos, população e serviços, passa a orientar os investimentos no setor imobiliário. São construídas diversas vias de acesso, *shopping centers*, centros hospitalares, supermercados, hotéis, porto seco entre outros equipamentos que atendam ao novo cenário econômico vivido por Juiz de Fora. Esta situação acarreta num enorme adensamento da mancha urbana do município e a consequente verticalização da mesma.

A maior fragmentação do espaço se torna visível e inevitável, quer seja pela condição social de quem frequenta e ou habita cada parte da urbes, quer seja pela especialização que cada parte da cidade assume para si. São inúmeros fragmentos destinados a fins diversos: à construção de condomínios, à morada da população mais carente, à morada de estudantes (onde percebe-se grande número na construção de quitinetes), à presença de salões de cabeleiros, à instalação de bares com atividade noturnas, enfim os próprios *shoppings centers* são fruto dessas especializações.

Quem lucra com toda esta conjuntura é o setor imobiliário. A terra urbana cada vez mais rara e menos acessível às populações mais carentes, torna-se uma mercadoria de luxo supervalorizada.

3.1.3 A valorização da terra urbana em Juiz de Fora

Como foi visto na subseção anterior, o espaço urbano de Juiz de Fora encontra-se moldado de acordo com o papel de centralização regional que a cidade exerce, associado à dinâmica econômica fortemente influenciada pelo setor de serviços. Setor este que vem se desenvolvendo significativamente nos últimos 30 anos.

Esta conjuntura, somada a uma relativa estabilidade econômica³⁰, pela qual o Brasil passou a última década (anos 2000), contribui como atrativo para novos

³⁰ Como consequência da estabilidade econômica pode-se apontar três fatores que contribuem para um maior dinamismo do setor imobiliário: 1- o desemprego quase inexistente (a taxa de desemprego caiu da casa dos 13% em 2004 para os incríveis 4% em 2013), o que significa o aumento do poder de consumo dos cidadãos além da elevação na expropriação da mais-valia coletiva gerando mais capital

investimentos em diversos ramos do setor terciário, mas principalmente nos ramos da educação, saúde e comércio. Em ramos como o da educação, viu-se a chegada de diversas faculdades privadas, além da significativa ampliação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A saúde, por sua vez, também demonstrou dinamismo com a ampliação do Hospital Monte Sinai, criando assim o Complexo Hospitalar Monte Sinai, que, segundo o site da própria instituição, se configurará como um dos maiores complexos hospitalares do país. Ainda no ramo da saúde privada, ocorreu a ampliação da antiga Maternidade Terezinha de Jesus, hoje Hospital e Maternidade Terezinha de Jesus (HMTJ)³¹, a construção da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra (Acispes)³² e a ampliação do Hospital Albert Sabin. Na saúde pública destacam-se a construção do novo Centro de Atenção à Saúde do Hospital Universitário da UFJF (HU-CAS/UFJF) além da construção de inúmeras Unidades de Pronto Atendimento à Saúde (UPAS). No comércio, afora a construção de diversos supermercados, se destacam a construção dos dois maiores *shoppings centers* da região: O Independência Shopping inaugurado em abril de 2008 e o, ainda em construção, Shopping Jardim Norte. Ainda no ramo do comércio poder-se-ia gastar páginas para descrever os novos supermercados, além de prédios comerciais, portos secos, concessionárias de automóveis, hotéis já construídos ou em fase de construção na cidade.

No entanto, uma observação merece ser feita: como será visto melhor em seção posterior, grande parte desses equipamentos e empreendimentos (UFJF, Complexo Hospitalar Monte Sinai, HMTJ, Acispes, HU-CAS/UFJF e Independência Shopping) localizam-se no entorno do Bairro Dom Bosco.

disponível a ser aplicado no setor imobiliário; 2- O aumento de investimento em infraestruturas, por parte do Estado; 3 – O aumento na concessão de crédito. Até 2013 o financiamento da casa própria por parte do governo federal foi um de seus cargos chefes.

³¹ Hospital pertencente ao mesmo grupo proprietário do Hospital Monte Sinai e da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora (Suprema), que oferece cursos na área da saúde. Este hospital apesar de ser privado possui atendimento 100% voltado para o SUS. É uma das bases utilizada para estudos dos alunos da Faculdade Suprema.

³² A Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra (Acispes) é uma associação civil sem fins econômicos, com sede em Juiz de Fora (MG). Criada em 1996, é um consórcio de municípios que tem como foco a promoção da saúde, com a realização de consultas e exames de média complexidade. Atualmente, a Acispes conta com 24 municípios consorciados, que utilizam a infraestrutura de procedimentos oferecidos pelo consórcio e/ou de transporte de pacientes: Andrelândia, Aracitaba, Arantina, Belmiro Braga, Bías Fortes, Bom Jardim de Minas, Chácara, Comendador Levy Gasparian (RJ), Coronel Pacheco, Ewbank da Câmara, Goianá, Lima Duarte, Matias Barbosa, Oliveira Fortes, Pedro Teixeira, Piau, Rio Novo, Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde, Santana do Deserto, Santa Rita do Jacutinga, Santos Dumont, Sapucaia (RJ) e Simão Pereira (AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE PÉ DA SERRA, [c201-]).

A dinâmica do setor de serviços, aumenta o fluxo migratório entre Juiz de Fora e as cidades vizinhas (quer seja uma migração pendular ou permanente). Além do mais, esta dinâmica populacional e econômica da cidade, acaba por gerar um aquecimento do setor imobiliário, desde a incorporação imobiliária, passando pela construção civil até à comercialização de terras e imóveis³³. A consequência lógica é a valorização do espaço urbano de Juiz de Fora.

Segundo dados apresentados no jornal local *Tribuna de Minas*, em 1º de setembro de 2013 (COSTA, 2013), o metro quadrado de Juiz de Fora encontra-se entre os mais valorizados do Estado de Minas Gerais, ficando à frente de cidades como Uberlândia, Uberaba, Betim e Contagem – cidades que, com exceção de Uberaba, possuem PIB superior ao de Juiz de Fora. No entanto, ainda assim, o valor do metro quadrado em Juiz de Fora estaria bem inferior ao de grandes centros como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

No geral, o perito avaliador imobiliário Ronaldo Tomaz, entrevistado na matéria citada acima, avalia que o metro quadrado comercial geralmente possui valor superior ao residencial. O jornal expõe ainda que o metro quadrado comercial é mais caro no centro da cidade, podendo chegar a inimagináveis cinquenta mil reais no calçadão da Rua Halfeld (centro). O perito destaca, além disso, a elevada valorização das avenidas Rio Branco e Independência, onde o metro quadrado pode alcançar a cifra de quinze mil reais. Contudo, o perito é categórico ao afirmar que não é só na área central que o metro quadrado encontra-se valorizado comercialmente.

Ele identifica interesse comercial não só pelo Centro, mas também por bairros satélites, como Benfica, Mariano Procópio, Santa Terezinha, Manoel Honório, São Mateus, Santa Luzia, São Pedro e Cascatinha, valorizando-os. Entre as áreas com potencial de valorização na cidade, são citadas as margens da BR-040 e a Avenida Deusdedith Salgado. (COSTA, 2013, grifo nosso)³⁴.

O interesse comercial pelos bairros citados acima, mostra um fluxo de serviços que sai do centro da cidade rumo aos bairros, em sua maioria de classe média a alta³⁵, na busca por atender às demandas de consumo e lazer dessas

³³ A comercialização de terras ou imóveis pode se dar através da venda ou do aluguel dos mesmos. Em ambos os casos ocorre a extração da renda fundiária.

³⁴ Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/economia/metro-quadrado-de-jf-entre-os-mais-caros-de-minas-1.1337805>>.

³⁵ Cidades Médias como Juiz de Fora costuma ter uma característica interessante que às diferem das grandes capitais. Nos grandes centros as classes encontram-se mais distanciadas umas das outras. Isso se reflete num espaço mais fragmentado com diferentes áreas destinadas a alta burguesia

classes. Em termos residenciais, Antônio Dias, presidente da Associação Juiz-forana das Administradoras de Imóveis (Ajadi), chama a atenção para a importância imobiliária das seguintes áreas:

Bairro Santa Helena e pelas ruas Tiradentes, Olegário Maciel, Espírito Santo, Oswaldo Cruz, Pasteur, Silva Jardim e Barão de Cataguases (todos bairros e ruas centrais). O presidente ressalta, ainda, a importância imobiliária de São Mateus, Bom Pastor, Alto dos Passos, Cascatinha e Jardim Laranjeiras. A Avenida Deusdedith experimenta "valorização incrível", mais que dobrando o valor comercial em dois anos, exemplifica. O potencial da Cidade Alta³⁶, pela concentração de condomínios, é destacado, assim com o entorno do Independência Shopping. (COSTA, 2013, grifo nosso)³⁷.

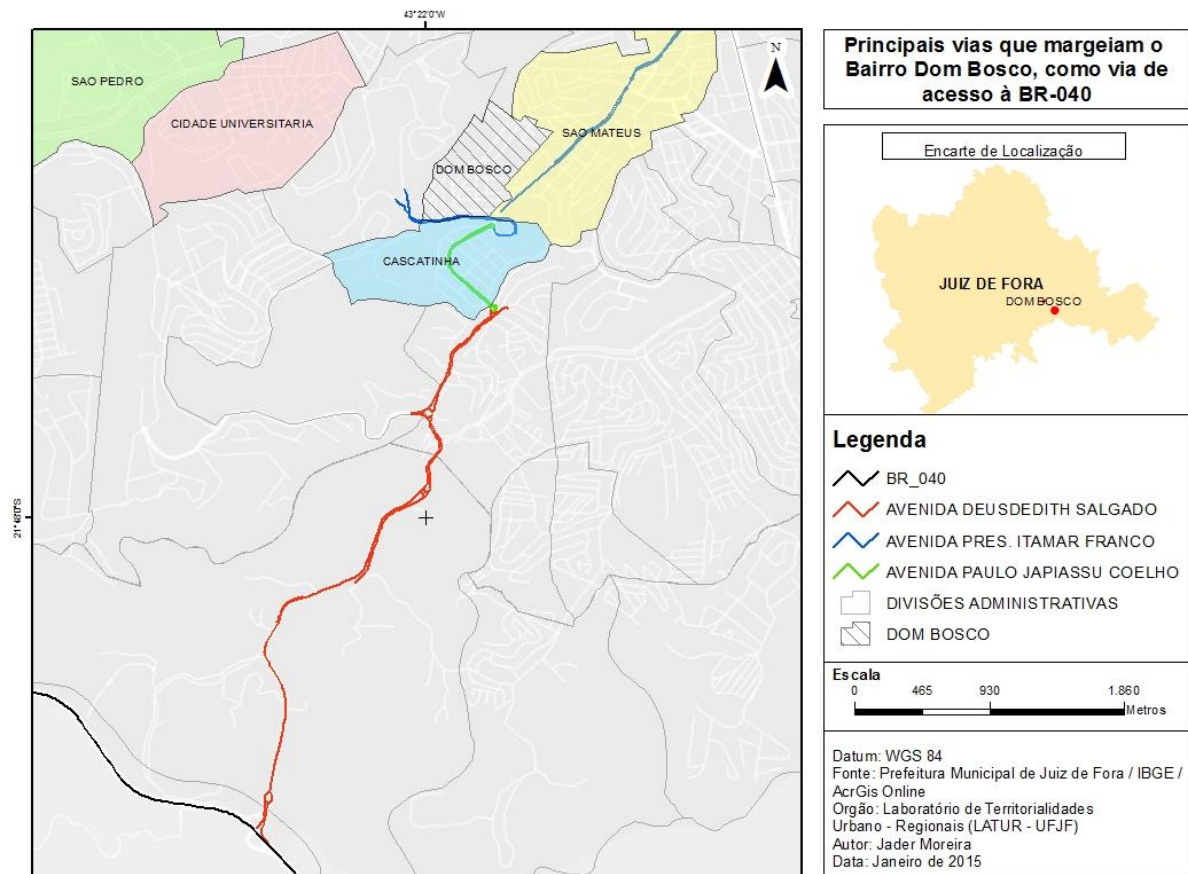
É importante que se atente para o fato de que alguns dos bairros levantados nas duas últimas citações (vide grifo) sejam bairros vizinhos ou próximos ao Dom Bosco, sem falar do bairro Estrela Sul e da Avenida Independência, ambos valorizados tanto para moradia quanto para fins comerciais. A Avenida Independência, que por sinal margeia grande parte do Bairro Dom Bosco, é a principal via acesso à Avenida Deusdedith Salgado (Mapa 5).

(shoppings de luxo, restaurantes sofisticados, etc.), à classe média (grandes redes de lojas, shoppings centers), e às classes mais populares (shoppings populares, etc.). Enquanto na cidade média, a classe média muitas das vezes frequenta os mesmos lugares da elite local. Neste sentido, bairros como Cascatinha, Santa Helena, São Mateus, São Pedro, etc., são habitados por moradores de classe média e da elite juiz-forana. O mesmo ocorre com o espaço de serviços, Hospital Monte Sinai, Independência Shopping, e os restaurantes mais nobres da cidade, são também frequentados por ambas as classes.

³⁶ Segundo o PDDU (JUIZ DE FORA, 2000), a Cidade Alta corresponde à Região de Planejamento (RP) do São Pedro que possui no bairro homônimo seu núcleo central. Localiza-se na vertente oposta ao Bairro Dom Bosco e possui como principais vias de acesso à Avenida Presidente Itamar Franco passando por dentro da UFJF e a Ladeira Gentil Forn.

³⁷ Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/economia/metro-quadrado-de-jf-entre-os-mais-caros-de-minas-1.1337805>>.

Mapa 5 – Principais vias que margeiam o Bairro Dom Bosco, como via de acesso à BR-040



Fonte: O autor. Elaborado por Latur.

Antônio Dias ainda expõe o grau de fragmentação no qual se encontra a cidade de Juiz de Fora: “Juiz de Fora tem bairros tradicionalmente valorizados, assim como há os estigmatizados como populares. Nestes, o preço despenca de dez para um.” (COSTA, 2013)³⁸. Tal processo de fragmentação é produto de um espaço pensado e produzido para atender à dinâmica do capital. Este espaço, como foi visto na segunda seção, acaba por reproduzir o sistema capitalista vigente, reproduzindo e ampliando portanto, as desigualdades entre as classes.

A expansão e o adensamento urbano acabam chegando a bairros que antes eram considerados periferias geográficas, no entanto o desenvolvimento trazido por esta expansão na maioria das vezes não é aproveitado pelos moradores desses

³⁸ Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/economia/metro-quadrado-de-jf-entre-os-mais-caros-de-minas-1.1337805>>

bairros, uma vez que a inclusão só se faz espacialmente e não socioeconomicamente. Desta forma, os bairros até deixam de ser periferias geográficas, mas continuam sendo periferias sociais. O que de fato acaba ocorrendo é uma forte pressão do mercado imobiliário em cima destas áreas que, agora, se veem incrustadas entre vias e bairros extremamente valorizados. Mas esta é uma problemática que será aprofundada na quarta seção.

Por hora, há que se fixar em uma melhor distinção do Bairro Dom Bosco e, para tanto, precede-se a uma caracterização, a necessidade de se delimitar o conceito de bairro que foi utilizado nesta pesquisa, para que, posteriormente, se possa apresentar a delimitação empírica do bairro aqui pesquisado.

3.2 DELIMITANDO CONCEITUALMENTE O BAIRRO: BREVES APONTAMENTOS

O presente trabalho tem como recorte espacial o Bairro Dom Bosco. Mas quando se fala em bairro percebe-se diferentes compreensões do que vem a ser o mesmo. Enfim, o que é um bairro?

Recorrendo à literatura sobre esta temática, percebe-se que o conceito de bairro apresenta-se de formas diferenciadas ao longo do tempo e de acordo com o método de abordagem de quem pretende estudá-lo. Contudo, não se deseja, nesta seção, aprofundar numa discussão acerca do que vem a ser o bairro – o que poderia ser fruto de uma pesquisa exclusiva – trata-se sim, de melhor compreender qual o entendimento de bairro foi utilizado nesta pesquisa, ainda que, para tanto, seja necessário dialogar com concepções diferentes da adotada neste trabalho, no que concerne o entendimento do mesmo.

O senso comum popularizou o conceito de bairro como simples repartições físicas nas quais uma cidade se encontra dividida. Essa forma de conceber o bairro também se faz presente se observado o conceito do mesmo num dicionário: “s.m. Cada uma das partes principais em que se localiza a população de uma cidade. / Porção de território de uma povoação, mais ou menos separada. / Arrabalde; subúrbio.” (BAIRRO, c2008-2014)³⁹. Corroborando esta perspectiva, aparecem por vezes órgãos oficiais que, a partir de ações arbitrárias, limitam os bairros de acordo

³⁹ Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Bairro.html>>.

com seus interesses administrativos. Neste sentido, é comum perceber a intercambialidade entre as abordagens feitas por mais de um desses órgãos. Um exemplo desta intercambialidade são as relações muito comuns entre as prefeituras municipais e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nestas relações, as prefeituras costumam adotar os setores censitários do IBGE para recortarem os limites dos bairros o que facilitaria o cruzamento de dados e a consequente análise dos mesmos, possibilitando assim uma suposta melhora no planejamento de ações por parte do poder público municipal. Esta relação entre diferentes órgãos no processo de conceituação e demarcação dos bairros podem ser observadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora (PDDU) (JUIZ DE FORA, 2000).

Ficou evidenciado ser preferível tomar como unidade territorial básica o bairro, tal como as comunidades o reconhecem, corrigindo seus limites quando for o caso, para fazê-los corresponder a unidades censitárias existentes (setores censitários) e, com isso, possibilitar a montagem de séries históricas baseadas nos dados do censo. (JUIZ DE FORA, 2000)⁴⁰.

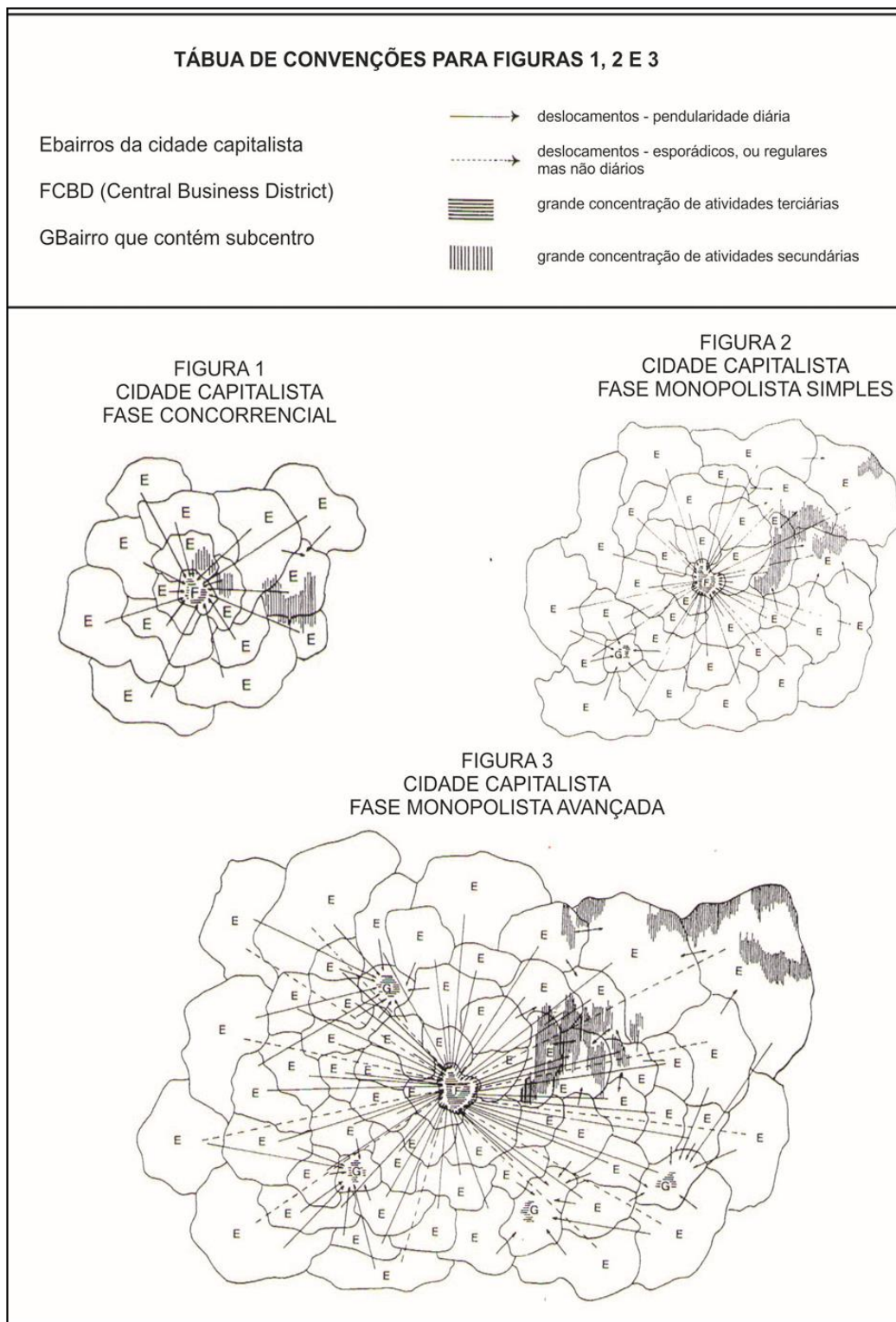
Conforme citato acima, o bairro até pode ser entendido como uma unidade territorial concebida a partir do reconhecimento das comunidades, mas desde que não atrapalhe a perspectiva técnica/administrativa de coleta e análise de dados. Neste aspecto, o bairro é um conjunto de setores censitários.

No entanto, para o interesse desta pesquisa outros fatores para além do oficial, devem ser levados em conta. São fatores de ordens objetivas e subjetivas, porém não só norteados pelos vislumbres das racionalidades técnicas/administrativas.

Neste ponto de vista, é preciso recordar que o espaço, sob a égide do capitalismo, encontra-se extremamente fragmentado ainda que articulado. M. J. L. Souza (1989), a partir do esquema abaixo (Figura 3) apresenta a evolução da fragmentação do espaço de acordo com o nível de desenvolvimento da cidade relacionando-o com o desenvolvimento do capitalismo.

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/pddu/>>.

Figura 3 – Esquema simplificado de dinâmica interbairros nas cidades



Fonte: O autor. Adaptado de M. J. L. Souza (1989, p. 162-163).

A partir de um enfoque dialético, as partes compõem o todo, ao mesmo tempo em que o todo se faz presente nas partes. Sendo assim, o bairro, além de um

fragmento formador da cidade é ele, também, fruto das relações que constroem a cidade. Isso porque autores como Lefebvre (1978), Seabra (2001) e M. J. L. Souza (1989) apresentam o bairro para além de um entendimento cartesiano, como visto nos primeiros parágrafos desta seção. Seabra parte do pressuposto que o bairro é acima de tudo um produto social dotado de contradições, mas marcado acima de tudo por ser o local onde se dá a vida imediata.

É essencial assegurar que o bairro como espacialização do processo social guarda e corresponde a um âmbito da vida imediata, uma dimensão sociológica tão intensa e extensa que é capaz de definir uma vida de bairro. Na mesma medida que a família era a menor unidade dos grandes grupos, o bairro sempre foi a maior territorialidade desse pequeno grupo que é a família. (SEABRA, 2001, p. 3).

Seabra ainda afirma que, um bairro para ser considerado como tal, deve ser um espaço tomado por um conteúdo que se forja a partir de “um acontecer fundado em práticas concretas que articulam, num lugar, parentela, vizinhança, compadrio sob múltiplas formas de solidariedade e, sobretudo de reciprocidade. Define-se como uma unidade em relação à cidade” (SEABRA, 2001, p. 26). O bairro seria assim o espaço de representação da vida.

O que se quer apontar é que, sendo produto das relações sociais, o bairro é também concebido e formado a partir de um processo histórico. Sendo assim, os elementos que definem ou individualizam um bairro podem sofrer alterações ao longo do tempo.

Daí alguns autores, como Lefebvre (1978), admitirem um caminhar para o fim do bairro e da vida de bairro. Tal prognóstico elaborado pelo autor francês encontra-se ancorado no entendimento de que: o ritmo acelerado do cotidiano urbano tem contribuído para um esvaziamento do conteúdo apresentado por Seabra (2001) no parágrafo anterior. Essa dinâmica ocorre principalmente nas grandes cidades onde o corre-corre da vida cotidiana, massacra as relações tramadas dentro do bairro. Aqui se fazem necessários dois adendos: o primeiro, encontra-se no fato de o ritmo das relações articuladas dentro do bairro se tratar de um ritmo mais vagaroso, se comparado ao das relações de trabalho e de produção da cidade capitalista. Como visto anteriormente, para o capital tempo é dinheiro. O tempo de giro das mercadorias tem que ser o mais acelerado possível e os homens tendem a incorporar esse ritmo. O bairro é o espaço do tempo lento e, por isso, é ele um enclave dentro das cidades

modernas pensadas pelo e para o capital. O segundo trata-se do fato de ser, o bairro, um produto das relações sociais onde seu produtor se reconhece no fruto de suas relações, ou seja, o bairro é um produto dotado de valor de uso.

A partir dos dois adendos proferidos acima, pode-se perceber que a dinâmica do bairro encontra-se na contramão da dinâmica de produção da cidade sob a lógica do capital. Tempo de produção e realização são diferentes. Além do mais, a cidade capitalista não se pretende ser obra apropriada por todos que a constroem. Como esclarece Bezerra (2011):

A cidade que se expande na explosão não é a cidade obra, apropriada pelos seus cidadãos, mas a cidade produto, a cidade do capital, aquela em que os valores de troca predominam sobre os valores de uso, uma cidade fragmentada, recortada, reconstruída sobre si mesma constantemente para maximizar a reprodução do capital. (BEZERRA, 2011, p. 30).

A expansão fragmentada da cidade também acaba atingindo os bairros. A medida que os bairros vão tomando corpo, em área e em população, se tornam mais complexos, podendo acarretar no surgimento de subunidades ou sub-bairros. Trata-se de um processo contraditório: ao mesmo tempo em que um bairro se desenvolve, caminha ele para sua fragmentação. Segundo Teixeira e Machado (1986), nos períodos de fragmentação, os limites dos bairros passam por um estágio de indefinição, concomitantemente, as novas subunidades vão se afirmando e ganhando cada vez mais identidade própria. Como será visto na seção que se segue a esta, o Bairro Dom Bosco encontra-se fragmentado em diversas subunidades, cada qual compondo diferentes níveis de identidade com os moradores. No entanto, no caso do Bairro Dom Bosco, este processo de fragmentação ainda não se encontra encerrado, uma vez que ainda há um grau significativo de identidade que une as subunidades.

Tal unidade entre as subunidades do Dom Bosco, encontra forte respaldo no processo de construção histórica do bairro. Na história de construção do Bairro Dom Bosco⁴¹ pode-se observar, por exemplo, tamanha importância da Igreja na consolidação do mesmo. E esse não é um fato irrelevante. Tendo em vista que, como em muitas cidades, em Juiz de Fora predomina uma população de perfil religioso, na maioria das vezes praticantes do catolicismo romano, a Igreja possuirá papel fundamental na construção das relações que criam a já referida vida de bairro.

⁴¹ Um breve resgate histórico da formação do Bairro Dom Bosco será realizado em seção posterior.

Lefebvre (1978) reconhece a importância da Igreja Católica para o processo de formação dos bairros, devendo-se ao fato de ser ao redor da igreja e dos símbolos religiosos que se dava a vida de bairro. Comércio, escola, lazer, festas são exemplos de atividades que se desenvolviam tendo como centralidade a Igreja. Para o autor, os bairros eram reconhecidos, via de regra, em conformidade com suas respectivas paróquias, isso porque, para além de uma existência religiosa, a paróquia era possuidora de uma existência civil.

Apesar de o Bairro Dom Bosco não ser considerado uma paróquia (ele pertence à paróquia de São Mateus – bairro fronteiro) a presença da Igreja sempre se fez muito forte no bairro, haja visto o próprio nome do bairro: Dom Bosco – sacerdote e educador católico italiano. Para além do nome, será visto na seção responsável pelo breve relato histórico do bairro, que diversas foram as influências da igreja no processo de formação do mesmo. Festas religiosas, atividades relacionadas ao lazer (um campo foi construído ao lado da primeira capela do bairro) além, é claro, do papel das inúmeras instituições que atuam ou atuaram no Dom Bosco: os vicentinos, o Instituto Profissional Dom Orione, a Associação Beneficente Amigo dos Noivos (ABAN), são apenas alguns exemplos.

No entanto, ao longo dos anos e, principalmente, com a expansão da cidade, como já visto, a influência da Igreja na constituição do bairro vem perdendo fôlego. Lefebvre (1978) apresenta bem esta tendência:

Si bien las parroquias constituían barrios, cuando la ciudad, al hacerse demasiado grande, perdió su unidad y su carácter de comunidad local, el núcleo – la iglesia parroquial - perdió simultáneamente sus funciones y su capacidad estructurante. En consecuencia: la conexión barrio-parroquia, en otros tiempos constitutiva de una realidad, no tiene ya fundamento. (LEFEBVRE, 1978, p. 197).

É por todas as peculiaridades apresentadas até aqui, e por não se enquadrar nas atuais pretensões da cidade capitalista-monopolista-fragmentada, que o bairro pode ainda ser compreendido por seu potencial de resistência e luta. O bairro ganha ainda mais importância por ser ele

[...] um referencial direto e decisivo, pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e, politicamente, o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de

consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana. (SOUZA, M. J. L., 1989, p. 140).

Esse contexto, que concerne ao bairro a instância de luta, é fruto de um sistema que tenta a todo custo garantir não só a reprodução do capital, mas consequentemente da força de trabalho. Para tanto se faz necessário a reprodução da estrutura de classe da sociedade capitalista. Sendo assim o bairro toma para si um papel contraditório: ao mesmo tempo em que serve para reprodução de uma determinada classe, encontra-se nele as possibilidades de contestar o *status quo*. Daí ser, o bairro, tão importante para esta pesquisa, bem como para a sociedade.

Por último, não se pode deixar de mencionar a importância que o aspecto físico/natural tem para o forjar de um bairro. Este fato se mostra evidente ao se observar o nome que é concebido, pelos moradores, a algumas subunidades do Bairro Dom Bosco como *Chapadão*, *Grota*, *Morro dos Cabritos* e *Buraco*. Todos referentes a aspectos relacionados ao relevo, mas que com o passar do tempo se tornam elementos criadores de identidade. Sem mencionar o nome fundante do bairro aqui estudado, uma vez que antes de se chamar Dom Bosco, este atendia pelo nome de Serrinha e tinha como subunidades a *Serra de Cima* e a *Serra de Baixo*.

Tendo em vista toda a dinamicidade e complexidade que envolve, conceitualmente e empiricamente o bairro, é que se decidiu por delimitar o bairro a partir da articulação dos diferentes fatores que preenchem a então chamada vida de bairro. São fatores que envolvem elementos individuais, coletivos, subjetivos, objetivos, naturais e sociais. Elementos que também envolvem diferentes escalas (Ex.: casa, rua, bairro, cidade... global).

Trata-se de compreender o que vem a ser um bairro, a partir de uma análise dialética pautada numa visão de totalidade e ancorada na interpenetração dos contrários.

Desta forma, cabe agora demonstrar o Bairro Dom Bosco da forma com a qual ele se apresenta na dimensão do visível para que, em seguida, seja feita uma decomposição da realidade a partir das questões que norteiam este trabalho.

3.3 O BAIRRO DOM BOSCO: PRESENTE E PASSADO DE UM BAIRRO

Esta seção tem como objetivo apresentar o Bairro Dom Bosco. Para tanto, ela foi dividida em três partes: a primeira, trata de delimitar a área entendida como Bairro Dom Bosco, nesta pesquisa; a segunda, de expor o bairro da forma com a qual ele se apresenta na dimensão do visível; já a terceira, corresponde ao seu processo de construção. A sua história.

A apresentação do Dom Bosco, se faz necessária para ser possível partir para a quarta seção onde é feita uma decomposição da realidade, a partir das questões que norteiam este trabalho.

3.3.1 Delimitando o bairro empiricamente

Como visto, delimitar um bairro é sempre uma tarefa árdua, uma vez que envolve diversas variáveis. Por isso, neste trabalho a delimitação do bairro estudado partiu de uma metodologia que articulasse a visão dos moradores sobre o Dom Bosco, a história de construção do bairro, as relações de solidariedade, as constantes lutas coletivas que envolvem as diferentes áreas do bairro além dos equipamentos públicos que servem aos moradores que ali coabitam. A conclusão a que se chegou é que os limites do bairro praticamente coincidem com os dados da prefeitura.

A polêmica fica por conta de duas áreas: a primeira se refere à da Rua Antônio Marinho Saraiva, localizada aos fundos do Hospital Monte Sinai, e que liga a Vicente Beghelli à Avenida Presidente Itamar Franco. Observou-se que a população residente nesta via não possui relações de compadrio com moradores do Bairro Dom Bosco, são moradores com melhor condição social e possuem imóveis com padrão de construção, no geral, superiores aos do Dom Bosco. Já a segunda polêmica, encontra-se na área conhecida popularmente como *Grota*.⁴² Esta área tornou-se de complexa definição, a partir das décadas de 80 e 90 quando se intensificou a expansão da região central da cidade e do Bairro São Mateus, seguindo o eixo da

⁴² A localização das diferentes áreas nas quais se divide o Dom Bosco, bem como suas características, poderão ser vistas na Figura 10, ainda nesta seção.

Avenida Presidente Itamar Franco. Uma das lideranças entrevistadas durante a pesquisa relata bem o que aconteceu na Grotá.

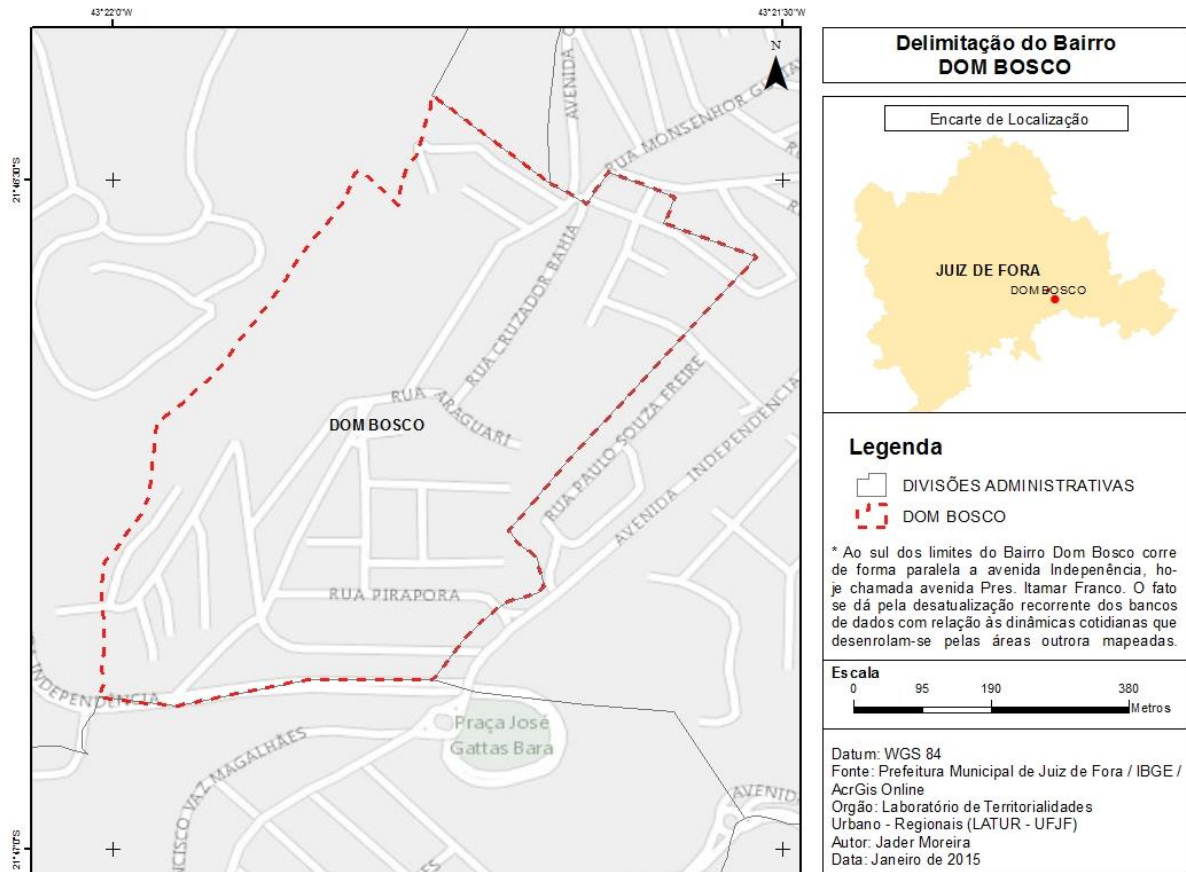
Aquele trecho... só que ali é o seguinte, num foi uma remoção significativa, porque a maioria dos imóveis que tavam ali, era de uma só família só. A própria família Giron. Proprietária daquilo tudo... é a Imobiliária S. Mateus... então eram propriedade, eram grandes propriedades na mão de poucas pessoas. [...] Foram fazenu prédio, prédio, prédio, hoje tem lá, a Olegário Maciel, ali, a Engenheiro Maurício Giron, a Benedito For Reis, a Prof. Aquino, são ruas... a própria Mons. Gustavo Freire, do Manel pra baixo, a Antônio Passarela, A Tietê, que já é S. Mateus divisa com Dom Bosco, Antônio Maria, entendeu? Aí você pega ali uma grande quantidade de afrodescendente, que é a região da Grotá, mas na própria região da Grotá, as grandes famílias tradicionais ainda estão ali. (L 1)

Ou seja, Atualmente, na Grotá, moradores tradicionais do bairro acabam dividindo o mesmo recorte espacial com os novos residentes da classe média. A complexidade de definir esta área como sendo ou não do bairro aparece nos conflitos existentes entre os dois grupos de moradores que ali residem.

[...] as ruas da região da Grotá. Tem as famílias tradicionais do bairro, e tem os prédios que foram levantados ali pra classe média, indo encontro a Maternidade Therezinha de Jesus. É... o que tem acontecido ali em termos de conflito, eu até fui lá... nós tamos em 2014... 2012, eu tive lá em 2012, pra tentar mediar um conflito lá com os morador. Chegô a ter quase 200 morador na rua, fizemo a reunião na rua. O que que tá acontecendo: são moradores antigos, porque o Dom Bosco é assim, um lote com seis, oito casas, então, são moradores antigo que tinha aqueles hábitos assim, tomá cervejinhas, comê seus gosto na rua, sabe... Num tem bar, porque aquela região ali num tem bar não, só mais pra cima. Aí eles faz aquela bagunça deles, aquelas farra deles na rua, é funk, é tudo. A classe média branca chegô, com toda sua civilização. Aí, criou-se conflito. (L 1)

Apesar desta dificuldade relacionada à inclusão da Grotá como parte do recorte espacial desta pesquisa, decidiu-se por anexá-la ao estudo, uma vez ser ali localidade de morada de pessoas tradicionais do bairro e que, ainda, de uma forma ou de outra, vem resistindo ao avanço do capital imobiliário. Além do mais, estes moradores ainda possuem relações de solidariedade com os membros das demais localidades do bairro. São relações forjadas nas escolas que frequentam, nos times de futebol – forte característica do bairro – na igreja, no posto de saúde, enfim, nos lugares de encontro dos moradores do Bairro Dom Bosco (Mapa 6).

Mapa 6 – Delimitação do Bairro Dom Bosco

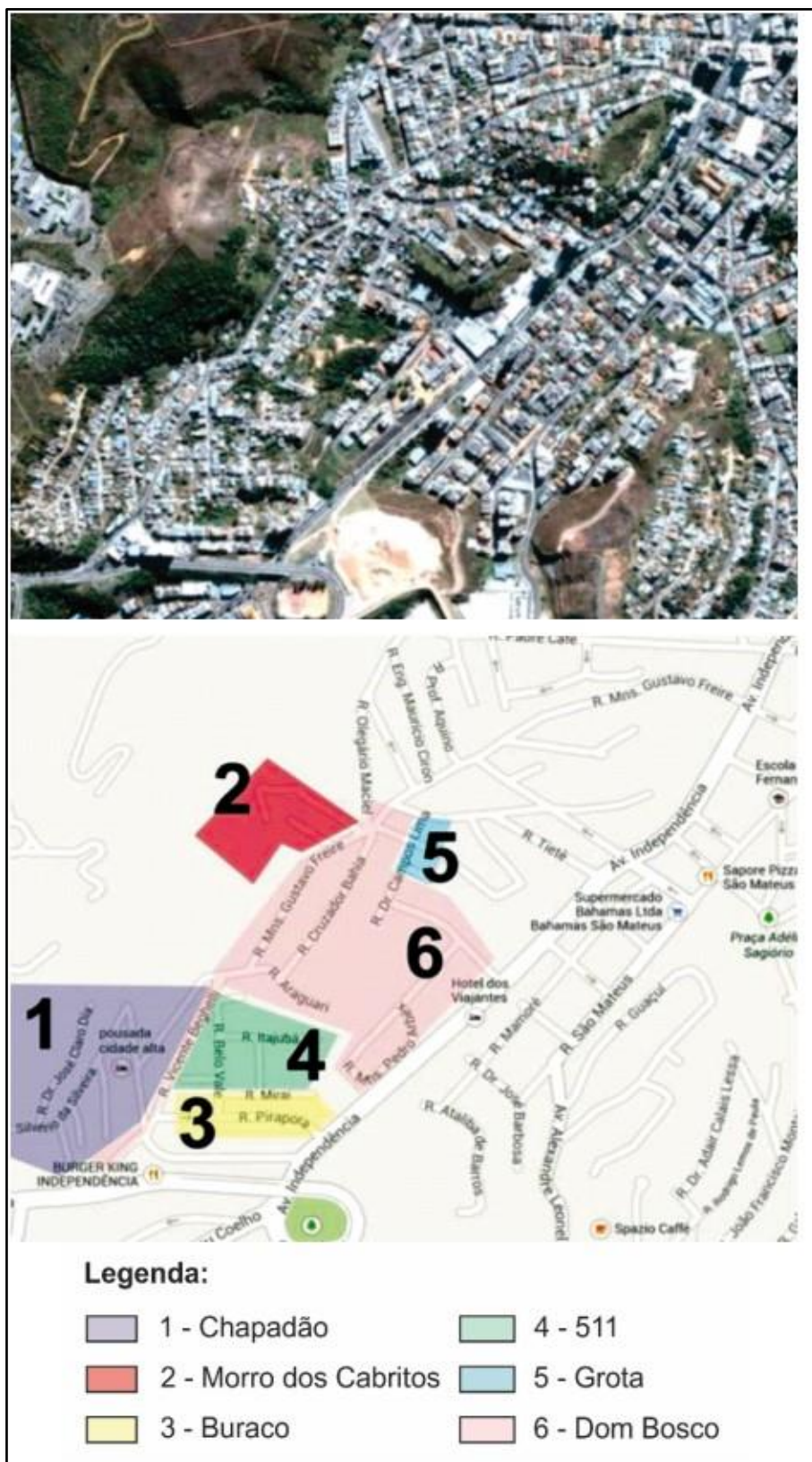


Fonte: O autor. Elaborado por Latur.

Dessa forma, tirando a Grota e a Rua Antônio Marinho Saraiva, os demais limites do bairro, adotados nesta pesquisa, são claros e coincidem com os limites oficiais adotados pela prefeitura.

Contudo, segundo depoimentos dos próprios moradores, o Bairro Dom Bosco encontra-se dividido em seis áreas, formando diferentes localidades intrabairro. Ainda que exista certa rivalidade entre estas localidades, e isso é normal em se tratando de um bairro (SOUZA, M. J. L., 1989), existe um forte sentimento de pertencimento ao bairro. Não são poucos os casos em que as relações de solidariedade e compadrio extrapolam os *limites* destas localidades. Essas localidades são: *Chapadão*, *Morro dos Cabritos*, *Buraco*, *511*, *Grota* e uma sexta área homônima ao bairro (Figura 4).

Figura 4 – Localidades do Bairro Dom Bosco



Fonte: O autor. Dados da pesquisa.

O *Chapadão*, cujo nome oficial é *Jardim Paraíso*⁴³, compreende a área que há anos era chamada de *Serra de Cima*. Fazendo fronteira com a UFJF e com o Monte Sinai, a área é uma das mais carentes do bairro. Possui somente uma via de acesso para carros (Rua Silvério da Silveira). As duas outras formas de se adentrar no *Chapadão* são: por um escadão que liga a Rua Nossa Senhora Imaculada Conceição à Rua Silvério da Silveira, ou através de uma trilha que liga o campus da UFJF (ao lado do Corpo de Bombeiros) ao topo da encosta. Esta área possui uma declividade muito elevada e é considerada como sendo uma das duas Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) do bairro. Esta localidade não é atendida por transporte, além de quase não possuir comércio, à exceção de pequenos bares. Nas AEIS do *Chapadão* pode-se encontrar moradores em áreas de ocupação. O *Chapadão* recebe este nome devido às características do relevo onde ele se encontra assentado. O *Jardim Paraíso* é um loteamento também arranjado por Vicente Beghelli e aprovado pela prefeitura no ano de 1953. Segundo Herdy (2008), até 1970 o loteamento encontrava-se desprovido de água, esgoto e calçamento e, até 1984 somente as principais vias, como a atual Vicente Beghelli, Imaculada Conceição e João Manata possuíam urbanização completa.

O *Morro dos Cabritos* recebe este nome devido a acentuada declividade da área. Também faz divisa com a UFJF, onde possui uma trilha que liga os fundos da Faculdade de Educação à Rua Professor João Massena. Nesta localidade não há transporte coletivo e a coleta de lixo se dá de forma precária. Esta localidade possui somente duas ruas de acesso: a já mencionada João Massena e a Rua Arminda Nunes Ribeiro. Assim como o *Chapadão* é a outra AEIS do Dom Bosco e também possui alguns terrenos ocupados.

O *Buraco* fica localizado na Rua Pirapora que é responsável por ligar a principal rua do bairro (Rua Vicente Beghelli) à Av. Presidente Itamar Franco. Seu nome também está relacionado com o relevo da área que verdadeiramente lembra um buraco e que, inclusive, redundava, em função das transformações do entorno, em uma área escondida. Esta faz parte do primeiro projeto de loteamento do bairro, encaminhado à prefeitura por Vicente Beghelli em 1937, fazendo fronteira com o Hospital Monte Sinai e com a Av. Itamar Franco nas proximidades do Independência

⁴³ Cabe alertar para o fato de que neste trabalho será encontrado diferentes citações que ora utilizará o nome oficial – Jardim Paraíso - ora o nome popular – Chapadão – no entanto é bom reafirmar que trata-se da mesma localidade.

Shopping. Também possui diversas moradias de baixo padrão. Ao contrário do *Morro dos Cabritos*, esta localidade possui transporte coletivo e coleta de lixo.

Já o *511* leva este nome por conta da linha de ônibus que atende esta localidade. Junto com o *Buraco*, compõe parte da área fundante do Dom Bosco, antigamente denominada de *Serra de Baixo*. Esta área compreende as Ruas Belo Vale, Miraí e Itajubá, todas localizadas abaixo da Rua Vicente Beghelli. Diferente das demais áreas citadas acima, o *511* possui um padrão de construção das moradias um pouco mais elevado. Esta localidade possui transporte coletivo e coleta de lixo.

A *Grota* é um caso muito interessante. Localizada entre a Rua Campos Lima e os fundos da concessionária Chevrolet, próximo à Maternidade Terezinha de Jesus, esta localidade talvez tenha sido a que passou pelo maior processo de transformação nas últimas décadas. O padrão mais elevado de construção verticalizado, se mistura com casas antigas de padrão bem inferior. Cabe esclarecer que a *Grota* faz divisa com um dos bairros mais valorizados de Juiz de Fora (São Mateus), o que possibilita uma maior extração de renda por parte de proprietários de terras e principalmente prédios. Assim como o *Buraco*, esta localidade possui transporte coletivo e coleta de lixo.

A sexta área do bairro possui nome homônimo ao mesmo. Nela se concentra o comércio do Dom Bosco, com construções de moradias em padrão mais elevado do que as demais áreas aqui apresentadas e que conforma o coração do bairro e sua referência para os de fora. Esta área praticamente segue o traçado da Rua Vicente Beghelli, abrangendo também a área onde se localiza a Maternidade Terezinha de Jesus e também possui transporte coletivo e coleta de lixo.

Em todas as áreas estão presentes níveis variados de vulnerabilidade de sua população, pois como bem nos chama a atenção Barreto (2010, p. 61): “Apesar de o bairro ter recebido melhorias urbanas, persiste uma vulnerabilidade socioeconômica e civil dos seus moradores”. Dado reforçado pela própria geomorfologia local e que, a ausência de infraestrutura, não foi capaz de mitigar.

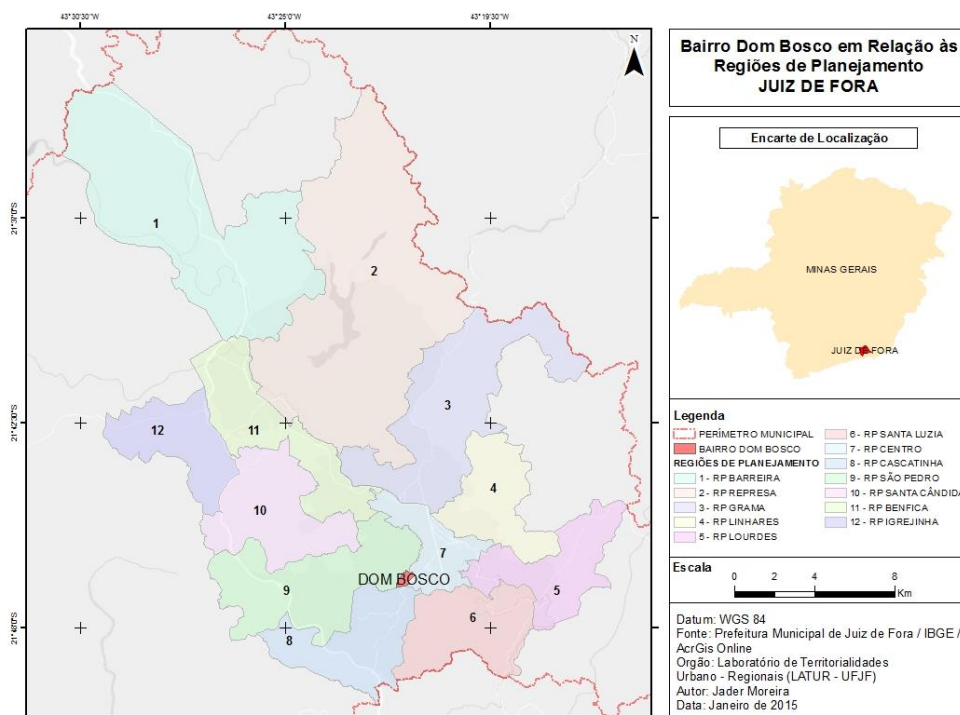
Esta nova organização espacial que se dá no interior e ao entorno do Bairro Dom Bosco, é resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo, ou seja, fruto das relações (sociais) de produção, no entanto mais do que um reflexo da sociedade é ele (o espaço) também e simultaneamente uma condição para a reprodução social, para a reprodução capitalista (CORRÊA, 2000) e acima de tudo,

como já visto, o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção.

3.3.2 Dom Bosco: o presente visível

Acantonado na vertente sul do platô que separa a Cidade Alta do vale do rio Paraibuna, o Bairro Dom Bosco encontra-se na Região de Planejamento⁴⁴ (RP) Centro (JUIZ DE FORA, 2000). No entanto, a localização do bairro não se dá em qualquer parte desta RP: ela se dá no extremo sudoeste desta, exatamente em seu ponto de encontro com mais duas RPs: RP Cidade Alta e RP Cascatinha. Estas duas RPs margeiam todo o Bairro Dom Bosco (Mapa 7).

Mapa 7 – Localização do Bairro Dom Bosco em relação às regiões de planejamento de Juiz de Fora



Fonte: O autor. Elaborado por Latur.

⁴⁴ As UTs (Unidades Territoriais) que dividiam a área urbana do Distrito-Sede ficam abolidas, assim como as RUs (Regiões Urbanas), dando lugar às Regiões de Planejamento (RPs) que passam a compor os diferentes níveis de ordenação territorial abrangendo toda a área do perímetro urbano (JUIZ DE FORA, 2000).

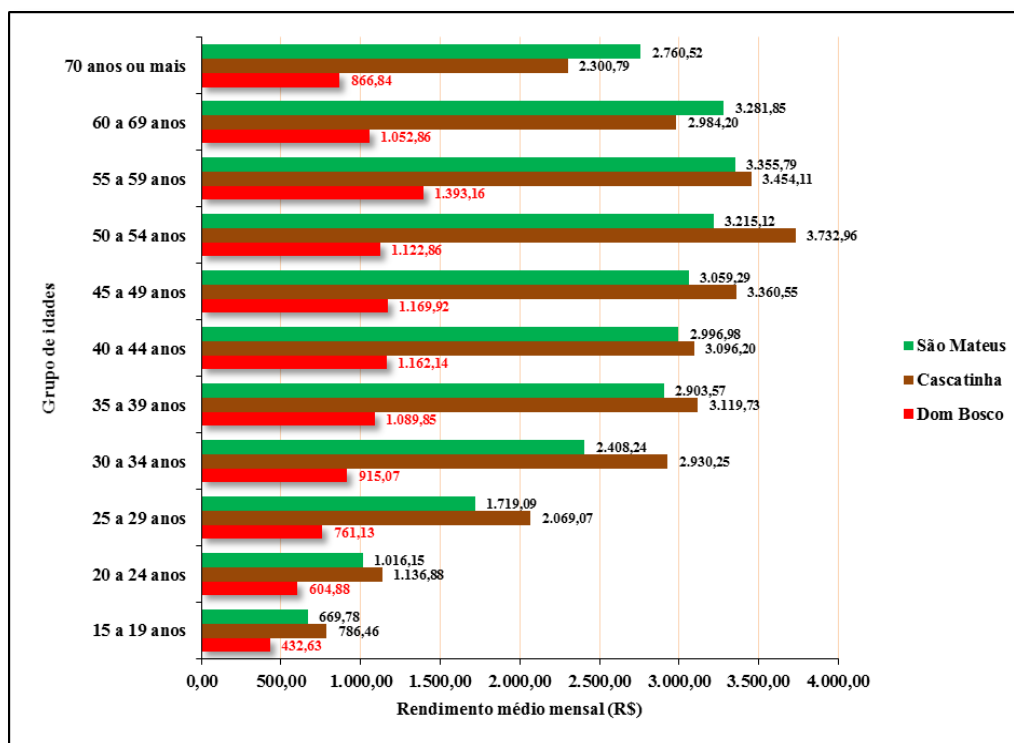
A RP Cidade Alta possui seu limítrofe com o bairro através da UFJF. A universidade, inclusive, serve de acesso a quem sai do Dom Bosco rumo aos bairros da Cidade Alta. Como limítrofe do bairro com a RP Cascatinha, se encontra o próprio Bairro Cascatinha. Já dentro da própria RP Centro, o bairro que faz limite com o Dom Bosco é o Bairro São Mateus.

Esses bairros que margeiam o Dom Bosco são considerados bairros de classe média. São Mateus e Cascatinha, como visto na seção 3.1.3, encontram-se entre os bairros mais elitizados da cidade. Nestes bairros a classe média costuma dividir com a elite local as mesmas áreas. Já a Cidade Alta é considerada um dos principais eixos de crescimento da cidade, o que muito se deve à chegada dos condomínios e à expansão da UFJF. Cabe ressaltar que, mesmo com a ampliação da universidade na última década, ela ainda se configura como um meio elitizado.

São Mateus e Cascatinha já são bairros bem estabelecidos com sua área quase toda ocupada, restando a verticalização para que se prossiga o ajuste espacial do espaço intra-urbano. Este fato também contribui para o elevado valor da terra encontrado nestes bairros. Os serviços existentes encontram-se voltados para atender às demandas da classe média que os habitam. São áreas de lazer como clubes privados, serviços como academia de musculação, bares, restaurantes, enfim todos voltados para a classe média. Pode-se aqui apontar uma exceção que se refere aos supermercados. Em tempos de capitalismo monopolista, as grandes redes de supermercados acabaram levando ao fechamento de quase todos os antigos mercadinhos de esquinas. Restando às classes mais populares o uso e consumo de mercadorias ofertadas por estas grandes redes. Sendo assim os supermercados canalizaram para si a demanda de diferentes extratos sociais. Ainda assim, vêm se destacando em Juiz de Fora lojas de algumas redes de supermercado voltadas mais para a classe média e a elite juiz-forana, é o caso do Supermercado Empório Bahamas (localizado na Avenida Rio Branco no centro da cidade) e o Empório Bahamas Verde (localizado no Cascatinha).

A grande desigualdade social entre o Dom Bosco e seus bairros adjacentes, pode ser percebida no Gráfico 6 que apresenta a diferença no rendimento médio mensal da população que habita estes diferentes bairros.

Gráfico 6 – Comparação entre o valor do rendimento nominal médio mensal, por grupos de idade, Bairro Dom Bosco e bairros adjacentes - 2010



Fonte: IBGE- SIDRA. Elaboração do autor.

O Cascatinha apresenta o maior rendimento médio entre a faixa etária que vai dos 15 aos 59 anos, enquanto o São Mateus apresenta maior rendimento entre os moradores com 60 anos ou mais; já o Dom Bosco apresenta o menor rendimento médio em todas as faixas etárias. Entre quase todos os grupos de idades, o bairro com maior rendimento médio apresenta valor três vezes superior ao do Dom Bosco, enquanto o com segundo maior rendimento encontra-se sempre próximo do de maior valor. A exceção encontra-se entre os jovens, faixa de 15 a 24 anos, onde o rendimento dos moradores do Dom Bosco mais se aproxima dos do São Mateus e Cascatinha. Este fato pode ser explicado a partir de dois fenômenos: a) grande parte dos jovens dos bairros São Mateus e Cascatinha – classe média – não trabalham, se dedicam aos estudos, enquanto os jovens do Dom Bosco começam a trabalhar ainda na adolescência, antes mesmo dos 15 anos, o que contribuiria para aproximar o rendimento de jovens em condições sociais tão diferentes; b) grande parte dos moradores do Dom Bosco – em especial os jovens – trabalham na construção civil.

Este setor da economia encontra-se com sua mão-de-obra bastante valorizada, devido à demanda de serviços que atualmente não é preenchida com a oferta de trabalhadores do ramo. Segundo Leomar Delgado, presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Juiz de Fora (Sinduscon/JF), a mão-de-obra hoje possui um impacto extremamente relevante para o setor, uma vez que, atualmente, 52% do custo da obra correspondem a gastos com a mão-de-obra (COSTA, 2013).

Afora a grande diferença nos rendimentos, o padrão de construção também se faz bom demonstrador da diferença socioespacial que existe entre os bairros citados (Figura 5).

Figura 5 – Padrão de construção dos bairros, São Mateus, Cascatinha e Dom Bosco, Juiz de Fora, MG



Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

Enquanto nos bairros de classe média como Cascatinha e São Mateus, predominam construções de elevados padrões de construção, realizadas por construtoras, no Dom Bosco percebe-se o predomínio de construções com baixo padrões de construção, oriundas do processo de autoconstrução.

A autoconstrução é vista como um sobretrabalho que recai nas costas do trabalhador. Como se não bastasse o dia-a-dia de labuta em seu emprego, o trabalhador se vê obrigado a trabalhar na construção de sua própria morada. Essa é a única forma que estes trabalhadores possuem para adquirirem suas respectivas moradias. A autoconstrução é realizada nos fins de semana e em parte das férias. O ritmo da construção depende do *tempo livre*, do dinheiro disponível para a compra do material e da disponibilidade de vizinhos que possam, em momentos eventuais, contribuir como, por exemplo, no ato de *virar uma laje*⁴⁵. Essa ajuda solidária, que ainda existe nos bairros de padrão popular, contribui para o aumento de sua identidade que lhe confere o título de bairro como já visto neste estudo (Figura 6).

Figura 6 – Fotografia representativa de autoconstrução, Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora, MG



Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

⁴⁵ *Virar laje* é um termo utilizado pelos moradores para o processo de construção de uma laje, que significa *virar* o concreto a ser utilizado na mesma.

O processo de autoconstrução, na maioria das vezes, ocorre em partes do terreno que já pertence à família. No caso de não haver área livre suficiente para se levantar mais uma moradia, é provido o pavimento superior. Dá-se, assim, a verticalização do bairro como pode ser observado na Figura 7.

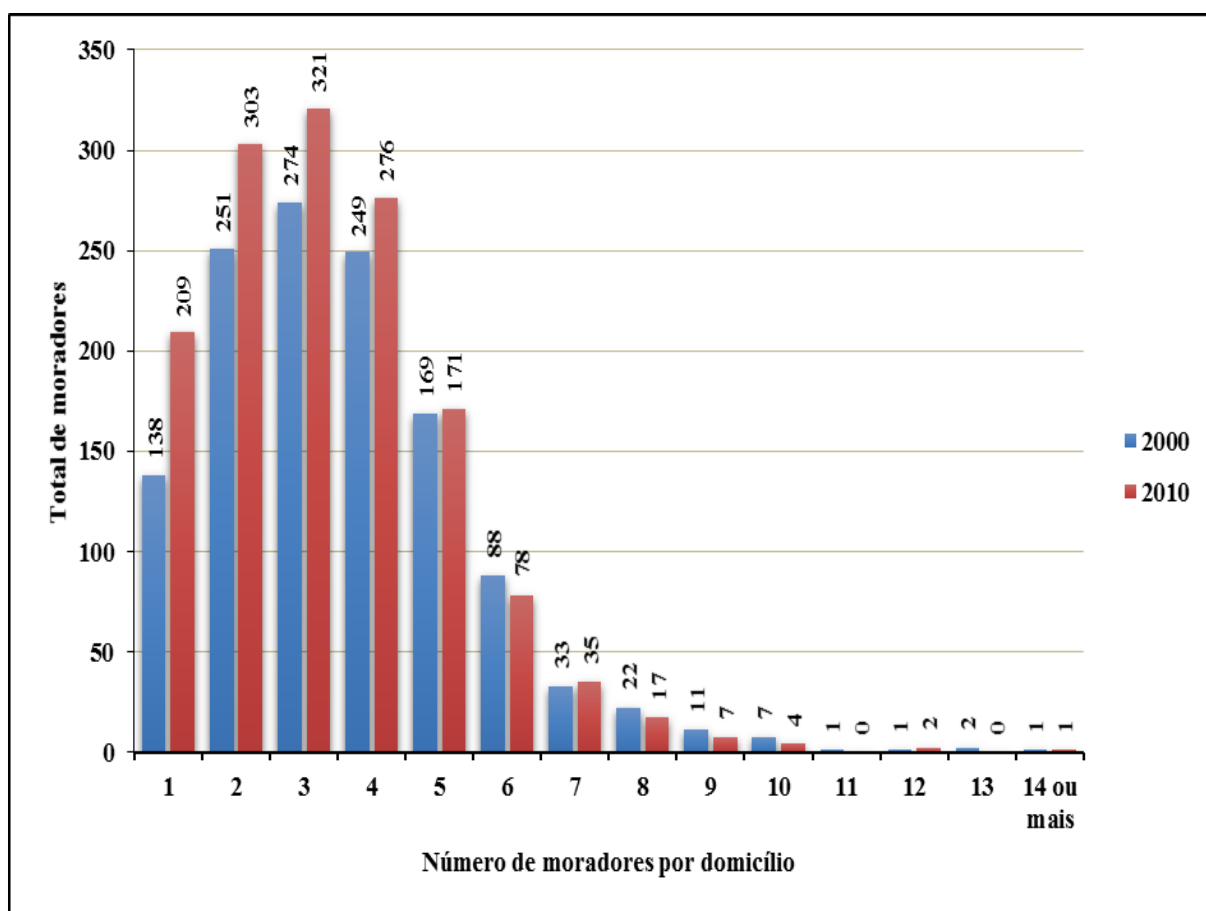
Figura 7 – Fotografia representativa da verticalização na autoconstrução, Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora, MG



Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

No Dom Bosco, a prática da autoconstrução é comum devido não só à condição financeira dos moradores, mas também ao fato de ser um bairro com um alto número de profissionais da construção civil. Soma-se a estes fatos o aumento populacional do bairro que no ano de 2000 possuía cerca de 4.477 moradores e, em 2010, 4.735. O Gráfico 7 mostra a evolução dos domicílios por número de moradores no Bairro Dom Bosco entre 2000 e 2010.

Gráfico 7 – Evolução dos domicílios por número de moradores, Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora - MG, 2000 e 2010*



Fonte: IBGE-SIDRA. Elaboração do autor.

Percebe-se que o número de domicílios com apenas um residente aumentou significativamente, enquanto que os domicílios com seis ou mais moradores sofreram ligeiro declínio. Se antes a autoconstrução de moradia dava-se sobretudo após a formação de famílias, após o casamento ou ao nascimento de um filho, hoje ela alcança a juventude solteira que provida de relativa melhora financeira, acaba por construir novas moradias. O aumento da autoconstrução também acaba ajudando a explicar o fato de a grande maioria dos domicílios do bairro serem ocupados por seus respectivos proprietários, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Domicílios por condição de ocupação, Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora - MG, 2010

Condição de ocupação	n	%
Próprio	1.009	70,86
Alugado	257	18,05
Cedido	157	11,03
Outra condição	1	0,07
Total	1.424	100,00

Fonte: IBGE - SIDRA. Elaboração do autor.

Cabe ressaltar que muitas das escrituras do bairro foram adquiridas através de processos de usucapião⁴⁶. L-1 ao ser questionado sobre importantes iniciativas de demais lideranças do bairro, relata o papel fundamental de uma ex-diretora da Associação Pró-Melhoramento (APM) do Bairro Dom Bosco.

[...] Embora não era uma função, assim, é... é... Obrigatória dela como presidente do bairro, mas ela teve essa preocupação muito grande... eu acho que pra mim... eu acho que pra mim foi uma visão, assim, futura que ela teve de conscientizar essa comunidade em tirar sua escritura de usucapião. Que as pessoas... as pessoas têm uma ilusão de achar que quem mora hoje, ilusão não, eles afirma às vezes, tem pessoas que até afirma achar que quem mora hoje aqui nessa parte alta do Dom Bosco, principalmente, no loteamento Jardim Paraíso, acham que nós somos invasores, ocupadores de espaço, mas muito pelo contrário, aqui a maioria quase que absoluta tem sua escritura de usucapião. E foi graças ao trabalho que ela fez. (L-1)

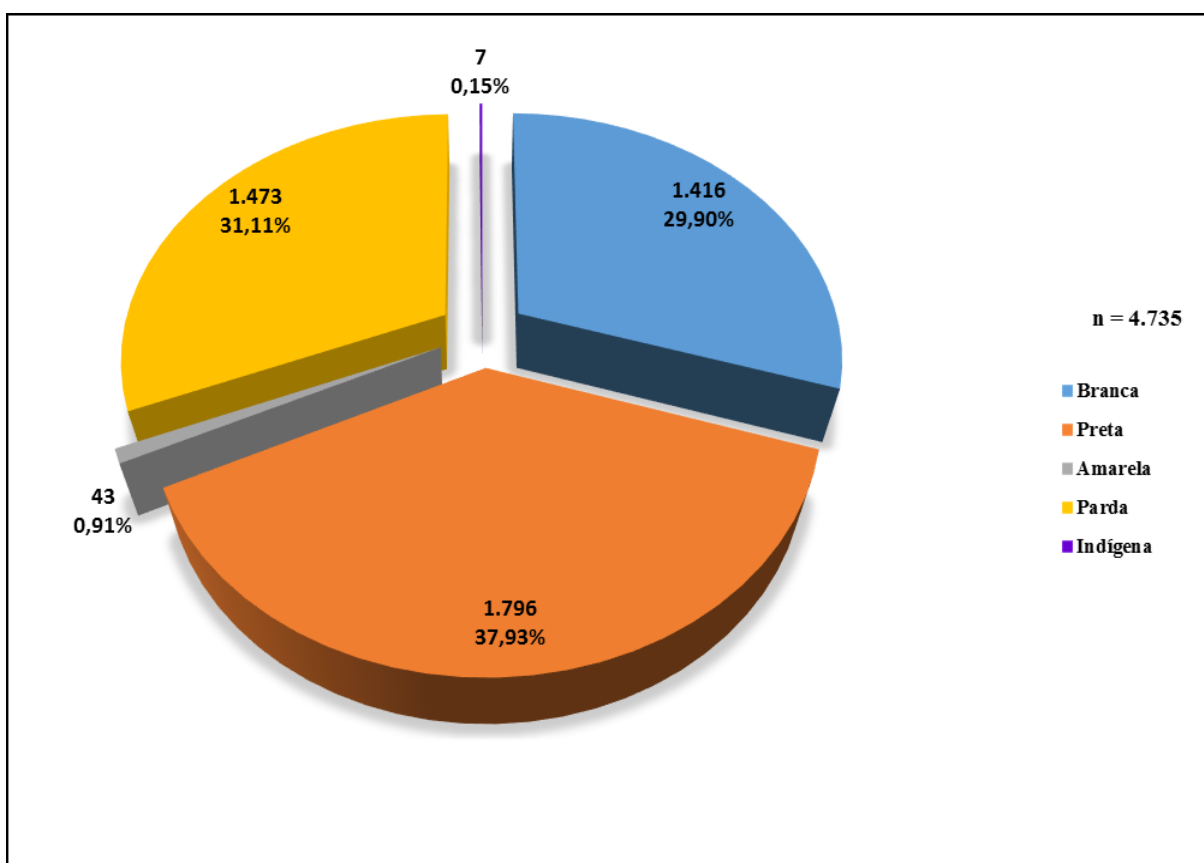
Com o aumento de moradores e de residências (de 1.247 residências em 2000 para 1.424 residências em 2010), torna-se inevitável o processo de verticalização e conseqüente adensamento do Dom Bosco, uma vez que o bairro já não possui mais áreas vazias para sua expansão horizontal. O aumento da autoconstrução também contribui para uma maior identidade que diferentes gerações de moradores possuem com o bairro.

Outra característica marcante do Dom Bosco encontra-se no número de residentes com origem afrodescendente. A justificativa para este fato encontra-se nos primórdios do bairro a ser abortada em seção posterior. Observando o Gráfico 8

⁴⁶ Usucapião é um modo de aquisição da propriedade e ou de qualquer direito real que se dá pela posse prolongada da coisa, de acordo com os requisitos legais, sendo também denominada de prescrição aquisitiva (DIREITONET. Dicionário: **Usucapião**. c2009-2014. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

percebe-se que a soma do percentual da população que se autodeclarou preta com a que se autodeclarou parda corresponde a 69,04% dos residentes do bairro. Conseqüentemente até hoje se encontram presentes no bairro, apesar de cada vez mais escassos, elementos da cultura africana como os terreiros e a capoeira.

Gráfico 8 – População residente, por cor ou raça, Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora - MG, 2010



Fonte: IBGE - SIDRA. Elaboração do autor.

Segundo Barreto (2013), o fator raça, ou etnia, seria mais um elemento para o aumento do processo de segregação socioespacial, no qual se encontra o Bairro Dom Bosco. Ainda segundo a autora, dentro do próprio bairro, é destinada à população de origem afrodescendente as principais áreas de risco ambiental. Os desastres ambientais no bairro são, em sua maioria, provocados por deslizamento de terras, devido a declividade da área ocupada pelo bairro.

No que se refere aos equipamentos públicos o bairro também tem enfrentado grandes problemas, apesar de alguns avanços entre 2013 e 2014, fruto de reivindicações e lutas dos moradores.

No campo da educação, por exemplo, após o fechamento da Escola Estadual Dom Orione em 2009, somente uma instituição pública de ensino é responsável por toda a demanda do bairro. Trata-se da Escola Municipal Álvaro Braga de Araújo (Figura 8), localizada na Rua Araguari, parte baixa do bairro. No entanto, esta escola possui somente o primeiro ciclo do Fundamental e o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), ficando os jovens do sexto ano do fundamental, ao ensino médio descobertos dos serviços de educação pública no bairro. O bairro ainda carece de creche, que para famílias trabalhadoras são de fundamental importância, uma vez que permite o trabalhar fora por parte da mãe.

Figura 8 – Fotografia da Escola Municipal Álvaro Braga de Araújo, Dom Bosco, Juiz de Fora, MG



Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

Já no que se refere à saúde, o bairro é coberto por uma Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) que se encontra instalada em sede temporária, aguardando a construção de novas dependências, no local onde funcionava a sede antiga (Figura 9).

Figura 9 – Fotografia da sede provisória da Unidade de Pronto Atendimento à Saúde, Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora, MG



Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

Contudo, não existe o programa Estratégia Saúde da Família no bairro, o que é motivo de descontentamento da comunidade e de luta por parte de suas lideranças como se pode perceber na transcrição abaixo.

[...] já antes da UAPS ficar pronta, já tá sendo feitas reuniões, eu até participei de uma com o subsecretario de saúde, o Tiago, que é, logo que ela ficar pronta implantar o Programa Saúde da Família no Dom Bosco. Tirar a UAPS desse processo tradicional. Entrar no programa saúde da família que vai ser o melhor pro Bairro Dom Bosco [...] (L 1)

Sobre assunto transversal à saúde, encontra-se o saneamento básico. Neste quesito, à exceção das duas AEIS do bairro, localizadas no *Chapadão* e no *Morro dos Cabritos*, quase todo bairro possui esgotamento sanitário, abastecimento de água tratada, coleta de lixo e existência de energia elétrica. A Tabela 2 mostra as condições das moradias segundo suas respectivas condições sanitárias e de energia.

Tabela 2 – Situação dos domicílios por estrutura básica de saneamento e energia, Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora - MG, 2010

Variáveis de saneamento básico e energia	n	%
<i>Tipo de esgotamento sanitário</i>		
Rede geral de esgoto ou pluvial	1.404	98,60
Fossa rudimentar	1	0,07
Vala	3	0,21
Outro tipo	3	0,21
Não tinham	10	0,70
Total	1.424	100,00
<i>Forma de abastecimento de água</i>		
Rede geral	1.386	97,33
Poço ou nascente na propriedade	23	1,62
Poço ou nascente fora da propriedade	7	0,49
Outra	8	0,56
Total	1.424	100,00
<i>Destino do lixo</i>		
Coletado	1.379	96,84
Queimado (na propriedade)	3	0,21
Jogado em terreno baldio ou logradouro	42	2,95
Total	1.424	100,00
<i>Existência de energia elétrica</i>		
Tinham	1.421	99,79
Não tinham	3	0,21
Total	1.424	100,00

Fonte: IBGE - SIDRA. Elaborada pelo autor.

As localidades que não possuem os serviços completos de saneamento e energia, são as áreas mais precárias do bairro, com maior declividade do terreno, e que abrigam áreas de ocupações. De acordo com a moradora Marisa da Silva Reis:

[...] a situação do Morro dos Cabritos (Rua Arminda Nunes e João Massena) é ainda pior. Lá já houve época em que subia o caminhão de coleta de lixo, hoje nem isso acontece, e o lixo vai todo para uma encosta. Ou então, a pessoa tem que descer as íngremes ladeiras até despejar o lixo em latões que transbordam de sujeira, na rua de baixo. (VIVA DOM BOSCO, 2012, p. 5).

Em pesquisa de campo, pode-se verificar que a coleta de lixo no *Morro dos Cabritos* não possui regularidade e, quando acontece, os funcionários do Demlurb⁴⁷ não chegam até a parte alta desta localidade. O material é recolhido em um terreno localizado um pouco acima da metade da Rua João Massena.

O acesso à energia elétrica e saneamento básico teve grande avanço no bairro nos anos 80. No entanto o acesso quase que total aos serviços de saneamento e energia elétrica, como mostrado na Tabela 2, só se fez entre o final dos anos 90 e meados dos anos 2000.

Outro grande problema relatado pelos moradores é a precariedade do transporte público, que se limita às principais ruas do bairro. Segundo Francisco de Souza Pereira, conhecido como Chiquinho, o transporte público não cobre todo o bairro, além de não haver o cumprimento regular dos horários (VIVA DOM BOSCO, 2012).

No Dom Bosco, o lazer é mais um problema, a única área pública existente no bairro ou em suas imediações é o campo de futebol, chamado pelos moradores de *Engenhão*, e a praça cívica da UFJF. No entanto ambas as áreas guardam algumas especificidades. O *Engenhão*, como veremos na quarta seção, foi construído após a desativação do antigo campo que localizava-se na chamada *Curva do Lacet* – área que fica ao centro de um laço produzido pelo traçado da Avenida Itamar Franco próximo à UFJF e ao Dom Bosco. O antigo campo, era a principal área de lazer e contava com boa infraestrutura para a prática de futebol, além de *parquinho* para as crianças. Atualmente, o *Engenhão* sequer conta com infraestrutura adequada para a prática futebolística. Já a UFJF, apesar de pública é utilizada, quase que exclusivamente, pela classe média de toda cidade, que dela se vale para caminhadas, passeios com os filhos, piqueniques, etc. A área de lazer da UFJF utilizada pelas crianças e jovens do Dom Bosco é o lago do campus. Na verdade, nem seria uma área de lazer, uma vez que é proibido nadar no lago. Mas, de acordo com a matéria

⁴⁷ O Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DEMLURB) é o órgão responsável pela limpeza urbana da cidade de Juiz de Fora (JUIZ DE FORA, [c2006-2014]).

do jornal Tribuna de Minas (ESTIAGEM..., 2014), em tempos de calor é comum ver jovens do bairro utilizando a água do lago para se banharem. Afora os precários locais aqui citados, a rua passa a ser a principal área de lazer do Dom Bosco, principalmente da parte alta, conhecida como *Chapadão*, e as inúmeras ruas sem saída do bairro. Em qualquer hora do dia é possível ver vida em suas ruas. São idosos sentados nas calçadas, crianças brincando nas ruas, jovens reunidos em grupos. Mas é principalmente à noite nos finais de semana que as ruas do bairro ganham vida num volume impressionante.

No entanto, apesar de ser um bairro bastante povoado e relativamente populoso, para os padrões de Juiz de Fora, o Dom Bosco possui comércio local pequeno e pouco diversificado. Como já dito, a maior parte do comércio localiza-se às margens da Rua Vicente Beghelli, principal via do bairro. O bairro ainda conta com um pequeno mercado (Mercado Manchester) localizado na esquina da Rua Vicente Beghelli com a Rua Belo Vale. Segundo matéria publicada na Revista Viva Dom Bosco (2012),

Os moradores acham que o bairro precisa de mais variedade de comércio. Afirmam que as lojas de bairro geralmente sobem os preços em relação ao centro da cidade e isso impede que muitas vezes consumam produtos de sua região. (VIVA DOM BOSCO, 2012, p. 3).

Como muitos moradores trabalham nos bairros vizinhos ou no centro da cidade, eles aproveitam para realizarem suas compras nas grandes redes de supermercados existentes nestas localidades, o que só ratifica o poder do capitalismo monopolista.

Sendo assim, pode-se perceber que a carência do bairro se faz presente em diversas áreas que envolvem principalmente, saúde, educação e lazer. Setores estes que deveriam ser promovidos pelo poder público. Já o capital imobiliário continua com sua expansão no entorno do bairro, bem como em algumas localidades do mesmo, como é o caso da *Grota*, área em que moradores tradicionais do bairro passam a conviver conflituosamente com a classe média, que vem chegando nesta área. Essa realidade só contribui para o aumento de um processo de segregação que impacta o bairro no seu dia a dia.

No entanto, esta nova dinâmica na qual se encontra sujeito o Dom Bosco, só intensificou uma condição de segregação que possui suas origens ainda na gênese do bairro.

3.3.3 O Bairro Dom Bosco: um mergulho no passado

O Bairro Dom Bosco surge na década de 1920 com a chegada de operários e negros recém-libertos que não eram absorvidos pelas indústrias têxteis de Juiz de Fora (OLIVEIRA, M. R., 2000). É importante salientar que, nesse período, Juiz de Fora se encontrava em pleno desenvolvimento industrial, tendo a indústria têxtil como setor de maior destaque (GIROLETTI, 1988).

Com o esgotamento da cafeicultura nos arredores de Juiz de Fora, os negros libertos e desprovidos de capital rumaram para os centros urbanos à procura de empregos nas indústrias. Esse processo de êxodo, no entanto, ocorreu tardiamente quando os postos de trabalhos na cidade já se encontravam preenchidos por imigrantes. Um dos motivos por essa migração tardia deve-se ao fato de:

Enquanto, na região paulista a política adotada para substituição do escravo nas fazendas de café se pautou pelo incentivo à imigração estrangeira, em Minas Gerais e Rio de Janeiro a tendência foi a utilização do trabalhador nacional, procurando integrar o liberto no mundo do trabalho. (SOUZA, S. M., 2007, p. 143).

Mesmo quando se conseguia o emprego, o centro urbano da cidade não oferecia mais espaço para a intrusão desses negros (OLIVEIRA, M. R., 2000). A saída foi peregrinar rumo à periferia – que aqui possui sentido dual: o primeiro referente à espacialidade e o segundo referente à condição social. Ambos periféricos – formando bairros quase que totalmente negros (OLIVEIRA, M. R., 2000). A mesma autora aponta a maneira pela qual essa periferização dos negros contribuiu para que os mesmos construíssem sua identidade: “A marginalização dos negros na periferia urbana ou sua concentração em comunidades fechadas nas zonas rurais viabiliza a sua organização a partir de certas instâncias de cultura, como a religião e o lazer.” (OLIVEIRA, M. R., 2000, p. 78). Batista (2006), através de relatos de descendentes

de escravos esclarece que é somente a partir de 1930 que o negro começou a ser inserido com maior veemência no processo produtivo.

Os operários por sua vez sofriam com os altos preços dos aluguéis, já que a procura por imóveis era superior à oferta. A situação de moradia no centro urbano era de tal gravidade que os próprios operários incluíram a questão como uma de suas principais reivindicações na pauta da greve de 1920. Quando não faltavam imóveis, as condições de moradia eram desumanas (ANDRADE, 1987). A reivindicação por mais residências também se encontrava na pauta do dia dos industriais, afinal a chegada de novas indústrias tornava eminente a construção de novas habitações para os novos operários.

O poder público local, apesar de oferecer algumas vantagens – como isenção fiscal, para os proprietários que construíssem casas no centro urbano para abrigar os operários – já demonstrava, em 1916, seu interesse em expulsar os operários para a periferia da cidade (ANDRADE, 1987). Tal fato é comprovado por resoluções da Câmara Municipal que proibiram a abertura de avenidas para operários no centro urbano, bem como deram total poder ao executivo municipal para realizar a desapropriação das moradias porventura construídas nestas avenidas (ANDRADE, 1987).

Dessa forma o centro urbano ia se consolidando como morada da elite juizforana, deixando evidente um processo de higienização da região central da cidade. Ao mesmo tempo, todo o esforço do poder público para remover a população operária da região central aquecia a indústria de construção civil. Esse aquecimento deve-se a dois fatores: o primeiro refere-se ao processo de valorização dos imóveis localizados no centro urbano com a progressiva saída dos operários; o segundo corresponde à própria necessidade de construção de novas moradias para abrigar os operários nas regiões periféricas (ANDRADE, 1987). O Estado, assim, seguia à risca os mandamentos burgueses, ou seja, ao mesmo tempo em que gerava condições para uma maior acumulação de capital por parte da burguesia local, transferia determinados benefícios (moradia) e garantias (geração de empregos na construção civil) aos trabalhadores. Harvey (2006), ao discutir sobre o papel do Estado em relação ao modo capitalista de produção, chama a atenção para uma das funções chaves do Estado:

Assim, uma função chave inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores (padrões mínimos de vida e condições de trabalho, por exemplo), que talvez para ser exato não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. Em troca, o Estado recebe a obediência genérica das classes subordinadas. (HARVEY, 2006, p. 87).

Cabe reafirmar que, neste caso, a elite juiz-forana interessou-se prontamente pela transferência de benefícios, uma vez que assim “os capitalistas ampliavam o campo de exploração do trabalhador, estendendo-o da fábrica à habitação, com o beneplácito de um poder comprometido com a acumulação de capital.” (ANDRADE, 1987, p. 50).

A situação enfrentada pelos negros libertos transformados em operários desempregados, assim como a situação vivenciada pela classe operária do centro urbano, adicionadas ao interesse do próprio Estado na remoção do proletariado desse mesmo centro urbano criam as condições ideais para o surgimento de bairros periféricos destinados aos negros e operários.

É neste contexto que surge o Bairro Dom Bosco.

Quando os primeiros processos de loteamento do bairro foram abertos, o local era conhecido como *Serrinha* e abarcava uma área maior do que a atualmente ocupada pelo Bairro Dom Bosco. A Estrada de São Francisco cortava o morro da Serrinha ligando a cidade ao antigo distrito de São Francisco. A venda dos terrenos que pertenciam à viúva de Carlos Monteiro⁴⁸ (hoje final da Rua Padre Café) conhecida como Dona Sinhazinha e Vitorino Matias Alves, (hoje final da Rua Olegário Maciel), ligaram o então bairro Serrinha ao Bairro São Mateus.

Não se sabe ao certo se os primeiros moradores se instalaram na área de forma legal (através da compra de lotes) ou ilegal (através de ocupações e invasões). Certo é que a chegada dos primeiros negros e operários ao bairro coincide com a aquisição das terras herdadas pelos irmãos Kstemarque, por Vicente Beghelli em 1927, através da Sociedade Imobiliária de São Mateus. Estima-se, no entanto, que as primeiras edificações foram feitas antes do primeiro processo de loteamento do bairro apresentado à prefeitura, em 1937⁴⁹, pelo proprietário Vicente Beghelli, com o nome

⁴⁸ Carlos Monteiro, um dos grandes proprietários de terra desta área. Até hoje a família Monteiro possui terras que se localizam entre o bairro e a UFJF. São terras que só possuem como via de acesso à Rua João Massena no cume do Morro dos Cabritos.

⁴⁹ O processo desta solicitação de loteamento não foi localizado na prefeitura, no entanto em trabalho realizado por Herdy (2008) foi possível localizar a planta que encontrava-se arquivada no cadastro imobiliário.

de *Alto da Boa Vista* (HERDY, 2008). Este primeiro processo de loteamento foi realizado na parte baixa do bairro conhecida como *Serra de Baixo* e não foi aprovado pela prefeitura. Este loteamento previa 205 lotes divididos em 12 quadras como na planta de loteamento no Anexo A. O loteamento compreende as áreas que, hoje, os moradores identificam como *Buraco* e *511*. Mesmo não aprovado o loteamento, a terra foi loteada e os lotes vendidos.

Segundo uma seção do informativo da APM do bairro, que resgata a história do mesmo, os lotes foram adquiridos por operários a preços bem baixo.

O terreno adquirido foi dividido em lotes e vendido a preços baixos, com o pagamento sendo feito em suaves prestações, dando assim, plenas condições para que funcionários da Ferreira Guimarães, São Vicente, Santa Cruz, Bernardo Mascarenhas e outras indústrias da cidade pudessem adquirir o seu lote e construir sua casa. (DOM BOSCO, 2013, p. 2).

Emília Julião, antiga moradora do bairro relata bem o perfil operário dos moradores do bairro. “[...] por exemplo, de 1940, 38 pra cá, o pessoal trabalhava na fábrica. Aqui tinha a Sarmento, a Juta, Santa Cruz, Meuer, Mascarenhas. Tudo era fábrica de tecido né? E a gente trabalhava na fábrica. [...]” (HISTÓRIAS..., 2010).

Cabe ressaltar que neste período não existiam leis que regulassem o parcelamento do solo em Juiz de Fora. O primeiro instrumento destinado a tal regulação foi o Código de Obras de 1938, apresentado, portanto, um ano após a abertura do primeiro processo de loteamento do bairro. Neste momento, o bairro se dividia em dois: *Serra de Baixo* e *Serra de Cima*. A Serra de Baixo era toda a área localizada abaixo do que hoje é a Rua Vicente Beghelli. Já a Serra de Cima dizia respeito à área localizada acima desta via.

Relatos apontam que após adquirir as terras, “Vicente Beghelli edificou uma capela, surgindo a seu lado e quase que simultaneamente, um campo futebol.” (MENEZES; MONTEIRO, 2010)⁵⁰. Este fato elucida a forte identificação que os moradores criaram, ao longo da consolidação do bairro, com sua religiosidade e sua área de lazer (o campo), afinal estes eram os principais pontos de encontros que dispunham os moradores negros e operários marginalizados.

Já na década de 1940, mais precisamente em 1945, foi aberta, por iniciativa de Vicente Beghelli, uma escola que funcionava para alfabetização, aulas de canto e

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-97.htm>>.

música. Esta escola era de responsabilidade da própria família Beghelli e localizava-se próximo a sua residência à Rua Araguari, n. 210. Nesta mesma década, após ser ampliada com recursos da prefeitura, a escola passou a se chamar Álvaro Braga de Araújo, homenagem feita a um ex-prefeito de Juiz de Fora que governou a cidade por apenas um ano: 1936. Somente em 1955 a prefeitura construiu a sede própria para a Escola Álvaro Braga. A sede foi construída na Rua Araguari, n. 100, onde permanece até hoje.

Os anos 40 também foram marcados por mais dois fatos importantes para o bairro. O primeiro diz respeito à fundação do Abrigo Profissional Dom Bosco, pelo então vigário da Paróquia de São Mateus, Monsenhor Gustavo Freire. Na mesma década o abrigo foi entregue aos padres orionitas – Congregação de Dom Orione – que modificaram o nome do abrigo para Instituto Profissional Dom Orione. Durante muitos anos o instituto funcionou oferecendo vários cursos profissionalizantes como mecânica e marcenaria, por exemplo. Muitos moradores mais antigos se formaram no instituto, que na verdade servia também como forma de reprodução de uma força de trabalho, porém mais qualificada.

Em 1948, depois de os vicentinos construírem uma capela dedicada a Dom Bosco, foi solicitada, à câmara municipal, a mudança do nome do bairro da *Serrinha* para Bairro Dom Bosco. A câmara acata o pedido e concede a alteração do nome. O bairro passa a se chamar *Dom Bosco*.

Ainda no ano de 1948 mais um processo de loteamento foi apresentado à prefeitura. O processo de número 13.107, apresentado pelo loteador Francisco Rocha. Ele não foi aprovado sendo arquivado por temporalidade no ano de 1989. Atualmente a área pertence à prefeitura e ainda não foi loteada. É neste local que está sendo construída uma creche comunitária que foi conquista dos moradores do bairro. A planta deste loteamento se encontra no Anexo B.

Na década de 1950 mais dois processos de loteamento foram abertos. O primeiro, na verdade, trata-se de um pedido de modificação de um loteamento já existente. O pedido foi feito por Oscar Magaldi, no ano de 1950 e é identificado no processo com o número 5.814, nominado de *Jardim Boa Vista*. Trata-se de uma área pequena, com apenas 34 lotes e 2 quadras. Atualmente, corresponde à área que abrange parte da Rua Araguari, a Rua Cruzador Bahia, parte da Rua Monsenhor Gustavo Freire e a Rua C. A planta deste loteamento encontra-se no Anexo C. Este processo foi aprovado, ainda sob a regência do Código de Obras, no ano de 1968.

O segundo processo de loteamento, solicitado na década de 1950, refere-se ao de número 3.195, de 1952, apresentado, também, por Vicente Begheli. O loteamento foi aprovado no ano de 1953 com o nome de *Jardim Paraíso*, atualmente conhecido também como *Chapadão*. Trata-se do segundo maior loteamento do bairro onde, em seu projeto oficial aprovado pela prefeitura, continha 115 lotes divididos em 8 quadras, como pode ser visto na planta que consta do Anexo D.

De acordo com relatos de moradores mais antigos, os terrenos no Jardim Paraíso também eram vendidos a preços bem baixos, tendo como principais compradores, mais uma vez, operários que trabalhavam nas já decadentes indústrias têxteis da cidade.

No ano de 1958, Vicente Beghelli e sua mulher Maria da Glória Macedo Beghelli doaram à Associação de São Vicente de Paula um terreno com 22.918 m². Segundo a certidão de doação, que se encontra no Anexo E, este terreno era possuído de forma irregular e abrangia uma área que margeava as ruas Imaculada Conceição, Silvério da Silveira, João Beghelli e Gustavo Doot. A doação teve como finalidade a construção de uma creche comunitária e um abrigo para idosos. A creche já não existe mais, enquanto o abrigo encontra-se erguido e administrado pelos vicentinos até hoje com o nome de *Conjunto Santo Agostim*.

No entanto, como se pode observar na fala de uma das lideranças entrevistadas, este conjunto já não se destina mais somente a acolher de idosos.

Então, o sô Creo que morreu, eu acho que esse ano, com quase 100 anos, ele que fazia todo esse atendimento e... só que aí os idosos foram morrendo, né, e foi ficando, aí foi surgindo uma... mas lá ou cá apareceu um filho, um neto, uma coisa qualquer.. e hoje, eu diria que é o inverso, viu. Não tem tanto idoso lá mais. Quase que nenhum. Entendeu... desvirtuou um pouco o sentido do conjunto... (L-1)

O que se constata é o fato de os vicentinos possuírem papel fundamental no processo de construção e consolidação do bairro. Após receberam as terras de Vicente Beghelli, os vicentinos lotearam esta fração de terra e doaram lotes para famílias que não tinham casa. Segundo matéria da revista Viva Dom Bosco (2012), muitos moradores que mudaram para o Jardim Paraíso, pagavam aluguel para morar nas fímbrias do Bairro São Mateus.

Ao longo das décadas, o bairro foi progressivamente se povoando, até que mudanças urbanísticas, na década de 1970, fizeram com que o bairro conhecesse um grande *boom* demográfico.

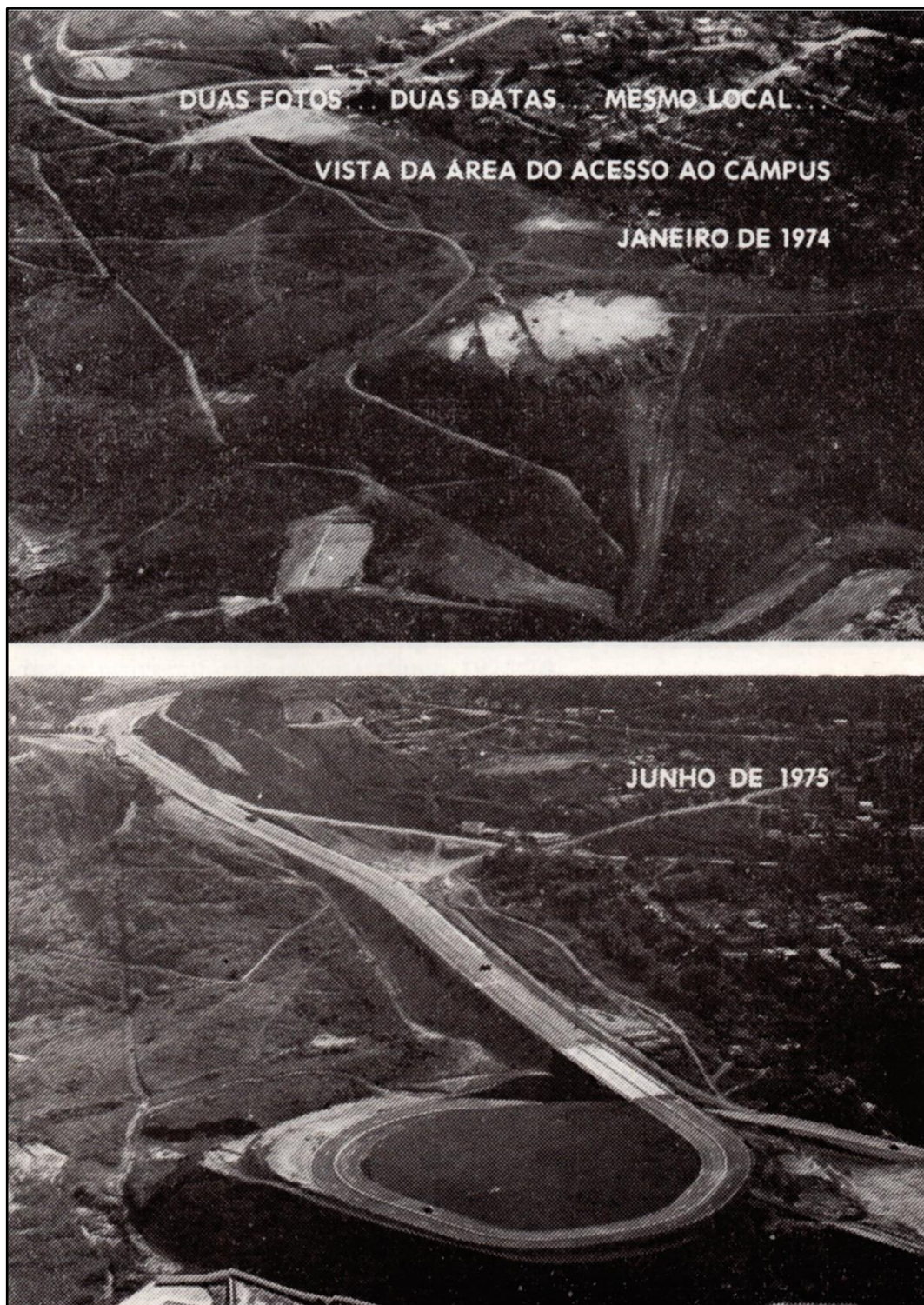
A grande mudança urbanística deste período versa da já citada em seção anterior, expansão da então chamada Av. Independência, hoje Av. Presidente Itamar Franco. Esta expansão foi fruto de uma grande obra de engenharia fomentada pelo II PND. Como explanado no documento que relata as atividades do reitorado da UFJF à época, a responsabilidade pela execução da obra foi dividida em três: UFJF, Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (PJF) e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) (RIBEIRO, 1976).

A obra foi entregue em 1975 e, segundo o reitor da época, João Martins Ribeiro, tinha como objetivo ligar o campus universitário ao centro da cidade, mais especificamente à Avenida Barão do Rio Branco. Assim o percurso do centro da cidade até o campus ocorreria em três a quatro minutos. A justificativa dada pelo reitor para a realização da obra foi a seguinte:

Na verdade, para o grande contingente de alunos e professores e funcionários que sobe ao campus diariamente, a atual estrada que vai para São Pedro e para o Cristo não tem condições de tráfego intenso. Não só pelas curvas, pelo perigo que oferece, como pela natureza do terreno, em que foi construída, pela largura, pelas dificuldades de ultrapassagem e pelos riscos que sempre oferece. [...] Lembramo-nos da época dos exames vestibulares. Quanta gente que aparece lá em cima, além dos candidatos [...] E tudo isso trafega pela única via de acesso, coitada, que mal dá para o gasto. (RIBEIRO, 1976, p. 85).

Da parte da UFJF ficou a responsabilidade de construir o viaduto e sua extensão até o pórtico sul da universidade como observado na Figura 10.

Figura 10 – Imagens comparativas da área antes e depois de construída a *Curva do Lacet*



Fonte: Ribeiro (1976, p. 133).

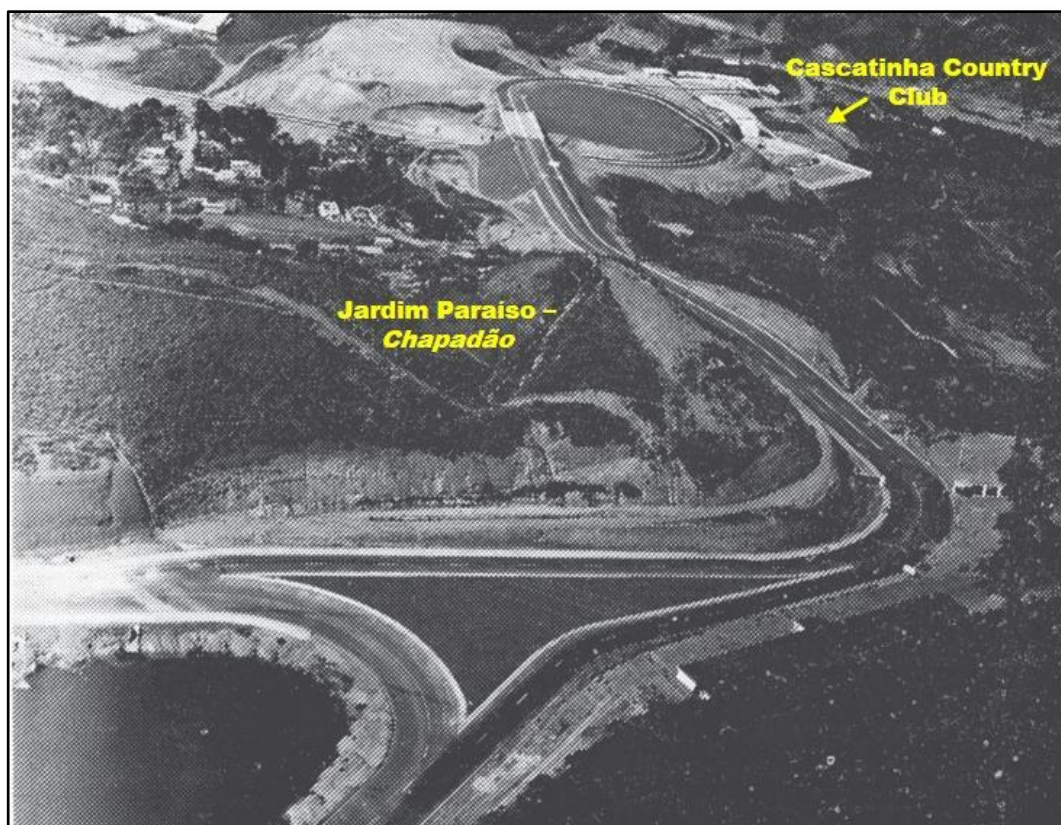
Surgia assim a *Curva do Lacet*, obra considerada por muitos, à época, impossível de ser realizada, que o reitor João Martins assim descreve:

[...] fizemos o prolongamento de uma avenida com duas pistas isoladas, projeto conseguido por nós graças ao desenvolvimento artificial. Com a elegância e a suavidade de um *lacet* agredimos o terreno e viabilizamos tecnicamente a ideia, num traçado que pode ser descrito, linhas gerais, como duas tangentes concordadas por uma curva não plana, que funciona como patamar de equilíbrio entre rampas, aliviando motores dos veículos que sobem e neutralizando energia cinética dos que descem. RIBEIRO, 1976, p. 128).

Ainda sobre a obra, ficou a cargo da PJF e do DNOS a canalização do Córrego Independência e a expansão desta avenida até onde seria construído o viaduto.

A Figura 11, a seguir, mostra que a área hoje conhecida como chapadão ainda era pouco povoada e o loteamento cascatinha sequer existia, só havia o Clube Cascatinha.

Figura 11 – Fotografia do Cascatinha Country Club e do Chapadão (Dom Bosco)



Fonte: Adaptado de Ribeiro (1976, p. 130).

Já na década de 1980, o terreno que ficara enlaçado pela avenida, então chamada de *Independência* abrigaria o tradicional campo da *Curva do Lacet*, que durante algumas décadas foi a principal área de lazer dos moradores do Bairro Dom Bosco, até a construção do Independência Shopping e sua conseqüente remoção no ano de 2007.

Contudo, estas mudanças desviaram a expansão da cidade em direção à Zona Oeste e Sul da cidade. A consolidação da Universidade Federal de Juiz de Fora, a expansão da Avenida Independência por sobre o córrego Independência, então canalizado, o crescimento e o surgimento de bairros que circundam o Dom Bosco, (o Bairro Cascatinha é um exemplo – loteado no início dos anos 80) bem como a construção da BR-040, já na década de 1980, incidiram diretamente na funcionalidade do bairro até então destinado à moradia da classe proletária. O Dom Bosco tornou-se bairro de passagem para toda a região da Cidade Alta, para o Aeroporto, para a Universidade Federal de Juiz de Fora, para o Cascatinha e para a BR-040.

As décadas de 1980 e 1990 e a primeira década do século XXI testemunharam uma explosão dos investimentos imobiliários na área. Com isso se intensificou a ação do capital imobiliário e o espaço se valorizou substancialmente. A expansão espacial do capital imobiliário para a área de entorno do Dom Bosco, pode ser observada no Anexo F, a partir de imagens conseguidas por levantamentos aerofotogramétricos que datam de 1968 a 2005, além de imagem recente via satélite.

4 QUANDO LUTAR SE TORNA INEVITÁVEL: O BAIRRO DOM BOSCO E A LUTA POR SEU LUGAR

*“A cidade acorda e sai pra trabalhar
Na mesma rotina, no mesmo lugar
Ela então concorda que tem que parar
Ela não discorda que tem que mudar
Mas ela recorda que tem que lutar.”*
(Conformópolis. Waldir W. da Fonseca)

A epígrafe acima, de autoria de Waldir Wanderlei, brilhantemente interpretada por Di Melo em 1975, no LP homônimo, cai como uma luva para a introdução a esta quarta seção.

A cidade referida na letra da música é a classe trabalhadora que, no seu cotidiano de labuta, acorda e sai para construir uma cidade da qual pouco usufruirá, a não ser para se reproduzir enquanto classe. A cidade produzida pelos trabalhadores, a partir de um trabalho alienado, estranhado, é possuidora do valor de troca que foge do alcance do trabalhador. Resta-lhe, assim, a garantia de um espaço na cidade que lhe assegure sua reprodução enquanto classe, os quais acabam por se tornar focos de resistência, possuidores de elevado valor de uso para seus moradores. Esse espaço constitui-se no bairro, local onde ocorre a intensificação dos processos contraditórios de construção da cidade.

Nesta lógica produtiva, torna-se inevitável o surgimento de um espaço segregado e ao mesmo tempo segregador ou, como costumeiramente denominado no meio geográfico, o surgimento de uma *segregação socioespacial*. Segregado, porque se encontra completamente fragmentado onde uma classe social se *esconde* (classe dominante) e a outra é forçosamente *escondida* (classe oprimida), de acordo com sua colocação na atual divisão social do trabalho. Segregador, uma vez que cada fragmento deste espaço que abriga uma determinada classe, acaba por duplicar em si mesmo as condições de reprodução dessa classe definida.

Sendo assim, a segregação socioespacial é uma representação espacial das classes sociais e, conseqüentemente, da divisão social e espacial do trabalho. O que se pretende com a segregação é escamotear as contradições de um sistema que necessita manter a maioria dos homens em condições de explorados ou de oprimidos.

As condições de opressão (filiação étnica, opção sexual, gênero, nível de instrução, e outras) são geradoras da intensificação dos processos de exploração. Neste sentido, Castells (1983) trata o caso da segregação urbana, como sendo a “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia.” (CASTELLS, 1983, p. 210) Para o autor, a segregação socioespacial encontra sua forma mais visível na segregação residencial, onde:

[...] a distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus *status* profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida, etc. (CASTELLS, 1983, p. 210).

Observadas as características do Bairro Dom Bosco, já apresentadas neste trabalho, pode-se constatar que, em linhas gerais, o bairro apresenta grande homogeneidade no que se refere à renda (por sinal bem inferior à dos bairros que o circundam), em relação à composição étnica (a maioria dos moradores do Dom Bosco são negros), ao nível de instrução (a grande maioria da população chega, no máximo ao ensino médio) e ao *status* profissional (onde em quase sua totalidade os moradores exercem funções de baixa expressão social, sendo grande parte trabalhadores da construção civil). Cabe ressaltar que não se pretende, aqui, colocar as condições de opressão como a grande causa da segregação, haja visto que esta condição está atrelada à divisão de classes. Porém, as condições de opressão são, no dia-a-dia do trabalhador, utilizadas para maior exploração do mesmo.

Olhando para o bairro através de sua história, percebe-se que este já nasce segregado, como espaço destinado a negros e operários pobres. É lógico que as condições atuais do bairro não são as mesmas de 90 anos atrás, quando ele começou a se edificar. É evidente, sem sombras de dúvidas, que a pressão que sofre do seu entorno, na atualidade é extremamente significativa decorrente de o tempo de desenvolvimento interno do Dom Bosco ser infinitamente mais lento do que o da circulação de capital que ordena seus arredores. Este processo de segregação é característico de qualquer sociedade que se encontre dividida em classes. Por isso, assim como o Estado, o processo de segregação precede ao surgimento do

capitalismo, e também possui suas raízes no instante em que a sociedade passa a ser ver dividida em classes.

Apesar de não ser fruto do capitalismo, é nele, e sobre suas premissas de lucro, que o processo de segregação socioespacial torna-se ainda mais aparente. Tal fato encontra-se ancorado na constante necessidade de ajuste espacial do capital. Ajuste este que acaba por alterar constantemente o espaço, ampliando o urbano com a incorporação de novas terras e modificando as hierarquias de um espaço desigualmente desenvolvido. O avanço contínuo do capital sobre o espaço, aliado às constantes alterações do espaço urbano, intensificam os conflitos e tornam mais explícitos os processos de segregação. Esta situação fica visível ao se abordar o caso do Bairro Dom Bosco. Ora, já se sabe que o bairro nasce de um processo de segregação, contudo, até a década de 80, sessenta anos após sua gênese, o bairro pouco incomodava a elite juiz-forana. Bastou a expansão do capital imobiliário se adentrar para estas bandas que o bairro passou a ser um percalço para a classe média, que hoje habita o entorno do mesmo, para os comerciantes que atendem à demanda da classe média, bem como para os promotores imobiliários.

A evidência da segregação não é algo desejado pelos representantes do capital. A segregação ideal é aquela que não se vê, que a convivência não é obrigatória. Por isso, quando o centro da cidade se expande e começa a incorporar áreas carentes, antes periféricas, como ocorreu com o Dom Bosco, a tendência natural é que haja a remoção destas áreas. Entretanto, se por diversos fatores, tal remoção não for possível a estratégia passa ser a de escondê-las e de dificultar o fluxo de seus moradores pelas novas áreas construídas. Como fazer isso? Aí entra a participação do Estado com seu aparato regulador e coercitivo. Cabe ao Estado, por exemplo, regular se uma área pode ser uma praça, um campo de futebol, com fluxo de pessoas, ou um centro comercial que promova, sobretudo, o consumo viável somente a alguns. Já a coerção é feita, na maioria das vezes, por instituições que possuem o direito de “monopólio da violência” e que, no caso das cidades, é representada, principalmente, pela polícia.

Para Botelho (2007), a segregação encontra-se especialmente atrelada a uma hierarquia de usos do solo, determinada pelo valor de uso de alguma particularidade do lugar e pela capacidade de pagar dos usuários para ali residirem. Logo, uma vez já observado que o valor da propriedade da terra, na economia capitalista, não passa da renda que ela proporciona acrescida de juros, pode-se ratificar o que já foi

devidamente afirmado em seção anterior: a renda fundiária é um instrumento do fenômeno da segregação socioespacial. Sendo assim, a capacidade de pagar que determinada classe possui para estar em um determinado lugar, enquanto outra classe não possui esta condição, é um meio para se chegar à segregação.

Além do mais, os lugares resididos por pessoas de classes mais abastadas economicamente geralmente encontram-se dotados de equipamentos coletivos de melhor qualidade. Já as áreas habitadas por trabalhadores de classe social menos favorecida economicamente, encontram-se, em regra, desprovidas desses equipamentos ou, quando os possui, são de qualidade bem inferior. Ou seja, se um bairro é detentor de equipamentos coletivos de qualidade, será maior a capacidade de extração da renda fundiária (no caso com destaque para renda de equipamento). Uma vez maior a extração da renda, mais valorizado será o bairro e mais seletiva será a aquisição de terras ou imóveis no mesmo.

Lojkin (1997), por sua vez, ao considerar a segregação socioespacial como expressão da divisão social de classes, na qual se encontra o capitalismo, aponta para dois principais tipos, de certa forma articulados com a possibilidade de extração da renda fundiária. O primeiro seria a segregação condicionada à oposição centro, onde o preço da terra é mais caro, e periferia. Neste caso, o fator determinante para o valor da terra seria a renda de situação ou RD-1. O segundo tipo de segregação, por sinal muito presente no Dom Bosco, está relacionado ao nível dos equipamentos coletivos onde os bairros burgueses seriam possuidores de melhores equipamentos e, logo, de terras mais caras. Nesse tipo o determinante para o valor da terra é a renda de equipamento ou RD-2.

O autor francês enumera, ainda, mais três fatores que levam à segregação socioespacial: o nível do transporte domicílio-trabalho; a separação crescente entre as zonas de moradias destinadas às camadas sociais mais privilegiadas e zonas de moradia popular; e o que ele chama de esfacelamento generalizado das *funções urbanas* (LOJEKINE, 1997), ou seja, a demasiada especialização de algumas áreas como sendo de escritórios, de salões de beleza, área industrial, área destinada a moradia, etc. Para todos os três casos, Lojekine (1997) reafirma a importância da renda fundiária, uma vez que, implicada na constituição do valor da terra, logo de seu preço, ela age como mecanismo de seleção social.

Contudo, Lefebvre (2002) chama a atenção para mais uma contradição do capitalismo: a expansão do urbano e a incorporação de novas áreas a partir de

incessante necessidade de ajuste espacial por parte do capital, tornam cada vez mais visíveis os contrastes sociais. Isto ocorre uma vez que, na realidade, o espaço capitalista nada tem de harmonioso. Qualquer que seja a harmonia pretendida estará ela, ancorada na segregação. É através da segregação que se tenta chegar a lugares harmônicos. Para Lefebvre (2002), o espaço urbano seria o lugar dos enfrentamentos, das confrontações e das contradições. Por isso o espaço urbano por si, é uma oposição à segregação, uma vez que a desmascara, que a torna evidente.

É neste sentido, que o contexto que envolve o Bairro Dom Bosco, se mostra especial. A incorporação da área do bairro ao centro urbano de Juiz de Fora a partir da década de 80, com o conseguinte aumento da pressão do capital circundante sobre o bairro, acabou por trazer à tona um processo de segregação que já durava cerca de sessenta anos. Concomitantemente, os conflitos do bairro como o seu entorno, moldado para atender à classe média que agora o habita, tornam-se inevitáveis.

No entanto, o avanço do capital imobiliário para as margens do Dom Bosco, ao notar o bairro, exerce uma pressão para que seja removido ou que, em última instância, pelo menos amenize o fluxo de seus moradores sobre as novas áreas destinadas à classe média. Ao mesmo tempo, as terras do bairro tornam-se uma reserva de mercado que atizam os olhos dos promotores imobiliários. O bairro fica incluído e ao mesmo tempo desagregado. É um espaço fora de lugar.

Mediando este conflito surge o, já conhecido, Estado. Como visto anteriormente, ele atuará em duas frentes: uma *pari passo* com a reprodução do capital e a outra comprometida com a reprodução da força de trabalho. Em ambas, o Estado age segregando, tentando de todas as formas criar as tão almejadas *áreas de homogeneidades*, dentro de uma sociedade profundamente desigual. Para tanto, caberá ao Estado a função de fazer com que a classe trabalhadora se reproduza no fragmento de espaço que lhe é concedido, enquanto a elite juiz-forana e frações da classe média disfrutam e se reproduzem em suas áreas homogêneas. Dá-se assim, a reprodução das relações sociais de produção, insistentemente defendida por Lefebvre (2008), como sendo o mote do espaço.

4.1 A QUESTÃO VISTA SOB O ÂNGULO DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E O PAPEL DO ESTADO

O objetivo principal, aqui, é analisar o processo de segregação ocorrido na área ocupada pelo Bairro Dom Bosco e seu entorno sob o ponto de vista da acumulação de capital, articulando a argumentação teórica desta pesquisa com os apontamentos já feitos previamente onde foram apresentados o bairro e a cidade de Juiz de Fora.

A cidade passa por um processo de desenvolvimento desigual, porém combinado. Ao mesmo tempo em que recebe investimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico local e regional, é palco de várias lutas sociais, como o direito à cidade traduzido no acesso a questões sociais básicas: a moradia, a educação, a segurança, o trabalho, o lazer, a saúde e outros. Trata-se de um processo dialético de discussão sobre a pseudo-racionalidade técnica, administrativa e intelectual do poder público e do capital imobiliário, ao pensar e produzir o urbano, que atrai investimentos e equipamentos para as proximidades dos bairros populares e legitimam o processo de territorialização do capital. Do ponto de vista formal, os altos impostos e a elevação do valor de troca dos imóveis gerados pelas ações do poder público articulado ao privado, contribuem para a espacialização dos ditos processos de segregação socioespacial do Bairro Dom Bosco com seu entorno. (MENEZES; MONTEIRO, 2010).

Conforme Menezes (2004), a área onde hoje se encontra o Dom Bosco (área de encontro entre três RPs: RP Centro, RP Cascatinha e RP São Pedro) forma, a partir da ampliação da Av. Presidente Itamar Franco nos fins dos anos 80, um dos principais eixos de crescimento da cidade. Este eixo é formado por uma disposição viária orientada pela localização da BR-040⁵¹ e, como já visto, tem no prolongamento da Avenida Presidente Itamar Franco sua principal via de acesso.

⁵¹ A Rodovia BR-040 envolve a cidade de Juiz de Fora, formando um arco de cerca de 22 km que liga a RP Barreira, no setor noroeste da cidade à RP Cascatinha, setor sudoeste, passando por dentro da RP São Pedro, também conhecida como *Cidade Alta* situada no setor oeste.

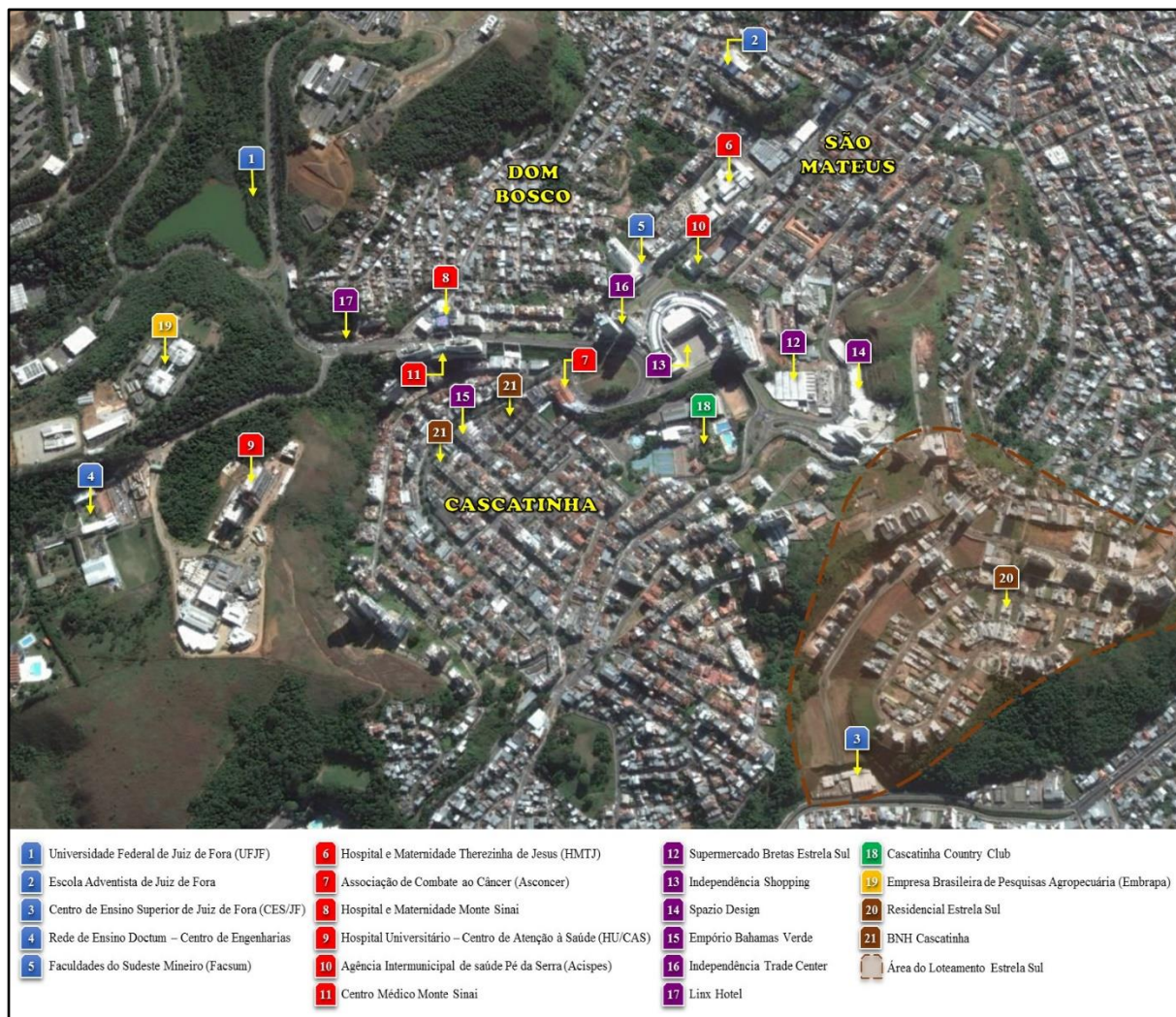
O crescimento deste eixo da cidade vem acarretando grandes transformações no espaço urbano. Não é em vão que as únicas três operações urbanas⁵² de Juiz de Fora ocorreram no entorno imediato do Dom Bosco:

- *Operação Urbana Ladeira Alexandre Leonel* (localizada na Ladeira Alexandre Leonel, divisa entre os bairros Cascatinha e São Mateus), regulamentada pela Lei n. 10.240, de 26 de junho de 2002, (JUIZ DE FORA, 2002);
- *Operação Urbana Monte Sinai* (localizada na Avenida Presidente Itamar Franco, divisa entre os bairros Cascatinha e Dom Bosco), regulamentada pela Lei n. 10.885, de 31 de janeiro de 2005 (JUIZ DE FORA, 2005a);
- *Operação Urbana Independência Shopping* (localizada na Avenida Presidente Itamar Franco, divisa entre os bairros Cascatinha, Dom Bosco e São Mateus), regulamentada pela Lei n. 11.404, de 24 de julho de 2007 (JUIZ DE FORA, 2007a).

Além disso, atualmente, o bairro encontra-se cercado por diferentes equipamentos públicos e privados, bem como por bairros de classe alta, como mostra Figura 12.

⁵² Trata-se de um conjunto integrado de intervenções e medidas, com prazo determinado, coordenado pelo Poder Público, com a participação e recursos da iniciativa privada, objetivando viabilizar projetos urbanísticos especiais em áreas previamente determinadas. A Operação Urbana pode ser proposta ao Executivo por qualquer cidadão ou entidade que nela tenha interesse, devendo ser demonstrado o interesse público, podendo envolver intervenções tais como: aberturas de vias ou melhorias no sistema viário, tratamento urbanístico ou implantação de equipamentos públicos, proteção ou recuperação do patrimônio histórico ou ambiental (JUIZ DE FORA, 2000).

Figura 12 – Os equipamentos fixos no entorno do Bairro Dom Bosco⁵³



Fonte: O autor. Dados da pesquisa.

A instalação desses equipamentos provoca um reordenamento espacial que preconiza a lógica da acumulação de capital. Diversas intervenções são realizadas para garantir o menor tempo de giro do capital. O local passa ser palco de profundas transformações engendradas pelo capital imobiliário com o beneplácito do Estado.

⁵³ Os equipamentos fixos no entorno do Bairro Dom Bosco, encontram-se especificados também em quadro constante do Apêndice B

4.1.1 Os impactos dos novos empreendimentos sobre o lugar (bairro)

Do ponto de vista econômico, amadurecem as transformações impostas pelo novo arranjo produtivo regional-nacional, por efeitos da economia globalizada e do momento pós-fordista, onde Juiz de Fora, a despeito de centro regional polarizador da Zona da Mata mineira e de parte do Vale do Paraíba fluminense, deixa de ter sua economia ancorada na indústria fabril local para abrigar novos empreendimentos com capitais oriundos do exterior e de outras regiões do país.

Em tempos de inovação e renovação realiza-se, portanto, uma nova rodada de reestruturação e reincorporação dos espaços e territórios nas regras e modos operacionais do modelo econômico em curso. No final dos anos 80, com a abertura da economia, a *redemocratização* do país e a nova Constituição alicerçada pelas novas tecnologias de mídia e informação, cidades e regiões transitam para novas inserções no sistema espacial brasileiro. Lugares emergentes, *ranking* de cidades e qualidade de vida são temas midiáticos que logram apresentar novos lugares de investimentos para as mais diversas gamas de empresários e corporações econômicas (MENEZES; MONTEIRO, 2010).

Ainda segundo Menezes e Monteiro (2010), a organização interna das cidades nos últimos 20 anos, foi orientada, entre outros, pela busca de modelos e tentativas de implantação de políticas e projetos de regulação da pobreza urbana. Efetivamente, realizaram-se obras de infraestrutura viária, *marketing* e inovações no mercado imobiliário de alta renda – condomínios fechados e edifícios residenciais acoplados de serviços de lazer – junto à infraestrutura de ordenação da expansão urbana nos eixos de alcance da rodovia BR-040 que, por sinal, abarca o Bairro Dom Bosco. Funcionalmente a expansão urbana estruturou e equipou novos subcentros dentro da cidade, como o bairro Benfica a noroeste, além de criar uma zona de modernidades e inovações que compreende o espaço entre os bairros São Mateus (RP Centro), Cascatinha (RP Cascatinha) e a Cidade Alta (RP São Pedro) no setor sudoeste da cidade.

Dentre estes empreendimentos destacam-se: os centros empresariais, porque são elucidativos da junção da logística do mercado atacadista e das empresas de transportes, geralmente externas à região, do capital imobiliário, da indução de novos consumos, além do tratamento diferenciado da força de trabalho empregada.

O que há de comum entre eles é o fato de serem espaços privados e privativos no sentido do uso e da ocupação. Territórios fechados e, principalmente, seguros que congregam grupos diferenciados e exclusivos de consumidores dentro do perfil dominante do empreendimento.

Aporta-se, então, a emergência de novas geografias na estruturação do espaço interno da cidade, relacionadas ao redesenho de novas morfologias tais como: mudanças na morfologia dos subcentros, equipamentos dispersos ao longo da malha viária urbana e rodoviária, novos equipamentos relacionados à funcionalidade da logística de transportes, novas funções do centro em relação a sua área imediata de influência, reafirmação da prestação de serviços enquanto motor da economia urbana e a predominância de equipamentos para arrendamento e aluguel de espaços (*shoppings* e centros comerciais, equipamentos que atendem ao espaço urbano e regional como *Business-park* dentre outros). Este cenário proporcionou a valorização do mercado imobiliário e a concentração de terras nas mãos de incorporadores imobiliários (incluindo a criação de condomínios) de interface urbano-rural. Tais fatos revelam a imposição da extração de renda da terra urbana em áreas antes de uso rural, viabilizada, principalmente, devido a incorporação das rodovias como espaço urbanizado. No caso específico do setor ocidental de Juiz de Fora, sua geomorfologia favorável às novas engenharias, permitiu a expansão da cidade nessa direção objetivando a conexão com a rodovia BR-040, traduzindo uma nova divisão territorial do trabalho ancorada na economia globalizada.

Variando sobre as escalas do estrutural ao conjuntural, a nova divisão territorial do trabalho também infere sobre o local reordenando desigualdades espaciais. Sobre o lugar, os novos investimentos e equipamentos oriundos da ordem produtiva e especulativa expressam essa ordem, e combinados aos interesses dominantes geram e são sujeitos das novas desigualdades espaciais e sociais.

É dentro deste contexto de desenvolvimento do capital que diversos empreendimentos se localizam no entorno do Bairro Dom Bosco. Esta nova dinâmica, como já dito, teve início na década de 70 com a construção do acesso à UFJF através do prolongamento da Avenida Presidente Itamar Franco (à época chamada de Av. Independência). Na década de 80, é aprovado o loteamento Cascatinha e a construção dos primeiros conjuntos habitacionais deste bairro, financiados pelo Banco Nacional de Habitação. O final da década de 80 e o início da de 90 são marcados pela edificação do Hospital Monte Sinai. Contudo, observando o ano de construção de

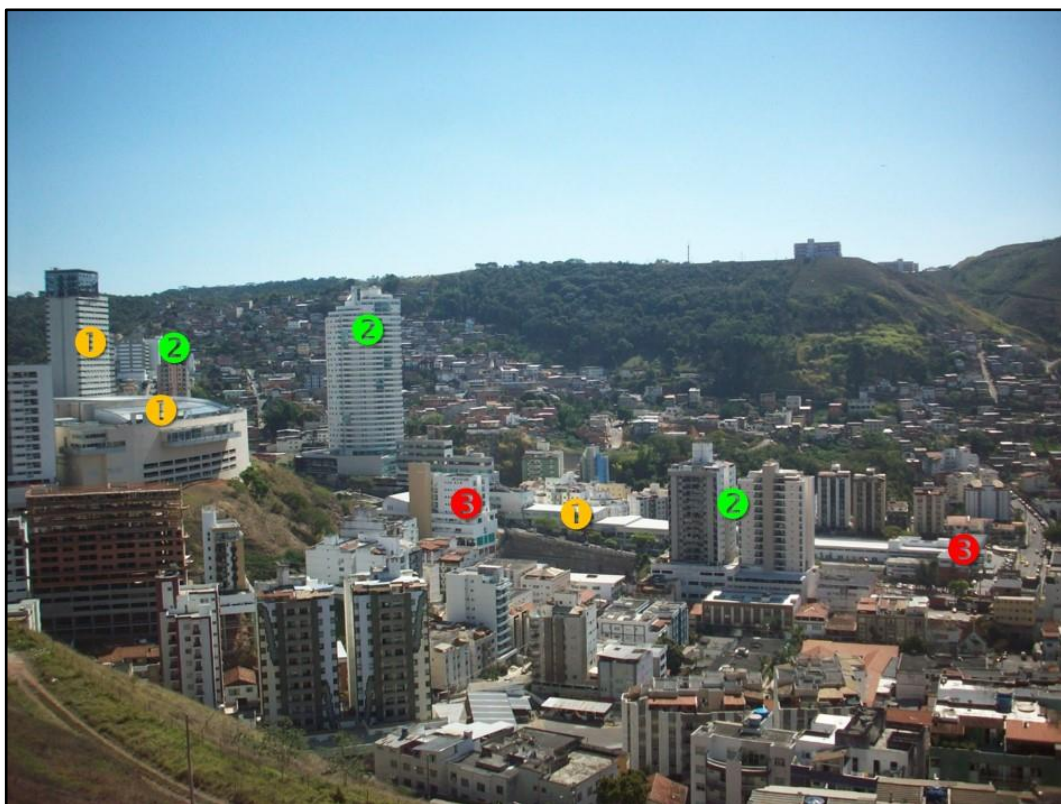
cada um dos empreendimentos mostrados na Figura 19, constata-se que a grande maioria dos empreendimentos foram estabelecidos somente nos anos 2000. Cabe ressaltar que os levantamentos aqui realizados, dizem respeito somente aos investimentos – públicos ou privados – realizados no entorno imediato do Bairro Dom Bosco, sem considerar os que se estendem ao longo da Avenida Deusdedith Salgado⁵⁴.

A alocação de novos equipamentos como faculdades, *shopping*, supermercados, entre outros, contribui para possibilitar a extração da renda fundiária por parte dos proprietários de terra e de imóveis, principalmente da renda de equipamento ou RD-2. Este aumento da extração da renda, por sua vez, eleva os valores da terra além de induzir a chegada de novos equipamentos destinados ao uso de quem pode pagar para habitar um local tão valorizado. Neste processo, os moradores dos bairros atingidos se veem pressionados pela cobiça dos incorporadores imobiliários.

Relatos de moradores, concedidos de forma informal durante visitas realizadas no bairro em trabalho de campo, destacam a forte investida dos incorporadores sobre o bairro. Segundo estes moradores, teria sido oferecida a quantia de R\$2.000.000,00 por um terreno localizado próximo à Av. Presidente Itamar Franco, nas imediações do Independência Shopping. Observando a Figura 13 percebe-se que a área em questão, tem sido alvo de novos investimentos como na construção de edificações comerciais, bem como residenciais com o erguimento de grandes prédios.

⁵⁴ Avenida Responsável por ligar o Bairro Cascatinha à BR-040

Figura 13 – Fotografia de alguns dos novos empreendimentos próximo ao Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora, MG



Legenda: ① Empreendimentos comerciais;
② Empreendimentos residenciais;
③ Empreendimentos de saúde

Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

Além disso, tomando os valores apresentados no artigo de Costa (2013) e realizando um cálculo simples, verifica-se que o valor mencionado pelos moradores está dentro do valor referido pela autora. Costa (2013) aponta um valor que pode chegar a até R\$15.000,00/m², em áreas mais valorizadas da Av. Rio Branco e Av. Independência (atual Av. Presidente Itamar Franco), sendo que uma das áreas mais valorizadas desta última seria o entorno do Independência Shopping. Ora, multiplicando o valor de R\$15.000,00 pela metragem de um terreno de 150 m², relativamente pequeno para os padrões locais, se alcançaria a cifra de R\$ 2.250.000,00, ou seja, bem próximo do anunciado. Contudo ratifica-se a ressalva de o relato acima não se tratar de fonte oficial, sendo utilizado somente para ilustrar a valorização da área estudada. Ademais, não é objetivo, deste trabalho, analisar o valor venal de terrenos e imóveis. É uma temática a ser estudada em trabalhos futuros, assim como a

realização de um mapeamento dos principais incorporadores imobiliários que atuam em Juiz de Fora.

Por hora, o que se pode afirmar é que com a chegada desses novos empreendimentos a população tradicional, moradora do Bairro Dom Bosco, vem sofrendo várias perdas de estruturas comunitárias de lazer (o campo de futebol da *Curva do Lacet*, única área de lazer do bairro, localizado em espaço público, expropriado para desterritorializar a população local exatamente em frente ao Independência Shopping), de trabalho (a remoção da *bica d'água* comunitária, utilizada pelas lavadeiras do bairro, para a ampliação do maior hospital privado da região), de educação (o fechamento da única escola estadual que atendia a comunidade com o segundo ciclo do Ensino Fundamental e ensino Médio) e de transporte (a remoção de ponto de ponto de ônibus que se localizava próximo ao Hospital Monte Sinai). Tais perdas mostram claramente a intenção de *higienização* do lugar, intensificando o conflito entre classes e, simultaneamente, tentando escamotear as diferenças através de um processo de retirada das estruturas coletivas e comunitárias, levando à perda do direito à cidade.

Neste cenário, o Estado tem tido papel crucial ao longo da história no que diz respeito ao favorecimento das condições para a obtenção de uma maior acumulação de capital.

4.1.1.1 O caso específico da Curva do Lacet

Até o ano de 2007, o Bairro Dom Bosco contava com uma das áreas de lazer mais conhecidas, junto às classes populares da cidade: a *Curva do Lacet*. Campo de futebol construído em meados da década de 80, no primeiro governo de Tarcísio Delgado, segundo relato de L-2. Era um dos principais campos de futebol de várzea⁵⁵ da cidade.

Os campos de várzea da cidade possuem uma característica interessante em sua administração: são em sua maioria espaços públicos de propriedade da prefeitura administrados pelas Comissões Administrativas dos Espaços Municipais (Caem).

⁵⁵ O futebol de várzea na cidade é uma forte tradição. Juiz de Fora (PJF e Supermercado Bahamas) organiza anualmente a maior competição de futebol amador do país.

Segundo uma das lideranças entrevistadas, a juventude do bairro possuía forte vínculo com o campo e que apesar de ser o campo do *Dom Bosco*, ele recebia jovens e adultos de várias partes da cidade, conforme se comprova na seguinte fala:

É... aquilo ali era a esperança de todo mundo, né. Porque aquilo ali, cê via ali, lotava, enchia ali... E o dom Bosco, é... inclusive teve até projetos lá. O Bom de Bola Bom de Escola lá com criança, entendeu... e aos sábado entendeu, depois que acabô o projeto, nós mesmo fazíamos lá um campeonato... um campeonato lá, cobrava lá um real... pros time... pra mantê, tal, tal... e fazíamos muitos jogos de criança e a importância era fora de série, aquilo ali. As criança tudo, no domingo, no sábado... Cê vê que o Dom Bosco nunca teve tanto time quanto teve lá. [...] Era o campeonato do Dom Bosco, vinha time de fora: Mundo Novo, Santa Luzia, Teixêra, Cscatinha também tinha. Tinha... os muleque lá também. Tudo ali... a gente fazia aquele campeonato aos sábado. Cobrava um real cada jogador. Mesmo assim ainda tinha time que num pagava direito, mas... era mais porque pagava os cara que apitava jogo, comprava o troféu no finalzim, entendeu? E tudo ajudava... tudo isso ajudava. (L-2)

A remoção dessa área de lazer foi percebida pela comunidade do bairro como sendo uma ação segregadora, extraíndo da frente da fachada principal do *shopping* a circulação da população que frequentava o espaço: população de baixa renda. A fala de L-2, a seguir, demonstra tal percepção.

*O R. W. era subsecretário. Porque antigamente não tinha secretaria, era subsecretaria. Aí eles chegaram e falaram: – Olha o campo do Lacet vai sair dali.
Eu falei: – Uai, mas vai sair por quê?”
– Por causa do shopping, aí vai ter de diminuí ali a curva ali, a estrada vai entrar dentro do campo... o campo não vai ser... não, não poderá usar o campo ali...
Aí eu falei com ele: – Mas por que, vai atrapalhar? Por que vai muita gente pobre... e pode atrapalhar o shopping ali porque vai muita gente rico? (L-2)*

Percebe-se na citação acima que a comunidade, de imediato, não foi favorável a remoção do campo. Segundo L-2, numa das reuniões em que a prefeitura apresentou o projeto de remoção do campo, das 42 equipes que utilizavam o mesmo, 23 compareceram, tamanha era a insatisfação. Cabe ressaltar que a reunião ocorreu no Cesport, em bairro localizado do outro lado da cidade.

Tal atitude por parte do poder público semeou na comunidade do bairro um sentimento de revolta. Contudo, este sentimento de revolta foi rapidamente cooptado

pelo poder executivo da cidade, que prometeu, em troca, a construção de outro campo num bairro vizinho.

Surge aí outro problema: o novo campo deveria ser construído em local mais afastado. Mas a prefeitura, na época representada pela figura de Carlos Alberto Bejani, não perdeu tempo, cooptou as lideranças da comunidade e os usuários do campo com o discurso de que o novo campo seria bem melhor e que onde era o antigo campo seria construída uma praça com quadras poliesportivas e com professores de Educação Física para a orientação de práticas esportivas em geral.

L-2 lembra com riquezas de detalhes o dia da reunião. Ela relata que a maquete apresentada era coisa de primeiro mundo. A prefeitura teria chegado a oferecer que gramasse o campo.

Aí foi, fizeram a reunião aí mostraram o Datashow:

– Olha o negócio é o seguinte: num é porque o shopping vai ali, num vai atendê, vai diminuir o campo, que num sei o quê, que num sei o quê... e ali ia ser um espaço... tal, tal, tal... em contrapartida nós vamos fazer o seguinte [aí mostrô, aí naquele Datashow, ainda mostrô assim] Olha tá vendo aqui, ó?... Aí sobe aqui a Independência, tal, tal, [aí mostrô o local] o local vai ser esse aí. Perto do estádio municipal, tal, tal, e outra coisa, o campo vai ter umas dimensões de... [eu esqueço... foi... ele falô 98 por 55]”.

Bom. Bom, excelente! É quase o tamanho do Cerâmica! Quase.

– Outra coisa: vão ter mais arquibancadas... e se vocês quiserem que grama, a gente grama também. Tal, tal, tal... vai ter um vestiário padrão...

Rapaiz, você precisa de ver a maquete, cara. É coisa de primeiro mundo! Aí, tal, tal... voltou o pessoal... eu disse assim:

– Olha gente, o que vocês decidirem é o que vai tá. (L-2)

Esse discurso feito a uma comunidade tão carente de áreas de lazer conquistou a confiança da população do bairro, que se acalmou e ficou à espera das promessas do então prefeito. Em 2006, através da Lei n. 11.235, de 16 de outubro (JUIZ DE FORA, 2006), o então prefeito Carlos Alberto Bejani autoriza a transferência do campo para um terreno próximo ao Estádio Municipal, Em contrapartida ficava a cargo da prefeitura a responsabilidade de:

Art. 2º No local do campo transferido, fica autorizada a implantação, pelo Poder Executivo Municipal, de praça pública, urbanizada, arborizada e com local para realização de eventos públicos, para a prática de atividades físicas, de lazer infantil e dotada de quadra poliesportiva, compatibilizando-a com a ampliação do sistema viário local. (JUIZ DE FORA, 2006)⁵⁶.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000027363>.

Entretanto, no artigo terceiro da mesma lei abriu-se uma lacuna, à prefeitura, descompromissando-a de executar a contrapartida definida no artigo segundo, inferindo que tais obras estariam dependentes das dotações orçamentárias do município e estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.

Em 2007 o campo é definitivamente removido (Figura 14).

Figura 14 – Campo de futebol da *Curva do Lacet*, antes e depois da construção do Independência Shopping



Legenda: **A)** Foto do espaço onde se localizava o campo de futebol na *Curva do Lacet*, antes da construção do Shopping Independência; **B)** Foto do espaço onde se localizava o campo de futebol na *Curva do Lacet*, após a construção do Shopping Independência.

Fonte: O autor. Dados da pesquisa.

No dia 9 de outubro de 2007, a prefeitura de Juiz de Fora anunciou que colocaria 25 lotes à venda, entre eles a *Curva do Lacet*, na tentativa de levantar recursos para a construção do Hospital da Zona Norte. A comunidade então se mobilizou novamente, realizou a manifestação de *abraço simbólico do campo* e conseguiu travar temporariamente a venda do terreno.

Em 2009, sob pressão dos usuários do campo, foi aprovada a Lei n. 11.751, 1 de abril de 2009 (JUIZ DE FORA, 2009) que definiu as regras para uma possível alienação do terreno.

Art. 1º Em caso de alienação da Praça José Gattás Bara – Curva do Lacet, deverão ser adotados como critérios, a existência de Lei Municipal aprovada por 2/3 da Câmara Municipal de Juiz de Fora e posterior aprovação em

referendo popular, convocado por meio de Decreto Legislativo. (JUIZ DE FORA, 2009)⁵⁷.

Cabe lembrar que, o outro campo construído, apelidado de *Engenhão* pela comunidade do bairro dom Bosco, além de se localizar mais afastado do bairro, não cumpriu as dimensões e especificações que constavam no projeto apresentado à comunidade pelo próprio poder executivo da cidade. O campo encontra-se praticamente abandonado (Figura 15). Os vestiários são insuficientes (são só dois deveria ser no mínimo quatro – enquanto dois times jogam, dois trocam de roupa), não possui área coberta, nem sombra de árvore, o alambrado já necessita de reparos.

Figura 15 – Atual campo de futebol do Bairro Dom Bosco: o *Engenhão*



Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000031259>.

A precariedade em que se encontra a situação do campo fez com que o número de times do bairro caísse para menos da metade. O campo que na antiga *Curva do Lacet* realizava festivais e campeonatos aos sábados e domingos, agora quase não recebe mais partidas. Como a manutenção é de responsabilidade do administrador da Caem e este utiliza o dinheiro das taxas para fazer a manutenção, o resultado não poderia ser outro: sem jogo, sem taxa, sem dinheiro: sem campo.

O sentimento de revolta antes cooptado, volta a se manifestar, o que pode ser percebido no artigo publicado no jornal do bairro, por um morador:

Mais uma vez o negro, o pobre são taxados como “lixo social”, remover uma área destinada ao lazer da população para dar acesso ao shopping é um exemplo claro de preconceito. O shopping, se não quisesse a presença dessas pessoas em frente ao seu estabelecimento que procurasse uma área nobre para se instalar. (DOM BOSCO, 2014, p. 3).

Atualmente, o terreno onde se localizava o antigo campo encontra-se sem função social servindo de acesso e de fachada para o Independência Shopping, à espera de recursos públicos para viabilizar a construção da área de lazer prometida.

4.1.2 O papel do Estado na produção do espaço visto sob o ângulo da acumulação: o caso do Bairro Dom Bosco

Cabe ressaltar que, nesta seção, ao se falar em Estado, trata-se do Estado capitalista.

Como visto anteriormente, existem diferentes instrumentos que podem ser empregados pelo Estado na produção do espaço urbano. Contudo, o que irá orientar as decisões do mesmo será sempre o seu caráter de classe, ou seja, o Estado capitalista sempre tende a criar as condições necessárias para a acumulação de capital. Sendo assim, não causa estranheza, que na pesquisa realizada para elaboração deste trabalho, observou-se que o Estado – seja ele na esfera Federal, Estadual ou Municipal – tenha tido atuação preponderante para o avanço do capital imobiliário em direção à área estudada. Neste estudo, ficou clara a discrepância de empenho existente na atuação do Estado diante da reprodução do capital e da

reprodução da força de trabalho. É lógico que ele se mostrou, e se mostra, muito mais solícito às demandas do capital e de sua acumulação.

Relembrando alguns dos instrumentos utilizados pelo Estado, para a produção de um espaço comprometido com a lógica do capital, tem-se: a) estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço; b) taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra; c) determinar as condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfegos, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento, etc.; d) controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais; e) tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intra-urbano para determinados grupos sociais; f) construir equipamentos de uso coletivo como escolas, áreas de lazer, etc.

O uso, ou melhor, os usos desses instrumentos são, no dia-a-dia da cidade, constantemente e simultaneamente para que se mantenha a ordem em um sistema que abriga profundas contradições e conflitos. Esta intervenção serve muitas vezes para conter a própria *anarquia* gerada por um agir competitivo que orienta o capitalismo. Harvey (2006) ao reafirmar a importância do Estado, mesmo em tempos de acumulação flexível, utiliza a seguinte metáfora:

Na próxima vez que estivermos voando para Londres ou Nova York, imagine todos os pilotos agindo de acordo com o princípio competitivo: todos tentando pousar em primeiro lugar e tentando alcançar o melhor portão de desembarque. Será que algum capitalista gostaria dessa ideia? Sem dúvida não. (HARVEY, 2006, p. 37).

Sendo assim, serão analisadas algumas intervenções do Estado que contribuíram diretamente para a nova dinâmica imobiliária estabelecida no recorte espacial desta pesquisa.

É desnecessário aprofundar na questão que envolve a construção da UFJF (anos 70) e a abertura do acesso à mesma, através do prolongamento da então chamada Av. Independência (1975), uma vez que este acontecimento já se fez apresentar em seções anteriores.

Contudo, cabe lembrar que foi o prolongamento desta via que induziu o surgimento de novos bairros como o Cascatinha que, por sinal, teve sua gênese

alicerçada pela construção de um conjunto habitacional financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), no início dos anos 80. O terreno onde é hoje o Bairro Cascatinha foi comprado da Santa Casa de Misericórdia pela Empresa de Investimentos Comerciais (EICLA) em 1969, já com a intenção de se fazer um loteamento. Antes mesmo de ser loteada, a área que seria destinada como doação à Prefeitura Municipal em cumprimento ao Código de Obras, já havia sido doada para realização do acesso à Universidade Federal. O proprietário da empresa, deu entrada no processo de loteamento, junto à Prefeitura em 1973, tendo como proposta a construção de conjuntos habitacionais, através do BNH. No entanto, antes de realizar o loteamento, no ano de 1972, o mesmo proprietário, através de financiamento junto à extinta Minascaixa⁵⁸, edificou um clube (Cascatinha Country Club). Neste caso a atuação do Estado estaria norteadada pelo seu caráter de promotor imobiliário através do financiamento.

Ainda nos anos 80, o Estado teve importante papel na alocação do Hospital Monte Sinai. Segundo Herdy (2008) no ano de 1988 uma sociedade adquiriu um terreno de 6.000 m² para construção do que viria a ser o hospital. Ainda segundo a autora, nesta época a cidade vivia com a escassez de leitos hospitalares. O plano inicial era de capacidade para 120 leitos, exceto centro cirúrgico, centro obstétrico, sala pós-operatório, enfim o que equivaleria para a época como o hospital mais completo da região. Ressalta-se tratar de um hospital particular, de um empreendimento privado. Entretanto, havia um problema para a consolidação deste projeto: segundo a lei de uso e ocupação do solo – Lei n. 6.910, de 31 de maio de 1986 (JUIZ DE FORA, 1986). A área onde se encontra o terreno enquadrava-se num zoneamento classificado como Zona Residencial III (ZR 3). Entre outras coisas, esta classificação de zoneamento não permite construções comerciais acima de 300 m². A saída encontrada foi simples: através da Lei n. 7.668, de 27 de dezembro de 1989 (JUIZ DE FORA, 1989), a câmara aprovou e o prefeito Carlos Alberto Bejani⁵⁹ sancionou a mudança de zoneamento da área: de ZR 3 ela passou a ZC 1 (Zona Comercial 1), permitindo assim a construção do referido hospital, que entrou em funcionamento no ano de 1994. Ainda assim, devido a ajustes legais, Herdy (2008)

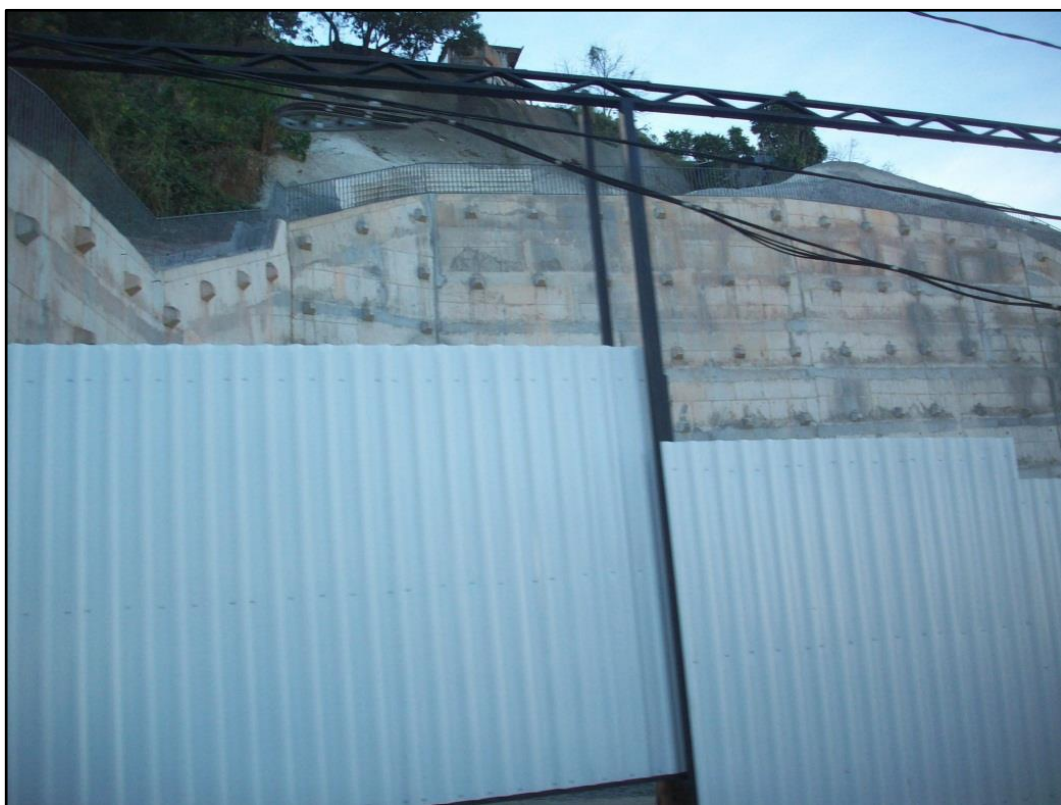
⁵⁸ A Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (Minascaixa) era uma autarquia na esfera estadual e foi extinta extrajudicialmente em 1998.

⁵⁹ Prefeito que governou Juiz de Fora por dois mandatos: 1989-1993 e 2005 – 2008. Carlos Alberto Bejani renunciou ao seu segundo mandato em junho de 2008, após ser acusado pelo Ministério Público Federal de desvio de verbas do Fundo de Participação dos Municípios.

informa que o hospital só conseguiu regularizar sua situação de funcionamento em 2003.

A grande questão é que para atender as necessidades da construção do hospital, o poder público alterou o padrão de construção, acrescentando à área substancial valor comercial. É essa alteração que permite, atualmente, a construção de outros empreendimentos na mesma área, o que vem gerando um acantonamento ainda maior do Bairro Dom Bosco. Um exemplo de iniciativa beneficiada pela alteração da lei é a instalação do Linx Hotel, empreendimento que ainda se encontra em fase de construção, e que está localizado próximo ao pórtico sul da UFJF na Av. Presidente Itamar Franco. Para a edificação deste hotel, está sendo necessária a realização de uma enorme escavação no terreno com alto declive, além da construção de um extraordinário muro de contenção como pode ser visto na Figura 16.

Figura 16 – Obra de contenção do terreno para construção do empreendimento Linx Hotel



Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

Parte do terreno onde se erguerá o hotel refere-se a uma das AEIS presentes no bairro, mais especificamente no *Chapadão*. Segundo relatado por L-1, através de um acordo de cavaleiros, o responsável pelo empreendimento está repassando esta área para a prefeitura.

E... e por surpresa, tamos lá com o S.R., o sô G., aí ele falou que tinha comprado aquele barranco, uma área de 7 mil metros quadrados, mas que ia fazer o empreendimento do hotel dele ali, ele tinha que fazer a garantia dos compradores, do investimento, prédio eu acho que 12 a 18 andares, por aí, e... e que o terreno dele vem 15 metros antes do portão da Federal até na escada. Pro cê ter uma ideia, até a escada tá dentro do terreno dele. Só que nós já ganhamos espaço, por ser servidão de passagem, na escada, só que a gente... nós fomos lá pra discutir querer mais: que é a abertura da rua. A gente não quer rua de 10 metros de largura, pra passar caminhão não, é uma rota de fuga, que no morro só tem uma entrada... só tem uma entrada... e tudo. A resposta dele: “– Olha, eu estou fazendo meu empreendimento e... tô fazendo a contenção pra garantir o investimento de quem tá comprando, agora... eu estou passando pra prefeitura o podre.” Podre é eu que estou dizendo, mas é o podre mesmo. O que que ele tá passando pra prefeitura: ele fez toda a contenção que cês viram lá, pra levantar o prédio dele. Aí, por trás, ficô as 12, 15 barraca. Tudo viela. Tudo viela... é o final da Kátia Falconi, é o final da Gustavo Doti, é o final da Manoel Lopes Silva e o final da João Begheli. É tudo aqueles finalzim, aquelas viela que sobrô que tá os barraquim que tava em área de risco, que agora que a contenção que ele acabou protegendo eles. Só que precisa de saneamento básico, precisa de tudo, né? Aí que que o Sérgio... aí eu falei... eu falei “– Aí, Sérgio Rodrigues, como é que fica essa parte aí que o sô Geraldo tá ‘doando’, né, pra prefeitura?” Dá de bonzim. “– Ah, fica pra nossa administração, né, ou a que vier.” É a resposta dele. Que ele deu. (L-1)

A transcrição acima só ratifica como que o poder público age de forma distinta quanto à reprodução do capital e à reprodução da força de trabalho.

Ainda no que se refere ao papel regulador do Estado, chama a atenção as Operações Urbanas já citadas neste trabalho. A primeira, Operação Urbana foi a *Operação Urbana Ladeira Alexandre Leonel* – Lei n. 10.240, de 26 de junho de 2002 (JUIZ DE FORA, 2002) de autoria do Poder Executivo. Tinha por finalidade:

[...] ordenamento e melhoria da estrutura urbana e a implantação de equipamento urbano, através da alteração dos parâmetros de uso do solo da área de que trata, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário da aludida requalificação. (JUIZ DE FORA, 2002)⁶⁰.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024059>.

Tais alterações foram motivadas pelo novo condomínio, construído próximo à via em questão, e permitiram a alocação dos seguintes equipamentos: Supermercado Bretas, Espaço Design e um posto de gasolina existente nas imediações do referido supermercado como mostra a Figura 17.

Figura 17 – Equipamentos alocados a partir da Operação Urbana Ladeira Alexandre Leonel



Legenda: A) Supermercado Bretas, ao centro;
B) Posto de gasolina à esquerda e Spazio Design, à direita
Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

Contudo, toda operação urbana é acompanhada de uma contrapartida social por parte do beneficiário da mesma. No caso da Operação Urbana Ladeira Alexandre Leonel, a contrapartida exigida foi:

Como contrapartida ao exposto no § 2.º do artigo anterior, o proprietário do terreno descrito no § 2.º do artigo anterior deverá custear e executar as seguintes melhorias no sistema viário da região:

I - alargamento e pavimentação asfáltica do trecho da Ladeira Alexandre Leonel compreendido entre a Rua São Mateus e a Rua Miguel Mansur, a partir da testada do terreno, conforme projeto e especificações a serem aprovados pelo órgão municipal competente;

II - pavimentação asfáltica do trecho da Ladeira Alexandre Leonel compreendido entre a Avenida Paulo Japiassu Coelho e a Rua Miguel Mansur, conforme projeto e especificações a serem aprovados pelo órgão municipal competente;

III - trevo de acesso para entrada e saída de veículos ao terreno requalificado, de acordo com projeto e especificações aprovados pelo órgão municipal competente.

IV - sinalização horizontal e vertical de acordo com projeto aprovado pelo órgão municipal competente. (JUIZ DE FORA, 2002)⁶¹.

O mais interessante neste caso é o fato de que a contrapartida executada atende às novas demandas de circulação de mercadoria e pessoas que utilizam os empreendimentos realizados. Ou seja é a criação de infraestrutura para o próprio beneficiado.

A segunda Operação Urbana engendrada na área de entorno do Dom Bosco, foi a Operação Urbana Monte Sinai – Lei n. 10.885, de 31 de janeiro de 2005 de autoria do Poder Executivo no governo de Carlos Alberto Bejani (JUIZ DE FORA, 2005a). Segundo Herdy (2008), no ano de 1998, o hospital Monte Sinai entra com um pedido de compra de terreno da prefeitura localizado em frente ao hospital, do lado oposto da Avenida Independência, para fazer um estacionamento. A prefeitura aprova e este terreno é adquirido através de um processo de *dação*⁶², onde é acordada uma espécie de troca, realizada através da prestação de serviços. Ainda segundo Herdy (2008):

A Prefeitura tinha uma dívida junto ao hospital, relacionada aos atendimentos a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, por isso, o hospital apenas apresentou a lista de pacientes atendidos, o período de atendimento e o custo dos procedimentos. (HERDY, 2008, p. 58).

Sendo assim, de posse do terreno, o grupo proprietário do Hospital, apresentou projeto para edificação de um edifício destinado a conter salas a serem vendidas ou alugadas na condição de consultórios privados. Devido à dimensão da obra e a necessidade de alteração na legislação urbana, foi encaminhado à câmara, pelo executivo, o projeto de Operação Urbana Monte Sinai. Este consistiu em

[...] um conjunto de intervenções a serem executadas por empreendedor privado, visando à construção de um edifício de Clínicas Médicas do Instituto de Clínicas e Cirurgia de Juiz de Fora Ltda. em área particular própria, localizada no prolongamento da Av. Independência, Juiz de Fora, MG. (JUIZ DE FORA, 2005a)⁶³.

⁶¹ Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024059>.

⁶² Ocorre quando o devedor, com a anuência do credor, solve sua obrigação mediante a entrega de outro bem que não seja dinheiro, em substituição da prestação originalmente acordada, extinguindo a obrigação. Após a apuração do preço da coisa a ser dada em pagamento, a relação entre credor e devedor será regulamentada pelas normas do contrato de compra e venda. Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/751/Dacao-em-pagamento>>.

⁶³ Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024940>.

Neste caso, como contrapartida por parte dos proprietários do hospital, ficaram uma série de medidas medicadoras:

Art. 3.º - A Operação Urbana Monte Sinai compreende um conjunto integrado de intervenções, a ser implementado mediante a execução das seguintes ações:[...]

III - implantação das seguintes medidas mitigadoras dos impactos no sistema viário da área e entorno:

- a) sinalização viária para toda a área de abrangência do estudo, inclusive contemplando a mão única de direção na Rua Antônio Marinho Saraiva;
- b) rotatória localizada na interseção da Avenida Independência com a Rua Vicente Beghelli;
- c) construção de uma baia, por sentido, para a parada dos ônibus na Rua Vicente Beghelli, em frente ao Hospital;

IV - remoção e posterior construção de tanques comunitários em área a ser definida, conforme projeto a ser elaborado, em regime de parceria, pelo setor de projetos urbanos da Prefeitura e o Instituto de Clínicas e Cirurgia de Juiz de Fora Ltda.;

V - construção de cinquenta por cento da Unidade Básica de Saúde do Bairro Dom Bosco, no prazo de até cento e oitenta dias, a contar da data da assinatura da Carta Compromisso, conforme projeto a ser aprovado pela Diretoria de Saúde, Saneamento e Desenvolvimento Ambiental. (JUIZ DE FORA, 2005a)⁶⁴.

Dentre todas as medidas contempladas no artigo 3º da Lei n. 10.885, de 31 de janeiro de 2005 (JUIZ DE FORA, 2005a), para a liberação do empreendimento, somente as duas grifadas, atendem diretamente a população do Dom Bosco, mas não foram executadas devidamente. O *tanque comunitário* ou *bica d'água* como é chamada pelos moradores, foi removido e alocado em parte mais baixa do barranco, removendo-o da paisagem (Figura 18).

⁶⁴ Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024940>.

Figura 18 – Nova alocação da bica d'água, retirada da Av. Itamar Franco, Dom Bosco, Juiz de Fora



Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

É a estratégia adotada por quem não tem interesse em que uma população pobre, de maioria negra, circule em torno de seus estabelecimentos. Além do mais, ao ser realocada, a bica que antes jorrava água, agora constantemente encontra-se com fluxo de água bem reduzido, fruto de provável processo de assoreamento. Essa bica tinha grande valor histórico e cultural para a comunidade do Dom Bosco, uma vez que, durante décadas, foi utilizada pelas lavadeiras, símbolo da trabalhadora mulher do bairro.

No que se refere à construção dos 50% da Unidade Básica de Saúde⁶⁵, até a presente data a mesma não foi concretizada. Na verdade, somente em abril de 2014, após forte pressão da comunidade, o antigo prédio foi demolido e se iniciaram as obras da nova UAPS.

⁶⁵ Atualmente as Unidades Básicas de Saúde (UBS) passaram a se chamar Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS)

Ficam evidentes os benefícios concedidos pelo poder público aos promotores imobiliários em detrimento do descaso para com o Bairro Dom Bosco. A própria lei de autoria do executivo e sancionada pelo legislativo da cidade previa que o funcionamento do setor de clínicas do Centro Médico Monte Sinai poderia se dar sem a realização de 50% da obra da UBS.

§ 2.º - A expedição do “Habite-se” e do alvará de funcionamento do Edifício de Clínicas Médicas e da ampliação do Hospital ficam condicionadas ao recebimento, por parte do Poder Público, de todas as ações e obras descritas nos incisos III e IV, do art. 3.º desta Lei. (JUIZ DE FORA, 2005a)⁶⁶.

O inciso que corresponde à construção da UBS é o V, único a não ser condicionante para a expedição do *Habite-se* e aquisição do Alvará de Funcionamento.

Contudo, em 11 de abril de 2014, foi sancionada a Lei Complementar n. 009, de 11 de abril de 2014 (JUIZ DE FORA, 2014), que altera o inciso V da Lei Originária da Operação Urbana Monte Sinai. Segundo a alteração, a construção de 100% da obra da UAPS ficaria a cargo do grupo proprietário do Centro Médico Monte Sinai. Mas chama a atenção a ressalva feita na alteração.

V - construção de cem por cento da Unidade de Atenção Primária de Saúde do Bairro Dom Bosco, com a ressalva do custeio das fundações da obra, demolição de imóvel, limpeza do terreno e terraplenagem, no prazo de até 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Carta de Compromisso, conforme projeto a ser aprovado pela Secretaria de Saúde. (JUIZ DE FORA, 2014)⁶⁷

Analisando a alteração do inciso V sancionada na Lei Complementar n. 009, de 11 de abril de 2014 (JUIZ DE FORA, 2014), outra liderança do bairro (L-3) alerta para o seguinte fato: se é o poder público que ficará responsável pelos custeios das fundações da obra, demolição do imóvel, limpeza do terreno e terraplenagem a construção já não é de 100% de responsabilidade do setor privado. Segundo esta liderança o que ficou a cargo do poder público já representa mais que 50% da obra.

O terceiro e último projeto de Operação Urbana engendrado na cidade até o presente momento, foi a Operação Urbana Independência Shopping – Lei n. 11.404,

66

67 Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000037401>.

de 24 de julho de 2007 (JUIZ DE FORA, 2007a). Este empreendimento inaugurado em abril de 2008, tornou-se um marco no processo de segregação do Bairro Dom Bosco. Não só por se tratar de um equipamento destinado ao consumo seletivo de uma classe, mas sobretudo pela valorização que este equipamento impetrou na terra urbana. Não obstante, ele ainda induziu a chegada de novos equipamentos para o entorno do Dom Bosco, transformando numa verdadeira *bola de neve* o processo de valorização da terra.

Foi ainda por conta da alocação deste fixo, que a única área de lazer da comunidade do Bairro Dom Bosco – o campo de futebol da *Curva do Lacet* – foi removida.

O projeto que solicitou a Operação Urbana Independência Shopping foi feito através da mensagem n. 3.617, de autoria do Executivo (governo Carlos Alberto Bejani), em 2007 (JUIZ DE FORA, 2007a), quando o *shopping* já estava em construção. Esta mensagem foi enviada a pedido da empresa Sociedade Independência Imóveis S/A solicitando a ampliação do *shopping* que ainda se encontrava em construção, como pode ser observado em texto da lei citado abaixo.

Art. 1º Em conformidade com o disposto no art. 44, inciso II, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juiz de Fora - PDDU, no art. 182 da Constituição Federal e nos arts. 28 a 34, da Lei Federal nº 10.257, de 12 de fevereiro de 2001 (Estatuto da Cidade), fica aprovada a “Operação Urbana Independência Shopping”, compreendendo um conjunto de intervenções a serem executadas por empreendedor privado, visando a ampliação de um shopping center, de propriedade da empresa “Sociedade Independência Imóveis S/A”, localizado na Av. Independência, Bairro Cascatinha, com parâmetros urbanísticos diferenciados.

[...]

Art. 2º Para efeito da presente Lei, consideram-se parâmetros urbanísticos diferenciados a utilização da taxa de ocupação máxima de 80% (oitenta por cento), até 26,00m de altura, do 1º ao 5º pavimentos e de 35% (trinta e cinco por cento) para os demais, mediante contrapartida da empresa “Sociedade Independência Imóveis S/A”. (JUIZ DE FORA, 2007a)⁶⁸.

Esta mesma lei ainda previa as seguintes medidas mitigadoras:

[...] serviços de urbanização da via de ligação entre o trevo do “Loteamento Estrela Sul” e a Av. Independência, na altura da “Curva do Lacet”, compreendendo terraplenagem nos greides determinados em projeto, drenagem, inclusive redes de águas pluviais e bocas de lobo, pavimentação com execução de sub-base e base em brita graduada nas dimensões e espessuras determinadas em projeto, implantação de meio-fio em toda a sua

⁶⁸ Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000028708>

extensão, com calçadas (passeios) em blocos de concreto intertravados em ambos os lados, execução de muro de respaldo do talude revestido com manta geotextil, colocação de postes em concreto, rede elétrica e iluminação pública em vapor de sódio e arborização; b) execução de todas as alterações necessárias no trevo de acesso ao “Loteamento Estrela Sul” e no trevo existente na interseção das Avenidas Independência e Dr. Paulo Japiassu Coelho, compreendendo ainda a colocação de sinalização vertical e horizontal da via e de seu entorno, observados os padrões técnicos aplicáveis.

Assim como na Operação Urbana Ladeira Alexandre Leonel, chama atenção novamente, o fato de todas as medidas mitigadoras beneficiar o próprio beneficiário da operação. São obras que têm como finalidade facilitar o acesso de clientes e fornecedores às dependências do Shopping. Outro destaque deve-se ao fato de ter sido sancionada nas administrações de Carlos Alberto Bejani, três das quatro leis de intervenção na legislação urbana aqui apresentadas.

Todas essas leis citadas possuem como pano de fundo o constante legislar em prol da acumulação de capital. O objetivo de todo aparato do Estado é garantir as condições necessárias para que os interesses dos promotores imobiliários (públicos ou privados) sejam atendidos plena e prontamente.

O Estado, conforme aponta Corrêa (2012), também atua como proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais. No próprio caso do Centro Médico Monte Sinai, o Estado acabou permutando as terras em troca de serviços. Outros empreendimentos que foram beneficiados por permutas de áreas com a prefeitura foram o Independência Shopping, conforme Lei n. 10.897, de 9 de março de 2005 (JUIZ DE FORA, 2005b) e o Condomínio Estrela Sul, como pode ser observado na Lei n. 11.494, de 17 de dezembro de 2007 (JUIZ DE FORA, 2007b). Sendo assim, as permutas e vendas de terrenos têm sido comuns por parte do poder público. As iniciativas de venda de terrenos públicos ou permutas são quase sempre destinadas a viabilizar um novo empreendimento no terreno antes público agora privado.

As ações do Estado atraem mais investimentos para a circunvizinhança do Bairro Dom Bosco, no mesmo tempo em que se criam espaços especializados em determinadas prestações de serviços e ou comércio. O *shopping* é um exemplo dessa especialização. O Centro Médico Monte Sinai é outro exemplo de área especializada. Com um prédio destinado à abarcar clínicas médicas, ao lado do maior hospital da região, a expectativa é que parte dos consultórios localizados no centro subam para as imediações do Dom Bosco. A construção do Independência Trade Center, ao lado

do Independência Shopping – dois prédios interligados entre si, um destinado ao ramo da hotelaria e o outro composto por salas comerciais – revela o surgimento de mais uma área especializada.

O entorno do Bairro Dom Bosco vem se tornando a área das especialidades e a consolidação destes novos investimentos vem elevando significativamente o valor da terra. Ambos levam, como já visto, a um processo de segregação. Estado e capital imobiliários comungados para a acumulação de capital, apresentam-se como os grandes agentes segregadores.

Antes de passar para o caso específico da taxaço da propriedade fundiária faz-se necessário uma ressalva: é de conhecimento a açço do Estado e do capital imobiliário através de planos urbanísticos distintos. No caso do Bairro Dom Bosco, por exemplo, sabe-se da existência de um Plano Urbanístico Local (PUL), realizado em parceria entre o Centro de Pesquisa Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (CPS/UFJF) e a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Contudo esta pesquisa não se ateve a desenvolver maiores análises sobre esta temática uma vez que já existem trabalhos que a estude, como é o caso dos estudos de Lívia R. A. Muchinelli em “*O direito à cidade em áreas de especial interesse social: o caso de Dom Bosco em Juiz de Fora (MG)*” e de Telma Souza Chaves em “*Juiz de Fora MG: uma análise da reestruturação urbana – entre o discurso e a realidade*”. Além do mais, estes estudos já apontaram a pouca intervenço que estes planos tiveram na prática, uma vez que até hoje não saíram do papel.

4.1.3 O caso específico da Taxação da propriedade fundiária

Analisando a Planta Genérica de Valores de Terreno (PGVT)⁶⁹, pode-se observar uma variaço média no valor do metro quadrado, que é utilizada para o cálculo do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

⁶⁹ A Planta Genérica de Valores consiste em um produto cartográfico que representa a posição espacial dos valores médios dos imóveis dentro de cada zona homogênea. A PGV deve representar os valores dos imóveis com uma fidelidade tal que se garanta a justiça social, cobrando-se impostos rigorosamente em função do valor efetivo do imóvel. Ela é utilizada como base para cálculo para cobrança do IPTU. Através da PGV o poder público homogeniza o espaço urbano e o divide em áreas isótimas, que por sua vez consiste em: é aquela cujos limites englobam lotes de igual valor unitário, identificada em face da homogeneidade das características físicas, aspectos de zoneamento urbano e existência de equipamentos urbanos e comunitários, fatores de insalubridades e de amenidades

Segundo a PGVT o Bairro Dom Bosco tem apresentado valorização dentro da média do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Enquanto o IPCA variou 51,38% no acumulado entre 2005 e 2014⁷⁰, o preço médio do metro quadrado no Bairro Dom Bosco aumentou 52,72%. Este fato se justifica pela fala de Fúlvio Albertoni, secretário de fazenda da PJF, em matéria publicada pelo jornal Tribuna de Minas 2013 (COSTA, 2013). Segundo o secretário, a atualização da PGVT da cidade tem seguido os índices do IPCA.

“[...] Hoje adotamos a correção linear, não fazemos uma nova planta de valores. O secretário destaca a valorização imobiliária nos últimos quatro anos, mas afirma que o Poder Público não consegue atualizar os valores na sua planta em função do impacto na vida do contribuinte. "Entendemos que há, de fato, uma grande carga tributária de uma forma geral. A Prefeitura não quer ampliar essa carga aumentando o IPTU". (COSTA, 2013)⁷¹.

Sendo assim, a PGVT não representa a real valorização, nem o preço real do metro quadrado que, como já visto, encontra-se extremamente valorizado. A mesma matéria aponta para o fato de que, hoje, os valores da prefeitura estão inferiores a 50% do valor de mercado (COSTA, 2013). No entanto, a análise da PGVT se faz necessária, uma vez que ela é a base para o cálculo do IPTU cujo aumento pode ser fator de segregação e até da já citada remoção branca.

Verifica-se, portanto, a valorização (na PGVT) substancial do entorno do Dom Bosco, mesmo com a política da prefeitura de tentar evitar o aumento do IPTU. O Bairro Cascatinha, por exemplo, nos mesmos dez anos (2005-2014) valorizou 84,45%. Neste caso, o ajuste da PGVT não se baseou somente no IPCA, mas em fatores externos como por exemplo a instalação de novos fixos. Observando a PGVT os bairros aqui citados possuíram maior valorização entre os anos de 2009 e 2010 (Dom Bosco 10,02% e Cascatinha 19,24%), cerca de um ano após consolidação do Independência Shopping.

existentes. Para o cálculo desta área, alguns elementos são considerados, tais como – valor de mercado, valores dos imóveis declarados pelo contribuinte nas transações imobiliárias, zoneamento urbano (conforme legislação), polos de valorização e desvalorização, equipamentos urbanos e comunitários, características do logradouro, características dos terrenos e das edificações (quando houver) (HERDY, 2008). O documento pertence ao arquivo da Secretaria Municipal da Fazenda.

⁷⁰ Decidiu-se por utilizar o período referente aos últimos dez anos, uma vez que foi neste intervalo de tempo que o entorno do bairro mais se modificou com a chegada e consolidação de diversos empreendimentos.

⁷¹ Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/economia/metro-quadrado-de-jf-entre-os-mais-caros-de-minas-1.1337805>>.

Ainda analisando a PGVT, constata-se que a área mais valorizada do entorno do Bairro Dom Bosco, refere-se à Praça D. José Gattás Bara (também conhecida por *Curva do Lacet*), seguida pela Rua Antônio Marinho Saraiva. O metro dessas localidades, segundo a PGVT, encontra-se no valor de R\$788,77 e R\$224,96 respectivamente. Talvez este fato explique o motivo pelo qual a PJF quis vender, em 2008, o terreno onde se localiza a *Curva do Lacet*, ato impedido pela pressão popular realizada.

As localidades internas ao Dom Bosco como *Jardim Paraíso (Chapadão)*, *Buraco* e *511* apresentam o valor do metro quadrado estipulado em R\$ 68,01, enquanto que na parte central do bairro (parte comercial) e na *Grota* (área mais próxima ao São Mateus), o valor do metro quadrado encontra-se em R\$76,18.

Dito isso, se o processo de valorização do metro quadrado do Bairro Dom Bosco for analisado segundo a PGVT, ficará claro que esta valorização não tem sido o maior problema para o bairro, uma vez que tem acompanhado o IPCA. Logo, os ajustes do IPTU têm sido lineares, sem maiores prejuízos para os moradores de bairros mais populares. Mesmo assim, alguns relatos de moradores remetem para uma alta no valor do IPTU. É o caso do Sr. Francisco Pereira que, em entrevista realizada para o projeto de extensão da UFJF “*Comunicação, Memória e Ação Cultural*”, responsável por produzir o documentário “*Histórias e Vidas do Bairro Dom Bosco*”, proferiu o seguinte relato:

Eu acho que a tendência do nosso bairro aqui, principalmente daqui pra cima, da Pirapora pra cima, a tendência vai chegar a ponto de agente, a classe pobre, não aguentar morar mais aqui. Vai espremendo, espremendo, espremendo. O prefeito só vai aumentando imposto, imposto. Vai até chegar o ponto de você não aguentar mais imposto e vender o que tem. Fui lá reclamar do imposto eles falou comigo: mais o progresso está chegando! Eu falei assim: o progresso tá chegando sim, mas não na parte alta, que é a do Chapadão. Lá não tem progresso nenhum. Nós não temos ônibus...não tem nada. Se chover você tem que esperar a chuva passar pra subir...é um progresso que os morador do bairro, não tem como chegar ao local (HISTÓRIAS..., 2010).

A reclamação feita por Sr. Francisco faz todo sentido ao levar em conta que as entrevistas feitas pelo e para o projeto de extensão ocorreram entre os anos de 2008 e 2010, coincidindo com a chegada do Independência Shopping e com o ano de maior valorização da PGVT para esta área. No entanto, no acumulado dos últimos

dez anos, a valorização que foi de 10,2% entre 2009-2010 cai para cerca de 5,27% ao ano.

Ao se comparar os valores do metro quadrado do Bairro Dom Bosco com os bairros vizinhos, percebe-se uma gritante desigualdade nos valores utilizados como base para a taxaço do IPTU. Este fato é característico e provocador de processo de segregação, tendo em vista que: “os diferenciais espaciais dessa taxaço refletem e condicionam a diferenciaço socioespacial no espaço urbano” (CORRÊA, 2012, p. 46). Ou seja, seleciona quem poderá pagar para habitar cada área.

4.2 A QUESTÃO VISTA SOB O ÂNGULO DA REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Vista sob o ângulo da reprodução da força de trabalho, a questão toma outras formas.

Enquanto que, para a acumulação de capital, o capitalista e o Estado andam juntos para obtenço deste propósito, na questão da reprodução da força de trabalho, o primeiro se responsabiliza por pagar um salário, na maioria das vezes, insuficiente para a reprodução da classe trabalhadora, jogando a responsabilidade desta reprodução nos ombros do Estado. Isto ocorre, tendo em vista que, como já visto anteriormente, o Estado capitalista é, na verdade, o “comitê executivo da burguesia”.

Caso não houvesse a reprodução da força de trabalho, o sistema capitalista entraria em colapso. Segundo Piquet e Ribeiro (2001),

[...] o resultado seria uma tendência de crise do sistema de manutenção e reprodução dos trabalhadores. Para eles, a crise é sentida permanentemente sob a forma da não-satisfaço de suas necessidades, enquanto para o capital ela só aparece em períodos históricos particulares, quando está em jogo seu abastecimento de mão-de-obra. (PIQUET; RIBEIRO, 2001, p.).

Ou seja, sendo a reprodução da força de trabalho de extrema necessidade para a permanente acumulação de capital da classe capitalista, caberá ao Estado a garantia desta reprodução. Logo, tratar desta reprodução é, em grande medida, tratar da relação do Estado com a classe trabalhadora. A forma e intensidade desta relação, irá variar ao longo da história, estando sujeita a constante existência de momentos

conflituosos, uma vez que Estado e trabalhadores representam, cada um, interesses divergentes. Dessa forma, esta relação está subordinada a uma correlação de forças.

Na dimensão socioespacial, o Estado age principalmente garantindo o acesso às necessidades básicas⁷² como saneamento básico, energia elétrica, fornecimento direto de equipamentos coletivos como escolas, hospitais públicos, transporte coletivo, pavimentação, moradia, etc.

É nesta esfera que irão atuar os movimentos de bairros como as associações pró-melhoramentos (APM), os conselhos locais de saúde, as Comissões Administrativas dos Espaços Municipais (Caem)⁷³, entre outros movimentos não oficiais, mas também legítimos, uma vez que representam uma coletividade.

Sendo assim, o Estado vem se mostrando em falta com bairro no que lhe é de competência. Na trajetória percorrida até aqui, pode-se notar que muitos trabalhadores sequer são atendidos em suas necessidades básicas. De tal modo que: falta coleta de lixo; o ônibus não atende a totalidade das localidades do bairro; não existe creche; a única Escola que atendia o segundo ciclo do fundamental e o ensino médio foi fechada pelo próprio Estado; a única área de lazer que o bairro possuía também foi removida pelo poder público; o posto de saúde do bairro (UAPS) espera por nova sede há quase dez anos, funcionando em sede provisória, sem adequações para a promoção da saúde, além de não possuir o Programa Saúde da Família. Enfim, ao agir de forma tão desproporcional entre os interesses do capital e os dos moradores do Bairro Dom Bosco, o Estado só intensifica os processos segregatórios que levam ao aumento dos conflitos. Este fato leva a intensificação de atos e ações que fragilizam os direitos básicos à vida, especialmente da população mais pobre e tradicional do Bairro Dom Bosco.

A característica residencial, originariamente proletária, destinada ao Bairro Dom Bosco passou a se conflitar com o surgimento de bairros de classe média e com a construção de novos empreendimentos, destinados a atender as demandas dessa

⁷² Cada sociedade e cada classe é possuidora de diferentes entendimentos sobre o que vem a ser necessidades básicas. Tendo em vista a perspectiva da sociedade capitalista, esta questão se apresenta da seguinte maneira: Para a burguesia, por exemplo, a demanda por necessidade básica é bem extensa, compreendendo do acesso ao saneamento básico ao direito a lazer. Já à classe trabalhadora a lista é bem básica mesmo, fazendo jus ao nome (necessidades básicas). Ou seja, para os trabalhadores as necessidades básicas são entendidas como uma educação sucateada, saúde sucateada, onde o direito ao lazer, por exemplo, passa longe.

⁷³ Comissões Administrativas dos Espaços Municipais (Caem) são entidades cujo representantes são eleitos pela comunidade, para serem responsáveis por administrar áreas públicas de uso coletivo como praças, campos, quadras, etc. As Caems são regulamentadas pelo Decreto n. 6.265 de 15 de julho de 1998 (JUIZ DE FORA, 1998).

nova classe que ali fixara. A alocação desses empreendimentos ocasionou a precarização e a supressão dos espaços comunitários de uso coletivo pela população do bairro. Como exemplos, podem ser citadas a realocação da bica d'água comunitária, a remoção do campo de futebol da *Curva do Lacet*, além do fechamento da Escola Estadual Dom Oriene. Todo este processo consiste na remoção do fluxo de pessoas pobres da parte frontal dos novos empreendimentos instalados no bairro e em seu entorno. Para tanto “basta remover os fixos utilizados pelas parcelas mais pobres da população local, que os fluxos dessas parcelas diminuem, podendo até se extinguir. Ou seja, alteram-se os fixos que se mudam os fluxos.” (MENEZES; MONTEIRO, 2010)⁷⁴.

O que está em curso é um verdadeiro processo de privatização dos espaços públicos, retirando dos moradores do bairro o direito ao entorno como bem nos chama a atenção Santos (2007, p. 64): “E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje os espaços públicos [...] foram impunemente privatizados.”

Estima-se que todas essas perdas, oriundas do processo de privatização, não sejam frutos de ações e práticas aleatórias empreendidas pelo capital e pelo Estado, mas sim explicadas pela lógica do capital para gerar, como consequência natural, a remoção paulatina da comunidade do Dom Bosco, também conhecida como *remoção branca*, o que advém como síntese da valorização progressiva do valor da terra.

Estas recentes transformações na organização espacial local são engendradas pelo capital imobiliário, que busca estruturar as alterações no espaço intra-urbano através da materialização dos novos empreendimentos, voltados para a prestação de serviços, circulação de capital, pessoas e mercadorias. O local, *lócus* da reprodução da vida social e comunitária, é transformado a partir de atores e ações vinculados ao capital estranho ao próprio lugar, territorializando novos objetos para a reprodução do capital e desterritorializando compulsoriamente os fluxos e fixos que representam a vida comunitária (MENEZES; MONTEIRO, 2010).

As contradições geradas por este processo produzem as condições materiais necessárias para o movimento de luta dos moradores. Estas lutas colocam-se contra a negligência do Estado e a nova função e uso impostos ao bairro pelo capital.

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-97.htm>>.

4.2.1 O Caso da Escola Estadual Dom Orione

Um dos atos políticos que contribuiu para a insurgência da população do Bairro Dom Bosco foi o anúncio do fechamento da Escola Estadual Dom Orione. A comunidade possuía um elo muito forte com a escola onde se formaram inúmeros moradores do bairro. A mesma já havia sido considerada *Escola Modelo* de Juiz de Fora, funcionando durante os turnos da manhã, tarde e noite.

O argumento apresentado pela Superintendência Estadual de Ensino de Minas Gerais para o fechamento da escola foi o baixo número de alunos matriculados no ano de 2009. No entanto, o fechamento, bem como o número de matrículas serão entendidos aqui como parte de um processo histórico que envolveu a comunidade, o Estado, os promotores imobiliários e a Igreja. Esta última dona do prédio alugado pelo Estado onde funcionava a escola.

Como foi visto, a área onde se localiza o Bairro Dom Bosco passou por um processo de alta valorização imobiliária a partir da década 1990. Esse processo aguçou o instinto capitalista dos promotores imobiliários, que viram na área onde se localiza a escola, uma ótima oportunidade de ganhar dinheiro. A Igreja, por sua vez, parece ver a valorização da área com bons olhos, afinal o Instituto Profissional Dom Orione, proprietário do prédio da ex-escola Dom Orione não paga Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), sendo assim ela só tem a ganhar com a valorização de seus bens. O Governo Estadual por sua vez, tem fundamental participação no baixo índice de alunos matriculados na Escola. Como dito, a Escola Estadual Dom Orione carregava consigo a tradição de ser uma das melhores escolas públicas da cidade. E aqui cabem algumas perguntas: Quais seriam os pais que deixariam de colocar seus filhos numa das melhores escolas públicas da cidade? Se a população do Bairro Dom Bosco não diminuiu ao longo dos anos, pelo contrário, aumentou, por que o número de alunos diminuiu?

O processo que levou ao baixo número de alunos matriculados na escola não se deu da noite para o dia, foi fruto de um longo processo de descaso do governo do Estado de Minas Gerais. Até o ano de 2004 a escola possuía mais de 500 discentes.

Em 2005 foram fechadas as matrículas para o turno da noite devido à falta de verba. A negligência do Estado fez com que a escola chegasse a tal precariedade física e pedagógica que os pais dos alunos começaram a transferir seus filhos para

outras escolas. Afinal, quem colocaria seus filhos para estudar numa escola sem luz nas salas, sem portas nos banheiros e nas salas de aula, sem merenda e, muitas vezes, até mesmo sem professores? Para esta pergunta a resposta é: famílias que não possuíam condições de locomoverem com seus filhos até as escolas mais próximas. Cabe ressaltar que o número de crianças e adolescentes que não se matricularam em escola alguma cresceu substancialmente no bairro a partir de 2005.

No final do ano de 2007 boatos de que a escola iria fechar começaram a rondar a comunidade, que se mobilizou e conseguiu marcar uma reunião com a Superintendência de Educação do Estado de Minas Gerais. Nessa reunião além da comunidade e da superintendência, esteve presente a diretora da escola. Ficou decidido que o Governo do Estado iria revitalizar o prédio no intuito de atrair novos alunos. O ano letivo de 2008 começou e nenhuma reforma foi realizada no prédio.

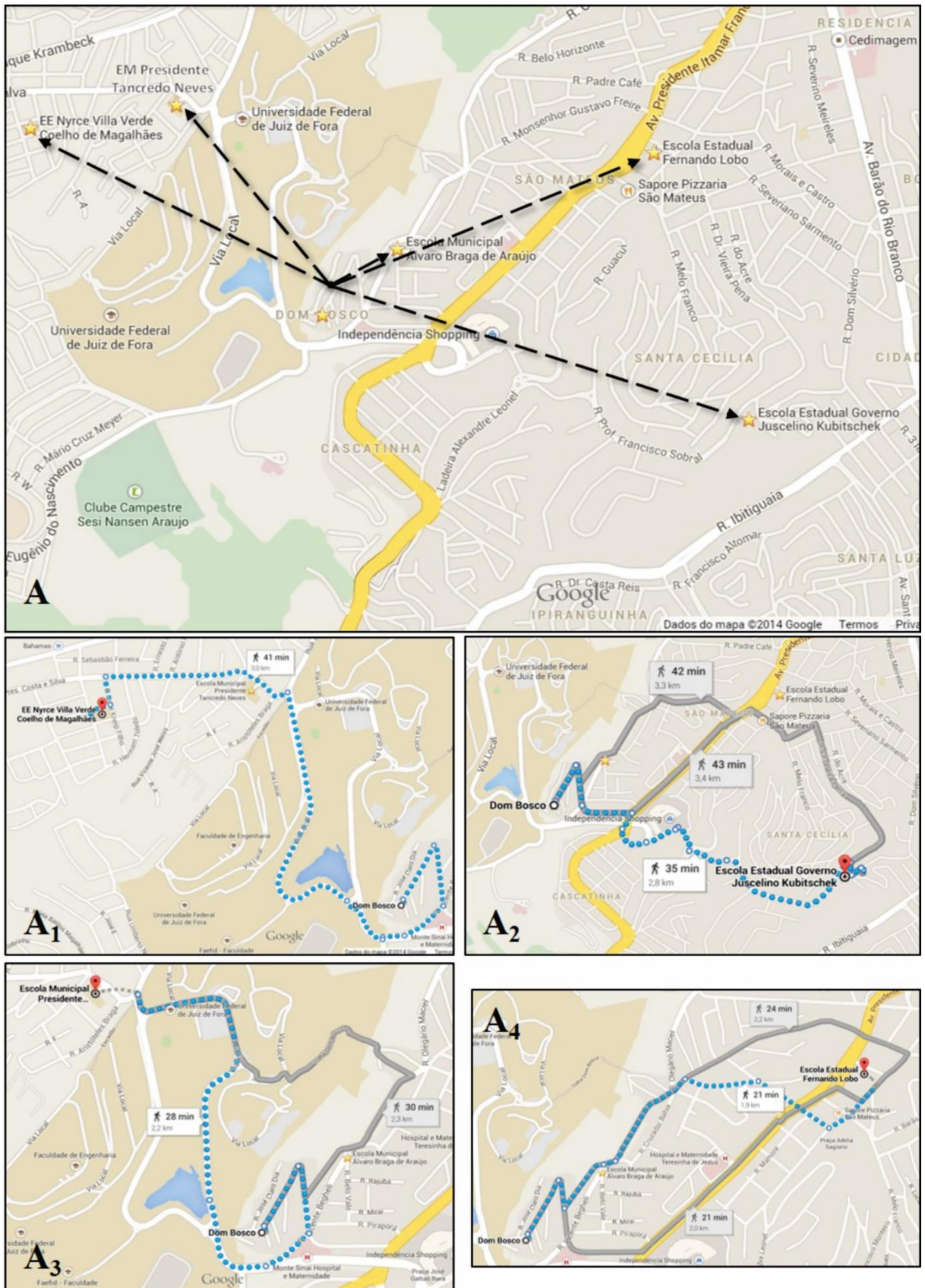
Em outubro de 2008, ainda na eminência de fechamento da escola, a comunidade realizou um mutirão para pintar a fachada do prédio na tentativa de sensibilizar o poder público estadual. De nada adiantou, as promessas continuaram, até que no ano de 2009, no meio do ano letivo, a superintendência de ensino anunciou que a escola fecharia as portas em agosto, logo após as férias de julho. Para a comunidade não restou outra saída a não ser ganhar as ruas e lutar por seus direitos. Aqui, cabe destacar a participação das mulheres do bairro. Como se não bastasse a jornada dupla de trabalho, estas mulheres se mobilizaram e ganharam as ruas para defender a educação de seus filhos. Assim, começou um grande processo de mobilização da comunidade que contou com o apoio do Conselho Tutelar, de entidades do movimento estudantil, do Sindicato dos Professores Estaduais (Sind-UTE), do Comitê Central Popular, da Associação Beneficente Amigos do Noivo (Aban), da seção local da Associação dos Geógrafos Brasileiros e outras entidades da cidade. Mas e as entidades locais como as Associações de Moradores? Estas sofriam com um grave processo de burocratização e cooptação. Quase todas eram dirigidas por moradores apadrinhados por vereadores ou pelo próprio prefeito. A falta de autonomia política dessas entidades as transformavam em grandes aliadas daqueles que constituem a classe opressora. Essas lideranças não se reconheciam enquanto classe trabalhadora, logo não atuavam em prol da mesma. São pessoas que se conformavam com práticas assistencialistas e colaboravam para a perpetuação da lógica *coronelistas*. Foram realizadas diversas reuniões, algumas chegaram a contar com a presença de mais de 150 pessoas, além de passeatas que

ganharam as ruas do bairro. As entidades locais (exceto a Aban) só compareceram na reunião em que estiveram presentes representantes do poder legislativo de Juiz de Fora.

Em setembro de 2009 a escola deixou de funcionar. Atualmente, O Instituto Profissional Dom Orione, dono do prédio onde funcionava a escola, arrendou a área para uma faculdade particular. Para a comunidade ficou o legado da luta e o desafio de se organizar, pois mais enfrentamentos virão a acontecer.

Atualmente, os jovens do bairro, quando chegam ao segundo ciclo do ensino fundamental, são obrigados a se deslocarem por distâncias consideráveis para buscar vagas em escolas públicas de bairros vizinhos. O que dificulta o dia a dia da vida familiar (Figura 19).

Figura 19 – Deslocamentos realizados na busca por vagas em escolas públicas de bairros vizinhos ao Dom Bosco



Fonte: O autor. Dados da pesquisa.

4.3 QUANDO O DIREITO DE SE REPRODUZIR PASSA PELA NECESSIDADE DE LUTAR

Toda a conjuntura exposta neste estudo, que teve como consequência o aprofundamento das contradições que envolve o Bairro Dom Bosco e a produção do espaço capitalista de seu arredor, levaram à necessidade de uma melhor organização por parte de seus moradores. Contudo, o aprofundamento dessas contradições encontra-se ancorado na reprodução de uma sociedade assentada em relações de subordinação, dominação e exploração, onde o Estado faz de tudo para representar, de forma mais ampla possível, os interesses da reprodução ampliada de capital.

A luta contra o fechamento da Escola Estadual Dom Orione, resgata na comunidade sua capacidade de se mobilizar. Apesar de ser uma mobilização espontânea, no sentido que não é organizada e dirigida por uma entidade, e de ter sido derrotada em seu objetivo imediato, cumpre um papel importante para o acúmulo de consciência dos moradores. Ao participar das manifestações, os moradores decifram muitas das contradições por vezes mascaradas por um sistema que se diz democrático. Começam a perceber que Estado e capital encontram-se comungados para os mesmos fins, ou seja, a luta é um dos principais instrumentos para se forjar a consciência do povo. Carlos (2004) é categórica ao afirmar a importância dos movimentos sociais para o avanço da consciência, principalmente dos que deles participam.

Os movimentos sociais urbanos têm um papel importante na ampliação e acumulação de forças e experiências; marcam o início de um processo que tende a afetar a vida daqueles que dele participam, pelo enriquecimento que o contato com o outro propicia e que o debate estimula. Nesse sentido poderá reforçar ou mesmo detonar avanços políticos substantivos em direção à democratização, na medida em que traduz a ideia do sujeito coletivo, como uma revelação da identidade do homem através da ação.

Contudo, cabe destacar, que este processo de conscientização e mobilização, oscila de acordo com questões objetivas e subjetivas (condições salariais, qualidade vida dos moradores, nível de consciência da população como um todo) às quais os moradores estão sujeitos. Daí, o fato de não se garantir uma mobilização permanente da comunidade.

Atualmente, a nova organização dos moradores do Dom Bosco, passa por suas instâncias representativas, legitimadas, pela comunidade e pelo Estado. São principalmente a Associação Pró-melhoramento (APM) e o Conselho Local de Saúde. Estas entidades também possuem oscilações no nível de consciência e, por vezes, são aliciadas por membros do poder executivo e legislativo, que procuram em lideranças locais, formas de construir e/ou manterem seus currais eleitorais. Entretanto, o aumento da consciência das atuais lideranças vem sendo uma pedra no caminho desses políticos oportunistas.

Segundo L-1, as principais iniciativas das entidades do bairro têm sido o trabalho articulado entre as entidades, o trabalho de informação dos moradores através do jornal da APM⁷⁵, e a luta por melhorias na infraestrutura do bairro. A demanda de infraestrutura já apresentada neste trabalho encontra respaldo nas palavras de uma das lideranças do bairro:

A questão de periferia que eu falo, que é o seguinte: nós temos... o Dom Bosco hoje é um bairro que pertence a região central, assim eu falo “– É chique, gente, nós estamos na região central. Nós tão junto com o Bom Pastor, com S. Mateus, Paineiras...” Nós são da região central. Mas as nossas demandas, as nossas problemática é de periferia. (L-1)

Para Carlos (2004), a dinâmica da acumulação capitalista, ao impor um tipo de trabalho, um modo de vida, uma forma de cidade, cria carências infraestruturais como: saneamento básico, educação, saúde, lazer, etc.

Aqui, encontra-se uma peculiaridade dos movimentos sociais de bairros: as lutas por eles empreendidas são, comumente, lutas que atendam as demandas imediatas no que se refere a melhores condições para a reprodução da vida. São lutas portanto, que, em primeira instância, visam a reprodução da força de trabalho. Logo, essas demandas serão, quase sempre, apresentadas ao Estado, uma vez que, na divisão de tarefas entre capital e Estado, cabe ao segundo garantir condições (inclusive infraestruturais) para a reprodução da força de trabalho. A luta é, portanto, principalmente para a construção de equipamentos coletivos públicos (escolas, postos de saúde, áreas de lazer, etc.) que garantam tal reprodução. Não se pode perder de vista, que a reprodução da força de trabalho é condição fundamental para a reprodução do capital.

⁷⁵ A edição deste jornal é encontrada no Anexo G.

Por conseguinte, as lutas dos movimentos de bairro, não são lutas que coloquem em xeque a contradição principal do capitalismo alicerçada entre capital *versus* trabalho. Colocar em xeque esta contradição é a perspectiva de uma luta de classe apoiada em um sentido revolucionário, que proponha a superação da contradição capital *versus* trabalho. E os movimentos de bairro não possuem esta dimensão.

Mas, mesmo não tendo a perspectiva de superação da contradição capital *versus* trabalho, os movimentos de bairro são, sem dúvida, reflexo dessa contradição. As condições que os levam a lutar são necessariamente fruto desta contradição, posto que a urbanização encontra-se vinculada às formas de divisão social e técnica do trabalho, tornando a cidade o campo privilegiado das lutas de classes.

Sendo assim, as entidades do Bairro Dom Bosco têm cumprido com seu papel no que se refere a luta por um reconhecimento, principalmente por parte do Estado, que se traduza na prestação de serviços, mas principalmente na construção de equipamentos de uso coletivo público que atendam às demandas da comunidade.

Segundo relatório gerado a partir de evento denominado *Roda de Conversa do Bairro Dom Bosco*⁷⁶, promovido por um dos representantes do legislativo local, no ano de 2013, a comunidade apresentou inúmeras reivindicações. São demandas em diferentes áreas como saneamento básico, transporte, educação, cultura, lazer, saúde, segurança pública, limpeza urbana, acessibilidade, entre outros. Todos de responsabilidade do Estado, o que mostra a grande diferença de atuação do mesmo entre os interesses da acumulação de capital e da reprodução da força de trabalho. Em jornal da APM do bairro, esta diferença de agir por parte do poder público fica evidente.

Notamos que tudo o que se refere a empreendimentos particulares é liberado com agilidade, como é o caso de passarela em via pública para uso particular e grandes edificações tentando mascarar nossas mazelas, como posto médico que nunca sai; escola sem ensino fundamental completo; parte alta do bairro sem acesso ao transporte coletivo; falta de um curumim, creche, deixando nossas crianças e pré-adolescentes vulneráveis. Dessa forma, o poder público municipal deixa de atender as reais demandas da comunidade para fortalecer certas instituições que não tem nenhum interesse real e verdadeiro nos atendimentos das demandas da comunidade. Sendo assim,

⁷⁶ As “Rodas de Conversa” são encontros promovidos pelo Vereador Jucélio Maria (PSB) com os moradores de um ou mais bairros de Juiz de Fora, com o objetivo de coletar as demandas coletivas e realizar a intermediação entre os cidadãos, o poder executivo e demais órgãos. A organização em roda, numa assembleia em que todos podem se expressar, representa a disposição do vereador em realizar um mandato participativo.

concluimos que, muda-se a forma de agir mas, a intenção é sempre a mesma, iludir nossa comunidade, chega de aventureiros! A comunidade tem que ser protagonista de sua própria história. (DOM BOSCO, 2014, p. 1).

Pode-se apontar que entre as principais reivindicações dos moradores, encontram-se as seguintes:

- Pavimentação de trilha que liga a parte alta do bairro conhecido como chapadão à UFJF;
- Fornecimento de linha de ônibus que passe na parte alta do bairro (*Chapadão*), subindo pela Rua Silvério da Silveira, com virador na Rua Dr. José Claro Dia;
- Conclusão das obras da Creche Dom Bosco, paradas desde a última gestão;
- Implementação do Ensino Fundamental II e Ensino Médio no bairro. Desde o fechamento da Escola Estadual Dom Orione, o bairro não conta com o último ciclo do fundamental nem com atendimento ao ensino médio;
- Implementação do Curumim⁷⁷ no bairro, se possível, no mesmo terreno onde vem sendo construída a creche. Há espaço para essa obra;
- Construção de praça destinada ao esporte e ao lazer, onde se localizava o antigo campo da *Curva do Lacet*, conforme disposto na Lei n. 11.235, de 16 de outubro de 2006 (JUIZ DE FORA, 2006);
- Início, urgente, da construção da UAPS do bairro, pois a sede foi fechada e atualmente o atendimento vem sendo realizado em um espaço que não é próprio para tal fim, além de implementar o programa Saúde da Família na nova UAPS.

Após apresentarem as demandas ao representante do legislativo, foram realizados atos no gramado da *Curva do Lacet* onde reivindicaram melhorias para o bairro. Por parte do vereador que recebeu as demandas dos moradores, foram encaminhadas para o executivo local solicitações de serviços e pedidos de esclarecimentos. Quase todos os serviços solicitados não foram realizados, sempre havendo uma desculpa para tanto. Também foi convocada para o dia 18 de março de 2014, pelo mesmo vereador, uma audiência pública para discutir possíveis soluções para os problemas enfrentados pelos moradores do bairro. Nesta audiência, apesar

⁷⁷ É um projeto da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora responsável por oferecer atividades sociais e de convivência em horário complementar ao período escolar. Desenvolve práticas de teatro, circo, artes, música, atividades esportivas e acompanhamento escolar, além de oferecer duas refeições diárias por turno.

<http://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/curumim.php>

do horário marcado (15 horas), os moradores se apresentaram em peso e se manifestaram, cobrando a resolutividade de suas demandas (Figura 20).

Figura 20 – Comunidade do Dom Bosco se manifestando em audiência pública que discutiu soluções para as demandas do bairro



Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

A luta dos moradores deu resultado e algumas conquistas puderam ser alcançadas, a saber:

- Em fevereiro de 2014, através de uma emenda parlamentar, foram liberados R\$250.000,00 para a construção da praça com equipamentos esportivos e áreas destinadas a atividades culturais, onde se localizava o antigo campo, em frente ao Independência Shopping;
- Em 27 de março de 2014, foi assinado o termo de compromisso para a instalação da nova Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) do Dom Bosco, que se encontra em construção;
- Ainda no primeiro semestre de 2014, retomaram-se as obras de construção da creche comunitária.

Contudo, ainda há muito o que se fazer e muito pelo que lutar, mas a nova organicidade das lideranças e moradores do bairro tem conseguido mexer na correlação de forças e levando algumas conquistas para os moradores (Figura 21).

Figura 21 – Novas sedes da UAPS e da Creche, Dom Bosco, Juiz de Fora



Legenda: A) Obra da construção da nova sede da UAPS Dom Bosco;
B) Obra da construção da Creche

Fonte: O autor. Pesquisa de campo.

O que vem ocorrendo com as entidades do Dom Bosco, é um processo dialógico entre as entidades representativas e a capacidade de mobilização da comunidade. À medida em que estas entidades, não mais apadrinhadas por

representantes do executivo e legislativo, estimulam a luta, o ato de lutar fortalece não só as entidades, mas toda a comunidade do bairro. Esta situação experimentada pelo Dom Bosco é determinante para um melhor equilíbrio (ou para um menor desequilíbrio) da correlação de forças entre bairro e Estado. Essa sensível alteração da correlação de forças vem surtindo efeitos que se traduzem em algumas conquistas.

Contudo, ao exigirem a alocação de equipamentos coletivos que atendam as demandas do bairro, as lideranças, ainda que de certa forma inconscientemente, estão também travando uma luta contra o capital imobiliário, logo contra o entendimento da cidade como valor de troca. Isso porque a instalação desses equipamentos é capaz de aumentar a resistência da comunidade no que diz respeito à não vontade de deixar o local, dificultando o avanço do capital para dentro do bairro. Além do mais, tais conquistas podem aumentar a identificação da comunidade com o próprio bairro, bem como com a necessidade de lutar para melhoria do mesmo.

Sob esta perspectiva, o fortalecimento da identidade dos moradores com o bairro, além da melhoria na qualidade de vida advinda dos novos equipamentos de uso coletivo, aumenta sua capacidade de permanência em local tão cobiçado pelo capital imobiliário. Visto como reserva de mercado pelo capital imobiliário, o bairro torna-se um local de disputa entre interesses divergentes: para os moradores o interesse é sobretudo valor de uso do espaço, para o capital o que interessa é seu valor de troca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU, NEM TUDO ESTÁ PERDIDO

*“Nunca me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
Tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
No meio do caminho tinha uma pedra.”
(Carlos Drummond de Andrade)*

Começar um trabalho é sempre desafiante, mas terminá-lo talvez seja mais. Contudo, não se pode dizer que este trabalho tenha sido finalizado, afinal a dinâmica na qual se insere o Dom Bosco permanecerá sendo grande fomentadora de inquietações. Além do mais, nossa ação enquanto militante continuará, porém mais esclarecido sobre as contradições e as complexidades que envolvem a produção capitalista do espaço e o Dom Bosco. Uma análise dialética da realidade necessita de momentos de reflexões. Trata-se, pois, de uma pausa. Uma pausa para que possamos melhor refletir sobre o caminho que se percorreu para que se chegasse às últimas páginas desta etapa.

O que orientou a pesquisa foram algumas questões apresentadas na introdução deste trabalho. No entanto, quando se começa um estudo, é inevitável que se construam várias hipóteses que, em um primeiro momento, são meras especulações, mas que a cada página escrita, texto lido e visita a campo as hipóteses que construímos mentalmente vão caindo ou se confirmando. É o processo natural de um caminhar da aparência para a essência. Porém, certamente, algumas questões ficam sem respostas, o que nos intriga e dificulta ainda mais o encerramento da etapa deste estudo.

De certo, constatamos que as recentes transformações no arranjo espacial local são engendradas por uma pseudo-racionalidade técnica, administrativa e intelectual do poder público e do capital imobiliário. Juntos, buscam estruturar as alterações no espaço intra-urbano, através da materialização dos novos empreendimentos voltados para a prestação de serviços, circulação de capital, pessoas e mercadorias. O que contribui para a acumulação de capital, deixando cada vez mais explícitas as desigualdades locais.

A instalação destes empreendimentos colabora para a intensificação da produção capitalista do espaço e a conseqüente elevação de seu valor de troca, consolidando o processo de segregação socioespacial. É nesse contexto que atua a renda fundiária urbana, que só é possível graças ao direito da propriedade privada da terra. O valor da terra urbana encontra-se atrelado, principalmente, aos investimentos que nela são feitos (renda de equipamento), ou à sua localização (renda de localização).

Essa conjuntura leva a população a criar um movimento de luta pela cidade fortalecendo a identidade com o local. A comunidade, por meio de suas ações e mobilizações, se organiza e atua como agente histórico para transformar o espaço. As contradições tornam-se evidentes. A cidade produzida pela classe dominante, através dos promotores imobiliários e do Estado, se depara com a cidade produzida pelos moradores do bairro.

O Estado, responsável por garantir a reprodução da força de trabalho, torna-se alvo das reivindicações dos moradores. A organização da comunidade, agora com suas lideranças não mais atreladas aos representantes dos poderes executivo e legislativo, altera a correlação de forças, aumentando o poder de barganha dos moradores. Concomitante, aumenta a consciência dos que se envolvem nas lutas, o que contribui para uma maior identidade com o bairro.

Por outro lado, uma de nossas *hipóteses especulativas*, não se confirmou. Acreditávamos que, com o avanço do capital imobiliário para o entorno do Dom Bosco e a conseqüente valorização da terra urbana e de seus respectivos impostos, os moradores do bairro, pelo menos os que moram em sua franja, estariam sofrendo com a chamada remoção branca. Trataria de um efeito de borda, no qual o capital iria avançando para sobre o bairro. Contudo, o que ficou constatado é que tal remoção não vem ocorrendo. Alguns fatores para que esta contrariedade ocorra foram apontados neste trabalho: a) a verticalização do bairro, a partir da autoconstrução; b) a presença de mais de uma família em cada terreno, ou, pelo menos, mais de uma geração da mesma família, o que levaria à necessidade de uma divisão maior da renda adquirida com a venda do mesmo; c) o aumento da renda de parte considerável dos moradores com a valorização da construção civil; d) a atual política tributária em relação ao IPTU, que não vem excedendo aos índices do IPCA (pelo menos dentro do bairro), já que em seu entorno o aumento se mostra superior a este índice; e) a localização do bairro, sendo central, próximo dos empregos dos moradores; f) o fato

de a maioria dos moradores ser proprietária de seus imóveis, muitos através de ação de usucapião; g) a conquista de equipamentos públicos através da luta dos moradores, o que contribui para melhorar significativamente a qualidade de vida e para o fortalecimento da identidade com o bairro.

Porém, sabemos que muitos desses fatores são conjunturais, ou seja, susceptíveis a mudanças. Portanto, não se pode prever até quanto os moradores do bairro resistirão às pressões que vêm sofrendo principalmente dos incorporadores imobiliários que, enquanto não conseguem adentrar ao bairro vão cercando-o com enormes prédios, removendo-o da paisagem.

Por conseguinte, os moradores do bairro vão se organizando e se conscientizando, ainda que timidamente, tornando-se sujeitos de sua própria história. Este embate encontra-se longe de acabar, na verdade ele será constante enquanto vivermos em uma sociedade dividida em classes, logo, possuidora de um espaço fragmentado e desenvolvido desigualmente.

No entanto, algumas questões foram levantadas no decorrer de nosso caminhar: Quem são os incorporadores que atuam na cidade de Juiz de Fora? São eles da cidade ou de outras localidades? Qual o impacto de suas ações no espaço urbano de Juiz de Fora? Qual o real valor de mercado da terra urbana no entorno do bairro dom Bosco? São questões que ainda ficam sem respostas, como provocações para estudos futuros.

Sendo assim, estima-se que esta pesquisa possa ter viabilizado novas e importantes informações para esta área da cidade, com a possibilidade de preservar melhor não só a memória histórica do bairro, mas também a existência do próprio. Pretende-se, também, contribuir com a democratização do conhecimento a respeito da organização espacial do bairro, para possíveis usos em pesquisas posteriores que visem melhorias efetivas para a área mediante aos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE PÉ DA SERRA. **Quem somos**. [c201-]. Disponível em: <<http://www.acispes.com.br/?pagina=quem>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

AMBROZIO, J. Falências de mercados e a encruzilhada brasileira. **Tribuna de Petrópolis**, Petrópolis, 2009. Disponível em: <http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/ja20090210.htm>. Acesso em: 14 mar. 2012.

AMBROZIO, J. **Petrópolis: o presente e o passado no espaço urbano: uma história territorial**. Petrópolis: Escrita Fina, 2013.

ANDRADE, S. M. B. V. A. **Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: UFJF, 1987.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BAIRRO. In: DICIONÁRIO do Aurélio on line. c2008-2014. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Bairro.html>>. Acesso em: 26 de ago. 2014.

BARRETO, A. C. J. **O lugar dos negros pobres na cidade: estudo na área de risco do bairro dom Bosco**. 2010. 135f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

BARRETO, A. C. J. **O lugar dos negros pobres na cidade: estudo na área de risco no Bairro Dom Bosco**. Juiz de Fora: Funalfa, 2013.

BASTOS, S. Q. A. Disritmia espaço-tempo: análise das Estratégias de Desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. In: Encontro Regional de Economia, 9., 2005. **Anais...** Fortaleza: ANPEC/NE, 2005. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa4_texto1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BATISTA, R. C. S. F. **O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1988 a 1930**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2006.

BEZERRA, J. A. Como definir o bairro? uma breve revisão. **Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 1, n. 1, p. 21-31, jan./jun. 2011.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, 2007.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BUKHARINE, N.; PREOBRAZHENSKY, E. O regime capitalista. In: _____. **ABC do comunismo**. 1922. Cap. 1. (Transcrição de Fernando A. S. Araújo para o Marxists Internet Archive, junho 2005). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/bukharin/1920/abc/cap1.htm#s11>>. Acesso em 20 jun. 2014.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHAVES, T. S. **Juiz de Fora**: uma análise da reestruturação urbana - entre o discurso e a realidade. 2013. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CORRÊA, R. L. **O Espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). São **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. Paulo: Contexto, 2012. p. 41-51.

COSTA, F. Metro quadrado de JF entre os mais caros de Minas. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 1 set. 2013 Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/economia/metro-quadrado-de-jf-entre-os-mais-caros-de-minas-1.1337805>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

DOM BOSCO. **Informativo da Associação Pró-Melhoramento do Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora/MG**. Juiz de Fora, n. 5, dez. 2013.

DOM BOSCO. **Informativo da Associação Pró-Melhoramento do Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora/MG**. Juiz de Fora, n. 6, 2014.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Perspectivas do homem, v. 99. Série Ciências Sociais).

ESTIAGEM completa uma semana em Juiz de Fora. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 9 jan. 2014. 1º Caderno, p. 4.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Imprensa Oficial, 2001.

GIROLETTI, D. **Industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930**. Juiz de Fora: UFJF, 1988.

GREMAUD, A.; VASCONCELLOS, M. A.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2004

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERDY, F. H. **A participação do poder público no processo de segregação socioespacial: estudo de caso do bairro Dom Bosco – Juiz de Fora – MG**. 2008. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia)– Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

HISTÓRIAS e vidas do Bairro Dom Bosco. Produção e edição de Marcos Oliveira. Direção de Marcos Oliveira e Bruno Fuser. Roteiro de Marcos Oliveira, Josimara Delgado e Bruno Fuser. Juiz de Fora: Punto Inteligência e Conteúdo, 2010. 1 DVD (110 min.), son., color.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/azmenu.asp?z=t&o=4>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatística. Economia. **Conceitos das variáveis selecionadas da atividade industrial**. c2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/paic/conceito.shtm>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Lei n. 6.910, de 31 de maio de 1986. Dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo no Município de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000019210>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Lei n. 7.668, de 27 de dezembro de 1989. Dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo no Município de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000020724>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Decreto n. 6.265, de 15 de julho de 1998. Constitui e Regulamenta comissão Comunitária de Administração de Área Esportiva Municipal (CAEM) e dá outras providências. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 17 jul. 1998. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000017921>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Prefeitura de Juiz de Fora. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Juiz de Fora, PJJ, 2000. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/pddu/>>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Lei n. 10.240, de 26 de junho de 2002. Dispõe sobre a Operação Urbana Ladeira Alexandre Leonel. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 27 jun. 2002. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024059>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Lei n. 10.885, de 31 de janeiro de 2005. Institui a Operação Urbana Monte Sinai, alterando parâmetros urbanísticos na área que especifica. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 2 fev. 2005a. p. 10. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024940>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Lei n. 10.897, de 9 de março de 2005. Dispõe sobre a permuta dos imóveis que menciona e dá outras providências. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 10 mar. 2005b. p. 8. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000025541>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Lei n. 11.235, de 16 de outubro de 2006. Autoriza a transferência do Campo de Futebol existente na Praça José Gattás Bara (Curva do Lacet) e dá outras providências. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 17 out. 2006. p. 8. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000027363>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Lei n. 11.404, de 24 de julho de 2007. Institui a “Operação Urbana Independência Shopping”, alterando parâmetros urbanísticos na área que especifica. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 25 jul. 2007a. p. 8. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000028708>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Lei n. 11.494, de 17 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a permuta dos imóveis que menciona. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 18 dez. 2007b. p. 10. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000029283>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Lei n. 11.751, de 1 de abril de 2009. Dispõe sobre os critérios a serem adotados para a alienação da praça José Gattás Bara – Curva do Lacet. **Diário Regional**, Juiz de Fora, MG, 2 abr. 2009. p. 4. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000031259>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Lei Complementar n. 009, de 11 de abril de 2014. Altera a Lei n. 10.885, de 31 de janeiro de 2005 e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico**, Juiz de Fora, MG, 12 abr. 2014. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000037401>. Acesso em: 8 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Prefeitura de Juiz de Fora. **Demlurb**. [c2006-2014]. Disponível em: <<http://www.demlurb.pjf.mg.gov.br/>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Traducción de Javier González-Pueyo. Barcelona: Ediciones Península, 1978. Antologia preparada por Mario Gaviria

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. 2. ed. São Paulo: DPeA, 1999.

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LÊNIN. V. I. Una gran iniciativa. In: STAVENHAGEN, R. **Classes rurais na sociedade agrícola**. São Paulo: Loyola, 1979. p. 30.

LÊNIN. V. I. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. São Paulo: Global, 1980.

LOJKINE. J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MANDEL, E. **Iniciação à teoria econômica marxista**. Porto: Afrontamento, 1975.

MANDEL, E. **Teoria Marxista do Estado**. Tradução de M. Reis. Lisboa: Antídoto, 1977.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, C. El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte. In: MARX, C.; ENGELS, F. **Obras escogidas**. Moscú: Editorial Progreso, 1974. p. 404-498. (v. 1).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. v. 6. Livro 3.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. Livro primeiro, Tomo 1.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro 1: O processo de produção do capital).

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Global, 1982.

MARX, K.; ENGELS. F. **O manifesto do partido comunista**. Belo Horizonte: Liga Operária e Camponesa, 1998.

MENDES, L. A “crise” do marxismo e as geografias pós-modernas no estudo da gentrificação. **E-Cadernos CES, Coimbra**, n. 2, p.836-873, 2008.

MENEZES, M. L. P. Juiz de Fora e a moradia popular: o alto Santo Antônio. **Scripta nova revista eletrônica de geografia y ciências sociais**, Barcelona, v. 2, n. 146(133), ago. 2003. Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(133\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(133).htm)>. Acesso em: 6 ago. 2014.

MENEZES, M. L. P. Aeroporto regional e business park: logística e negócios na geografia urbano regional de Juiz de Fora, Brasil. **Scripta nova revista eletrônica de geografia y ciências sociais**, Barcelona, v. 8, n. 170(33), ago. 2004. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170-23.htm>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

MENEZES, M. L. P.; MONTEIRO, G. L. O espaço fora do lugar: uma análise do processo de gentrificação do bairro Dom Bosco e seus impactos para a comunidade local. **Scripta nova revista eletrônica de geografia y ciências sociais**, Barcelona, v.14, n.331 (97), ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-97.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

MORAES, A. C. R. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, R. Geografia e práxis: algumas questões. **Revista de cultura vozes**, Petrópolis, v. 74, n. 4, p. 19-30, maio 1980. (Geografia e sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico).

MOREIRA, R. **O que é geografia**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, v. 48).

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, R. Do espaço da mais-valia absoluta ao espaço da mais-valia relativa: os ordenamentos da geografia operária no Brasil. **Terra livre**, São Paulo, v. 1, n. 36, p. 45-68, jan./jun. 2011.

MOREIRA, R. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.

MORENO, N. Estado e classe dominante. In: FELIPPE, W. (Org.). **O Estado burguês e a revolução socialista**. 2. Ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. p. 15-24.

NETTO. J. P. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, M. M.; DINIZ, A. M. A. A estagnação socioeconômica da Zona da Mata de Minas Gerais: uma abordagem geohistórica. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 9342-9367.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, M. R. **Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora**. In: BORGES, C. M. (Org.). Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2000. p. 53-87.

OLIVEIRA, N. B.; CHAVES, T. S.; SIMONCINI, J. B. V. B. Globalização, neoliberalismo e impactos sobre a América Latina – consequências sobre o espaço urbano na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 10766- 10784.

PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. **O desenvolvimento urbano em questão: textos didáticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**: perfil do município de Juiz de Fora, MG. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_print/JUIZ-DE-FORA_MG>. Acesso em: 4 ago. 2014.

RECLUS, E. Geografia. In: RECLUS, E. **A origem da família, do Estado e da propriedade**. São Paulo: Ática, 1985. p. 38- 60.

RIBEIRO, J. M. **Algumas atividades do Reitor João Martins Ribeiro no período de 04-set-1972 a 03-set-1976, na Universidade Federal de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Imprensa Universitária da UFJF, 1976.

RIGOL, S. M. A gentrification: conceito e método. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Orgs.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. Novas abordagens. São Paulo: Contexto, p. 98-121, 2005. (GEOUSP; v. 4).

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras: habitação e especulação o direito à moradia os movimentos populares**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, M. Reformulando a sociedade e o espaço. **Revista de cultura vozes**, Petrópolis, v. 74, n. 4, p. 37-48, maio 1980. (Geografia e sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico).

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: USP, 2005.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: USP, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SEABRA, O. C. L. Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo do Bairro e da memória urbana. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS LATINO AMERICANOS, 8., 2001 **Anais...** Santiago : Universidade do Chile, 2001. 9 p. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/74.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

SOARES, J. R. Origem e mistificação do Estado. In: FELIPPE, W. (Org.). **O Estado burguês e a revolução socialista**. 2. Ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. p. 25-32.

SOUZA, M. J. L. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista brasileira de geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 139-172, abr./jun. 1989.

SOUZA, S. M. **Terra, família, solidariedade...**: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870 – 1920). Bauru: Edusc, 2007.

SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: princípios de economia política marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

TEIXEIRA, M. P. V.; MACHADO, R. M. Conceito de bairro: unidade popular ou técnica? Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ, Rio de Janeiro, p. 66-71, 1986.

TOPALOV, C. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil: capital e propriedade fundiária. In: FORTI, R. **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p. 53-80.

VIVA DOM BOSCO. Juiz de Fora: Juizforana, 2012. (Revista produzida como parte das atividades do projeto Comunicação, Memória e Ação Cultural - novas perspectivas de intervenção, com apoio da Fapemig).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelos das entrevistas semiestruturadas aplicada às lideranças do Bairro Dom Bosco

ENTREVISTA REALIZADA COM A APM DO BAIRRO DOM BOSCO

1. De quando é a entidade?
2. Qual o papel da entidade?
3. Quais as principais funções exercidas pela entidade?
4. Como se dá a escolha da direção da entidade?
5. Existe alguma relação da entidade com políticos? Legislativo ou Executivo? Se sim Qual?
6. Qual o Histórico do bairro?
7. Quais os principais problemas do Bairro?
8. Qual a relação do bairro com os novos empreendimentos imobiliários (O Bairro e o entorno)?
9. Qual a relação do bairro com o poder público? Como você vê a atuação do mesmo no e para o bairro?
10. Os moradores do bairro vêm deixando o mesmo? Sim, não por que?
11. O que a entidade tem feito para contribuir com o bairro e seus moradores no enfrentamento dos problemas?

ENTREVISTA REALIZADA COM O CONSELHO LOCAL DE SAÚDE

1. De quando é a entidade?
2. Qual o papel da entidade?
3. Quais as principais funções exercidas pela entidade?
4. Como se dá a escolha da direção da entidade?
5. Existe alguma relação da entidade com políticos? Legislativo ou Executivo? Se sim Qual?
6. Quais os principais problemas do Bairro na área que a entidade atua?
7. Os novos empreendimentos geram algum impacto sobre a área de atuação da entidade? Se sim, qual?
8. Qual a relação do bairro com o poder público? Como você vê a atuação do mesmo no e para o bairro?
9. O que a entidade tem feito para contribuir com o bairro e seus moradores no enfrentamento nas questões referentes à área de atuação da mesma?

ENTREVISTA REALIZADA COM A Caem DO BAIRRO DOM BOSCO

1. O que é a CAEM e como se dá sua gestão? (Eleição interna, administração)
2. Qual a responsabilidade do poder público sobre o espaço de lazer do bairro?
3. Qual a responsabilidade da CAEM enquanto administradora, representante da comunidade, sobre o a área de lazer?
4. Qual o histórico do campo? (Quando surgiu? Qual sua importância para o lazer do bairro e da cidade?)
5. Como se deu a troca de lugar do campo? (Quando, porque, quais promessas foram feitas, essas promessas foram cumpridas?)
6. Como foi a relação dos moradores com a troca?
7. Como a troca afetou as equipes do bairro? (Aumentaram, diminuiram...)
8. Como a troca do campo afetou a juventude do bairro?
9. Está havendo alguma movimentação por parte da comunidade ou do poder público para a melhoria do espaço do campo? Se sim, como você vê esta movimentação?
10. Como você viu a troca de lugar do campo?

APÊNDICE B – Quadro dos principais fixos no entorno do Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora, MG

Fixos	Atividade	Ano de inauguração / Funcionamento
Universidade Federal de Juiz de Fora	Educação	1968 a 1972 (Implantação do Campus)
Escola Adventista de Juiz de Fora	Educação	1992
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF)	Educação	2006
Rede de Ensino Doctum – Centro de Engenharias	Educação	2012
Faculdades do Sudeste Mineiro (Facsum)	Educação	2012/2013
Hospital Maternidade Terezinha de Jesus (HMTJ)	Saúde	1978
Associação de Combate ao Câncer (Asconcer)	Saúde	1988
Hospital e Maternidade Monte Sinai	Saúde	1994
Hospital Universitário - Centro de Atenção à Saúde (HU-CAS)	Saúde	2006
Agência Intermunicipal de Saúde Pé da Serra (Acispes)	Saúde	2008
Centro Médico Monte Sinai	Saúde	2013
Supermercado Bretas Estrela Sul	Comércio	2002
Independência Shopping	Comércio	2008
Spazio Design	Comércio	2009
Empório Bahamas Verde	Comércio	2009
Independência Trade Center	Habitação / serviços	Previsão para 2014
Linx Hotel	Serviço	Previsão para 2016
Cascatinha Country Club	Lazer	1972

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Pesquisa agropecuária	1997
Residencial Estrela Sul	Habitação	2007
BNH Cascatinha	Habitação	Início da década de 1980

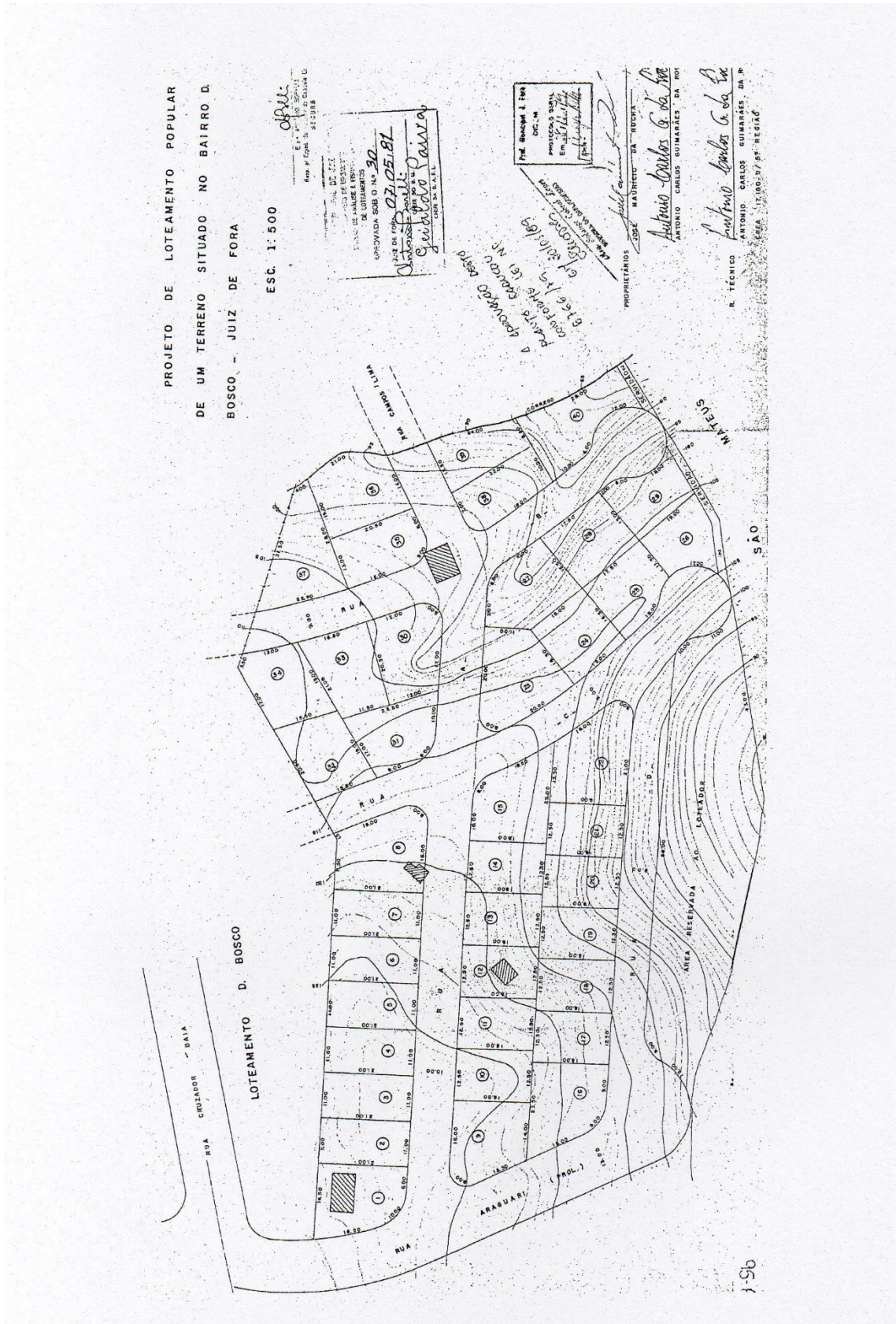
ANEXOS

ANEXO A – Planta do loteamento no Bairro Dom Bosco, datado de 1937



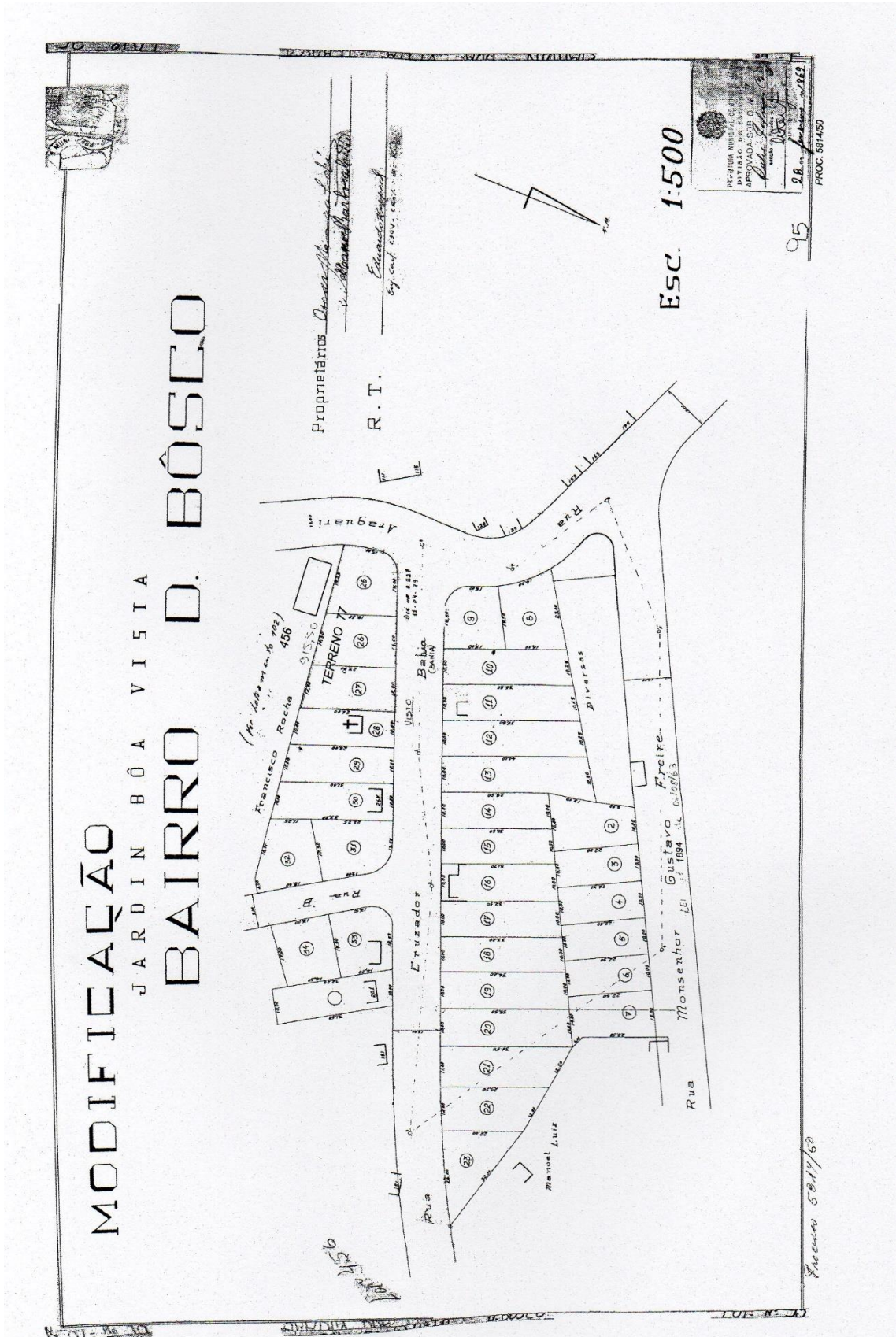
Fonte: Arquivos da Prefeitura de Juiz de Fora

ANEXO B – Planta de loteamento do Bairro Dom Bosco. Processo n. 13.107, de 1948

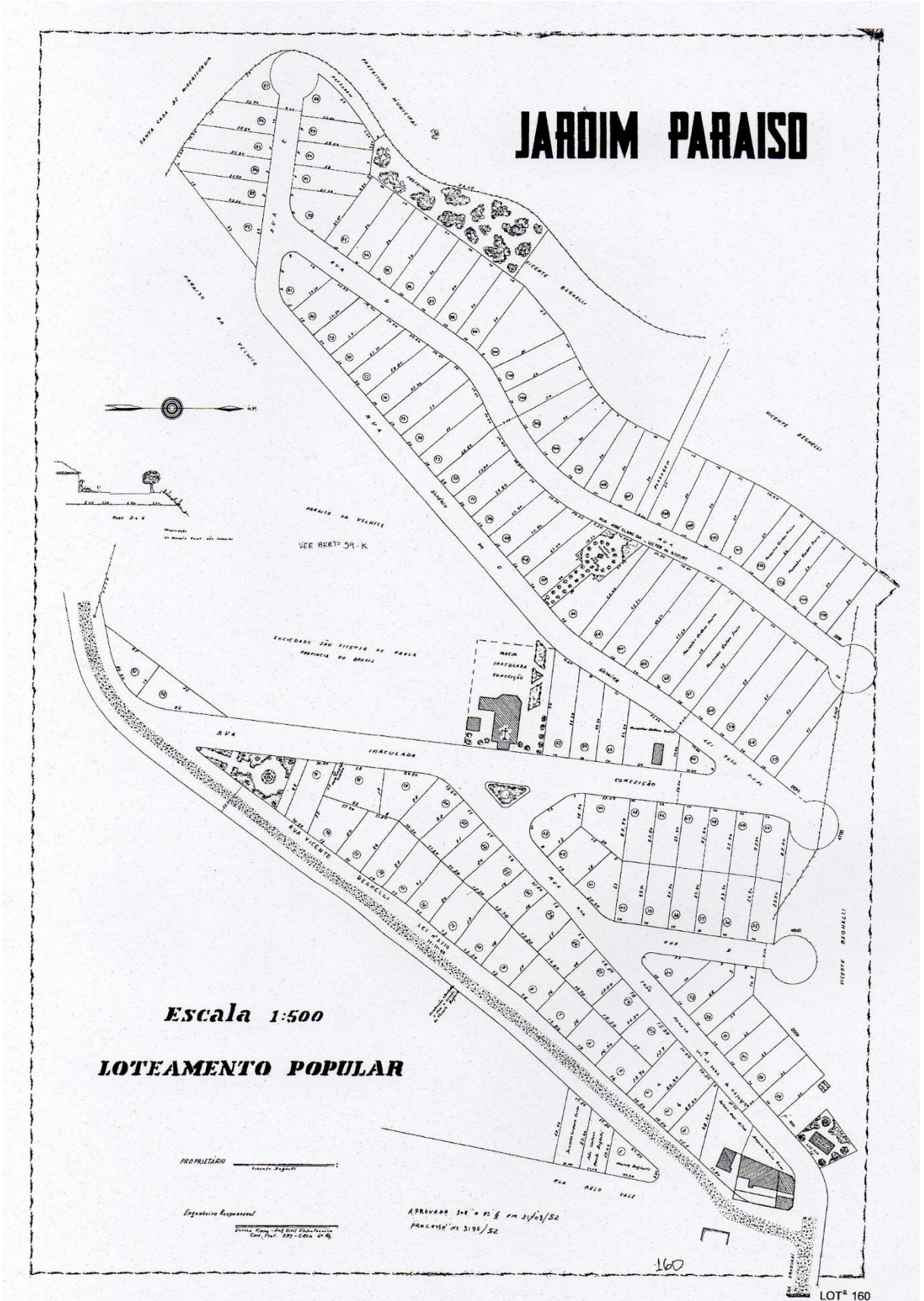


Fonte: Arquivos da Prefeitura de Juiz de Fora

ANEXO C – Planta de loteamento do Bairro Dom Bosco. Processo n. 5.814, de 1950



ANEXO D – Planta de loteamento do Bairro Dom Bosco. Processo n. 3.195, de 1952



ANEXO E – Certidão de doação de área

ATENÇÃO: POR SEREM 3 CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS NESTA COMARCA COM CIRCUNSCRIÇÃO (ZONA IMOBILIÁRIA) ATRIBUÍDA A CADA OFÍCIO, A PARTIR DE JULHO DE 1971, RECOMENDA-SE PARA SEGURANÇA DO INTERESSADO OBTIVER CERTIDÕES NOS DEMAIS OFÍCIOS (1.º E 3.º) COMPROVANDO SE NÃO OCORRERAM, ANTES OU APÓS O ZONEAMENTO, ALTERAÇÕES RELATIVAMENTE AO IMÓVEL E AS PESSOAS AQUI MENCIONADAS - CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO (ZONA B)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS



COMARCA DE JUIZ DE FORA



CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

OFICIAL: R. M. ESTEVES MASSOTE - SUBSTITUTOS: R. E. MASSOTE E M. C. ESTEVES MASSOTE

CERTIDÃO

CERTIFICO que pelo registro 15.306, fls. 133, livro 3 "N", feito em 10.03.1958, ASSOCIAÇÃO DE SÃO VICENTE DE PAULA PROVÍNCIA BRASILEIRA, adquiriu por doação de VICENTE BEGHELLI e sua mulher MARIA DA GLÓRIA MACEDO BEGHELLI, residentes nesta cidade, o terreno no Alto do Sitio da Boa Vista, com área de 22.918,00 m, conforme descrição abaixo e planta levantada pelo Engenheiro Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira, devidamente autenticada pelas partes, cujo terreno divide com a Santa Casa de Misericórdia, por valo, pelo Sitio do qual é usufrutuário Antônio Maria de Souza, com a estrada pública em seguida com uma rua projetada e com Vicente Beghelli, estando discriminado da seguinte forma, o terreno: tem a forma de um polígono irregular e mixtelíneo. Tomando como ponto de partida o início do valo, do lado ocidental da estrada pública, mediu-se o 1º lado do polígono com 74,00 m azimute 6º NE. O 2º lado tem 118,00 m azimute 6º NE é paralelo à fachada da Capela, passando à distância de 0,30 m para fora do parâmetro da mesma, termina este lado e uma distância de 25,00 m, além do eixo longitudinal da Capela. O 3º lado tem a direção de 84º NO e mede 40,00 m. O 4º lado tem a direção 51º22' SO e mede 245,00 m e termina este lado num valo de divisa. Finalmente o terreno que se limita pelo valo, que desce morro abaixo num comprimento de 198,00 m, terminando no ponto inicial. Os azimutes referidos são magnéticos, calculados pelas deflexões a declinação ser quatorze ocidental, ficando excluída dessa área o terreno pertencente à Capela, que mede 30,00 m de frente por 40,00 m de fundos; conforme escritura de 29.11.1935, em notas do 2º Tabelião. Transladada por certidão em 06.10.1952; cuja transcrição anterior tem o número 20.503, no 1º Ofício.-----

ANOTAÇÃO: No Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis foram encontradas as matrículas 27.418 (casa 95, R. Imaculada Conceição);

Form fields for NÚMERO, DATA, RESP. BUSCA, DATIL, and CONFERENTES.

33.944 (casa 71, R. Imaculada Conceição); 35.425 (lote 116, Rua João Beghelli); 36.215 (lote 108, Rua Silvério da Silveira); 36.469 (lote 37, R. João Behelli); 36.804 (lote 135, Rua Manoel Lopes Silva); 36.811 (lote 87, Rua João Beghelli); 36.990 (lote 96, Rua João Beghelli); 37.042 (lote 35, Rua Gustavo Doot); 37.678 (lote 67, R. João Beghelli); 37.895 (lote 25, R. João Beghelli); 37.983 (lote 106, Rua Gustavo Doot). Informação solicitada em 19.09.2001, 1º e 3º Ofícios.-----

ANOTAÇÃO: Foi apresentada cópia da matrícula 44.316, feita em 26.11.2001 do cartório do 1º Ofício (usucapião de uma casa na Rua Vicente Beghelli, 290).-----

ANOTAÇÃO: Foi apresentada cópia da matrícula 46.370, feita em 25.02.2003 no Cartório do 1º Ofício (usucapião de um terreno na Rua João Beghelli, nº 118).-----

ANOTAÇÃO: No Cartório do 1º Ofício foram encontradas as seguintes matrículas: número 42.847 (usucapião de um lote 131 na Rua Manoel Lopes Silva) e a de número 38.030 (usucapião do lote 129, Rua Manoel Lopes Silva). Informação solicitada em 26.03.2003).-----

ANOTAÇÃO: No Cartório do 1º Ofício foi encontrada a matrícula 22.820, feita em 08.04.1988 (usucapião do lote 13 na Rua Imaculada Conceição onde existe um barracão de nº 135 B. Dom Bosco). Informação solicitada em 15.08.2003).-----

ANOTAÇÃO: No Cartório do 1º Ofício foi aberta a matrícula 46.834, em 30.06.2003, usucapião do lote 106, Rua João Beghelli.-----
Levantamento feito em 09.03.2005, no 1º Ofício - sem alteração.-----

ANOTAÇÃO: No Cartório do 1º Ofício foi aberta a matrícula 48.988, em 06.04.2005, usucapião do lote 26, frente para a Rua João Beghelli. (Cópia da matrícula apresentada em 20.05.2005).-----

Levantamento feito em 10.08.2005, 09.05.2006, 18.10.2007, 15.01.2008 1º Ofício - sem alteração.-----
Levantamento feito em 22.12.2008, 1º Ofício - sem alteração.-----

ANOTAÇÃO: No Cartório do 1º Ofício foi aberta a matrícula 54.758, em 30.09.2009, usucapião de uma casa na Rua Silvério da Silveira, 175. Informação solicitada em 14.04.2010.-----

Levantamento feito em 14.06.2010, 1º Ofício - sem alteração.-----

ANOTAÇÃO: Foi o lote 160, objeto da matrícula 59.946, feita em 25.04.12, no Cartório do 1º Ofício. (Informação solicitada em 18.01.2013).-----

Levantamento feito em 17.09.2013, 1º Ofício - nada consta.-----

Levantamento feito em 24.03.2014, 1º Ofício - sem alteração.-----

ENCÃO: POR SEREM 3 CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS NESTA COMARCA COM CIRCUNSCRIÇÃO (ZONA IMOBILIÁRIA) ATRIBUÍDA A CADA OFÍCIO, A PARTIR DE JULHO DE 1971, RECOMENDA-SE PARA SEGURANÇA DO INTERESSADO, ORTER CERTIDÕES NOS DEMAIS OFÍCIOS (1.º E 3.º) COMPROVANDO SE NÃO OCORRERAM, ALTERAÇÕES RELATIVAMENTE AO IMÓVEL E AS PESSOAS AQUI MENCIONADAS - CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO (ZONA B)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS



COMARCA DE JUIZ DE FORA



CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

OFICIAL: R. M. ESTEVES MASSOTE - SUBSTITUTOS: R. E. MASSOTE E M. C. ESTEVES MASSOTE

CERTIDÃO

Continuação do registro 15.306, livro 3 N, fls. 133, feito em 10.03.1958. -

EMOLUMENTOS: R\$13,83. Taxa DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA: R\$4,88. TOTAL: R\$18,71.-----

O referido é verdade e dou fé.

Juiz de Fora, 26 de março de 2014.

A Escrevente,

General Polimais



VERSODA FOLHAEM BRANCO

ANEXO F – Imagens de levantamento aerofotogramétrico do Bairro Dom Bosco e entorno, Juiz de Fora, MG

F.1 – Recorte do Bairro Dom Bosco e entorno no levantamento aerofotogramétrico de 1968 (Fonte: PJF)



Fonte: Herdy (2008, p. 67)

**F.2 – Recorte do Bairro Dom Bosco e entorno no levantamento
aerofotogramétrico de 1975 (Fonte: PJF)**



Fonte: Herdy (2008, p. 68)

**F.3 – Recorte do Bairro Dom Bosco e entorno no levantamento
aerofotogramétrico de 1983 (Fonte: PJF)**



Fonte: Herdy (2008, p. 69)

F.4 – Recorte do Bairro Dom Bosco e entorno no levantamento aerofotogramétrico de 1989 (Fonte: PJF)



Fonte: Herdy (2008, p. 70)

**F.5 – Recorte do Bairro Dom Bosco e entorno no levantamento
aerofotogramétrico de 2000 (Fonte: Cesama)**



Fonte: Herdy (2008, p. 71)

**F.6 – Recorte do Bairro Dom Bosco e entorno no levantamento
aerofotogramétrico de 2005 (Fonte: PJF)**



Fonte: Herdy (2008, p. 72)

ANEXO G – Informativo do bairro



DOM BOSCO



Informativo da Associação Pró-Melhoramento do Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora/MG- Abril/2014 - Edição 6

Audiência Pública mostra a situação caótica que se encontra a saúde, a educação e o lazer no Bairro Dom Bosco



Luiz Cláudio, presidente da APM Dom Bosco, solicitou urgência na solução dos problemas



José Prodel, secretário da APM do Dom Bosco falou sobre a demora para a construção da UAPS

Os senhores Luiz Cláudio Cardoso e José Prodel, diretores da APM do Bairro Dom Bosco, relataram às autoridades municipais presentes na audiência Pública realizada no dia 18/03, na Câmara Municipal de Juiz de Fora, os graves problemas por que passa a comunidade.

UAPS, transporte coletivo, educação e lazer estiveram na pauta.

Leia mais na página 2.

Mensagem do presidente

Comunidade!

Tenho observado que apesar de nossas mensagens anteriores expressarem claramente as demandas da comunidade, as mesmas vêm sendo constantemente ignoradas pelo poder público municipal, que insiste em fazer do bairro Dom Bosco apenas um palco de suas politicas e promessas não cumpridas.

Notamos que tudo o que se refere a empreendimentos particulares é liberado com agilidade, como é o caso de passarela em via pública para uso particular e grandes edificações tentando mascarar nossas mazelas, como posto médico que nunca sai; es-

cola sem ensino fundamental completo; parte alta do bairro sem acesso ao transporte coletivo; falta de um curumim, creche, deixando nossas crianças e pré-adolescentes vulneráveis.

Dessa forma, o poder público municipal deixa de atender as reais demandas da comunidade para fortalecer certas instituições que não tem nenhum interesse real e verdadeiro no atendimento das demandas da comunidade. Sendo assim, concluímos que, muda-se a forma de agir, mas a intenção é sempre a mesma, iludir nossa comunidade, chega de aventureiros! A comunidade tem que ser protagonista de sua própria história.

Luiz Cláudio N. Cardoso é presidente da APM do Bairro Dom Bosco

Confira na pág. 3

- ☛ Procissão do Encontro
- ☛ Reunião do CRAS
- ☛ Mensagem

Fala Comunidade

- ☛ Faxina para as mentes, não para o Lacet

Festas & Eventos

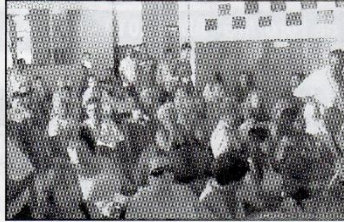
- ☛ O carnaval é destaque na página 4

Fique informado sobre o dia a dia da nossa comunidade.

Acese:

www.apmdomboscojf.blogspot.com.br

Comunidade do Dom Bosco busca soluções para seus problemas em Audiência Pública



Comunidade compareceu em grande número para a Audiência Pública

Palavra do Senhor José Prodel na íntegra.

José Prodel, Bairro Dom Bosco.
Boa tarde senhores vereadores e convidados, boa tarde a todos os presentes. Meu nome é José Prodel da Silva, sou secretário do Conselho Local de Saúde, Bairro Dom Bosco e secretário da Associação Pró-Melhoramento do mesmo bairro. Venho aproveitar a oportunidade nesta audiência pública e falar um pouco da situação em que se encontra a parceria da instituição Hospital Monte Sinai e a Secretaria de Saúde de Juiz de Fora com relação à construção da UAPS do Bairro Dom Bosco.

Foi votada e aprovada nesta casa legislativa a Lei 10.895/2005 com data de 31/05/2005, processo número 00685/2003, volume 1, publicado no jornal Tribuna de Minas de 02/02/2005, página 10, dando direito a instituição Monte Sinai, que construiu um prédio de salas na Avenida Itamar Franco em frente ao mesmo, construiu também uma passarela particular, interligando entre os referidos prédios, mas isto não vem ao caso. Em contrapartida, a instituição faria as mobilidades urbanas próxima ao hospital e a construção da UAPS do Bairro Dom Bosco.

Com uma luta incansável do Conselho Local de Saúde e Conselho Municipal, discutimos vários projetos com o engenheiro, Dr. Abdala, que é responsável pelo mesmo, e, até hoje estamos à espera da desta obra.

Venho informar também, nesta mesma lei tem o artigo que diz: será liberado o habite-se e o alvará de funcionamento dos referidos edifícios, condicionado ao recebimento por parte do poder público, as ações acima mencionadas, mas não é isto que está acontecendo.

Apesar de várias reuniões entre a instituição, Secretária Municipal de Saúde e Conselho de Saúde, continua o entrave para a construção da UAPS.

Na audiência pública realizada na Câmara Municipal de Juiz de Fora, no dia 18/03/2014, a comunidade do Bairro Dom Bosco pediu a aplicação das Leis nºs 11.235/05 e 10.855/05, as quais preveem uma área de lazer na antiga Curva do Lacet e a

Portanto, nossa comunidade vem pedir aos senhores vereadores desta casa, rever esta questão e fazer cumprir a lei que se refere o mais breve possível, porque na minha modesta opinião, de leigo que sou, uma parceria público-privada deveria ser facilitada, mas esta, só criou dificuldades.

Além de que, tem várias UAPS de Juiz de Fora construídas com recursos próprios.

No mais, muito obrigado e uma boa tarde.

Palavra do Luiz Cláudio na íntegra.

Boa tarde a todos, principalmente a comunidade do Bairro Dom Bosco. Em nome do presidente desta casa, vereador Júlio Gasparete, eu cumprimento a todos os vereadores. Aho interessante nisso tudo aqui, que em relação ao que o próprio Jorge (Jorge Ramos é secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde) falou, esse termo de compromisso. Só não existe termo de compromisso para as obras do Hospital Monte Sinai. Porque a passarela já está funcionando; o prédio do outro lado da Itamar Franco já está funcionando com clínicas e tudo; o ponto de ônibus da Vicente Begheli, já mudaram para o lado que interessa a eles, o lado contrário, que interessa a comunidade nada foi feito; a segregação social em relação à comunidade existe. Não se pode frequentar o banco do hospital; não pode frequentar a xerox do hospital. Tudo isto é o que? Decorrente desta casa. Foi esta casa que aprovou a lei, foi esta casa que aprovou esta mobilidade urbana que o Monte Sinai tinha que fazer, e não está fiscalizando. Então, tudo que o Monte Sinai está fazendo, ele está fazendo com o apoio e aprovação desta lei, lei que foi criada por vereadores, que muitos estão aqui desde aquela época, temos novos, mas temos vereadores antigos que estavam aqui desde o momento que a lei foi aprovada. Então, tudo que se refere ao Monte Sinai foi aprovado, tá construindo, tá funcionando.

Agora, em relação ao posto médico nada funciona. Eu acho que o Monte Sinai tinha que

contrapartida do Hospital Monte Sinai para construção da UAPS Bairro Dom Bosco.

A presença em grande número dos moradores, reforçou ainda mais o grito para a solução dos problemas que afligem a comunidade.

fazer no mínimo para o Dom Bosco é cem por cento da UAPS. Cinquenta por cento, noventa por cento, isso aí é esmola, esmola foi o que a comunidade já deu para eles, negociação de terra pública; passarela particular em via pública e mudança de ponto de ônibus sem consultar a comunidade. Então, o hospital já está sendo beneficiado demais pela prefeitura, pelo poder executivo e poder legislativo.

Em relação à Curva do Lacet, o campo foi mandado lá pra cima. É uma segregação, porque o meu companheiro (Edimar, segundo secretário da APM, entrega fotos para os vereadores). Vocês usariam? Vocês teriam condições de dar um filho de vocês para usar este campo, usar o vaso sanitário deste campo, olha o estado que está este campo. Cadê o secretário de esportes Francisco Canalli? Não tem ninguém da Secretaria de Esportes aqui. O campo está uma vergonha, entregue as baratas.

O Dom Bosco, infelizmente, tá sendo usado há muito tempo como trampolim político, curral eleitoral. Usam ONGS para enganar a comunidade, pra fazer de trouxa. A gente não merece isto. O mínimo que a gente espera do poder público, executivo e legislativo, é que cumpram a lei. Não estamos pedindo esmola, porque a esmola dá com uma mão e tira com as duas. Não é isto que a gente quer. A gente quer é que o bairro seja atendido.

Não temos creche, a administração passando começou uma creche, a atual está empurrando com a barriga, tá tomada pelo mato. A creche não foi pedido do Custódio não, foi uma aprovação da comunidade. A comunidade queria uma grande obra. A creche está lá entregue às baratas. Nada sai. O posto médico virou um entulho, entregue ao mato. E fica a prefeitura, muitas vezes, o poder público, usando ONGS para iludir a comunidade. A gente não quer esmola, não estamos pedindo nada, só estamos exigindo o que é de direito. Muito obrigado.

MERCEARIA BELO VALE

No ano de 2014, a Mercearia Belo Vale completa 50 anos de bom atendimento à comunidade do bairro Dom Bosco. Rendemos as nossas homenagens ao seu fundador, Manoel Onofre de Oliveira

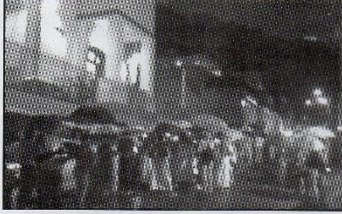
Recebemos contas: Água, Luz, Telefone e Cartões
Rua Mons. Gustavo Freire - Dom Bosco
Juiz de Fora-Minas Gerais

GF Golden Family

Roupas & Acessórios Feminino e Masculino

Tel.: (32) 8828-3718
Rua São Sebastião, 503 Loja 27 - Centro - Juiz de Fora/MG

Procissão do Encontro emociona fieis



Tradicional na comunidade do Dom Bosco, durante a semana santa, a Procissão do Encontro reuniu pessoas de todas as idades para celebrar e encenar o encontro de Maria e Jesus a caminho do calvário. Como prova de fé e devoção, os fieis seguiram em procissão, que saiu da Capela da Imaculada Conceição e seguiu até a Igreja de São Mateus, onde foi realizado o sermão das sete palavras.

Líder comunitário é homenageado

De acordo com o Projeto de Lei 000127/2012, aprovado pela da Câmara Municipal de Juiz de Fora, o trecho que liga as Ruas Cruzador Bahia e Rua Araguari, no Bairro Dom Bosco, passa chamar Rua José Bispo dos Santos.

Conforme informações do secretário da APM do Dom Bosco, José Prodel, o Sr. José Bispo dos Santos, conhecido carinhosamente por Baiano, como líder comunitário, trabalhou muito pelo bairro. Portanto, uma justa homenagem.

Reunião mensal do CRAS



Os senhores Luiz Cláudio e José Prodel, presidente e secretário da APM do Bairro Dom Bosco participaram no dia 20/02, da reunião mensal de Segurança Alimentar promovida pelo CRAS-CENTRO (Centro de Referência de Assistência Social). No evento, realizado nas dependências do Grupo Semente, os dirigentes comunitários palestraram e prestaram esclarecimentos sobre as ações realizadas pela APM do Dom Bosco.

Utilidade Pública: Telefones úteis

Polícia Militar - 190
Disque Denúncia Unificado - 181
Cesama - 115
Cemig - 116
Defesa Civil - 199
Bombeiros - 193
Demlurb - 3690-3500
Canil Municipal - 3690-3591
Samu - 192
Conselho Tutelar - 3690-7397
CRAS CENTRO - 3690-7952
Fiscalização - 3690-8379
Guarda Municipal - 153
E.M. Álvaro Braga de Araújo - 3690-7641
Posto Médico - 3690-7740

Positivo

A parceria entre APM do Bairro Dom Bosco e SETTRA (Secretaria de Transportes) já trouxe resultados positivos. Há tempos que a comunidade solicitava a alteração do trânsito na Rua Professor Inácio Werneck, na Grota. Solicitação atendida.

Igreja Evangélica Jesus Cristo a Única Esperança

Mensagem

Jesus disse que no mundo teremos aflições. Mas nos manda ter bom ânimo, porque ele venceu o mundo e as aflições.

Então, meu amigo, ninguém melhor que Deus sabe e conhece tuas necessidades e tuas aflições. João 14,1-3.

Não se turbe o vosso coração; "Credes em Deus, crede também em mim, na casa de meu Pai há muitas moradas; se fosse assim, eu vo-lo teria dito, pois vou preparar vos lugar. E, se eu for e vos preparar lugar, virei outra vez e vos levarei para mim mesmo, para que, onde eu estiver, estejais vós também".

Venha conhecer e traga tua família!

Direção: Pastor presidente Valter França
Direção da igreja local: pastor Rodrigo Dias

Rua Belo Vale, 95 (ao lado da Padaria Manchester) - Dom Bosco.

Reuniões: Terças, quintas, sextas e domingos às 19h30.

Faxina para as mentes, não para o Lacet

Ao invés de segregar, socializar. Essa é a mensagem que deveria ser absorvida pelos preconceituosos no caso da antiga Curva do Lacet. A remoção do espaço utilizado para a prática esportiva dos moradores do bairro Dom Bosco e adjacências comprova a segregação imposta pelos poderes público e privado para dar acesso a um shopping perto do local.

Mais uma vez o negro o pobre são taxados como "lixo social", remover uma área destinada ao lazer da população para dar acesso ao shopping é um exemplo claro de preconceito. O shopping, se não quisesse a presença dessas pessoas em frente ao seu estabelecimento que procurasse uma área nobre para se instalar.

Já o poder público que deveria vetar este tipo de ação parece ser conivente com a situação, pois, facilitou a retirada do espaço e não fiscaliza de forma correta o acordo firmado para se construir uma praça no local. Cabe ao poder executivo e legislativo fazer valer o interesse coletivo e não o de ordem particular.

Socializar é a bola da vez para se construir um país mais justo e mais democrático. Segregar só traz retrocesso, persistir com apartheid evidencia a falta de evolução dos indivíduos que administram e comandam esta nação, já passou da hora de mudar o disco, a população está saturada e mais esclarecida não aceita o açóite de veludo.

Todavia, a faxina pertinente deveria ser feita nas mentes daqueles que segregam, sejam subversivos aos preconceitos e estabeleça em seus cérebros a integração e não a exclusão!

Por, Leandro Aparecido Godoi

P. B. Jóias

Fabricação de Alianças - Pulseiras - Anéis
Cordões - Anéis de Grau - Bodas de prata e ouro
Banho de Ródio - Consertos de joias na hora

(32) 8805-1429 - 8834-7351

Gal. Epaminondas Braga, 14-A - Sala 06
Centro - Juiz de Fora/MG

RENOVADORA DE ESTOFADOS DAVID



Capas e Estofados

3236-1640

9952-1179

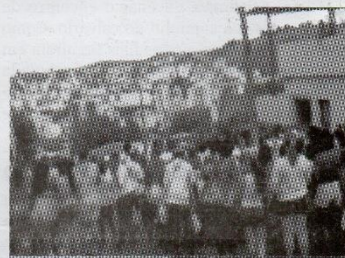
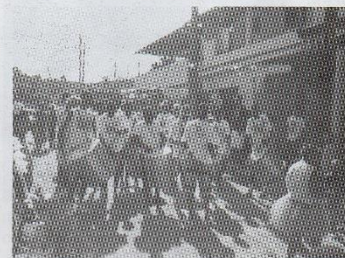
Rua João Manata, 10
Dom Bosco - JF - MG

4

Informativo da Associação Pró-Melhoramento do Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora/MG - Abril/2014

Bloco do Boi fez a alegria da comunidade no carnaval

No carnaval de 2014, a comunidade do bairro Dom Bosco brincou e se divertiu no ritmo quente e envolvente do tradicional Bloco do Boi. No domingo e terça-feira de carnaval, centenas de foliões subiram e desceram as ladeiras da comunidade confraternizando-se e curtindo momentos felizes que o carnaval oferece. Então, estamos combinados, 2015 vem aí, e a festa vai continuar! (Nas imagens, toda a alegria da comunidade)



Mocidade Alegre agradece comunidades

A diretoria da escola de samba Mocidade Alegre agradece a todos os foliões que contribuíram para o lindo desfile no carnaval de 2014, em especial, os moradores dos bairros Dom Bosco, Teixeiras, Santa Cecília, Mundo Novo, São Mateus, Santa Luzia, Ipiranga, Progresso.

Criada pelo saudoso Leopoldo, grande incentivador do carnaval de Juiz de Fora, e hoje comandada pelo presidente Marcos Tadeu, a Mocidade Alegre desempenhou o seu papel na avenida com muita garra e determinação, provando a força do samba nas comunidades acima citadas. A peteca não pode cair, vem aí 2015. Juntar forças e seguir em frente é de fundamental importância. Avante Mocidade!!!

SUPERMERCADO MANCHESTER



PRODUTOS DE QUALIDADE COM
ECONOMIA QUE VOCÊ MERECE!!!

Tel.:(32) 3232-5003

Rua Belo Vale - Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora - MG

Açougue + Ki Bife



MELHORES PREÇOS
E
MAIOR QUALIDADE!!!

Tele-Entrega: 3232-1811

Rua Mons. Gustavo Freire, 940- Dom Bosco

DOM BOSCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO



Menor preço
e bom atendimento
é aqui!!!

Rua Belo Vale, 64 - Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora - MG

BAR FM

Ponto de encontro da rapaziada!!!



Cerveja gelada
Refrigerantes
Aperitivos
e tira-gosto
da melhor qualidade!

Rua João Beghelli - Dom Bosco - Juiz de Fora/MG